

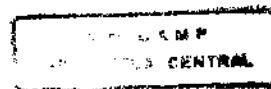
**Emancipação feminina e moral libertária:
Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura**

Professora Orientadora
LUZIA MARGARETH RAGO

LIANE PETERS RICHTER
952269-7

R418e

36583/BC



LIANE PETERS RICHTER

**Emancipação feminina e moral libertária:
Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura**

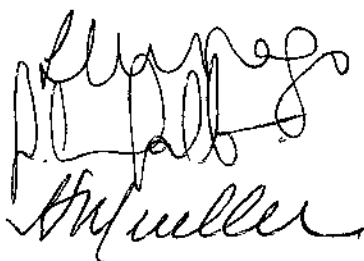
Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, sob a orientação da
profa Dr^a LUZIA MARGARETH RAGO.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
21/12/98.

Prof. (a) Dr. (a)

Prof. (a) Dr. (a)

Prof. (a) Dr. (a)



dezembro/1998

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

R 418 e Richter, Liane Peters
Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e
Maria Lacerda de Moura / Liane Peters Richter . - - Campinas,
SP : [s. n.], 1998.

Orientador: Luzia Margareth Rago.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Goldman, Emma, 1869-1940. 2. Moura, Maria Lacerda de.
3. Anarquismo e anarquistas. 4. Feminismo. 5. Movimento
operário. 6. Controle de natalidade. 7. Amor livre. I. Rago, Luzia
Margareth. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

ÍNDICE

Introdução

Capítulo I - Anarquismo e experiências femininas nos Estados Unidos e no Brasil: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura

1. Emma Goldman e o anarquismo nos Estados Unidos: ação direta
— propaganda política e radicalismo cultural da virada do século 08
2. Maria Lacerda de Moura e os libertários no Brasil: contestação feminina pacifista
aos autoritarismos nos anos 20 e 30 29
3. Convergências e diferenças: reflexões preliminares sobre a militância de
Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura 53

Capítulo II - Anarquismo, sexualidade e feminismo: contradições e conexões

1. Emma Goldman: crítica ao feminismo liberal e comunista 60
2. Maria Lacerda de Moura: diversidade e experiências feministas 73
3. Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura: emancipação sexual feminina —
independência de ser e amar sem intermediários nem interferência 87

Capítulo III - Educação anarquista e feminismo

1. Emma Goldman: liberdade de idéias e revolução social entre as vanguardas
nas primeiras décadas do século 90
2. Maria Lacerda de Moura: individualismo e educação — conservadorismo
nacionalista e revolução libertária 104

Conclusão 131

Fontes e referências bibliográficas

INTRODUÇÃO

"A história do crescimento e desenvolvimento humano é ao mesmo tempo a história da luta terrível de cada idéia nova anunciando a chegada de um novo dia mais brilhante"

Emma Goldman

"Em todos os séculos surgiram espíritos combativos e foi com essa combatividade que se erigiram novas formas sociais — sempre em vista do futuro (...) as revoluções se fazem primeiro nos espíritos"

Maria Lacerda de Moura

A partir de meados da década de 80, reemergem valores tradicionais de família, maternidade e monogamia. São reforçados pela ansiedade e insegurança, entre outros fatores, com a epidemia de AIDS e com o desafio aos padrões instituídos, impulsionado pela crescente participação feminina em diferentes campos da vida econômica e social que os movimentos feministas têm conquistado nas últimas três décadas. Como pensarmos e colocarmos em prática, portanto, a crítica à rigidez e ao autoritarismo que têm marcado a construção das identidades sexuais e sociais?

O interesse central deste trabalho é justamente contribuir com esses questionamentos, invocando experiências históricas que ofereçam exemplos para o presente. Daí estudarmos as propostas emancipatórias de duas feministas libertárias entre fins do século XIX e primeira metade do século XX: Emma Goldman (1869–1940) e Maria Lacerda de Moura (1887–1945). Ao discutir suas práticas de militância, aponto semelhanças e diferenças, focalizando os espaços em que elas mais atuaram: os Estados Unidos e o Brasil, respectivamente.

As duas contrastam com as feministas liberais e sufragistas, que até agora têm polarizado a maioria das pesquisas da história das mulheres. Ao contrário das primeiras, que apontavam a política institucional como lugar privilegiado de luta pela emancipação concentrada na conquista do direito de voto para mulheres, as duas anarquistas deram uma atenção especialmente ao campo da sexualidade e da educação como terreno de enfrentamento dos problemas femininos. Desejavam reverter a maior carga de normas e preconceitos instituídos a serem superados para que se realizassem em sua integridade de seres humanos. Seus interesses e qualidades pessoais precisavam ser desenvolvidos então em termos intelectuais e emocionais, o que incluía relacionamentos amorosos-sexuais, ao invés de se subordinarem aos interesses do marido e aos cuidados com os filhos e com o lar.

Ao reivindicarem a liberação sexual das mulheres, Goldman e Maria Lacerda enfatizaram a autonomia do indivíduo em seu ativismo. As duas lutaram contra desigualdades na vida pessoal e no círculo familiar, ligando as hierarquias entre homens e mulheres a articulações mais amplas da opressão política e econômica. Ao reivindicarem o fim da exploração econômica e a livre expressão de vontades e idéias pessoais, as duas militantes revigoraram as esquerdas. Impulsionavam o movimento dos trabalhadores e campanhas pacifistas, liderando as associações entre comunistas, anarquistas, socialistas e livre-pensadores.

Defensora da doutrina da "não-violência", Maria Lacerda combateu a aliança militarista entre a Igreja Católica e o fascismo ao participar de campanhas da Liga Anticlerical e da Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, a partir de fins da década de 20. Em 1929, chegou a realizar conferências no Uruguai e na Argentina¹, a convite da Liga Antifascista Italiana e a Liga Antiimperialista Argentina. Por sua vez, Goldman cria a Liga de Não-Alistamento em 1917, combatendo o serviço militar compulsório ao reivindicar o direito de cada um manifestar seu livre arbítrio, recusando o engajamento na 1ª Grande Guerra (1914–1918).

¹ *Diário de São Paulo*. "As conferências de Maria Lacerda de Moura na Argentina e no Uruguai. São Paulo, 2/07/1929, nº 150, p. 11.

Goldman justificou nesse momento a estratégia anarquista por excelência — a “ação direta” — em uma perspectiva diferente à da sua juventude. Reagir à violência instituída agora significava principalmente resistir em colocar a vida à disposição dos capitais em conflito, recusando-se a morrer e a matar nos campos de batalha ou a produzir armamentos nas fábricas pelo interesse de poder. De outra forma, entre fins do século passado e inícios deste — isto é, apenas algumas décadas antes — valorizava a denúncia de injustiças mesmo se implicasse em sacrificar a própria vida, arriscando-se à perseguição e execução pública por ter reagido à violência social com a violência política dos atentados. Como uma resposta ao massacre de siderúrgicos na região de Homestead, nos Estados Unidos, Goldman colaborou diretamente assim no atentado realizado por seu companheiro, Alexander Berkman (1870-1936), em 1892.

No entanto, especialmente a partir de 1903, Goldman diversificou sua ênfase na ação direta para conquistar relações mais igualitárias. Ganhou maior relevo concretizar novos valores, como a solidariedade e a consciência de si, nos vários contatos pessoais e espaços com que se articula o cotidiano. Militando intensamente nos Estados Unidos, esta libertária atuou de maneira plural e paralela em diferentes campos. Entre eles, arrecadou fundos para a organização descentralizada de trabalhadores *Industrial Workers of The World (I.W.W.)*, impulsionou a escola moderna e centro cultural libertário Francisco Ferrer, divulgou métodos anticoncepcionais em campanha pelo controle da natalidade e combate o alistamento compulsório nos Estados Unidos, em fins da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Na verdade, as duas últimas polêmicas revelam o crescente individualismo dessa ativista. Na campanha pelo controle da natalidade, defendeu a liberdade sexual das mulheres, amando e reproduzindo-se segundo suas próprias vontades, assim como, ao ter proposto o não-alistamento, valorizou a liberdade de pensar dos “*objeto-res de consciência*”, pacifistas, à Primeira Guerra Mundial, entre 1916 e 1917.

Maria Lacerda também enfatizou a independência de idéias para que as pessoas se emancipassem. Chamava atenção assim para o exemplo conscientizador de mulheres e operários ao se desembaraçarem de dogmas e preconceitos que os inferiorizassem justificando subordiná-los e explorá-los. Revelou um individualismo mais acentuado em relação a Goldman, defendendo a suprema resistência — a “*não-violência*” — a fim de se combater hierarquias instituídas.

A partir 1928, a libertária brasileira diversificou sua atuação. Além de escrever artigos e livros e realizar conferências em sindicatos e salões libertários, reivindicando o pacifismo, associou-se a comunistas e liberais inclusive, ao ter lutado contra totalitarismos de direita que emergem, como o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha e o integralismo no Brasil. Organizou a Liga Anti-Clerical no Brasil e participou de conferências anti-fascistas no Uruguai e na Argentina, durante os primeiros anos da década de 30.

Fundindo experiências sociais e individuais, ao valorizar a vida humana, Lacerda enfatizava o papel feminino na luta contra mecanismos de poder, reforçados em Estados autoritários. Propôs às mulheres que se recusassem a gerar mão-de-obra recrutada pelo Estado para os exércitos bem como difundir valores militares. Em lugar destes, elas deveriam incentivar sentimentos de fraternidade e igualitarismo. Ao realizarem sua própria vontade enquanto consideravam a dos

outros no dia-a-dia, as pessoas iriam modificar suas relações, desenvolvendo a sensibilidade e o respeito pelos outros. Na verdade, Maria Lacerda destacou a força transformadora das mulheres, ao se responsabilizarem pelo crescimento e formação das crianças, desde o nascimento, transmitindo-lhes princípios altruístas e de auto-estima.

Emma Goldman também reivindicava que as escolas alimentassem a independência de pensamento ao invés de sufocarem as potencialidades latentes nos indivíduos e reiterarem as injustiças existentes. Liderou desse modo os protestos e as manifestações contra a prisão e execução do educador anarquista Francisco Ferrer y Guardia (1859–1909) pelo regime da monarquia espanhola.

A força com que Goldman impulsionou movimentos educacionais e culturais revolucionários — como o que se reunia na *Francisco Ferrer Association* (1910–1917), em Nova York, por exemplo — não deixou, aliás, de ser reconhecida pelos educadores anarquistas Henry Harry M. Kelly (1871–1953) e Leonard Abbott (1878–1953)². Criadores da escola moderna na cidade norte-americana de Stelton onde, entre 1915 e meados da década de 20, formaram-se educadores e intelectuais que difundem ideais libertários até a atualidade, Kelly e Abbott ressaltaram o papel desta ativista em defender a aprendizagem como um dos espaços para que valores mais humanos se concretizem e se multipliquem. De acordo com Kelly, Goldman foi uma das *"mulheres mais notáveis que tive sorte em conhecer"*, marcada pelo *"amor da liberdade e decisiva coragem física e moral"*. Por sua vez, Abbott — ele próprio, um dos mais destacados participantes do movimento Ferrer — também observou que *"Emma Goldman tem feito mais que qualquer um em manter vivo o interesse americano no fundador martirizado das escolas modernas"*³.

Em suma, ainda que não se registre um contato efetivo entre Goldman e Maria Lacerda, elas se aproximam em várias questões ao militarem. Em palestras, comícios, manifestações e publicações, reivindicavam igualdade entre as pessoas e o direito à individualidade, sufocados pelo ordem burguesa. Ligando-os à independência de pensamento, propõem conquistá-la através da educação racionalista e moderna do engajamento revolucionário e da liberdade sexual, em que o amor livre de restrições e preconceitos, mais o controle da natalidade podem expressar a vontade pessoal das mulheres. Ao nos apontar novas alternativas de relacionamento pessoal e sexual, o pioneirismo de suas propostas, formuladas ainda na primeira metade deste século, estimula investigá-las agora, quando mulheres e homossexuais, negros e adolescentes criam suas entidades e formas de organização, reivindicando direitos e abalando velhos padrões da sexualidade, da raça e da família.

² Cf. Paul Avrich. *The modern school movement: anarchism and Education in the United States*. Princeton, Princeton University Press, 1980. A respeito de Harry Kelly, ver: 69–72, 84, 90–93, 108, 110–12, 115–16, 131, 212, 215; e Leonard Abbott, ver: 69–72, 74–84, 90–92, 98, 170–72, 209, 212–13, 215.

³ O historiador anarquista Paul Avrich assinala que Goldman realizou as conferências sobre educação que marcaram a passagem da escola moderna da cidade de Nova York para Stelton. Cf. AVRICH, Paul. 1980, *op. cit.* p. 245. Ver ainda: Leonard Abbott. *Mother Earth*. 1910 e Henry M. Kelly "Roll Back the Years. Odyssey of a Libertarian". Editado por John Nicholas Beffel. Autobiografia não-publicada, Taminent Library, 6:4 (citados respectivamente por Paul Avrich, 1980, *op. cit.* p. 38, 175).

Coincidindo muitas vezes em suas concepções libertárias, Goldman e Maria Lacerda as elaboraram em contextos inteiramente diferentes. Revelaram entre si diferenças de espaço, condição social, geração e mesmo posicionamento político — Emma Goldman foi inspirada pelo anarco-comunismo de seu mentor, o russo Piótr Kropotkin (1842–1921), enquanto Maria Lacerda priorizou a independência do indivíduo para que todos se libertassem.

Existem respostas que expliquem portanto as semelhanças entre as propostas destas ativistas, além de uma possível influência de Goldman sobre Maria Lacerda? Por sinal, não encontrei quaisquer textos em que esta mencione o nome de Goldman. Não são necessários, porém, mais documentos históricos que os comentários destas libertárias sobre os mesmos autores — as suas próprias propostas para concluirmos que se movimentavam em meios intelectuais e revolucionários coincidentes. Ainda que filtrados pela especificidade das experiências e espaços em que as duas atuavam, Kropotkin, Mikhail Bakunin (1861–1876) e Louise Michel (1830–1905) entre outros as inspiraram certamente enquanto reivindicavam mudanças e refletiam sobre o mundo em que viviam. Além de compartilharem inspirações semelhantes, Goldman e Maria Lacerda convergem renovando o movimento anarquista. Enfatizam fatores sexuais e morais para que se estabeleça uma sociedade mais justa. A consciência moral e o entrosamento social seriam revigorados ao se romperem normas e justificativas de poder. Tradicionalmente subjugadas, as mulheres sobressaem assim como exemplo de contestação libertária ao se afirmarem como indivíduos, assumindo o controle sobre seus próprios corpos e desejos.

Desenvolvimento dos capítulos

O capítulo um procura situar Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura no movimento anarquista. Estuda como as duas ressaltam a liberdade de expressão para se conquistar a igualdade social enquanto criticavam diversos aparelhos de poder na sociedade burguesa, como o Estado, a Igreja Católica ou o machismo. Discute-se assim a posição contraditória de Emma Goldman. Ao longo de sua permanência nos Estados Unidos, envolveu-se com a ação direta violenta, tendo entendido esta como manifestação de protesto individual e exemplo de revolta mesmo quando já levantava polêmicas entre revolucionários que a associavam com o aumento da repressão. Por outro lado, ela liderou paralelamente campanhas pelo direito de manifestar as próprias vontades e interesses, reivindicando relações mais justas de trabalho e a valorização da vida humana, ameaçada pelo militarismo de Estado.

Pacifismo e a luta pela independência de pensamento também marcaram o ativismo de Maria Lacerda de Moura no Brasil. Lutando contra injustiças e opressão, integrou-se ao movimento operário no início da década de 20. Ao contrário da imagem de isolamento que lhe atribuíram após a sua morte, mostra um intenso ativismo ao defender seus ideais: além de ter realizado várias conferências no Uruguai e na Argentina, participou de festivais libertários, escreveu vários artigos e livros engajados, viveu na comunidade individualista de Guararema (1928–37) e,

enfim, reforçou a coalizão anti-fascista de liberais e da esquerda às vésperas do Estado Novo, que implantou a ditadura de Getúlio Vargas (1930–1945).

No capítulo 2, dou sequência à análise da luta das duas militantes contra desigualdades, criticando regras de comportamento e verdades absolutas que as justificam. Concentro-me em suas propostas de liberação sexual. Lutando contra a obediência a convenções sociais e senso comum, as duas reivindicaram *o amor e a maternidade sem coerções nem normas*.

Junto com a independência de raciocínio, a espontaneidade também caracteriza as propostas de aprendizagem formuladas por Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura. Investigo, no capítulo 3, os pontos de convergência e as contradições internas entre teoria e prática. Inspiradas por educadores libertários como Francisco Ferrer e Sébastien Faure (1858–1935), valorizaram a observação, a investigação e a reflexão para que fossem questionadas idéias pré-concebidas e discriminações. A fim de se reverterem estereótipos sexuais, propuseram a co-educação — a experiência de convívio de meninos e meninas durante a aprendizagem — e a educação sexual. Através desta, homens e mulheres iriam adquirir conhecimentos sobre suas funções reprodutivas e vida sexual, podendo melhor controlá-las e estabelecendo relações amorosas e afetivas autênticas ao questionarem as hierarquias sexuais.

Contestando poderes e suas justificativas, as ativistas valorizavam a autonomia do indivíduo. Combateram desigualdades na vida pessoal e no círculo familiar, associando as que existem entre homens e mulheres a articulações mais amplas de opressão política e econômica. Abriram caminho para que reemergissem com maior força as críticas às imagens de passividade e inferioridade física e mental das mulheres, que ganharam maior complexidade a partir da década de 80, quando os interesses acadêmicos de investigação e pesquisa não têm privilegiado mais os movimentos por igualdade entre os sexos mas têm focalizado também a discussão de diferentes formas de ver e viver entre homens e mulheres.

Neste estudo, interessa-me aprofundar as concepções de liberdade sexual feminina formuladas por Goldman e Maria Lacerda, após discutir questões mais abrangentes em sua militância. Lutando contra a obediência a convenções sociais e senso comum, estas militantes defenderam o amor-livre e a maternidade voluntária, que iriam ampliar as potencialidades femininas de exprimir e difundir consciência e racionalidade, em conjunto com imaginação e criatividade. Goldman destacou o amor como campo de expressão pessoal e exemplo de solidariedade, considerando e conciliando as características pessoais dos parceiros ao abandonarem preconceitos e barreiras morais. Por sua vez, Maria Lacerda assinalou que o sentimento de fraternidade é difundido quando mulheres emancipadas e homens sensíveis se unem. As duas incentivaram o desenvolvimento da capacidade pessoal de perceber e criar, priorizando sua espontaneidade e seus sentimentos e desafiando fórmulas e restrições reproduzidas pela religião e pelo aparato governamental.

Por sua vez, Goldman e Maria Lacerda defenderam a maternidade livre ou consciente para que esta se manifestasse. Ao tomarem conhecimento e controle das condições de fertilidade para melhor evitá-la e ao exercerem auto-domínio, as mulheres podiam afirmar sua capacidade deliberativa e consciência crítica escolhendo quando se reproduzirem. Dessa maneira, também expressavam sua independência intelectual através de seus corpos, desafiando interesses de

corporações industriais e instituições políticas e econômicas ao limitarem o fornecimento de mão-de-obra, incluindo o de soldados que defendam esses organismos.

Ao discutir a liberdade de expressão no amor e na maternidade, que Goldman e Maria Lacerda buscaram, assinalo também suas críticas ao casamento e seus alicerces: a virgindade e a prostituição. Restrição ou multiplicação de experiências sexuais, as duas últimas reforçam os vínculos conjugais de dependência e inércia das mulheres, tornando-as insensíveis e desvalorizando-as como pessoas. Prostituído-se, elas mercantilizam suas expressões de amor e afeto e, ao valorizarem as relações sexuais apenas quando sancionadas pelo casamento, desconsideram a autenticidade de seus sentimentos e desejos.

A partir daí, investigo as propostas educacionais e de mudança social dessas duas feministas libertárias, enfatizando os princípios com que batalharam pela liberdade sexual das mulheres: o auto-respeito e o companheirismo, a defesa das experiências e a independência de decisão e prática. Envolvendo auto-controle e pulsão emotiva, estes valores instigaram Goldman e Maria Lacerda a lutarem pela independência sexual das mulheres ao contestarem tabus e postulados tradicionais relativos à virgindade, à prostituição e ao casamento.

Acrescento ainda indicações das obras produzidas por estas ativistas ou a elas referentes. Espero que os leitores se sintam motivados a aprofundarem seus questionamentos a respeito.



Fotografia de Emma Goldman no frontispício do livro
Anarchism and other essays (1910)

I - ANARQUISMO E EXPERIÊNCIAS FEMININAS NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL: EMMA GOLDMAN E MARIA LACERDA DE MOURA

1. Emma Goldman e anarquismo nos Estados Unidos: ação direta — propaganda política e radicalismo cultural na virada do século.

"Estranho que eu, de todas as pessoas, pudesse pensar isso (em mudanças de perspectivas das massas ao serem condenados sem provas os anarquistas Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti). Eu que havia vivido e lutado nos Estados Unidos por mais de metade de minha vida e tinha testemunhado a inércia dos trabalhadores e a inescrupulosidade e a desumanidade das cortes americanas! Com a chacina de inocentes em Chicago, com Sasha condenado por vinte e dois anos por uma ofensa que não merecia mais que sete anos, com Mooney e Billings enterrados vivos por perjúrio, com as vítimas de Wheatland e Centralia ainda na prisão, e todos os outros que eu tinha visto presos sob falso pretexto! Como poderia eu imaginar que Sacco e Vanzetti, embora inocentes, conseguiriam escapar da "justiça" americana? "

Emma Goldman – *Living my Life* — 1931

Quando chegou a essa conclusão em 1927, com a condenação de Sacco e Vanzetti à cadeira elétrica após um julgamento simulado nos Estados Unidos, Goldman estava com 58 anos. Após ter sido deportada desse país oito anos antes e ter participado a seguir na Revolução Russa, entre 1920 e 1921, relembrava os principais momentos da luta pela liberação humana, que marcaram sua militância. Esta se mostrou intimamente associada à "propaganda pela ação", tanto em seus aspectos mais negativos quanto também nos mais positivos.

A partir da condenação igualmente sem provas de oito anarquistas devido ao atentado à polícia nas manifestações em Haymarket, 1886, foi que Goldman se interessou pelo anarquismo. Ao mudar-se para Nova York três anos depois, integrou-se ativamente a esse movimento. Tomou como "mentor" o militante alemão Johann Most (1846–1906), que defendeu ardentemente a violência política e escreveu um manual de explosivos *Revolutionary War Science* (1885). Em 1890, ela rompeu com Most e se aproximou de seu rival no anarquismo, Joseph Peukert, que valorizava sobretudo a conquista da liberdade do indivíduo.

Mas, indicando priorizar sua própria autonomia, Goldman não se prendeu a uma rígida divisão entre individualismo e a "propaganda pela ação" violenta. Dois anos mais tarde, conseguiu dinheiro para que seu companheiro Alexander Berkman (1870–1936) agisse em protesto contra a repressão e demissão massiva de trabalhadores da Carnegie Steel Corporation, em uma tentativa frustrada de atentado a seu diretor, Henry Clay Frick. E, em 1901, a militante acabou perseguida e presa sob a acusação de inspirar o assassinato do presidente dos Estados Unidos, William McKinley, por León Czolgosz (1872–1901).

Sem propriamente chegar a propor a violência política, ela defendia os que a praticavam ao combaterem hierarquias e injustiças. Indicava, assim, um dos princípios centrais de seu ativismo: a liberdade de expressão pessoal. Envolvendo a autenticidade em relações privadas e sociais, a valorização humana e igualitarismo, ela buscava eliminar suas justificativas ideológicas, impulsionando diversas questões e campanhas. Divulgou suas concepções através de múltiplos meios: artigos em jornais como *Labor Leader*¹, o livro de sua autoria, *Anarchism and other essays* (1910) e a revista mensal que dirigiu, *Mother Earth* (1906–1918), além de conferências e campanhas de costa a costa, nos Estados Unidos. Amplo também se mostrou o seu questionamento, abrangendo as relações sociais junto com a vida cultural e a opinião pública em vigor: desse modo, por exemplo, Goldman lutou tanto pelo direito de os trabalhadores se mobilizarem, desafiando as perseguições e prisões aos membros do *I. W. W.*, quanto para homens e mulheres romperem normas e preconceitos, relacionando-se espontaneamente e concretizando a liberdade de amar e o livre arbítrio feminino nos relacionamentos amorosos-sexuais e no auto-controle sobre suas funções reprodutivas.

Ação direta violenta na propaganda política

"algo novo e maravilhoso havia nascido em minha alma. Um grande ideal, uma fé ardente, uma determinação em me dedicar à memória de meus companheiros martirizados, em fazer sua causa a minha"

¹ GOLDMAN, Emma. *Labor Leader*. "Anarchy", 5/06/1897, 19. In: SALOMON, Martha. *Emma Goldman*. Boston, Twayne Publishers, 1987, p. 171.

própria, em levar ao mundo o conhecimento da beleza de suas vidas e do heroísmo de suas mortes."

Emma Goldman – *Living my life*

Logo no início de suas memórias, Emma Goldman narrou o momento em que se tornou anarquista, inspirando-a e marcando sua futura e intensa luta contra injustiças e o poder. Em 11 de novembro de 1887, quatro libertários foram enforcados. Junto com quatro outros militantes, haviam sido acusados sem provas pela explosão de uma bomba em Chicago, no ano anterior. Nesta cidade em 4 de maio de 1886, houve uma explosão entre os policiais que cercavam uma manifestação pacífica de trabalhadores. Dentre os 67 policiais vitimados na ocasião, apenas um foi atingido por estilhaços de bala e os demais, em grande parte, por tiros de policiais contra os manifestantes. Entre estes, 7 ou 8 morreram enquanto 30 a 40 acabaram feridos, segundo os registros do historiador Paul Avrich².

Implicando em sentenças violentas e em uma onda nacionalista e anti-revolucionária, o acontecimento de Haymarket mobilizou a indignação de Emma Goldman. Vinda da Rússia dois anos antes e agora operária têxtil aos dezoito anos nos Estados Unidos, identificou-se com os condenados, defensores de melhores condições de vida e trabalho e, com exceção de um, imigrantes. Comovendo-se com o fato de "*serem condenados à morte por seu ideal*" de solidariedade e autonomia, interessava-se por sua luta contra a ordem de desigualdades e injustiças. Passou a freqüentar um grupo socialista alemão mas se sentia desmotivada em parte por sua abordagem "*descolorida e mecânica*"³. Foi na linguagem dramática e sarcástica do jornal anarquista *Die Freiheit* (1882-1910), liderado na época pelo alemão e defensor do terrorismo Johann Most, que encontrou expressão para a revolta e o sofrimento com o "*assassinato judicial em Chicago*"⁴, decidindo aderir ao movimento libertário.

Até o conflito em Haymarket, este se mostrava particularmente intenso em Chicago, maior pólo industrial dos Estados Unidos em meados dos anos 80 no século passado. Entre 1883 e 1886, a depressão econômica preenchia as metrópoles norte-americanas com massas de desempregados. Só em Chicago, foram despedidos 34.000. Por sua vez, as tensões urbanas foram intensificadas pela crescente diversidade étnica e cultural dos trabalhadores, majoritariamente imigrantes que chegam aos Estados Unidos em números superiores a 5 milhões nessa década⁵. O seu contingente se multiplicava em Chicago. Em 1871, sua população de quase um milhão de habitantes já incluía um quinto de alemães, mais parcelas consideráveis de irlandeses, escandinavos e eslavos. Pauperizados e proletarizados em sua maioria, não poucos se incorporaram a uniões sindicais, onde socialistas e anarquistas associavam a conquista de igualdade social ao

² AVRICH, Paul. *The Haymarket Tragedy*. Princeton, Princeton University Press, 1984, p. 210.

³ GOLDMAN, Emma. *Living my life*. 1ª ed. 1931. Nova York, Dover Publications, 1970, p. 9.

⁴ *id. ibidem*. p. 124.

⁵ Cf. Alice Wexler. *Emma Goldman: an intimate life*. Nova York, Pantheon Books, 1984, p. 32.

desenvolvimento da consciência de classe⁶.

Caracterizada pela brutalidade dos policiais e seguranças a serviço das grandes indústrias — que eram chamados de Pinkerton —, por rígidas divisões entre as classes e por um caldeirão de trabalhadores estrangeiros, a cidade possuía as condições necessárias para sobressair como eixo da movimentação trabalhista. No livro *The Haymarket Tragedy* (1984), o historiador Paul Avrich aprofundou a análise dessa emergência. Em 1881, Chicago sediou a congregação de socialistas revolucionários, dissidentes do partido Socialista do Trabalho (Socialist Labor Party — SLP). Fundada depois que o governo havia esmagado as greves ferroviárias quatro anos antes, esta organização visava proteger os interesses dos trabalhadores, integrando-os aos mecanismos de Estado. Mas, em 1880, as fraudes e corrupções eleitorais impediram a vitória de Frank Stauber, candidato do SLP, fortalecendo as facções radicais do partido. Estas romperam com Stauber e congregaram-se no Clube Social Revolucionário de Nova York, denominando-o assim para marcar diferenças com as alas reformistas do SLP. Ao invés de reivindicarem a intervenção governamental, propunham às uniões sindicais concretizarem o ideal de solidariedade. Desse modo, mudanças estruturais seriam impulsionadas ao se questionar a subordinação a autoridades centrais e iriam se transformar num eixo de luta pela transformação social.

Três anos mais tarde, buscando unificar seus diferentes grupos e tendências, os socialistas revolucionários, liderados por Most, organizaram um congresso na cidade de Pittsburgh. Reunindo sindicalistas, defensores da “propaganda pela ação”, e mesmo ativistas políticos, questionavam em seu todo a organização eleitoral. Em seu lugar, lutavam para subverter a ordem estabelecida através da luta armada. A questão sindical os dividia porém. Most e militantes de Nova York e demais cidades da costa leste condenavam as uniões sindicais. Alertavam para os riscos do burocratismo e da busca de ganhos imediatos retardarem a completa modificação do sistema vigente. Por sua vez, Albert Parsons (1848–1887) e seus companheiros formularam a “questão de Chicago” com inspirações anarco-sindicalistas ou “*sindicalistas revolucionárias*”. Propunham aos trabalhadores irradiarem mudanças morais e sociais articulados em federações sindicais. Em suas comunidades cooperativas, eles realizariam a auto-gestão, revertendo valores competitivos e a obediência a autoridades centrais ao mesmo tempo em que exerciam o controle sobre a produção.

Unidas pela tolerância ideológica, propostas anarquistas e socialistas preencheram o manifesto de Pittsburgh. Most realizou seus objetivos ao planejar o congresso revolucionário na cidade de Pittsburgh, organizando as diferentes tendências socialistas. A partir dos laços de cooperação criados entre estas, o recém-nascido partido Socialista Revolucionário foi substituído pela International Working People’s Association (IWPA), uma federação de grupos libertários autônomos. Esta cresceu aceleradamente, incentivada pela crise econômica e

⁶ AVRICH, Paul. 1984. *op. cit.* p. 79.

⁷ Líder da revolução bolchevique, León Trotski (1879–1940) reconheceu a importância dos anarco-sindicalistas ou sindicalistas revolucionários no movimento operário francês particularmente, sugerindo-lhes integrar uma frente única de classe, valorizando seu exemplo de coesão. Ver: TROTSKI, León. *Escritos sobre sindicato*. São Paulo, Kairós, 1978.

multiplicação de desempregados: em 1885, chegou a contar com 5.000 ativistas⁸. Em sua maioria imigrantes com origens variadas, no final do ano impulsionaram o movimento pela jornada de 8 horas, reconhecendo-o como um meio para sua mobilização e organização nacional enquanto difundiam e concretizavam ideais como a solidariedade e a ação direta dos trabalhadores.

Por sua vez, os antagonismos entre estes e industriais se acirravam com a luta pela jornada de 8 horas. No centro industrial de Chicago, em 3 de maio de 1886, a polícia interveio nos conflitos entre fura-greves e grevistas da fábrica McCormick, baleando e matando um número não-registrado de pessoas. Na noite seguinte, realizou-se uma manifestação pacífica de protesto na praça Haymarket, que também seria reprimida por policiais. A bomba que explodiu entre eles e as mortes decorrentes marcaram a emergência de um pânico anti-subversivo entre a opinião pública. Seguiram-se prisões e perseguições de líderes trabalhistas em todo o país, ao mesmo tempo em que se sufocou o movimento pelas 8 horas justamente na cidade onde se mostrava mais forte, Chicago⁹.

O episódio de Haymarket: Emma Goldman se conscientiza com a condenação dos oito anarquistas

Entre junho e agosto de 1887, o julgamento em Chicago dos oito anarquistas acusados pela explosão de Haymarket era acompanhado avidamente por Emma Goldman e sua irmã, Helen, na cidade de Rochester. O enforcamento de 4 deles marcou o momento em que essa libertária amadureceu. Ao narrar sua militância, ela se referiu a esse atentado diversas vezes, sobretudo em momentos de conflito e revolta, reconhecendo-o como a *"influência mais decisiva em minha vida"*. Inspirando-lhe o *"nascimento e crescimento espiritual"*¹⁰ no final da adolescência, estimulou-a a engajar-se no anarquismo, lutando pelo direito de todos comandarem a própria vida. Ela mesma decidiu abandonar a família e o casamento frustrante na cidade de Rochester, onde vivia. Partiu para New Haven e depois de um breve retorno e reconciliação em 1888, mudou-se definitivamente para o centro industrial de Nova York, incorporando-se ao ativismo libertário que se expandia nessa metrópole.

Nela se aglomerava um número crescente de italianos, russos e judeus. Desde fins do século passado, aportavam massivamente nos Estados Unidos. Em sua maioria, os imigrantes tinham suas expectativas de novas oportunidades e de uma vida mais satisfatória frustradas com a miséria, longas jornadas de trabalho e moradias precárias e insalubres que encontravam. Nessas circunstâncias, a dramaticidade do caso Haymarket reforçava a procura de condições mais humanas de vida pelos imigrantes sem recursos.

⁸ *id. ibidem* p. 82.

⁹ Cf. Paul Avrich. 1984. *op. cit.* p. 85; Alice Wexler. 1984, *op. cit.* p. 34; e James Joll. *Anarquistas e Anarquismo*. 1ª ed. 1964. Tradução por Manuel Vitorino Dias Duarte. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1970, p. 164-8.

¹⁰ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 508.

Divulgado intensamente na grande imprensa, aliás, colaborou, assim, para difundir o interesse pela movimentação revolucionária. A onda de preconceitos nacionalistas e anti-revolucionários e a crueza impessoal das punições contrastaram exacerbadamente com o idealismo auto-despreendido dos anarquistas condenados. Ao valorizarem o igualitarismo e a independência pessoal, eles encontraram ressonância também, por outro lado, entre artesãos e pequenos proprietários locais, ameaçados com o surgimento de grandes corporações industriais, em meados de 1880. Em meio à massificação de miseráveis nesse período, conforme ressaltou o historiador Paul Avrich, o episódio Haymarket expôs as injustiças e arbítrios na sociedade norte-americana. Fundamentou assim a “ressurgência”¹¹ do anarquismo entre fins da década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial, conscientizando os mais idealistas a respeito das iniquidades legitimadas institucionalmente enquanto dinamizava a criatividade e a agitação cultural entre as comunidades de imigrantes. Aliás, estes costumavam se referir a esse episódio em suas apresentações dramáticas, manifestações, festas e textos, reforçando-os como focos de resistência ideológica.

Enquanto agitava entre os revolucionários, Goldman encontrou um número considerável de outros ativistas, também engajados devido à revolta com os eventos de Haymarket. Dentre eles, incluíam-se Voltairine de Cleyre (1866–1911) e os líderes socialistas do sindicato de mineiros (Western Federation of Miners — WFM), William Haywood e George Pettibone. Amizade e princípios os uniam: apesar da rivalidade que a historiadora Margaret Marsh lhe atribuiu e do desentendimento que ela própria registrou, Goldman ressaltou em suas memórias “a integridade de propósito” de de Cleyre, uma das “mais talentosas e incansáveis ativistas” libertárias¹².

Por sua vez, entre 1906 e 1907, Goldman engajou-se em uma campanha contra o enforcamento de Haywood, Pettibone e Charles Moyer, condenados com acusações forjadas pelo assassinato do ex-governador do Colorado, Steunenberg. Discutiu o caso em várias palestras em todo o país e em artigos na revista *Mother Earth* (1906–1917), que liderava. Em sua condenação a sectarismos ideológicos, ela se tornou amiga de Haywood e sua companheira, Elizabeth Gurley Finn, militante na união sindical Industrial Workers of the World (I.W.W. — 1905–1918), consolidando a aproximação com os círculos socialistas de Nova York na luta pela liberdade de expressão.

Além disso, Goldman reforçou sua identificação com os “mártires de Chicago” e sua causa idealista, incorporando a defesa da liberdade de expressão nas últimas palavras de um dos acusados, August Spies (1855–1887): “Nosso silêncio falará mais alto que as vozes que vocês estrangulam hoje”¹³. Aproveitou para visitar alguns dos envolvidos sobreviventes enquanto circulava pelas cidades do meio-oeste norte-americano em suas primeiras jornadas de palestras em inglês no ano de 1898. Entrou assim em contato com Michael Schwab (1853–1898), um dos

¹¹ AVRICH, Paul. 1984. *op. cit.* p. 433.

¹² Cf. Margaret Marsh. *Anarchist Women: 1870–1920*. p. 148–150. Filadélfia, Temple University Press, 1981; e Emma Goldman. 1970. *op. cit.* p. 504–5.

¹³ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 51.

condenados pelo atentado e o casal amigo de Parsons, William e Lizzie May Holmes, ainda profundamente marcados pelo atentado¹⁴.

Este evento converteu também à causa libertária um número considerável de jovens idealistas, de origem norte-americana e imigrante. Entre os últimos, influenciou a formação do primeiro grupo de judeus libertários nos Estados Unidos, os Pioneiros da Liberdade (*Pionire der Frayhayt*). Defendiam também o papel conscientizador da "propaganda pela ação", influenciados principalmente por Most. Participando desse grupo e compartilhando seus ideais, Alexander Berkman colocou em prática as propostas de ação direta defendidas por Most e as difundidas entre os revolucionários de seu próprio país de origem, a Rússia. Diante do massacre desumano de trabalhadores na siderúrgica Carnegie, em 1892, ele tentou exprimir sua revolta e indignação em um protesto violento contra o diretor da siderúrgica, Henry Clay Frick. Sua vida, a de Emma Goldman — sua companheira — e a própria esquerda norte-americana mudariam profundamente depois desse ato.

¹⁴ William e Lizzie May Holmes remetiam com frequência aos acontecimentos de 1886–7 em suas conferências e textos, continuando a defender os ideais de Parson ao questionarem preconceitos e lutarem pelo ideal de liberdade. Apresentado por Avrich como um *"anarquista eclético"*, William conciliava múltiplas propostas ideológicas e junto com Lizzie — a companheira, também anarquista e feminista — impulsionava o ativismo libertário no pólo industrial de Denver — *"centro de nosso trabalho de mobilização"*, como observou Goldman — reunindo individualistas e coletivistas, *"homens e mulheres"* que militavam *"bem-informados e baseados nos aspectos econômicos da luta social"*. Nesse sentido, é de se pensar se não se contrapuseram à concepção de que a *"colaboração organizada"* entre essas duas tendências libertárias se extinguiu na conferência de Pittsburgh em 1883, conforme assinalou Margaret Marsh ao discutir a história do anarquismo e do feminismo nos Estados Unidos entre 1870 e 1920. Por sua vez, Schwab havia retomado com menor intensidade sua atividade de propagandista revolucionário, em que postulava a tolerância e a diversidade ideológica enquanto se opunha à violência armada — exceto como *"meio necessário de defesa"* ao arbítrio e ataque das classes dominantes. Morreria ainda em 1898, tendo contraído tuberculose na prisão, onde havia permanecido até ser perdoado pelo governador democrata-liberal John P. Altgeld em 1893. Se Goldman lhe destacou o *"espírito firme e orgulhoso que poderes cruéis não puderam quebrar"*, isso não implicava, porém, que Schwab tivesse mantido inabaláveis suas propostas no movimento operário. Avrich registrou que, cansado dos horrores da prisão e pressionado por amigos e parentes, ele subscreveu um pedido de clemência junto com outros acusados, August Spies e Samuel Fielden (1847–1922). Nele, os três lamentaram seus excessos retóricos que poderiam ter estimulado o uso da *"força agressiva"* como um *"instrumento adequado de reforma"*. Em contrapartida, os chamados *"intransigentes"* por Avrich, Georg Engel, Adolph Fischer e Louis Lingg mantiveram a coerência de seus princípios. Desafiando a ordem de execução, preferiram se transformar em mártires do anarquismo em nome da liberdade de expressão e da solidariedade. Seu idealismo transpareceu no apego à defesa da propaganda pela ação para se manifestar o protesto às injustiças e desigualdades do sistema vigente, exemplificando-as à custa da própria vida, apesar de inocentes. AVRICH, Paul. 1984. *op. cit.* p. 105, 358, 381–398; GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 222, 223 e 221; SCHWAB, Michel. *The Famous Speeches of the Eight Chicago Anarchists in Court*. 2ª ed., Chicago, Lucy E. Parsons, 1910, p. 25–27 (citado por Paul Avrich, 1984. *op. cit.* p. 287); GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 221, 222 e 223; e Carta de August Spies, Michel Schwab e Samuel Fielden ao governador Richard J. Oglesby, 3 de novembro de 1887, Executive Clemency Files, Illinois State Archives, Chicago Inter Ocean, 6 de novembro de 1887 (citado por Paul Avrich. 1984. *op. cit.* p. 356).



Emma Goldman

Homestead: Emma Goldman arranja dinheiro para Berkman cometer o atentado

23 de julho de 1892, letras garrafais anunciaram nos jornais vespertinos de Nova York: *"JOVEM CHAMADO ALEXANDRE BERKMAN ATIRA EM FRICK — assassino dominado por trabalhadores depois de uma luta desesperada"*¹⁵. Ao lado do primo de Berkman, Modest Stein, Goldman lia perplexa as notícias. Começava a se inteirar do insucesso do atentado cometido por seu companheiro e auxiliado por ela própria.

Goldman, Berkman e Stein desejavam revitalizar o movimento revolucionário nos Estados Unidos, efervescente desde maio de 1892. Nesse mês, aumentos salariais haviam sido reivindicados pelos trabalhadores organizados na Associação de metalúrgicos e siderúrgicos a Henry Clay Frick, presidente da siderúrgica Carnegie Steel Company, na região de Homestead. Em resposta, Frick não só se negara a negociar com os grevistas como também chamara funcionários da Agência Pinkerton para reprimi-los e substituí-los na produção.

A violência imposta aos grevistas mobilizou a opinião pública que passou a apoiá-los. Alexander Berkman abandonou então os planos anteriores que ele, sua companheira e seu primo tinham formulado para voltarem à Rússia a fim de reforçarem a agitação revolucionária nesse país. Ao saber que trabalhadores e suas famílias tinham sido expulsos barbaramente das vilas operárias em Homestead, Berkman decidiu intensificar a indignação generalizada através do protesto político para transformá-la em um impulso social de mudanças radicais, de conquista da liberdade. Com seus 22 anos de idade — um ano a menos que Goldman, à época —, também postulava a ação direta violenta entre um número razoável de imigrantes libertários. Defrontando-se com a violência das desigualdades sociais nos Estados Unidos, reagiam com a violência política, ainda que custasse a própria vida dos que atacavam os representantes do poder. Motivados por esse argumento, vários atentados tinham ocorrido na Europa entre as décadas de 1870 e 1880, culminando no assassinato do czar russo Alexandre II em 1881. Procurava-se desse modo chamar atenção para a causa revolucionária e conquistar novos militantes.

Goldman participou como cúmplice decisiva no atentado contra Frick. Encarregada de obter dinheiro para sua realização, cabia-lhe pagar o revólver e as roupas mais elegantes que iriam permitir a Berkman se apresentar como representante de uma firma de empregos, fornecedora de mão-de-obra substituta aos grevistas. Mas, mais ainda, dela dependia esclarecer as razões do atentado, *"articulando seu significado aos trabalhadores"* a fim de conscientizá-los como *"propagandista"* e *"agitadora"*, conforme Berkman lhe pedia¹⁶. Razões sociais e não pessoais justificavam o ato de seu companheiro: o assassinato de Frick visava-o *"não como um homem, mas sim como o inimigo do trabalho"*¹⁷.

A fim de obter os vinte dólares calculados para essas despesas, a anarquista assumiu então uma *"pose dramática incorporada em sua formação*

¹⁵ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 92.

¹⁶ *id. ibidem.* p.87.

¹⁷ *id. ibidem.* p. 87, 90.

cultural", como observou uma de suas biógrafas, Marian J. Morton¹⁸. Decidiu prostituir-se, inspirando-se em Sonia Marmeladovna, personagem angelical que sustentava os irmãos e a madrasta com o dinheiro do meretrício, no romance do escritor russo, o libertário Fiódor Dostoyévsky (1821-1881), *Crime e Castigo* (1866). Goldman paramentou-se com vestes insinuantes, espartilho e salto alto, mas não conseguiu nenhum cliente: a cada vez que um homem se aproximava, ela apressava o passo, movida por *"algo mais forte que a razão"*¹⁹. Mais gentil e maduro, um deles se sentiu atraído por sua *"falta de jeito"*, seu ar de *"noviça"*²⁰ inexperiente na prostituição das ruas e lhe deu dez dólares, sem cobrar quaisquer serviços. Goldman pediu assim a ajuda de Helen, sua irmã, para arrecadar o restante.

Como indicou a anarquista ao narrar sua tentativa de arrecadar dinheiro para o plano de Berkman, o idealismo romântico e o deslocamento cultural na condição de imigrante destes jovens militantes lhes impunham *"grandes distâncias"* em relação às *"pessoas que eles propunham liderar"*, como advertiu outra biógrafa de Goldman, Alice Wexler²¹. Não é de espantar, portanto, que se frustrassem com os resultados do *attentat*. Apesar do isolamento em sua concepção e elaboração, circunscrita a Berkman, Stein e Goldman, esta se admirou com o fato de os trabalhadores se preocuparem em socorrer o patrão e dominar Berkman. Indicava acreditar na natureza instintiva da consciência de classe, capaz de irromper de maneira imediata, ao mesmo tempo em que revelava a profunda abstração sua e a de seu amigos quanto à experiência concreta.

Na verdade, o movimento operário em Homestead acabou estagnado com a tentativa de assassinato do presidente da siderúrgica. De acordo com Goldman, grupos trabalhistas mais *"conservadores"* preferiram evitar ataques mais violentos dos seguranças Pinkerton, reivindicando a intervenção do exército para protegê-los. Desse modo, apenas possibilitaram uma maior repressão. Conforme a libertária russa esclareceu, os motivos para a presença das tropas logo se manifestaram: o controle e opressão dos trabalhadores aumentavam, pois tratava-se de proteger não os *"trabalhadores de Homestead"* mas, sim, as *"fábricas Carnegie"*²².

O atentado e suas conseqüências marcaram Goldman profundamente. Entre outras coisas, implicou, por exemplo, no rompimento de seu relacionamento amoroso-sexual com Berkman, que permaneceu na cadeia por 14 anos. Ainda assim, essa ativista procurou narrar esses acontecimentos de maneira objetiva. Registrou as contradições que dividiram os anarquistas diante desta ação direta em Homestead. Um número considerável de militantes responsabilizava o ato pela maior repressão imposta ao movimento. Por outro lado, também houve militantes que valorizaram o protesto violento de Berkman. Tornou-se óbvia também a retração do movimento operário com este atentado. A histeria anti-revolucionária foi alimentada ainda pela grande imprensa que, em sua *"campanha feroz contra os*

¹⁸ MORTON, Marian J. *Emma Goldman and the American Left: nowhere at home*. Nova York, Twayne Publishers, 1992, p. 28.

¹⁹ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 92.

²⁰ *id. ibidem.* p. 93.

²¹ WEXLER, Alice. 1984, *op. cit.* p. 64.

²² GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 100.

*anarquistas*²³, contava com todo o reforço da polícia ao multiplicar perseguições e prisões.

Além disso, o atentado de Homestead acarretou um cisma de *"impacto destrutivo na esquerda imigrante"*²⁴, de acordo com Morton. Aprofundava a oposição entre os grupos libertários de Johann Most (1846–1906) e o austríaco Joseph Peukert. Este último e seu grupo, *Autonomie*, reconheceram o idealismo revolucionário de Berkman ao atacar o presidente da siderúrgica em Homestead. Por outro lado, Berkman era ridicularizado pelos militantes liderados por Most²⁵, o *"professor"* e *"ídolo"*²⁶ de Goldman em suas próprias palavras, que a introduzira na realização de conferências. Seja por sentir ciúmes da discípula por quem se apaixonara, seja por temer a prisão, desse momento em diante Most deixava de defender a *"propaganda pela ação"*.

Questionando se Most *"realmente acreditava"* em sua crítica à ação direta, a ativista decidiu recorrer ao protesto violento. Com um longo chicote oculto em um casacão, desafiou Most a provar suas insinuações contra Berkman em uma de suas palestras. Ele resmungou algo como *"mulher histérica"* e não teve tempo para dizer mais nada: saltando ao palanque, ela lhe chicoteou o rosto, a cabeça e o pescoço e lhe lançou em seguida os pedaços do chicote que havia quebrado²⁷. Mais tarde, Goldman iria lamentar a dramaticidade do ataque. Enfraquecera a luta anarquista ampliando-lhe a divisão, que deixara de ser uma *"rixa entre Most e Peukert"* e se revelara uma *"tempestade entre o movimento anarquista inteiro"*²⁸, em meio ao acirramento de medidas repressivas. Transformada em pária social, Goldman recuperou porém o ímpeto de militância diante do martírio de seu companheiro: se a execução dos anarquistas em Chicago inspirou toda sua luta, o longo encarceramento de Berkman lhe incitou a lutar pela comutação da pena. Goldman ampliava assim seus contatos com ativistas de diversas tendências revolucionárias, unidos pela defesa da independência de idéias, ao combaterem a censura e a repressão.

Em 1898, a libertária liderou-os ao organizarem a Associação de Defesa de Alexander Berkman, reivindicando o perdão judicial ao seu companheiro. Entre eles, sobressaíam, por exemplo, o *"pacifista, socialista e anarquista"*²⁹ Leonard Abbott e Ernest Crosby, adepto do movimento *single-taxer* que postulava a criação

²³ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 99.

²⁴ MORTON, Marian J. 1992, *op. cit.* p. 29. Ver ainda: WEXLER, Alice. 1984, *op. cit.* p. 44 e 53; e também GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 74–5.

²⁵ Most recusou então todo apoio ao seu rival mais jovem, Berkman. Seja por ciúmes ou ressentimento, seja por temer nova prisão — havia sido encarcerado logo após ter realizado um protesto incendiário à execução dos "mártires de Chicago" — insinuou em uma de suas palestras que *"o judeu russo arrogante"* tinha usado uma pistola de brinquedo como um maníaco ou alguém contratado pelo próprio Frick para reverter uma imagem pública negativa. GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 105.

²⁶ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 40.

²⁷ *id. ibidem.* p. 105.

²⁸ *id. ibidem.* p. 106.

²⁹ Entrevista com William Morris Abbott, 14/01/1972 (citada por Paul Avrich. 1980, *op. cit.* p. 169).

de um imposto único, fundiário, para exterminar a especulação e a miséria.

Por outro lado, é de se pensar se, ao enfatizar a liberdade de expressão, Goldman não justificou também a prática do terrorismo. Afinal, concebendo a violência política como uma resposta à opressão e à violência social, Goldman não deixou de criticar a incompreensão do anarquista individualista Benjamin Tucker (1854-1939). O último havia recusado colaborar com o pedido de liberação de Berkman porque não podia entender a percepção mais aguda e sensível do companheiro de Goldman ao se revoltar com a "*brutalidade de Frick durante o lock-out*" e "*exprimir seu protesto por um ato de violência*"³⁰.

De acordo com as memórias de Goldman lançadas em 1931, somente em 1914 ela iria reconhecer a desvalorização pessoal embutida na reação às injustiças sociais que se manifestava do mesmo modo que aquelas — através da violência. A fim de difundir a crítica à opressão e às desigualdades sociais, a "propaganda pela ação" também implicava no sacrifício de seus próprios realizadores e de outros indivíduos. Em 1914, na avenida Lexington, em Nova York, explodia uma bomba no quarto de uma das articulistas de *Mother Earth*, Louise Berger. Matou três homens e uma outra mulher que a preparavam a fim de protestarem contra o massacre de mineiros de carvão grevistas e suas famílias contratados pelo magnata William Rockefeller na região de Ludlow, Colorado. Declarando-se consternada com a irresponsabilidade dos ativistas mortos, Goldman recusou-se a partir desse momento a justificar a "propaganda pela ação": embora a compreendesse como reação a "*crimes sociais*", "*não poderia nunca mais participar ou aprovar métodos que arriscassem vidas humanas*"³¹. Cinco anos depois, violência e revolução também eram discutidas aqui por Maria Lacerda de Moura no livro *Renovação* (1919). Marcando o início de sua aproximação com o anarquismo, ela propôs às mulheres e aos operários unirem forças, revertendo sua condição subordinada. Buscando a "*liberdade de acção e a igualdade econômica*", iriam desenvolver a consciência social ao questionarem mecanismos reprodutores de desigualdades, como a violência.

Entre outros meios violentos de transformar a sociedade, a "*dinamite*" seria condenada por Maria Lacerda junto com o "*roubo, o assassinio, o massacre*". Criticando a "propaganda pela ação", ela colaborava com o revigoramento da movimentação revolucionária no Brasil. Através de seus textos, conferências e aulas, ela procurava concretizar valores transformadores como a "*Justiça, a Liberdade, a Solidariedade*"³² na mesma época em que militantes operários no Brasil eram condenados sem prova por acusações de terrorismo. Diante de múltiplas greves entre fins da década de 10 e início dos anos 20, o "*emprego da química*", o uso de "*bombas de dinamite*" foi atribuído pela polícia aos trabalhadores grevistas e libertários. Os policiais formularam então um pretexto para perseguir e prender um grande número de militantes, conforme registraram os estudos dos historiadores

³⁰ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 233.

³¹ *id. ibidem.* p. 536.

³² MOURA, Maria Lacerda de. *Renovação*. Belo Horizonte, Typ. Athene, 1919, p. 241.

Boris Fausto e Edgar Rodrigues³³.

Nas décadas de 20 e 30, a ativista brasileira acentuou a crítica à violência política, aprofundando seu individualismo. Junto com interesses econômicos ou político-partidários, doutrinas sociais também receberam críticas de Maria Lacerda. Implicavam em uma moral autoritária — em "*exigir a submissão*" ou "*impôr as idéias ou os sonhos*"³⁴ aos outros, como assinalou a libertária no livro *Amai e... não vos multipliqueis* de 1932. Ela condenava especialmente a reprodução de arbitrariedades e o desrespeito à vida humana em nome de valores como "*Solidariedade Humana*", "*Liberdade*", "*Igualdade*"³⁵ entre outros. Criticando a violência pela "propaganda pela ação" por reproduzir a metodologia dos totalitarismos combatidos, Maria Lacerda propunha a "suprema resistência" — isto é, a recusa pacifista às relações de opressão e seus mecanismos violentos e impositivos. Expressando "*harmonia interior*" e "*solidariedade biocósmica*"³⁶, o indivíduo concretizava sua própria vontade e se entrosava com os demais, aperfeiçoando-se. As qualidades pessoais e companheirismo seriam realizados plenamente, livres de bloqueios morais, de dogmas e "*ideologias de classe ou não*"³⁷, como ela já havia assinalado ao discutir questões amorosas e concepções revolucionárias no livro *Han Ryner e o Amor Plural*, publicado quatro anos antes.

Assim como Maria Lacerda no Brasil, Goldman lutava por ideais libertários de solidariedade pessoal e tolerância ideológica. Ao retomar seu ativismo nos Estados Unidos, aliás, contou com o apoio de outras associações revolucionárias além de *Autonomie*, incluindo, por exemplo, o grupo socialista *Vokszeitung*, as comunidades revolucionárias de italianos e as de judeus libertários em Nova York, impulsionadas as últimas pelo sindicalista Joseph Barondness. Além disso, ela consolidou sua liderança revolucionária em 1893, ao ser presa por ter proposto em uma manifestação de desempregados tomarem de pães para se alimentarem. Em 1898, enquanto reunia revolucionários com múltiplas opções ideológicas na Associação de Defesa de Alexander Berkman, ela já ministrava conferências da costa oeste a leste nos Estados Unidos.

Ampliando a mobilização revolucionária com suas propostas, em 1901

³³ Em 31/5/1919, o jornal libertário *A Plebe* (1917) publicou o depoimento histórico de Benjamin Motta. Lido na Câmara dos Deputados pelo deputado federal ligado ao movimento operário, Nicanor do Nascimento, este relatório discutia as perseguições policiais aos anarquistas, justificadas pelo risco de terrorismo. Por exemplo, em 1892 ou 1893 — quando o atentado de Berkman alarmava autoridades em diversos países —, 18 ou 19 anarquistas teriam sido presos, acusados sem provas pela explosão de uma bomba em São Paulo. De acordo ainda com Edgar Rodrigues, em outubro de 1918 — isto é, seis meses antes de Maria Lacerda publicar *Renovação* no ano seguinte —, foram presos vários operários têxteis e militantes anarquistas, como o militante José Oiticica — apresentado pela grande imprensa como o "*Lenine brasileiro*". Ver: FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 3ª ed. São Paulo, Difel, 1977, p. 77 e RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e cultura social: 1913-1922*. Rio de Janeiro. Lenmert, 1972, p. 210-213, 227-233.

³⁴ MOURA, Maria Lacerda de. *Amai e... não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932, p. 19.

³⁵ *id. ibidem*, p. 15.

³⁶ *id. ibidem*, p. 17.

³⁷ MOURA, Maria Lacerda de. *Han Ryner e o Amor Plural*. 1ª ed. 1928, São Paulo, Unitas, 1933, p. 121.

Goldman já havia se transformado em uma *"figura bem conhecida nos círculos anarquistas internacionais"*³⁸, de acordo com a historiadora Marian Morton. Por isso mesmo, sua militância seria drasticamente interrompida nesse ano. Enquanto em 1892, sendo ainda uma ativista pouco conhecida, Goldman conseguiu evitar ser incriminada pelo protesto violento em que havia participado, nove anos mais tarde a ação direta iria justificar a permanência da famosa líder anarquista nas cadeias de Harrison Street e Cook Count Jail — a prisão onde foram executados os "Mártires de Chicago". Como eles, também era acusada sem provas por um ataque fatal à autoridade. Agora, porém, tratava-se do assassinato do presidente norte-americano William McKinley, cometido por León Czolgosz, em 6 de setembro de 1901.

Duas faces da violência política: o assassinato do presidente McKinley e a repressão governamental

Ironicamente, ela havia encontrado Czolgosz pela primeira vez ao criticar a identificação entre anarquismo e a apologia da violência em uma palestra em Franklin Liberal Club, Cleveland, no começo de maio de 1901³⁹. Em suas memórias, revelou o quanto havia se impressionado com a *"mais sensível"* expressão no rosto *"belo"* daquele rapaz, envolto em *"cachos dourados"*. Algumas semanas depois, ele a procurou em Chicago, onde ela descansava com a família de Abe Isaack, um imigrante russo que se tornara libertário após abandonar a religião menonita. Apresentando-se como Nieman, Czolgosz esclareceu que havia pertencido ao grupo de socialistas em Cleveland, mas a paralisia, a falta de *"visão"* e *"entusiasmo"* entre eles o desanimaram⁴⁰. Decidira mudar-se para Chicago, onde gostaria de integrar-se aos anarquistas.

Durante a jornada de conferências pela costa leste Goldman leu sobre o atentado de McKinley nos jornais vespertinos de 6 de setembro daquele ano. Nesse mesmo dia, havia sido baleado gravemente no peito e no estômago por um jovem chamado León Czolgosz (1872–1901)⁴¹. Um amigo anarquista a alertou para a possibilidade de ser incriminada pela imprensa e pelas autoridades. Em sete de setembro, estas suspeitas se confirmaram: as manchetes anunciavam *"ASSASSINO DO PRESIDENTE — UM ANARQUISTA CONFESSA TER SIDO INCITADO POR EMMA GOLDMAN. PROCURA-SE A ANARQUISTA"*⁴².

Explodiu uma verdadeira histeria anti-anarquista nos Estados Unidos. Os estados de Nova York, Nova Jersey e Wisconsin decretaram leis contra o

³⁸ MORTON, Marian J. 1992, *op. cit.* p. 33.

³⁹ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 290.

⁴⁰ Cf. *id. ibidem.* p. 289–290, e Richard Drinnon. *Rebel in Paradise: a biography of Emma Goldman.* Chicago and London, The University of Chicago Press, 1961, p. 68 (comentário do artigo sobre a palestra de Goldman no jornal *Plain Dealer* (Cleveland – 06/05/1901)).

⁴¹ Cf. Richard Drinnon. 1961, *op. cit.* p. 68.

⁴² GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 296.

"*anarquismo criminoso*"⁴³. Goldman se transformava no alvo principal dos ataques conservadores, que procuravam reprimir seu acentuado ativismo. Ressaltando seu próprio idealismo ao reconstruir a auto-imagem na autobiografia, Goldman confessou ter viajado para Chicago, expressamente para se entregar à polícia. Dessa forma, esperava interromper a perseguição a seus amigos ativistas e também ao seu companheiro nesse momento, o libertário tcheco Hippolyte Havel (1869–1950)⁴⁴.

No dia 10, os policiais encontraram Goldman na casa de amigos antes mesmo de ela se entregar, conforme planejava. Ameaças e maltratos se misturaram entre outras manifestações mais efetivas de violência policial na prisão⁴⁵. Por outro lado, dois fatores beneficiaram a anarquista. Mesmo questionado sob tortura, Czolgosz negou qualquer envolvimento dela no atentado, declarando ter agido sob "*suas próprias instruções*"⁴⁶. Além disso, o chefe da polícia de Chicago, O'Neill, interessava-se em proteger Goldman. Usava uma artimanha para se consolidar no cargo: queria prender subordinados suspeitos de perjúrio e suborno, sem lhes permitir conquistar o prestígio de condenarem aquela que teria provocado o assassinato do presidente norte-americano. Duas semanas depois de ser presa, Goldman foi liberada, simplesmente.

Apos a libertação, Goldman atuou dividida entre o ideal de solidariedade e a experiência de isolamento. Impossibilitada de impedir a execução de Czolgosz imposta pela morte de sua vítima, preocupou-se em reduzir seus sofrimentos e desamparo. Aos outros militantes, propôs divulgarem as razões de seu ato e entrarem em contato com o rapaz a fim de que percebesse que o valorizavam em lugar de sentir-se abandonado e rejeitado.

Interessada na integridade emocional dele, reconheceu-o como indivíduo com uma ênfase semelhante, em suma, à que havia destinado ao presidente ferido. Na prisão, chegou a oferecer seus serviços de enfermeira profissional para que este último se recuperasse. Identificando-se com os destituídos e fragilizados, Goldman se solidarizou com o presidente ferido. Próximo da morte e privado de todo o poder, ele se transformara unicamente em um "*ser humano*"⁴⁷ necessitado de socorro. Goldman acabou considerando o presidente William McKinley com desprendimento e generosidade, não muito distante da simpatia que reservou ao

⁴³ Cf. Marian J. Morton. 1992, *op. cit.* p. 37

⁴⁴ Será realmente irrelevante o fato de Goldman ter resolvido se entregar à polícia na mesma cidade onde os "mártires" de 1887 tinham sido executados quatorze anos antes? De acordo com a desenfreada onda direitista em 1901, a militante seria provavelmente condenada por um ato em que não havia participado, assim como havia ocorrido aos anarquistas de Haymarket. Aliás, é possível supor igualmente que ela visava reforçar o poder conscientizador do evento de Haymarket, que marcou sua militância, dando também um exemplo de auto-despreendimento e idealismo heróico ao se apresentar à polícia sem temer consequências ameaçadoras. Cf. Emma Goldman, 1970. *op. cit.* p. 296, 311–17, 354–5.

⁴⁵ Por exemplo, transferida de uma cela na delegacia, Goldman chegou com as roupas cobertas de sangue na cadeia de Cook Count — o mesmo local, aliás, onde os quatro condenados de Haymarket haviam sido enforcados. Um policial a esmurrara e lhe arrancara um dente ao conduzi-la até lá. Cf. Emma Goldman. 1970. *op. cit.* p. 307–8.

⁴⁶ Cf. Richard Drinnon. 1961, *op. cit.* p. 79 (transcrito dos depoimentos de León Czolgosz, Courthouse Archives, Erie County, Buffalo, Nova York).

⁴⁷ *id. ibidem.* p. 306.

idealismo de Czolgosz, caracterizado pela busca do “*bem das pessoas*”⁴⁸.

No entanto, justamente porque priorizava a solidariedade humana, ela terminou isolada no movimento revolucionário. Dessa maneira, ao planejar manifestações que mostrassem os objetivos do atentado e revertissem a imagem aterrorizante do acusado entre as massas, Goldman descobriu que os ativistas judeus ou de língua inglesa — norte-americanos e imigrantes do Reino Unido — recusavam qualquer envolvimento ou abordagem em relação a esse assunto. Responsabilizavam Czolgosz pela feroz repressão policial depois do atentado, que sufocara o movimento revolucionário. Nessa época, Goldman chegou a ser repudiada como “*irresponsável*”⁴⁹ em uma campanha contra Czolgosz organizada pelo agitador cultural Saul Yanofsky (1864–1939). Este era então o editor responsável do jornal anarquista *Frage Arbeiter Schtime* (1890–1977) e ainda viria realizar palestras no centro cultural libertário Francisco Ferrer (1911–18), que foi impulsionado por esta ativista, sugerindo uma atitude compreensiva e tolerante desta⁵⁰, ao abandonar mais tarde quaisquer ressentimentos em relação a Yanofsky.

Mas, no turbilhão do atentado em 1901, ela chegou a romper com o próprio Berkman. Na passagem do ano, dois meses depois da execução de Czolgosz, ele lhe enviou uma carta elogiando como a atitude dela havia se transformado em comparação à década anterior, quando ambos não poderiam “*sequer admitir a humanidade de um representante oficial do capitalismo*”. Mas, ao mesmo tempo em que reconhecia que haviam atingido o “*mesmo ponto de evolução*” por caminhos diversos, ele não deixou de criticar o atentado. Segundo Berkman, este não possuía valor educacional ou fundamentos ideológicos de classe: a “*denúncia das condições existentes*” expressava não uma “*necessidade social*” mas, sim, apenas a “*revolta pessoal*”⁵¹ do autor do atentado.

As observações de Berkman chocaram Goldman profundamente, conforme ela declarou em suas memórias. Ainda assim, a militante procurou refletir objetivamente. Traçou um paralelo entre seu amigo e Czolgosz, assinalando que as críticas do primeiro se assemelhavam aos argumentos de Most, que havia condenado Berkman pelo atentado de nove anos antes. Como defensores do terrorismo, Most e o companheiro de Goldman destacavam a inutilidade da ação direta violenta nos Estados Unidos: desprovidos de uma consciência social desenvolvida, os trabalhadores não poderiam compreender os motivos daqueles atos.

Em contrapartida, essa ativista enfatizava o questionamento às imagens e valores instituídos, justificando a propaganda política a fim de difundir a crítica à opressão. Isto é, não a explicava exclusivamente por critérios de classe. Em lugar disso, apontava semelhanças entre Berkman e Czolgosz ao recorrerem ambos à violência política. Em 1892, como o último o faria em 1901, o companheiro de Goldman havia despersonalizado sua vítima. Julgava-a um representante de múltiplas questões econômicas, políticas e morais, fundadas na violência social. A

⁴⁸ *id. ibidem*. p. 306.

⁴⁹ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 322–3.

⁵⁰ Cf. Alice Wexler. 1984, *op. cit.* p. 112.

⁵¹ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 324.

anarquista não reconheceu, portanto, que ele já as especificava, relacionando-as mais concretamente a conflitos econômicos. De acordo com as palavras de Berkman, que ela própria citou nas memórias:

*"Frick era o símbolo da riqueza e poder, da injustiça e do erro da classe capitalista, assim como responsável pessoalmente pelo derramamento de sangue"*⁵².

Berkman referia-se aí à matança de trabalhadores ordenada pelo presidente da Carnegie Steel Corporation, explicando por que ele tinha se revoltado e empregado a violência devido a um acontecimento marcante e específico. Por sua vez, ao explicar seus motivos para o atentado em uma forma desconexa e imprecisa, Czolgosz levantava suspeitas quanto à sua sanidade⁵³. Goldman, no entanto, persistiu em ressaltar a sensibilidade e a coerência do rapaz ao contestar a opressão e os antagonismos sociais. Ainda presa, encontrou razões tanto sociais quanto subjetivas para o ato de Czolgosz. Ao assassinar o presidente, o rapaz estaria revelando seu protesto contra a repressão militar dos trabalhadores e contra a expansão imperialista, com a anexação anterior das Filipinas. A partir da vaga declaração do acusado — *"Eu fiz isso pelas pessoas"*⁵⁴ —, a libertária identificou-o aos demais defensores da ação direta para exprimir o apoio e a defesa de injustiçados e subordinados. Não questionou a ausência de ligações entre Czolgosz e a movimentação de trabalhadores, que iriam justificar seu ato de modo mais preciso e efetivo.

Logo após sair da prisão, ela preocupou-se em destacar a lucidez e a maior capacidade de Czolgosz e outros indivíduos para perceber desigualdades, denunciando-as através do terrorismo. No artigo "The Tragedy of Buffalo" em *Free Society*, Goldman responsabilizou diretamente as autoridades pela realização de atentados. Conscientes de *"injustiças e desumanidade"*, os indivíduos seriam motivados a combatê-las através da violência política, porque *"eles não poderiam testemunhar passivamente (...) misérias e sofrimentos"*⁵⁵.

Nove anos depois, Goldman voltou a discutir o atentado de McKinley na conferência "The Psychology of Violence", transcrita no livro *Anarchism and other essays* (1910). A ação direta resultava não de concepções ideológicas, mas, sim, do testemunho e contato efetivo com desigualdades sociais. Negava que a contestação

⁵² *id. ibidem*. p. 88.

⁵³ Em seu estudo a respeito de Emma Goldman, Wexler reforçou a hipótese de loucura do assassino. Referindo-se vagamente às "pessoas", ao imperialismo e à exploração do capital, ele não chegou a esclarecer por que tinha escolhido a violência política como meio de protesto. Impossibilitava a definição de seu ato, portanto, como *"racional"*, segundo esta biógrafa. Drinnon também registrou o fato de dois alienistas, Walter Channing e L. Vernon Briggs, analisarem o caso do assassino de McKinley após o julgamento e o considerarem louco, *"vítima de dementia praecox"* e obcecado pela idéia de que era um anarquista e que deveria matar o presidente. Cf. Alice Wexler. 1984, *op. cit.* p. 110 e Richard Drinnon. 1961, *op. cit.* p. 77 (referência a People v. León F. F. Czolgosz, Courthouse Archives, Erie County, Buffalo, New York).

⁵⁴ *id. ibidem* p. 309.

⁵⁵ Em sua autobiografia, Goldman incluiu trechos do artigo "The Tragedy of Buffalo" que já havia transcrito na revista *Mother Earth* (1906–1918), que liderou. Cf. Emma Goldmann. "The Tragedy of Buffalo", Nova York, Mother Earth Publications, nº 1, 10/1906, p. 11–6, e 1970. *op. cit.* p. 31.

libertária às instituições tivesse estimulado Czolgosz a matar o presidente dos Estados Unidos. Por outro lado, ao atribuir poder de observação, coerência e crítica social ao assassino, a militante acabou questionando a concretização do ideal de companheirismo entre os anarquistas. Em suas memórias, revelou suas hipóteses a respeito do ato de Czolgosz: deduziu que ele devia ter lido as acusações de espionagem lançadas pelo jornal *Free Society* que ele havia procurado devido à sua revolta contra as injustiças sociais, os “erros que via ao seu redor”⁵⁶. A fim de lhes mostrar o quanto se identificava autenticamente com os oprimidos, ele havia se decidido então a eliminar a autoridade máxima do país, o presidente McKinley.

Em suma, aliando explicações subjetivas à generalidade das justificativas de Czolgosz para seu ato, Goldman terminou reforçando o questionamento de seu companheiro a esse atentado. Cometido por alguém que não participava efetivamente de um movimento revolucionário, este ato não possuía a dimensão educacional da “propaganda pela ação”, de acordo com Berkman. Tampouco revelava bases concretas quando se propunha expressar os interesses da coletividade de maneira violenta, já que não atingia um “inimigo direto e imediato das pessoas”⁵⁷, a libertária identificou-o aos outros revolucionários que exprimiam a solidariedade aos injustiçados e subordinados através da ação individual. Não chegou a questionar, porém, a ausência de maiores ligações entre Czolgosz e a movimentação anarquista.

Goldman interpretou as críticas de Berkman como ataques pessoais. Sentindo-se abandonada, deixou de lhe escrever. Desse modo, ampliava-se seu isolamento, aprofundando a cisão entre ela e outros militantes anarquistas nesse período. Decidiu concentrar-se em seu trabalho como costureira industrial, decepcionada com a inconsistência ideológica daqueles. Ao rejeitarem Czolgosz e, por associação, sua possível “inspiradora”, eles revelavam não valorizarem bastante a integridade e a coerência pessoal para concretizarem os ideais anarquistas de solidariedade. Em lugar de se reunirem em uma oposição organizada, enfraqueciam-se apenas, fortalecendo medidas reacionárias. Entre estas, a libertária destacou as leis anti-anarquistas dos estados de Nova York e de Nova Jersey, dois centros da movimentação anarquista, e a proibição federal à entrada de anarquistas no país. Dessa maneira, os próprios libertários entravavam também o intercâmbio e a criação cultural no país, impedindo a vinda do geógrafo e pensador anarquista Piotr Kropotkin, do escritor Léon Tolstoi (1829–1910) e do sexólogo inglês Edward Carpenter⁵⁸.

Instigada pela repressão, Goldman recomeçou a militar. Diante da prisão de dois anarquistas em manifestações grevistas, em 1902, emergiram novamente seus ideais de solidariedade e companheirismo que, conjugados ao seu impulso de militância, haviam sido abalados com sua rejeição por outros militantes anarquistas após o atentado por Czolgosz. A partir dessa experiência, ela reviu seu posicionamento libertário e, não mais limitada por um “punhado” de “mesquinhos”⁵⁹, reconquistou a auto-confiança necessária para impulsionar o

⁵⁶ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 309.

⁵⁷ *id. ibidem.* p. 323. .

⁵⁸ Ver *id. ibidem* p. 325, 326 e Richard Drinnon. 1961, *op. cit.* p. 90–91.

⁵⁹ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 329.

movimento revolucionário.

Radicalismo cultural: a anarquista russa instiga a luta pela liberdade de expressão nos Estados Unidos

Em 1903, a resistência à repressão marcou o reinício do ativismo de Goldman, liderando a organização da Free Speech League. Ela protestava contra as ameaças de deportação e a prisão do anarco-sindicalista inglês John Turner na ilha de Ellis em Nova York. Ao valorizar a coletividade, aliás, esse militante divergia das críticas e do combate de Goldman à opinião pública⁶⁰. Ou seja, comprovava-se também a integridade da militante ao lutar pela tolerância e a independência de idéias, engajando-se em uma nova campanha pela liberação de Turner. Reunindo militantes de tendências diversas como o single-taxer Bolton Hall, o livre-pensador Dr. E. B. Foote e os educadores libertários Elizabeth Ferm (1857-1944) e Alexander Ferm (1870-1970), a Free Speech League reforçou também as manifestações e greves, como a de têxteis e mineiros em 1904.

Em 1905, foi criada uma das organizações que mais impulsionou a mobilização pela liberdade de idéias, a associação sindical apartidária Industrial Workers of the World (I.W.W.). Embora incorporasse uma parcela considerável de socialistas, sem excluir membros do Social Labor Party (SLP), distanciava-se de organismos político-institucionais. Defendendo a ação direta em sabotagens e greves gerais, visava tanto melhorias imediatas nos salários e nas condições de trabalho quanto mudanças estruturais, com a reversão do capitalismo. Anti-elitista, congregava trabalhadores de funções e condições diversas: especializados e não-especializados, homens e mulheres, imigrantes de vários países e norte-americanos⁶¹.

Goldman não chegou a integrar a I.W.W., mas a apoiou ativamente. Por exemplo, em junho de 1906, a revista que dirigia, *Mother Earth*, denunciou os seguranças Pinkerton, Harry Orchard e Mc Parland, como “*espiões*” e “*autores de perjúrio*”⁶². Estes teriam forjado as acusações de assassinato do ex-governador do Colorado pelos integrantes da I.W.W., Charles Moyer, George Pettibone e Bill Haywood. Desse modo, Orchard e Mc Parland visavam legitimar sua execução. Os

⁶⁰ Na palestra publicada em *Anarchism and other essays*, Goldman opôs os valores inquestionados da maioria à criação emancipadora do “inovador, o pioneiro de uma nova verdade”, porque as massas “serão sempre as aniquiladoras da individualidade, da livre iniciativa, da originalidade. Cf. Emma Goldman. *Anarchism and other essays*. 1ª ed. 1910. “Minorities versus Majorities”, Nova York, Dover Publications, 1969, p. 70, 78 e 1970, *op. cit.*, p. 346.

⁶¹ Cf. David Montgomery. *Worker's control in America: studies in the story of work, technology and labor struggles*. Cambridge, Cambridge University Press, 1979; Salvatore Salerno. *Red November, black November: culture and community in the Industrial Workers of the World*. Albany State University of New York Press, 1989; e Joseph G. Rayback. *A History of American Labor: expanded and updated*. 1ª ed. 1959. Nova York, Macmillan Publishing Co., 1974.

⁶² *Mother Earth*. “Observations and Comments”, Nova York, Mother Earth Publications, vol. I, nº 4, p. 12.

artigos em *Mother Earth* e as manifestações lideradas por essa ativista contribuíram de maneira decisiva para impedir que isso acontecesse.

Além disso, em 1912, a militante arrecadou fundos para a greve dos têxteis na cidade de Lawrence, que mobilizava os membros da I.W.W., os Wobblies. Junto com o socialista Mr. Sol Fieldman, organizou dois debates em Nova York. No último destes, ela discutiu o contraste entre ação direta e política, indicando a greve dos têxteis em Lawrence como exemplo da primeira. Por sua vez, quando priorizava a intervenção do Estado para concretizar a igualdade social, Fieldman foi cercado por risadas e vaias dos espectadores que *"uivavam rindo, batiam os pés, e entoavam músicas da I.W.W."*⁶³, defendendo a conquista imediata de autonomia.

A anarquista impulsionou ainda as manifestações pela liberdade de expressão, que os Wobblies de diversas tendências ideológicas desenvolviam na costa oeste entre 1909 e 1912. Associava-as ao debate ideológico que atraía a classe média instruída em palestras como "Vítimas da Moralidade", "A Tragédia da Emancipação da Mulher" e "Patriotismo". Goldman ampliava então o questionamento das relações de poder e violência: ultrapassava critérios de classe ao aliar a discussão do movimento trabalhista à crítica das desigualdades entre os sexos. Além de apoiar as reivindicações de liberdade de expressão pelos Wobblies, denunciando seus ataques e perseguições pelas autoridades, que reforçavam o crescimento do capital em nome de ideais patrióticos e militaristas.

Em 1916, 22 de julho, uma bomba explodia na cidade de São Francisco, durante uma parada em favor da integração dos Estados Unidos à guerra. A acusação recaiu sobre sindicalistas ligados à I.W.W. Dois deles, Tom Mooney e Warren K. Billings, foram condenados à morte. Goldman e Berkman lutaram ativamente para impedi-la: organizaram um comitê de defesa dos acusados e mobilizaram-se por apoio internacional, enviando um manifesto em maio e junho do ano seguinte aos trabalhadores revolucionários na Rússia de 1917. Sugeriam pressionar o governo dos Estados Unidos *"ao manifestarem seu protesto a Washington contra a condenação de Tom Mooney e Warren K. Billings"*⁶⁴.

A resposta chegou radical e violenta: liderados pelos marinheiros da base naval Kronstadt, os manifestantes russos decidiram manter sob seqüestro o embaixador norte-americano em Petrogrado até o governo dos Estados Unidos libertar Mooney e outros acusados — inclusive Berkman, preso em julho de 1917 sob a acusação de envolvimento no atentado de São Francisco. Em vista disso, o presidente norte-americano Woodrow Wilson (1912-1920) ordenou que as sentenças fossem comutadas. Revogava-se a execução de Mooney e Billings, punidos com a prisão perpétua; Berkman foi solto em 14 de novembro de 1917.

Desde abril desse ano, porém, o movimento pacifista nos Estados Unidos lutava para impedir que o país se incorporasse à Primeira Guerra Mundial, desafiando interesses de forças repressivas governamentais e civis armados — "os vigilantes" — contratados por grandes proprietários. Os Wobblies tornaram-se então um dos alvos principais dessa aliança. Massacres de centenas deles aconteceram nas regiões de Bisbee e Jerome; vários foram presos em Chicago, como Elizabeth Gurley Flynn, Carlo Tresca, Bill Haywood; e, sem poder correr ou fugir devido à sua

⁶³ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 491.

⁶⁴ *id. ibidem.* p. 597.

invalidez, um dos organizadores da I.W.W. acabou linchado em Butte, estado de Montana⁶⁵. Entre 1918 e 1919, a organização se fragmentou sob condenações legais massivas.

Longas sentenças de prisão também foram impostas a intelectuais pacifistas como Louise Oliverau e Harry D. Wallace, presidente da Liga da Humanidade e autor do livro *Shanghaied in the European War* (Seqüestrado na Guerra Européia). Revistas como *Mother Earth*, a também libertária *The Blast* (1915–1917) e a socialista *The Masses* (1911–1917) foram proibidas sob o poder de censura exercido pelo diretor dos Correios. Em sua autobiografia, Goldman assinalou que este representava um “*ditador absoluto sobre a imprensa*”, complementando-se os “*assaltos à vida e à liberdade de expressão*” com a “*supressão da palavra impressa*”⁶⁶. Proibições legais sucederam-se em cadeia. Em 18 de maio de 1917, o Ato de Serviço Seletivo decretava o serviço militar compulsório para todos os homens com idade entre 20 e 30 anos. Em junho, o Ato de Espionagem impôs multas elevadas e longos anos de cadeia àqueles que promovessem a obstrução do alistamento. E, em maio do ano seguinte, a Lei de Sedição censurava todas as críticas ao poder nacional e obstáculos à produção de equipamentos militares. Nas palavras de Wexler,

*“a guerra, em suma, constitui uma oportunidade para a perseguição de militantes trabalhistas, dissidentes e radicais — especialmente os anarquistas, Wobblies, e socialistas — que tinham ganhado força considerável durante a década precedente”*⁶⁷.

Horas antes de se instituir o Ato de Serviço Seletivo, a Liga de Não-Alistamento, organizada por Goldman e Berkman, reunia cerca de 10.000 pessoas em Harlem River Casino, discutindo a obrigatoriedade do serviço militar. As forças armadas se encarregaram de intervir nas manifestações seguintes desta Liga (4 e 14/06), culminando, durante a última, com a prisão dos homens que não apresentassem o cartão de alistamento. Em 15 de junho, Berkman e Goldman foram presos, acusados de bloquearem o recrutamento militar.

No dia 27 do mês seguinte, ambos foram julgados. Acusados por defenderem a ação direta violenta no comício de Harlem River Casino, responderam criticando as atrocidades legitimadas, consolidadas com o militarismo e a censura à liberdade de expressão. Ao assumirem a própria defesa no tribunal, opunham a valorização da liberdade do indivíduo à violência instituída, que o subordinava à manifestação de poder externo e controle. Goldman chamou atenção especialmente para os “*objetores de consciência*”. A partir de sua experiência de vida e formação humana, estes pacifistas combatiam as justificativas patrióticas e militaristas para os massacres das guerras enquanto defendiam a não-violência e a harmonia entre as pessoas:

⁶⁵ *id. ibidem*. p. 640–641.

⁶⁶ *id. ibidem*. p. 641.

⁶⁷ Cf. Marian J. Morton. 1992, *op. cit.* p. 81–91; e Alice Wexler. 1984, *op. cit.* p. 227–228.

*“O objetor de consciência (...) insiste que, pertencendo às pessoas donde veio e às quais deve a vida, deve estar ao lado das pessoas, pelas pessoas e entre as pessoas, e não ao lado das classes dominantes”*⁶⁸.

O resultado do julgamento acabou confirmando os argumentos de defesa dos réus, que reivindicavam o direito à liberdade de expressão em lugar dos interesses das autoridades. A corte alegou que *“não temos lugar nesse país para aqueles que expressam a visão de que a lei precisa ser de acordo com os pensamentos de um indivíduo”*⁶⁹ e os condenou à sentença máxima: dois anos de prisão e uma multa de dez mil dólares. Além disso, enviou os arquivos do julgamento às instituições de controle sobre a imigração, sugerindo que ordenassem a deportação de Berkman e Goldman. Os dois foram enviados imediatamente para a cadeia: Alexander Berkman para a penitenciária federal na cidade de Atlanta, e Emma Goldman para a prisão do Estado de Missouri. Em 21 de dezembro de 1919, voltaram deportados para seu país de origem, a Rússia, sob governo comunista.

Engajada na luta por mudanças sociais e culturais, Goldman abalou pilares morais do autoritarismo, impulsionando a campanha pelo controle da natalidade nos Estados Unidos principalmente entre 1915 e 1916. Combatendo o código familiar burguês de domínio e subserviência, impulsionou o debate revolucionário da independência feminina, ligando-a às questões da liberdade de consciência e da igualdade social.

Entre fins da década de 10 e 30, a ativista Maria Lacerda de Moura também discutiu esses temas. Coincidia com Goldman ao ressaltar a autonomia intelectual, ao reivindicar o fim das desigualdades sociais e sexuais, fundada na solidariedade e na auto-estima, na autenticidade e na reflexão pessoal. Assim como Goldman, associou-se a diversos grupos ideológicos ao combater a intermediação do Estado para a conquista da autonomia humana.

No entanto, circunstâncias múltiplas diferenciavam a movimentação dessas mulheres. Nascida na Rússia em uma família judia, Goldman foi uma operária imigrante que impulsionou a movimentação revolucionária dos trabalhadores, atuando sobretudo nos Estados Unidos entre fins do século XIX e as duas primeiras décadas deste século. Envolveu-se com a “propaganda política”, justificando-a como expressão do indivíduo revoltado com a violência social. Por sua vez, originária de uma família espírita de classe média, Maria Lacerda militou principalmente no Brasil durante a primeira metade do século XX, incorporando-se inicialmente ao feminismo liberal e mais tarde ao movimento operário. Neste, aliava a realização de artigos e palestras ao seu trabalho como professora libertária. Inspirando-se em pacifistas como Gandhi (1869–1948) e León Tolstói, colocou em prática sua defesa da não-violência, vivendo na comunidade de “objetores de consciência” em Guararema, entre 1926 e 1935. Como entendermos as convergências e os contrastes entre as propostas destas duas anarquistas?

⁶⁸ *Mother Earth*. “The trial and convictions of Emma Goldman and Alexander Berkman”, Nova York, Mother Earth Publishing Association, v. XIII, nº 5, p. 156.

⁶⁹ *Trial and Speeches of Alexander Berkman and Emma Goldman: in the United States District Court, in the City of New York, July, 1917*. Nova York, Mother Earth Publishing Association, 1917, p. 76.



Maria Lacerda de Moura

2. Maria Lacerda de Moura e os libertários no Brasil: contestação feminista-pacifista aos autoritarismos nos anos 20 e 30

"Já que não podemos evitar a revolução das classes, revolução que se prepara, surda, entre as nações, — ergamos, n'um grito ardente de fé, a nossa voz, proclamando, pela palavra e pela acção, intenções puras que desejam a felicidade para todos os homens e pedem o direito à vida, à saúde, ao alimento, à casa, à instrução, aos divertimentos, a tudo que alegria a alma dos ricos e que, até agora, tem sido vedado aos pobres, aos que mais trabalham".

Maria Lacerda de Moura — *Renovação* — 1919

A militante Maria Lacerda revelou sua transição ideológica em 1919. Nesse ano em que o movimento anarquista reemergia ameaçadoramente para as autoridades, eclodindo várias greves nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro⁷⁰, ela publicava o livro com o significativo nome de *Renovação*. Indicando seu crescente afastamento do feminismo liberal, declarava opor-se a *"tudo quanto se refere a política, eleições, votos"*⁷¹, defendendo o amor livre e o controle da natalidade já nesse momento. Paralelamente, aproximava-se das esquerdas, passando a reivindicar a *"igualdade economica e de acção"*⁷². Ao incorporar ideais universalistas — pois *"a revolução social deve abranger todo o glôbo"*⁷³, iniciava sua luta pela autonomia humana a partir dessa época, priorizando alcançá-la através da produção intelectual e a experiência revolucionária, a *"palavra"* e a *"acção"*.

Começava também a se desligar dos valores nacionalistas e da moral nacional dominante. De acordo com a própria autocritica feita mais tarde pela autora, essa influência ideológica caracterizava seu primeiro livro, lançado no ano

⁷⁰ Cf. DULLES, John W. Forster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Trad. de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro, ed. Nova Fronteira, 1977. p. 73-84; FAUSTO, Boris. 1977, *op. cit.* p. 217-243; e RODRIGUES, Edgar. 1972, *op. cit.* p. 261-276.

⁷¹ MOURA, Maria Lacerda de. 1919, *op. cit.* p. 109.

⁷² *id. ibidem.* p. 241.

⁷³ *id. ibidem.* p. 235.

anterior, *Em torno da Educação*, como “*patriótico, exaltado, burguesíssimo, cheio de preconceitos e dogmatismo*”⁷⁴. Paralelamente, no entanto, já destacava a educação para que as pessoas se esclarecessem e desenvolvessem um “*caracter colectivo*”⁷⁵, na nação. Ao enfatizar a aprendizagem para o indivíduo desenvolver sua própria consciência, a professora Maria Lacerda de Moura revelava ser influenciada por várias propostas liberais em emergência no século XIX, incorporando-lhes a busca de progresso e secularização do ensino⁷⁶. O anti-clericalismo de *Em torno da Educação* contribuiu para a aproximação entre sua autora e os anarquistas. Criticando racionalmente a devoção religiosa, este livro deve ter motivado o educador e militante anarquista José Oiticica (1882-1957) a reconhecer Maria Lacerda como uma “*futura rebelde*”⁷⁷, já nesse período. Incentivada provavelmente por Oiticica, ela realizou uma palestra na Liga dos Homens do Trabalho, em Barbacena, ainda em 1919⁷⁸.

Maria Lacerda engajou-se no movimento social de um modo bem diferente de Goldman. Formada aos 17 anos na Escola Normal Municipal e diretora do Colégio Pedagogium cinco anos depois em Barbacena, ampliou sua crítica ao autoritarismo e às hierarquias instituídas, dando-lhe conotações sociais desde quando tomou conhecimento dos escritos libertários de Paul Robin (1837-1912), Sébastien Faure e Francisco Ferrer. Ao ler e refletir sobre as propostas educacionais destes autores, Maria Lacerda inspirou-se com a prática da “*ação indireta*” anarquista. Como propôs no livro *Amai e ... não vos multipliqueis* (1932): buscava difundir uma “*nova consciência*” “*Pela palavra*” “*Pela pena*”⁷⁹. Além de ser uma prolífica autora, Maria Lacerda difundiu ideais libertários em conferências e na educação racionalista entre os pacifistas na colônia de Guararema (1928-1935).

Por outro lado, auto-didata e com uma educação formal rudimentar, Goldman privilegiou outros meios conscientizadores além da produção intelectual escrita. Revoltando-se contra poderes e injustiças a partir do caso Haymarket, esta anarquista iria marcar sua militância com a dramaticidade da ação direta — seja ao envolver-se em vários atentados, seja em suas conferências. Enquanto mobilizavam as atenções do público com construções verbais surpreendentes e a participação em debates, suas conferências ampliavam a difusão de ideais libertários. Elas discutiam não só questões ligadas ao movimento trabalhista, mas também a inovação de relações culturais como a independência de pensamento e o fim das desigualdades. Ampliavam assim a difusão dos ideais libertários, atraindo tanto trabalhadores

⁷⁴ MOURA, Maria Lacerda de. *O Combate*. “Auto-biographia”, São Paulo, 3/06/1929, nº 5, 110, p. 3.

⁷⁵ *id.* *Em Torno da Educação*. São Paulo, Teixeira, 1918, p. 68.

⁷⁶ Ver Jorge Nagle. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária. Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976 reimpressão, p. 97-124 e p. 239-275; e *id.* *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. por Boris Fausto. Rio de Janeiro-São Paulo, ed. Difel, 1977, 2 volumes, tomo III, p. 261-291.

⁷⁷ MOURA, Maria Lacerda de. 1929, *op. cit.* p. 3.

⁷⁸ Cf. Miriam Lifchitz Moreira Leite. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Ed. Ática, 1984, p. 1.

⁷⁹ MOURA, Maria Lacerda de. 1932, *op. cit.* p. 220.

quanto as classes médias.

De maneira análoga, Maria Lacerda militou diluindo fronteiras entre as classes. Originária da classe média como professora e filha de um pequeno funcionário público⁸⁰, ela reforçou suas ligações com o movimento operário ao se mudar para a metrópole industrial paulista em 1921.

Criticou incisivamente hierarquias, tanto sexuais quanto sociais, enfatizando a aliança entre elas. Como indicou o estudioso Edgar Rodrigues, aos 21 anos ela já se preocupava com a miséria e o sofrimento alheios. No ano de 1908, por sinal, organizou junto com outras mulheres, em Barbacena a construção de residências para favelados — chamada “*Vila Dom Viçoso*”⁸¹ —. Maria Lacerda ainda misturava preceitos religiosos e filantrópicos ao sentimento de solidariedade. Ela deu uma dimensão revolucionária a este último somente treze anos depois, ao se integrar à movimentação cultural libertária dos trabalhadores em São Paulo. Realizou conferências em festivais e salões operários, enquanto divulgava os ideais do movimento anarquista em artigos e livros, por impulsionarem a criação intelectual e artística, como no prefácio que escreveu para a peça *Bandeira Proletária*⁸², de Mario Spagnolo.

Em suma, Maria Lacerda “*transferiu sempre a ação revolucionária para o nível verbal*”⁸³, de acordo com as observações de sua biógrafa Miriam Moreira Leite. Priorizou a aprendizagem para modificar as relações humanas, lutando pela liberdade do indivíduo e pela não-violência. Em seu trabalho como professora e autora de artigos e livros, ela reivindicou o desenvolvimento do ensino educacional do companheirismo e da auto-estima. Para isso, propôs que as pessoas aprendessem por si mesmas, observando e refletindo a respeito do que ocorria ao redor e de como elas próprias agiam. Ao abandonarem assim idéias feitas, elas iriam concretizar sua independência no terreno das idéias, transformando as relações sociais ao colaborarem para o bem-estar dos outros e de si mesmas.

Ao longo de sua militância, Maria Lacerda buscou viabilizar novas condições de aprender e criar relações mais humanas. Em princípios da década de 20, ela defendeu a Proletcultura que buscava modificar valores sem a intervenção do poder político. Intelectuais e trabalhadores se reuniam para criarem de maneira imediata a “cultura proletária”, associando o coletivismo à inovação pessoal. Mais tarde, Maria Lacerda reelaborou ideais de fraternidade e liberdade pessoal ao desenvolver a auto-educação na comunidade de individualistas em Guararema (São Paulo). Colocava em prática os princípios da educação racionalista entre os filhos de seus companheiros, “objetores de consciência” de várias nacionalidades.

A conquista de independência humana seria impulsionada especialmente pelas mulheres, ao se responsabilizarem pela formação das crianças, dizia ela. Com seu desenvolvimento intelectual, as primeiras se conscientizavam e exerciam domínio próprio sobre seus corpos e idéias, amando e se reproduzindo com quem e quando desejassem. Por sua vez, o controle reprodutivo iria contrapor-se aos

⁸⁰ LEITE, Miriam L. Moreira. 1984, *op. cit.* p. VIII.

⁸¹ Cf. Edgar Rodrigues. *Novos Rumos: História do Movimento Operário e das Lutas Sociais no Brasil (1922-1946)*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1976, p. 50.

⁸² Ver capítulo 3.

⁸³ LEITE, Miriam Moreira. 1984, *op. cit.* p. 78.

interesses da Igreja Católica e do capital, reduzindo o número de fiéis e da mão-de-obra. Dessa maneira, ao manifestarem sua própria vontade, as mulheres desafiavam rótulos e preconceitos, possibilitando a espontaneidade e o companheirismo nas relações humanas.

Ao abrirem campo para recuperar e desenvolver a sensibilidade e o poder de criar, elas alimentavam a contestação aos dogmas e verdades pré-concebidas da Igreja e as relações de coisificação capitalista, ambas as organizações aliadas no fascismo. Ou seja, justamente devido à ênfase em princípios ideológicos, para ocorrerem mudanças nas relações entre as pessoas, como ressaltou Miriam Lipchitz Moreira Leite, *“a linha de feminismo de Maria Lacerda é a de participação feminina na luta contra a tirania clerical e fascista”*⁸⁴.

Entre fins da década de 20 até o aumento da repressão em meados de 30, a atuação revolucionária dessa militante se intensificou, assumindo contornos pacifistas. Enquanto enfatizou o papel das mulheres contra as guerras, ela lutou pela liberdade de consciência em livros como *Fascismo — filho dilecto da Igreja e do capital* (s/d) e em conferências no Brasil e no exterior, apoiando a Liga Anticlerical, a Liga Antifascista Italiana e a Liga Antiimperialista Argentina. Desse modo, incorporou-se e impulsionou a mobilização de anarquistas, socialistas e comunistas, defendendo seus próprios princípios, como a auto-consciência, pois

*“Cada um de nós só tem o direito de governar a si mesmos”*⁸⁵.

Emancipação das mulheres: desafio aos poderes da ciência, das classes e dos homens.

“Fazer o bem pelo amor do bem e talvez mesmo por egoísmo próprio: eu sou pela igualdade social porque a miséria do próximo me causa dor e a consciência me inibe de possuir um objeto de luxo porque em torno de mim há crianças famintas”.

Maria Lacerda de Moura — *A mulher é uma degenerada* — 1924

1924 foi um ano cheio de obstáculos para o movimento operário no Brasil. Enfraqueceu-se, dividido entre anarquistas e comunistas, que se confrontavam em polêmicas de artigos e comícios, como o de Primeiro de Maio na cidade de São Paulo. Mais ainda: implantado em 5 de julho, o estado de sítio — que perdurou até 31 de dezembro de 1926 — perseguiu e prendeu não só os militares

⁸⁴ *id. ibidem*, p. XVI.

⁸⁵ MOURA, Maria Lacerda de. 1932, *op. cit.* p. 60.

que haviam se rebelado em São Paulo, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, mas também políticos oposicionistas, como o deputado pelo Partido Republicano Fluminense, Maurício de Lacerda⁸⁶ e revolucionários — incluindo-se o anarquista José Oiticica, junto com o socialista Everardo Dias e o comunista Paulo de Lacerda, irmão de Maurício⁸⁷.

Mas, 1924 foi também o ano em que Maria Lacerda de Moura publicou o livro *A Mulher é uma degenerada?*, enfatizando a tolerância ideológica, a liberdade de pensamento. Ao mesmo tempo em que tenentes e setores civis da classe média se rebelavam, ela reivindicou o fim das hierarquias sociais e sexuais, priorizando o papel emancipador das mulheres esclarecidas. Desenvolvendo seu potencial de raciocínio e se instruindo, elas podiam contestar as justificativas biologizantes da subordinação feminina que médicos e intelectuais formularam nesse período.

Nesta obra, Maria Lacerda rebateu os argumentos da ciência determinista e "pretensiosa"⁸⁸ que, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, atribuiu às mulheres uma inferioridade biológica e psíquica, justificando-lhes a subordinação. Ao criticar estas concepções, tomou como exemplo o livro do psiquiatra português Miguel Bombarda, *A Epilepsia e as pseudo epilepsias*. Este autor responsabilizava as mulheres pela degenerescência da espécie ao se instruírem, entregando-se a "excessos e fadigas intelectuais"⁸⁹ e acabando estereis. De modo semelhante ao criminologista Cesare Lombroso na mesma época⁹⁰, Bombarda misturou postulados darwinistas e positivistas. Segundo esse ponto de vista, as mulheres teriam contribuído para a evolução da humanidade somente ao se reproduzirem.

⁸⁶ Embora representasse o Partido Republicano Fluminense a partir de 1912 e entre 1927 e 1930, o Partido Democrático, o deputado Maurício de Lacerda foi apoiado e apoiou Maria Lacerda de Moura. Com concepções políticas imprecisas — "difíceis de ser caracterizadas" — nos estudos históricos de Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro — propôs uma série de reformas trabalhistas, como a jornada de oito horas e a fiscalização do trabalho das mulheres e das crianças. Além disso, persistiu em reivindicar a implantação do sufrágio feminino em 1917, 1920 e 1922. Ligada ao sufragismo em 1919, Maria Lacerda publicou o livro *Renovação*, em que elogiava este deputado por alegar em seu projeto de lei "ou as mulheres têm o direito de voto ou não há mulheres brasileiras". Dez anos mais tarde, como presidente da Liga Anti-Imperialista no Brasil, ele a encarregou de apresentar uma mensagem de solidariedade à Liga Anti-Imperialista da Argentina, valorizando-lhe a luta antifascista, marcada por sua "intrepidez" e sua "coragem moral". Ressaltou, porém, que ela não integrava essa organização no Brasil nem compartilhava seus métodos. HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. "O Grupo Clarté no Brasil: da Revolução nos espíritos ao Ministério do Trabalho". In: VVAA. *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1986, p. 264; MOURA, Maria Lacerda de. 1919, *op. cit.* p. 102; e *O Combate*. "Maria Lacerda na Argentina", São Paulo, 10/07/1929, p. 6. Ver também Branca Moreira Alves. *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980, p. 9.

⁸⁷ Cf. John W. Foster Dulles. 1977, *op. cit.* p. 179-208; e Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da Ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil: 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 51-104.

⁸⁸ MOURA, Maria Lacerda de. *A mulher é uma degenerada?*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932, p. 36.

⁸⁹ MOURA, Maria Lacerda de. 1932, *op. cit.* p. 19.

⁹⁰ Cf. Vera Regina Beltrão Marques. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, editora UNICAMP, 1994 e Margareth Rago. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina (1890-1930)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 148-164.

Em um momento em que a primazia dos homens na esfera pública passou a ser ameaçada pelo maior número de mulheres atuando nas cidades, Bombarda legitimava a reclusão doméstica das mulheres. Atribuía razões biológicas inalteráveis para sua condição de inferioridade física e intelectual em relação aos homens, reforçando papéis estabelecidos com leis de hereditariedade. Aquelas que ousassem contestá-las logicamente se transformavam em "degeneradas", segundo esse ponto de vista. Mas tampouco as mulheres consideradas "normais" foram valorizadas por este psiquiatra: salvo as suas funções reprodutivas — ou melhor, ovulares —, todos os organismos femininos se mostravam uma "*decadência*", um "*grande desastre*"⁹¹ em relação ao "*único tipo humano legítimo*"⁹² — o homem.

Em contrapartida, Maria Lacerda denunciava nesse livro a dominação exercida por este último como origem do menor desenvolvimento intelectual e físico feminino criticando justificativas biologizantes. Conforme apontou, em períodos pré-históricos, indivíduos de ambos os sexos possuíam órgãos e funções em desenvolvimento igual ou equivalente. No entanto, devido à sua maior força física, os homens subjugaram as mulheres através do uso da *violência*. Ao protegê-las ou lhes impor a obediência, corromperam-nas moralmente e cultivaram a atrofia de seu intelecto, tornando-as passivas e acomodadas.

Ao contradizer na prática a "*falta de vigor cerebral*"⁹³ feminino que Bombarda destacou, a militante revigorava a defesa da igualdade de potencial entre homens e mulheres. Fundamentava-se em obras de diferentes médicos e cientistas. Entre eles, era tanto postulada a superioridade biológica das mulheres, como indicou o Dr. Alexandre Roster no livro *Eve réhabilitée*, quanto reconhecida a inferioridade feminina nesse mesmo sentido, associando-a a uma menor capacidade para pensar como resultado do autoritarismo masculino⁹⁴.

No tratado "*A Mulher e a sociogenia* (1889), o dr. Tito Lívio de Castro responsabilizou a subordinação sexual pelo menor poder intelectual das mulheres. Por isso mesmo, de modo semelhante às feministas liberais e sufragistas, a libertária Maria Lacerda destacou o papel emancipador das obras deste médico. Negavam causas naturais para a inferioridade intelectual feminina, condenando encará-la como um "*corolário da diferenciação sexual*"⁹⁵. Ao contrário dos positivistas, que separavam as esferas de atuação entre ambos os sexos, o dr. Tito Lívio propunha às mulheres cooperarem nas esferas da vida pública e privada. Questionava o papel das mulheres limitado à reprodução e reivindicava educá-las para que desenvolvessem o raciocínio e impulsionssem o dinamismo do mundo industrial, transmitindo valores mais modernos. No entanto, embora sugerisse às mulheres integrarem-se à vida social, preocupava-se também em consolidar os limites dessa mudança. Inspirado no cientista inglês Herbert Spencer, postulava ampliar a capacidade intelectual feminina, mas alertava também para os riscos de esterilidade acarretados pelo desenvolvimento demasiado de sua inteligência,

⁹¹ MOURA, Maria Lacerda de. 1932, *op. cit.* 41

⁹² *id. ibidem* p. 46

⁹³ *id. ibidem* p. 57

⁹⁴ Cf. Margareth Rago. 1991, *op. cit.* p. 151-2

⁹⁵ CASTRO, Tito Lívio de. In: Maria Lacerda de Moura. 1932, *op. cit.* p. 49.

conforme aponta a historiadora Margareth Rago⁹⁶.

De sua parte, Maria Lacerda não deixou de criticá-lo por afirmar que a *"maior evolução cerebral (...) caracteriza quasi tanto o sexo masculino como as glandulas mamares o sexo feminino"*. Nesse aspecto, ela condenou como *"falho, incompleto"* o tratado desse médico devido à sua inconsistência. De um lado, ele legitimava a condição sexual dominante ao atribuir o raciocínio aos homens e as funções reprodutivas às mulheres, destacando os fundamentos biológicos dos *"corolarios da diferenciação sexual"*⁹⁷. Por outra parte, o dr. Tito Lívio de Castro defendia também a igualdade de aptidões entre os dois sexos. Visando reforçar este último argumento, Maria Lacerda ressaltou o aval científico deste médico para reconhecer que *"a atividade intelectual aumenta o poder mental tanto no homem como na mulher"*⁹⁸.

A fim de conquistar apoio à defesa da emancipação feminina, Maria Lacerda compartilhou pontos de vista também com Emma Goldman. Esta integrou à sua campanha pelo controle da natalidade o Dr. William Josephus Robinson apesar do *"estilo recatado"*⁹⁹ com que ele defendia esta questão, de acordo com a historiadora Linda Gordon. Em *A Mulher é uma degenerada*, por sua vez, a autora transcreveu com destaque a opinião a respeito da superioridade intelectual masculina que havia solicitado ao eugenista dr. Roquette Pinto. A militante assumiu um posicionamento ambíguo em relação ao médico. De um lado, já criticava a crença na inferioridade racial que este iria postular mais tarde, combatendo a mestiçagem ao presidir o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929¹⁰⁰. Por outro lado, ela consolidava paralelamente sua luta contra a inferiorização feminina, apoiando-se na autoridade científica deste médico que questionava a *"superioridade de um sexo sobre o outro"*¹⁰¹, conforme declarou na carta publicada.

Na verdade, diferentemente de Emma Goldman, que justificava inclusive a violência da ação direta como expressão da revolta diante de opressões e exploração, Maria Lacerda reivindicava unicamente meios pacíficos de mudança, privilegiando a educação conscientizadora. Propôs-lhe vários meios, como as artes — a *"literatura"*, o *"teatro"*, o *"cinematógrafo"*¹⁰² —, o contato social e a escola. Baseada na valorização da experiência através da imitação e do exemplo, a aprendizagem visava difundir os ideais do amor-próprio e solidariedade, concretizando-os ao defender a prática da reflexão, do auto-controle e do amor próprio nos relacionamentos entre os indivíduos:

"A educação verdadeira se impõe afim de fazer desaparecer a

⁹⁶ RAGO, Margareth. 1991, *op. cit.* p. 151–2.

⁹⁷ CASTRO, Tito Lívio. In: Maria Lacerda de Moura. 1932, *op. cit.* p. 49.

⁹⁸ MOURA, Maria Lacerda de. *id. ibidem.* p. 49.

⁹⁹ GORDON, Linda. *Woman's body, woman's right: birth control in America*. 1ª. ed. Grossman Publishers 1976, 2ª. ed. Penguin Books, 1990, Nova York. p. 170.

¹⁰⁰ Cf. Vera Regina Beltrão Marques. 1994, *op. cit.* p. 66–9.

¹⁰¹ Carta ao dr. Roquette Pinto a Maria Lacerda de Moura, 12/05/1924. In: MOURA, Maria Lacerda de. 1932, *op. cit.* p. 65.

¹⁰² MOURA, Maria Lacerda de. 1932, *op. cit.* p. 159.

*intransigência e tornar a Terra uma imensa comuna, governada por uma única autoridade — o Amor, dominada por uma só religião sem dogma: a procura da Verdade.*¹⁰³

Isto é, a autora identificou o trabalho artístico e intelectual à crítica da miséria e da exploração, da *“verdade crucificada, exilada, queimada nas fogueiras”*¹⁰⁴. Ao se conscientizarem, uma minoria de intelectuais — a *“elite idealista”* — e os operários revolucionários iriam aliar-se no combate à *antítese da verdade*¹⁰⁵ — o círculo de hipocrisias e corrupção representado pela política partidária. Em lugar de elegerem mediadores para seus interesses e se subordinarem às decisões instituídas, as pessoas podiam assumir a responsabilidade sobre seus atos e decisões. Desse modo, iriam também realizar suas próprias escolhas enquanto estabeleciam relações baseadas no companheirismo, construído com a *“transformação de costumes de todo o mecanismo social da atualidade”*. Através da educação, construía-se

“A vantagem social sem prejuízo do indivíduo.

Liberdade individual ao máximo.”¹⁰⁶

Várias semelhanças se mostravam entre a discussão educacional em *A mulher é uma degenerada?* e a conferência “Minorities versus Majorities” que havia sido incluída por Goldman em *Anarchism and other essays*, publicado em 1910. Ela também opunha a *“verdade vital do bem-estar econômico e social”* à uniformização de idéias entre as massas. Intolerantes, estas não permitiam a *“justiça ou a igualdade”* de condições, sufocando a sensibilidade e aniquilando a *“individualidade”*, a *“livre iniciativa”* e a *“originalidade”*¹⁰⁷. Ao desvalorizarem a si mesmas e suas próprias decisões, sem reconhecerem suas próprias responsabilidades, as pessoas incorporavam e reproduziam justificativas e mecanismos autoritários. Ajustavam-se aos valores da maioria, reproduzidos com o aval de autoridades. Ao obedecerem à ordem, as pessoas se isolavam: enquadradas pelo senso comum, evitavam a coletividade, temendo o julgamento alheio sobre suas próprias condutas. Não é de se espantar, então, que elas condenassem aqueles que lhes mostrassem, com seu próprio exemplo, a *“coragem moral”*¹⁰⁸ para desafiá-lo ao deliberarem por si mesmas¹⁰⁹. Por isso,

¹⁰³ *id. ibidem.* p.233.

¹⁰⁴ *id. ibidem.* p. 173.

¹⁰⁵ *id. ibidem.* p. 176.

¹⁰⁶ *id. ibidem.* p. 224.

¹⁰⁷ GOLDMAN, Emma. 1969, *op. cit.* p. 78.

¹⁰⁸ *id. ibidem.* p. 70.

¹⁰⁹ A convergência de estilos e idéias entre estas autoras se manifestou claramente, por exemplo, quando descreveram as reações da opinião pública aos que ousavam criticá-la. De acordo com Emma Goldman,

“O indivíduo educador, imbuído com honestidade de propósitos, o artista ou escritor de idéias originais, o cientista ou investigador independente, os íntegros pioneiros de mudanças sociais são

*"O mais imperdoável pecado na sociedade é a independência de pensamento."*¹¹⁰

Tanto Emma Goldman quanto Maria Lacerda escreviam sobre como as mulheres colaboraram no conjunto de suas perspectivas e atitudes para difundirem os valores dominantes, incluindo os que legitimavam sua própria subordinação. Ao longo de sua militância em vários países, como os Estados Unidos, a Rússia e o Canadá, a primeira sobressaiu propondo às mulheres combaterem preconceitos e tradições legitimadores de sua condição inferior em relação aos homens. Elas iriam revelar-se exemplos de conduta na luta contra a ordem instituída ao realizarem o igualitarismo, questionando poderes e convenções. Como Goldman afirmou em *Anarchism and other essays*,

*"tanto faz se o amor dura um breve espaço de tempo ou a eternidade, ele é a única base criativa, inspiradora e enobrecedora para uma nova raça, um novo mundo."*¹¹¹

Em *A mulher é uma degenerada?*, a autora também associou o questionamento feminino de convenções e estereótipos sexuais à luta contra desigualdades políticas e econômicas vigentes. Ao aprenderem, aguçando capacidade crítica e reconhecendo sua individualidade assim como os mecanismos de opressão e exploração, as mulheres podiam concretizar e difundir os ideais de solidariedade e liberdade em diversas experiências no amor, vivendo *"na imersão das almas, cantando a eqüidade para todos os seres"*¹¹².

Maria Lacerda reivindicou então que elas aprofundassem a sensibilidade dos indivíduos, *humanizando* seus relacionamentos. Iriam transformar as relações sociais ao exercerem a *Maternidade espiritual* inspirando os artistas como o *"canal por aonde deve jorrar a linfa bendita da Beleza"*¹¹³. Como experiências de vida e valores ideológicos eram interpretados e divulgados pelas obras artísticas, o criador destas últimas e sua musa deviam se associar pois

*"a FRATERNIDADE não é realizável sem o concurso da mulher (emancipada) e a sensibilidade do Artista"*¹¹⁴.

Insinuava-se aqui o contraste entre o destaque ao idealismo e à

diariamente empurrados contra a parede por homens cuja capacidade criativa e de aprendizagem acabaram decrépitas com a idade."

Por sua vez, em *A mulher é uma degenerada?*, Maria Lacerda contestava o senso comum e as tradições instituídas, ressaltando de modo muito parecido que

"O academico invulgar, emancipado, eloquente, idealista — é desviado, surrteiramente, posto de lado, escorraçado mesmo, acuado para a possível domesticidade, em favor da reação."

Cf. Emma Goldman. 1969, *op. cit.* p. 71 e Maria Lacerda de Moura. 1932, *op. cit.* p. 180.

¹¹⁰ *id. ibidem*, p. 73.

¹¹¹ GOLDMAN, Emma. 1969, *op. cit.* p. 238.

¹¹² MOURA, Maria Lacerda de. 1932, *op. cit.* p. 197.

¹¹³ *id. ibidem*, p. 188.

¹¹⁴ *id. ibidem*, p. 198.

experiência — a “*única mestra da vida*”¹¹⁵, múltipla e livre de restrições morais: a mulher inspiradora não exercia apelos sensoriais, não atraía com a sensualidade de personagens como a “*Fornarina inconsciente*”, a “*Kundri tentadora, lubrica*”¹¹⁶. Tornava-se incorpórea, idealizada, como a jovem Beatriz para o poeta renascentista Dante (1265–1321) em *A Divina Comédia*.

Além disso, ao serem elaboradas por artistas do sexo masculino e sugeridas por figuras femininas, essas criações artísticas reproduziam estereótipos da divisão sexual de trabalho. De acordo com estes, os homens compartilhavam a condição atuante e deliberativa. Por outro lado, as mulheres representadas mantinham a passividade vigente da condição feminina, vivendo em função dos homens. Podiam até atender as necessidades materiais destes, vinculadas às imagens de sonho e fantasia, mas sem concretizarem a independência ao criá-las elas mesmas.

Em suma, será que nesse livro Maria Lacerda deixou transparecer que desvalorizava a capacidade intelectual e artística das mulheres? Pensar dessa maneira mostra-se um tanto precipitado. Afinal, no ano anterior à publicação de *A mulher é uma degenerada?*, esta feminista libertária liderava a revista *Renascença* em que se analisavam as obras de autoras, como a “*jovem poetisa brasileira*” Ilka de Freitas Maia ou a da romancista Maria B. Kent¹¹⁷. A revista indicava privilegiar, portanto, a criação feminina. Miriam Moreira Leite apontou uma resposta ao assinalar que Maria Lacerda adotava uma postura antiliterária, incorporando nesse momento a “*atitude pragmática*” dos anarquistas que condenavam atividades de entretenimento e fantasia, sem “*objetivo claro*”¹¹⁸ — revolucionário, no caso. Mais do que negar a capacidade das mulheres em produzir obras de arte, destacar seu poder de inspiração significou canalizar suas energias para atividades com objetivos definidos. As mulheres difundiam ideais libertários que artistas incorporavam e reinterpretavam em seus trabalhos, estimulando a percepção, as emoções e o raciocínio dos espectadores, enquanto elas legitimavam sua independência intelectual, “*o direito de pensar pelo próprio cérebro*”¹¹⁹.

O desejo de impor dogmas e princípios teóricos seria revertido pela educação moral, nas propostas de Maria Lacerda. Através de experiências e exemplos cotidianos, a competitividade e o autoritarismo da ordem capitalista seriam substituídos por sentimentos de companheirismo e amor trocados entre amigos, amantes e familiares. Em outras palavras, as relações pessoais sobressaíam como meio de mudanças abrangentes.

Como mães e educadoras, as mulheres iriam recusar assim o papel educativo convencionalmente atribuído a elas: o de reproduzir a mão-de-obra e as justificativas ideológicas para submetê-la. Ao enfatizarem a coerência entre princípio e prática, elas iriam disseminar os ideais de bem-estar social e amor-

¹¹⁵ *id. ibidem*, p. 103.

¹¹⁶ *id. ibidem*, p. 198.

¹¹⁷ Cf. *Renascença*. “A Poetisa brasileira Ilka de Freitas Maia” e “Livros Novos”, 05/06/1923, nº 4.

¹¹⁸ LEITE, Miriam L. Moreira. “Maria Lacerda de Moura e o anarquismo”. In: VVAA. 1986, *op. cit.* p. 89.

¹¹⁹ MOURA, Maria Lacerda de. 1932, *op. cit.* p. 191.

próprio, possibilitando concretizar o *"egoísmo coletivo"*¹²⁰. A violência instituída seria então substituída por relações mais humanas, baseadas na igualdade de condições e na liberdade de escolher e pensar.

Dessa maneira, ligando o fim da opressão social à possibilidade humana de inovar e expressar em diferentes formas e maneiras, Maria Lacerda se diferenciou também do movimento libertário brasileiro. De sua parte, assinalava a importância específica de um grupo de gênero, o feminino, ao desafiar relações opressivas desenvolvendo o auto-conhecimento e o sentimento de solidariedade em todos os momentos e esferas. Isto é, não se concentrando em critérios de classe ou no espaço de produção, esta ativista priorizava a consciência e a vontade pessoal para romper relações de exploração e domínio.

Seu individualismo libertário se distanciava do destaque à organização operária, compartilhado por vários movimentos esquerdistas. Dentre eles, no Brasil sobressaiu, como tendência majoritária, o *anarco-sindicalismo* ou *sindicalismo-revolucionário* durante as primeiras décadas do século. Suas propostas atraíam os trabalhadores, associando a conquista da igualdade social a mudanças econômicas ao contrário de disputas eleitorais na oligarquia republicana. Em contraste com os movimentos reformistas, representados por membros da classe média com um número considerável de militares, um grande número dos militantes anarco-sindicalistas mais destacados pertencia ao operariado. O fato de se associarem a indivíduos da classe média com formação superior — como Fábio Luz (...) — não implicou em lhes atribuir a liderança intelectual do movimento. Nas palavras de Boris Fausto, *"seria errôneo pensar em uma subdivisão de funções muito clara no interior das fileiras anarquistas"*¹²¹.

Imigrantes em sua maioria, os operários reconheciam o desinteresse da elite e do Estado em incorporá-los à aparelhagem do poder assim como outros grupos destituídos. A ação direta no trabalho transformava-se, portanto, no principal eixo revolucionário. Organizados por sindicatos autônomos, as sabotagens e greves libertárias envolviam a concretização do apoio mútuo enquanto combatiam o poder centralizado no Estado¹²².

¹²⁰ *Id. ibidem*, p. 211.

¹²¹ *Id. ibidem*, p. 211.

¹²² Os historiadores Boris Fausto e Paulo Sérgio Pinheiro discutiram o anarco-sindicalismo de maneira mais detalhada em suas obras. Fausto assinalou que, diante de uma *"ordem política fortemente excludente"*, os operários imigrantes sentiam-se atraídos pela *"recusa à luta política e o implícito economismo"* das propostas anarco-comunistas. A repressão do Estado aos movimentos e reivindicações dos trabalhadores revelava-o como uma *"área privilegiada de ação dos ricos"* ao contrário de *"um campo específico de confrontação dos diferentes interesses de classe"*.

Pinheiro se aprofundou também ao discutir aspectos ideológicos e de classe que transformaram o anarco-sindicalismo na *"corrente mais importante do movimento operário durante quase trinta anos"*. Em meio às mobilizações, a experiência de apoio mútuo reforçava o poder dos operários em combater a exploração no trabalho enquanto questionavam o ideal de avanço econômico da nação apregoado pelo capital e pelo Estado. Além disso, como a maioria dos líderes anarco-sindicalistas era operária, podia expressar os interesses de classe com maior autenticidade seguramente que os líderes de movimentos reformistas, pertencentes às classes médias, incluindo uma parcela significativa de militares. Ver: FAUSTO, Boris. 1977, *op. cit.* p. 69 e 71-80 e PINHEIRO, Paulo Sérgio. "O proletariado industrial na Primeira República" in Fausto, Boris, (org.) 1977, *op. cit.* p. 150 e

As propostas libertárias do 1º, 2º e 3º Congresso Operário Brasileiro (COB) defendiam concretizar princípios de solidariedade e autonomia a partir de medidas transitórias, como a elevação do salário. Realizados em 1906, 1913 e 1920 respectivamente, esses congressos priorizavam transformações na economia para transformar a sociedade. Propunham reverter a exploração no trabalho, reforçando o apoio mútuo em greves, manifestações públicas e boicotes organizados por federações sindicais autônomas. Segundo o historiador Paulo Sérgio Pinheiro, compartilhavam na verdade um tom *"muito mais sindicalista que revolucionário"* preocupado sobretudo com questões imediatas e praticamente sem *"nenhuma menção à possibilidade dos sindicatos formarem uma nova sociedade"*¹²³.

No entanto, estes congressos abriam campo para concretizar a solidariedade libertária fortalecendo a mobilização. Impulsionaram as grandes greves entre 1905-13 e questionaram teorias e métodos bolcheviques em 1920. Cerca de um mês depois do 1º Congresso Operário Brasileiro, por exemplo, a greve ferroviária na Cia. Paulista assumiu proporções generalizadas no Estado de São Paulo durante as duas últimas semanas de maio. Os ferroviários tinham parado em protesto à despedida sumária de um colega. Conquistaram o apoio de diversos grupos sociais: estudantes, jornalistas, advogados e pequenos comerciantes. Além disso, a greve expandiu-se em outras cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, chegando até Porto Alegre¹²⁴.

A partir de então, a efervescência mobilizatória foi sufocada, recrudescendo mecanismos repressivos. Em 5 de janeiro do ano seguinte, estabelecia-se a lei Adolfo Gordo, decretando a expulsão de militantes estrangeiros. Junto com as deportações numerosas, o aumento do desemprego entre 1908 e 1912 contribuiu para enfraquecer o movimento dos trabalhadores. Nesse ano, porém, ele reorganizou-se articulando novamente greves e manifestações contra o crescimento inflacionário do custo de vida. A reação cresceu também: reformulada em janeiro de 1913, a nova lei Adolfo Gordo ampliava os critérios para deportar. Quando decretada em 1907, ela havia regularizado a expulsão de estrangeiros acusados de subversão. Seis anos depois, deixava de proteger estrangeiros com mais de dois anos de residência ininterrupta no Brasil ou com mulher e filhos brasileiros¹²⁵.

Embora o caráter inconstitucional deste decreto levantasse críticas e resistências em 1913, quatro anos mais tarde passou a justificar a expulsão massiva de líderes anarquistas¹²⁶. Em junho e julho de 17, operários e populares paralisaram

149-162. Para aprofundar seus estudos sobre o anarquismo no Brasil, sugerimos ao leitor verificar os trabalhos reunidos na bibliografia. Entre eles, destacamos os livros de Antonio Arnoni Prado, Edgar Rodrigues, Francisco Foot Hartman, Sheldom Maram e as teses de Helena Isabel Mueller e Silvio Gallo.

¹²³ Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1977, *op. cit.* p. 153.

¹²⁴ Cf. FAUSTO, Boris. 1977, *op. cit.* p. 135-150 e PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1977, *op. cit.* p. 155-6.

¹²⁵ Cf. John W. F. Dulles. 1977, *op. cit.* p. 29; e Paulo Sérgio Pinheiro. 1977, *op. cit.* p. 159.

¹²⁶ Paulo Sérgio Pinheiro esclareceu que *"Nesse caso concreto, os anarquistas, apesar do decurso do prazo de dois anos de residência contínua, não são considerados residentes: por se oporem à ordem social e pretendê-la destruir através da violência, constituíam um 'elemento flutuante', que vagava pelo país para difundir seus métodos e ideais"*. PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1977, *op. cit.* p. 155.

o trabalho na capital paulista e no Rio de Janeiro¹²⁷. Em protesto contra o prolongamento do serviço noturno, entre outras questões, os trabalhadores do Cotonifício Crespi entraram em greve no dia 9 de junho. Ainda que o *lock-out* das indústrias Crespi os obrigasse a retomar o trabalho em 22 de junho, sua atitude difundiu-se entre operários de outras indústrias têxteis e de transporte. A paralisação se tornou, enfim, uma revolta popular movida pela imagem de "martírio" e pela solidariedade entre grupos sem maiores recursos: no dia 9 de julho, o sapateiro anarquista Antonio Martinez foi baleado e morto pela polícia, que reprimia trabalhadores manifestantes na tecelagem Mariangela.

Criou-se um Comitê de Defesa Proletária para reivindicar melhorias nas condições de vida e trabalho. Como a greve cresceu, uma Comissão de Jornalistas da grande imprensa encarregou-se de mediar o acordo entre operários e patrões. Reconhecendo que reprimir o conflito não iria bastar para sufocá-lo, os industriais paulistas concederam 20% de aumento salarial. Prometeram também não dispensar os grevistas. Reunidos em comícios no Brás, Lapa e Ipiranga, no dia 15 de julho, os últimos decidiram retornar ao trabalho, conforme a proposta formulada pelo Comitê de Defesa Proletária.

Ao discutirem o movimento operário na primeira república, Boris Fausto e Paulo Sérgio Pinheiro chamaram atenção para o espontaneísmo da greve de 17. Em grande parte, ela manifestava a revolta e o desespero com a inflação e o desemprego, disparados pela crise econômica na 1ª grande guerra. Questões cotidianas, como o alto custo dos alimentos e dos aluguéis, preenchiam o debate de conflitos de classe entre empregados e patrões.

Ao procurarem reverter estes fatores na movimentação de 17, os trabalhadores expressavam as principais preocupações debatidas nas ligas operárias de bairro, não se prendendo às questões trabalhistas do "*clássico sindicato de resistência*", como ressalta Boris Fausto¹²⁸. Não à toa, portanto, nestas ligas de inspiração anarco-sindicalistas, as mulheres assumiram um papel destacado nesta mobilização, reproduzindo a liderança nas ligas operárias ao discutirem a sobrevivência doméstica, destacando-se os custos de alimentação e moradia¹²⁹.

Ao mesmo tempo, elas também se desligavam de padrões e estereótipos sexuais, rompendo com a subserviência reproduzida dia-a-dia ao recusarem trabalhar. Na verdade, emancipavam-se em um campo aberto pelo "*espírito de carnaval*"¹³⁰ na observação de Fausto: jovens — incluindo "*infelizes operárias de fábrica*"¹³¹, segundo o jornal de direita *O Estado de São Paulo* — invadiam bondes e convenciam os motoristas a mudarem o trajeto, garotos depredavam lâmpadas de gás deixando escuras as ruas onde ocorriam saques, piquetes, comícios e se construíam barreiras e esconderijos¹³².

¹²⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1977, *op. cit.* p. 161.

¹²⁸ FAUSTO, Boris. 1977, *op. cit.* p. 203.

¹²⁹ *id. ibidem.* p. 194.

¹³⁰ FAUSTO, Boris. 1977, *op. cit.* p. 197.

¹³¹ *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13/07/1917 (citado por Boris Fausto. 1977, *op. cit.* p. 197).

¹³² Cf. Boris Fausto. 1977, *op. cit.* p. 192-211; Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 1ª ed. São Paulo, Ática, 1982, p. 279-

A mistura subversiva de prazer e diversão encontrou um campo menor nas greves de 1918–20. Em 18, liderando a UOFT (União dos Operários em Fábricas de Tecidos), os anarquistas organizaram uma revolta associando-se à rebelião das forças armadas no Rio de Janeiro. O movimento foi sufocado pela crescente violência de atos e medidas repressivas: a partir de então, multiplicaram-se perseguições, invasões policiais e deportações de anarquistas não só estrangeiros, mas também brasileiros¹³³.

Em janeiro de 1921, a ofensiva governamental culminou com os decretos nºs 4247 e 4269, formulados pelos deputados federais Arnolphe Azevedo e Adolfo Gordo respectivamente. O primeiro decreto instituía a expulsão de revolucionários estrangeiros que residissem no país há menos de cinco anos. A lei Adolfo Gordo de 21, por sua vez, multiplicava os mecanismos repressivos, regulamentando-os¹³⁴. Além de muitos militantes serem presos, perseguidos e deportados, uma parcela considerável de anarquistas transferiu-se para o Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922. Nesse momento, com a crise política resultante e as perseguições do Estado às lideranças libertárias, evidenciou-se em suma o *"enfraquecimento da influência do anarcossindicalismo no movimento operário"*¹³⁵ de acordo com as palavras de Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi.

Tantos as organizações anarco-sindicais quanto o Partido Comunista do Brasil não discutiram de modo mais efetivo o papel subalterno das mulheres mobilizadas. Pesquisando a vida da poeta Laura Brandão, uma das fundadoras do Comitê das Mulheres Trabalhadoras e esposa do comunista Octávio Brandão (1896–1980), Maria Elena Bernardes concluiu que o Partido Comunista do Brasil excluía as mulheres em sua organização política. Em outras palavras, ele reproduzia a polarização de papéis masculinos e femininos na ordem burguesa, identificando-os respectivamente com o domínio público e privado. Elas podiam desempenhar apenas funções secundárias. Não sendo incorporadas a uma estrutura partidária, integravam o Comitê das Mulheres Trabalhadoras, uma extensão do Bloco Operário e Camponês (BOC) — órgão da frente única eleitoral oposicionista criado em 1927 e eliminado com o golpe de 30. Nessas condições, Bernardes comentou, as mulheres permaneciam *"atreladas ao marido que desempenhava algum papel de destaque"* no PC do B, como o líder Octávio Brandão, casado com Laura¹³⁶.

Limitadas também se mostraram a atuação e a organização de operárias na movimentação anarquista do início do século, conforme indicou Maria Valéria Junho Penha ao estudar o ativismo feminino na industrialização brasileira. Embora as mulheres impulsionssem greves como as de 17, dificilmente se sindicalizavam naquela época, marcada pelo papel do anarco-sindicalismo como a *"corrente mais*

284; Sheldon Leslie Maram. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890–1920*. Trad. José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Rio de Janeiro–São Paulo, ed. Paz e Terra, 1979, p. 132–137 e Paulo Sérgio Pinheiro. 1977, *op. cit.* p. 159–161.

¹³³ Cf. Boris Fausto. 1977, *op. cit.* p. 211–216 e John W. F. Dulles. 1977, *op. cit.* p. 64–71.

¹³⁴ FAUSTO, Boris. 1977, *op. cit.* p. 241.

¹³⁵ MARAM, Sheldon Leslie. 1979, *op. cit.* p. 167.

¹³⁶ BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH), 1995, p. 134.

*importante do movimento operário*¹³⁷, nas palavras de Paulo Sérgio Pinheiro. Tampouco chegaram a liderar as manifestações libertárias e raras dentre essas mulheres discutiam a problemática específica das operárias desumanizadas como mão-de-obra e objeto sexual por mestres e contra-mestres nas fábricas¹³⁸.

Maria Lacerda destacou-se debatendo a subjugação sexual das trabalhadoras, entre outras questões. Propunha-lhes romper a exploração não só produtiva mas também doméstica, deixando de se subordinarem ao marido operário ao desenvolverem a consciência crítica e o amor-próprio. Em suma, reconhecendo diferenças sexuais e sociais na opressão e destacando a liberdade de pensamento para revertê-la, a libertária manifestava seu individualismo revolucionário. Contrastava com a tendência anarco-sindicalista, mais difundida, enquanto sua autonomia intelectual possibilitava mobilizar diferentes grupos ideológicos na contestação pacifista aos totalitarismos durante a metade dos anos 20 e nos anos 30.

Pacifismo e solidariedade entre as esquerdas: "não-violência" no combate ao poder do Estado e da Igreja em fins dos anos 20

Ao longo de toda sua militância, Maria Lacerda enfatizou a necessidade de as mulheres pensarem por si mesmas. Desse modo, buscava interromper a disseminação de prerrogativas autoritárias ao influírem na formação dos indivíduos, educando-os. Enquanto ressaltava a reflexão crítica para concretizar imediatamente a liberdade de pensamento, propunha-lhes abandonar normas do Estado e dogmas da Igreja para elas conquistarem relações humanas mais igualitárias. Enquanto sob a liderança do intelectual de direita nacionalista Jackson de Figueiredo (1891–1928) o catolicismo se revigorou, consolidando seus vínculos com instituições políticas durante a década de 20 no Brasil¹³⁹, Maria Lacerda propôs às mulheres romperem a ignorância coletiva. Ao desenvolverem a autonomia de idéias na aprendizagem, impulsionavam o fim da *"mediocridade intelectual"*¹⁴⁰ das massas. Alimentavam sua crítica aos mecanismos governamentais e religiosos de poder, desfazendo a homogeneização de idéias e difundindo a solidariedade. Dessa maneira, poderiam transformar a sociedade, buscando

*"O bem pelo amor do bem, pelo prazer de ser útil, ansia de equidade, sonho de redenção humana pela própria humanidade"*¹⁴¹.

¹³⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1977, *op. cit.* p.

¹³⁸ PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 186.

¹³⁹ Cf. José Maria Gouvêa de Almeida e Sérgio Lobo de Moura. "A Igreja na Primeira República". In: VVAA. Boris Fausto (org.) 1977, *op. cit.* p. 323–342; e Scott Mainwaring. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916–1985)*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1989, p. 46.

¹⁴⁰ *id. ibidem.* p. 228.

¹⁴¹ *id. ibidem.* p. 234.

Ao criticar a aliança ideológica entre Estado e Igreja como eixo de violência e antagonismos sociais, a militante tanto defendeu que se desenvolvessem plenamente as potencialidades do indivíduo quanto, ainda nos anos 20, reforçou suas ligações com anarquistas e comunistas que lutavam pela igualdade de condições sociais. Operários militantes se aliavam então com intelectuais de classe média e políticos oposicionistas ao combaterem tendências de direita. Organizados na agremiação partidária BOC (Bloco Operário e Camponês) a partir de 1928, os primeiros se incorporaram ao projeto de revolução democrático-burguesa articulado pelo conjunto dos movimentos políticos de oposição ao Partido Republicano. Ao lado dos oligarcas do Partido Democrata e da classe média representada pelos tenentes "revolucionários", os proletários ganharam expressão assim no jornal oposicionista *O Combate*, publicado em larga extensão na cidade de São Paulo e que não chegou a ser impedido de circular, mesmo após o governo de Washington Luís (1926-1930) decretar a Lei Celerada, em 12/08/1927¹⁴². Na verdade, o caráter censor dessa medida se abateu prontamente sobre publicações associadas aos movimentos revolucionários, ao invés dos grupos parlamentares de oposição, organizados na frente democrática. Entre as primeiras, incluíam-se, por exemplo, o jornal libertário *A Plebe* (1917-1951) e o vinculado ao Partido Comunista, *A Nação* (1927), enquanto manifestações e organizações operárias eram reprimidas como subversivas¹⁴³.

Em meio à imposição de medidas repressivas, Maria Lacerda assumiu seu pacifismo, declarando "*Guerra à Guerra*" em novembro de 1927 no jornal *O Combate*. Chamava atenção para um exemplo de "suprema resistência" à violência instituída: o jovem francês Chevé recusara o serviço militar obrigatório, baseando-se na experiência pessoal de quem presenciara os horrores da Primeira Guerra quando criança. Ele declarou obedecer apenas a sua lei: "*a minha consciencia*". Decidia não reproduzir as relações de poder e obediência vigentes, baseadas na exploração e coisificação, afirmando sua individualidade ao recusar participar da guerra.

A atitude de Chevé ilustrava, portanto, o contraste entre o discernimento e a independência pessoal e a adesão às hierarquias existentes, alimentada pela ignorância e pelo uso da força bruta. Marcado pelos horrores da 1ª Guerra Mundial, recusava-se a reproduzir a violência testemunhada. Não se alistava, reivindicando o "*direito de ser livre — para poder amar ao próximo como a si mesmo*". Como exemplo de "*objeção de consciencia*", opunha a resistência individual, baseada na reflexão sobre as experiências, ao impacto uniformizante da multiplicidade de imagens e mercadorias na sociedade moderna. Dessensibilizados, os indivíduos acabavam indiferentes diante da agressividade competitiva do "*capital e da industria*". Por desafiar as massas indiferentes ou adeptas de atrocidades impostas pelas autoridades enquanto consolidavam a própria desvalorização pessoal, Georges Chevé revelou seu idealismo humanitário, preferindo perder a liberdade ao invés de praticar assassinatos em

¹⁴² DE DECCA, Edgar. 1930: *o silêncio dos vencidos*. p. 93 et seq. , a respeito do papel e dos interesses político-ideológicos em *O Combate*.

¹⁴³ DULLES, John W. F. 1977, *op. cit.* p. 276.

*“um heroísmo sem duvida maior que o heroísmo problematico dos militares profissionaes devorando, brutalmente, inconscientemente milhões de existencias aos campos de batalha — em proveito dos caftens do governo e do capital”*¹⁴⁴.

Indicou-se aí uma diferença entre as concepções de protesto pessoal de Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura. A primeira considerava o atentado como expressão de revolta ao se testemunharem conflitos entre poderes vigentes e classes ou indivíduos oprimidos, justificando-se essa atitude para conscientizar as pessoas ao induzi-las a pensar sobre as razões daquele ato. Por outro lado, critérios políticos prevaleceram sobre a valorização do indivíduo, justificando a violência: por exemplo, a anarco-comunista insinuou a sua recusa em ajudar indivíduos representantes do poder. Ofereceu-se para cuidar do presidente McKinley porque os sofrimentos deste tinham motivado seu próprio altruísmo para sanar dores e dificuldades como ativista e enfermeira ao lhe tornarem *“somente um ser humano para mim agora”*¹⁴⁵, precisando de auxílio para sobreviver e sem poder exercer o domínio governamental.

Ao propor o protesto pessoal, a feminista libertária no Brasil abordou de uma maneira mais incisiva a oposição entre a liberdade do indivíduo e os mecanismos de poder, exemplificando com a figura de um “objeto de consciência”, Chevé. Este revelava uma maior coerência que os terroristas porque se opunha não só ao arbítrio e conflitos existentes, mas também ao método que os reproduzia: a violência. Em desafio ao mundo moderno, onde os indivíduos perdiam a auto-consciência buscando uma sucessão de prazeres efêmeros em meio à massificação e a concorrência, o ato de Chevé uniu ideal e prática ao priorizar vidas humanas. Intensificou dessa forma seu poder revolucionário, representando um *“prodígio de equilíbrio na derrocada colectiva”*¹⁴⁶.

Dois anos depois, Maria Lacerda constatou na prática que uma maior mobilização podia ser incentivada com a defesa consistente de ideais revolucionários ao se confrontarem com medidas repressivas violentas. Em meio ao acirramento de tensões sociais sob o impacto da crise econômica mundial, ela foi impedida de realizar conferências em duas instituições sob uma postura patriótica e intolerante: o colégio Sillogeu Brasileiro, influenciado pela organização militarista Liga de Defesa Nacional, e a Associação Brasileira de Educação¹⁴⁷. Operários, estudantes e intelectuais esquerdistas e anti-clericais apoiaram a educadora libertária de maneira intensa e engajada nesses conflitos com os adeptos de um ensino clerical e nacionalista. Nos salões dos operários da Construção Civil e da Liga Anti-Clerical, reuniam-se, em uma série de conferências, que culminaram com a apresentação da militante, onde discutiu a “Emancipação Sexual das Mulheres”¹⁴⁸.

¹⁴⁴ MOURA, Maria Lacerda de. *O Combate*. “Guerra à Guerra”, São Paulo, 19/11/1927.

¹⁴⁵ GOLDMAN, Emma. 1970. *op. cit.* p. 306.

¹⁴⁶ MOURA, Maria Lacerda de. *O Combate*. “Guerra à Guerra”, São Paulo, 19/11/1927.

¹⁴⁷ Cf. Jorge Nagle. 1976, *op. cit.* p. 123-4; e 1977, *op. cit.* p. 261-291.

¹⁴⁸ O texto desta conferência não foi encontrado até o momento. De sua parte, a temática revelada pelo título sugeria sua importância para entendermos as relações entre as propostas de emancipação do conjunto da sociedade e de liberação sexual das mulheres que Maria Lacerda elaborava naquele instante. Durante os primeiros meses de 1929, trabalhadores comunistas e anarquistas se

Em *O Combate*, de 14 de setembro, ela assinalou a necessidade de lutar contra restrições e preconceitos com consistência e “*coragem de convicções*”. Desse modo, as últimas seriam mais divulgadas e conseguiriam superar investidas repressivas de movimentos católicos e nacionalistas, aliados ao Estado. De uma maneira análoga à Emma Goldman, que enfrentou perseguições e prisões, dispondo-se ao sacrifício pessoal a fim de difundir sua contestação ao poder, Maria Lacerda declarou:

“*Quanto a mim, estarei morta moralmente no dia em que a reacção me não perseguir. É a reacção a pedra de toque dos valores mentaes ou da superioridade ethica*”¹⁴⁹.

1930-1935: liberdade de idéias x totalitarismo fascista na ditadura de Getúlio Vargas

Em fins de setembro de 1928, a libertária já havia multiplicado sua luta pela independência de idéias e igualdade de condições, revelando-se a “*voz mais ativa*” no combate ao fascismo, de acordo com Miriam Moreira Leite¹⁵⁰. Ligados à colônia italiana em São Paulo, os membros desse movimento haviam protestado de forma virulenta contra os artigos desta libertária, publicados por *O Combate* entre 1927 e 1929¹⁵¹. Através deles, ela condenava o fato de a Itália se recusar a resgatar a expedição que, liderada pelo cientista norueguês Amundsen, contava com seu patrocínio e havia se perdido nas geleiras polares. Na verdade, o silêncio que cercou o abandono desses pesquisadores à morte manifestava o amplo controle exercido pelo governo de Benito Mussolini (1883-1945) sobre os meios de comunicação. Difundiam-se apenas os êxitos da nação fascista, ordenando que se entoasse o “*hymno da victoria*” enquanto esta parecia “*querer abafar os gritos de apello vindos*

mobilizaram em diversas regiões do país. Em São Paulo e Rio de Janeiro, operários, gráficos e garçons agitaram em greves de longa duração. Nesse momento em que o governo em crise de Washington Luís procurava se reafirmar reprimindo e censurando, a participação social feminina ganhava maior expressão, incorporando-se ao movimento das esquerdas. Como registrou o estudioso Edgard Rodrigues, o comitê das mulheres trabalhadoras organizou então o Comitê Pró-CGT (Confederação Geral do Trabalho), vinculado aos comunistas, enquanto a livre-pensadora Maria Lacerda foi homenageada pelo jornal “O Culinário Paulista” (1929) ao discutir a movimentação operária. MOURA, Maria Lacerda de. *O Combate*. “Uma entrevista com Maria Lacerda de Moura: a pertinácia de um espírito honesto e de uma mentalidade livre — um incidente... sem importancia maior”, São Paulo, 14/9/1929; e RODRIGUES, Edgard. 1976, *op. cit.* p. 314-16

¹⁴⁹ MOURA, Maria Lacerda de. *O Combate*. “Uma entrevista com Maria Lacerda de Moura: a pertinácia de um espírito honesto e de uma mentalidade livre — um incidente... sem importancia maior”, São Paulo, 14/9/1929.

¹⁵⁰ LEITE, Miriam Moreira. 1984, *op. cit.* p. 60.

¹⁵¹ *O Combate*. São Paulo, 21/09/1928. Apud MOURA, Maria Lacerda de. *De Amundsen a Del Prete*. São Paulo, Secção de obras de *O Combate*, 1928, p. 40.

do Polo"¹⁵².

Jornais ligados ao fascismo no Brasil, como *Il Piccolo* e *A Fanfulla* (1918-1941), recorriam também a métodos semelhantes de publicidade ao se defrontarem com aparentes insucessos. Junto com o clero no Brasil, cercaram de homenagens a morte de um piloto da aviação italiana em um *raid* Roma-Natal, invocando valores como Religião, Pátria e Família¹⁵³. De maneira semelhante à ostentação e ao espetáculo demagógico dessa viagem esportiva, esses postulados foram duramente criticados por Maria Lacerda. Em lugar deles, ela chamava atenção para o heroísmo anônimo dos trabalhadores que vieram da Itália para o Brasil.

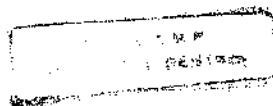
Dava continuidade assim à sua luta contra o fascismo que já realizava ainda em 1923. Em julho desse ano, publicara um artigo na revista *Renascença*, que dirigia, onde reivindicou às multidões para estarem de "*sentinella contra certos apóstolos... exemplo: Mussolini*". Em outras palavras, seria necessário a uma elite intelectual esclarecê-las a respeito da opressão, vigilância e censura que as cercavam, justificadas pelas imagens de segurança e proteção que o regime autoritário invoca. Passando a defender suas próprias opiniões e idéias assim como a si mesmas, as pessoas iriam desembaraçar-se de preceitos arraigados e da inércia de raciocínio, criticando e combatendo o poder assim como as hierarquias instituídas. Em lugar da tomada do poder com armas, Maria Lacerda propôs aos intelectuais liderarem a "*revolução social*", reforçando-a com o trabalho educacional. Dessa maneira, ao revigorarem o "*ideal de eqüidade para todos os seres*", associando-o à "*rebeldia e convicções próprias*", iriam promover mudanças no comportamento social. Visavam liberar o "*inconsciente das massas*" de valores e comportamentos anacrônicos, que seriam substituídos por princípios altruístas de "*justiça, amor e eqüidade*", possibilitando o fim das disparidades sociais.

Na primeira metade da década de 30, Maria Lacerda se aprofundou ao discutir o uso de mecanismos ideológicos pelo regime fascista para conquistar o apoio de multidões. Em lugar da violência, a militante priorizou a educação em meio ao empenho das esquerdas para se reorganizarem durante o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1935), enquanto se fortaleciam movimentos nacionalistas e católicos de direita e se acirravam medidas repressivas. Contestando o uso da violência, Maria Lacerda enfatizava a *auto-aprendizagem* para conquistar a liberdade e condições de vida mais humanas ao refletir sobre as próprias experiências e realizar o entrosamento com outros.

Identificando o fascismo à opressão e ao estímulo à rivalidade e ao ódio,

¹⁵² Em compensação, em defesa de valores autoritários, chegaram a condenar de maneira violenta e chula os seus críticos, como Maria Lacerda. *Il Piccolo*, particularmente, chegou a chamá-la de "*p... envelhecida*", "*aborto physico e um horror moral*". Além disso, descrendo de que uma mulher tivesse competência para escrever e criticar objetiva e racionalmente os preceitos que eles defendiam, revelavam as ligações dessa ativista com o espiritualismo. Perguntaram os fascistas se o autor dos artigos em *O Combate* não se tratava de "*um malvado cretinizado em algum círculo esotérico*." *Il Piccolo*, 25/08/1928 (citado por Maria Lacerda de Moura. *De Amundsen a Del Prete*. São Paulo, Secção de Obras d'*O Combate*, 1928).

¹⁵³ MOURA, Maria Lacerda de. *Renascença*. "Aos Intellectuaes", São Paulo, 03/1923, nº 2, ano 1.



com delações e espionagens, a libertária lançou dois livros a partir de 1934: o primeiro chamava-se *Clero e fascismo — horda de embrutecedores*, publicado nesse ano e *Fascismo — filho dilecto da Igreja e do capital*¹⁵⁴, sem o período de publicação registrado. Inspirada pelas publicações do anarquista individualista Han Ryner (1861–1938), a última obra associou a ditadura fascista ao poder eclesiástico na Contra-Reforma, já que as duas instituições reprimiam violentamente idéias contestadoras. Em paralelo a este livro, que tratava dos vínculos entre ambas as instituições, *Clero e ...* discutiu as justificativas e a organização política do fascismo, centrado na figura de Mussolini, o *Duce*. Segundo Miriam Moreira Leite, essas obras aumentaram o distanciamento entre a autora e as esquerdas ainda que fossem reconhecidas como reforços na luta contra o fascismo. De fato, enquanto enfatizava o potencial de cada um de criar e raciocinar por si próprio, Maria Lacerda deixou claro o fato de não aderir a quaisquer grupos ideológicos. Conforme Miriam Moreira Leite observou, a livre-pensadora recusava o ideal de objetividade revolucionária, sendo "*criticada pela prolixidade, por inconsistência teórica e política, por imprecisões e contradições*" em *A Plebe* e, mais ainda, porque "*negava a existência de anarquistas*"¹⁵⁵, além de Cristo.

Lançado depois do conflito entre integralistas e esquerdistas em fevereiro de 1934, que culminou em tiroteio, na cidade de São Paulo¹⁵⁶, *Clero e...* respondia primeiramente à necessidade de se revigorar a luta contra o *fascio* no Brasil. Paralelamente, ampliava o interesse da autora pelos movimentos de pensadores antifascistas e antiimperialistas internacionais. Ao longo de suas páginas, Maria Lacerda referiu-se diversas vezes aos integrantes da associação pacifista Internacional do Pensamento. Articulada pelos escritores Henry Barbusse e Romain Rolland (1866–1944), visava manter a liberdade de idéias diante dos sectarismos nacionalistas na guerra¹⁵⁷.

Além disso, em 1936, *Clero e ...* foi traduzido para o castelhano e publicado em trechos na revista libertária espanhola *Estudios* (1934–7) e na íntegra, na Argentina. Editado na cidade de Rosário, em seu prólogo revelava o interesse que pessoas de formação e condição social diferenciadas compartilhavam pela obra de Maria Lacerda de Moura, defensora da independência de idéias:

"As batalhas que tem expedido em mais de uma dezena de anos são intermináveis e muitas delas altamente heróicas, mostrando que sempre teve ao seu lado os estudantes, os trabalhadores e os intelectuais que tem lutado pelo

¹⁵⁴ *id.* *Clero e fascismo — horda de embrutecedores*. São Paulo, Editorial Paulista, 1934; e *id.* *Fascismo — filho dilecto da Igreja e do capital*. São Paulo, Editorial Paulista, s/d.

¹⁵⁵ LEITE, Miriam Moreira. 1984, *op. cit.* p. 68–9.

¹⁵⁶ CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922/1938)*. 1ª ed. 1965. São Paulo, Difel, 1975, p. 114–5.

¹⁵⁷ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. "O grupo Clarté no Brasil: da Revolução nos Espíritos ao Ministério do Trabalho". In: VVAA. *Literatura no Brasil: memórias, lutas, cultura*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1986, p. 251–2.

*dignidade humana e de pensamento*¹⁵⁸.

Buscando a consciência livre, este livro a opunha à apologia da violência na sociedade fascista. Maria Lacerda analisou então os modos com que intelectuais, professores e mães a reproduziam, influenciando a formação de indivíduos. Encarando os intelectuais sobretudo como escritores de ficção, criticou-os por recorrerem à exaltação dos sentidos dos leitores com cenas eróticas e violentas quando lhes faltava a originalidade. Ao celebrarem os massacres e o poder, os escritores reforçaram o terror e a obediência ao dogmatismo cultivados há séculos pela Igreja Católica, sedimentando o terreno para o advento do fascismo.

Autores como Filippo Marinetti (1876-1944) e Gabrielle D'Annunzio (1869-1938) associavam o domínio econômico e coletivo à crueldade, exaltando-a em suas obras. Ideais de igualdade e fraternidade eram condenados por seu anacronismo enquanto se cultivavam a competitividade e o servilismo impulsionados pelo ódio e pela inveja. O indivíduo era considerado em função dos interesses das autoridades enquanto se incentivavam o egoísmo e o isolamento, junto com um maior desejo por poder, pois, como esclareceu D'Annunzio,

*"Entre nós não há outra política possível senão a de destruir"*¹⁵⁹.

Com os objetivos expansionistas da nação prevalecendo sobre as pessoas, a educação foi militarizada na Itália. Maria Lacerda comentou então um artigo do gen. A. Niessel, na *Révue de France* (01/09/1932). Nele se revelou que, desde os oito anos de idade, as crianças eram incorporadas às organizações fascistas da "Obra Nacional Balila". O próprio nome dessa organização, aliás, já indicava seus valores patrióticos: Balila foi um jovem genovês que deu o sinal para os italianos se revoltarem contra os austríacos, em 1746.

Por isso, nas palavras do sr. Rocco, ministro da justiça na Itália, ele serviria de modelo para que a "*juventude fascista em todas as classes de nosso povo*" propagasse o "*espírito militar*"¹⁶⁰ em toda a Itália. Em 1926, unidades militares sob seu nome reuniam cerca de 1580 meninos e meninas, disciplinarizando-os enquanto invocavam ideais nacionalistas. Aos 13 anos, os jovens ingressavam nas organizações de vanguarda, onde aprendiam a manejar fuzis e metralhadoras. Ou seja, já deviam saber como ferir e matar antes mesmo de chegarem aos 18 anos, quando se incorporavam ao exército¹⁶¹.

Visando combater os massacres e atrocidades da guerra, Maria Lacerda propôs às mulheres defenderem a paz em uma "suprema resistencia" à violência instituída. Por outro lado, é de se pensar se a militante anti-militarista não lhes limitou então as possibilidades de experiência e os traços pessoais de comportamento, revelando também defender estereótipos sexuais. Por exemplo, enquanto ressaltava a sensibilidade e a tolerância para as pessoas se entrosarem, será que não reforçava igualmente a *conotação sexual* assumida por estes sentimentos, ao reivindicar às mulheres cultivarem a "*piedade feminina*" e evitarem os métodos empregados pelo fascismo para introjetarem a agressividade e a

¹⁵⁸ MOURA, Maria Lacerda de. *Clericalismo y fascismo — horda de embrutecedores*. Trad. e prólogo de Juan Lazarte. Rosário, Librería Ruiz, 1936, p. 7.

¹⁵⁹ Entrevista de Gabrielle D'Annunzio. *Temps*. Apud. MOURA, Maria Lacerda de. 1936, *op. cit.* p. 33.

¹⁶⁰ MOURA, Maria Lacerda de. 1936, *op. cit.* p. 71

¹⁶¹ *id. ibidem*. p. 72.

competitividade? Para Maria Lacerda, os jogos esportivos femininos mostravam-se sobretudo meios de masculinizá-las: possibilitavam adquirir “*punhos firmes*” e passar a difundir a “*brutalidade*”, a “*crueledade*” e o “*patriotismo*”. Em outras palavras, a pacifista indicava identificar a imagem masculina com a força bruta.

Daí, a necessidade de as mulheres se conscientizarem do maior número de alternativas estratégicas oferecidas por sua condição sexual para reverterem as organizações instituídas. Podiam optar por prevenir a reprodução. Dessa maneira, elas limitavam também o nascimento de filhos que seriam incorporados às forças armadas, reduzindo o poder das últimas. Por isso, Maria Lacerda lutava pelo conhecimento e controle feminino das próprias funções reprodutivas, cortando o fornecimento de “*carne para canhões*” ao superarem a “*santa ignorância de suas próprias forças*”¹⁶².

Inspirada pelo neo-malthusianismo, a ativista investigou dados demográficos ao alertar para os riscos da expansão imperialista do fascismo. Concluiu que, apesar da queda na taxa de nascimento, a população italiana ainda crescia o bastante para incentivar a ocupação armada de outros países, já que a emigração havia sido prejudicada pela agressividade da política internacional de Mussolini. A pacifista alertou, então, para o risco de esta expansão se estender ao Brasil. Na edição argentina de *Clero e...*, ela transcreveu o relatório de Bortolotti, *L'Oro Verdi del Brasile*, em que se revelaram os interesses imperialistas do fascismo pelo Brasil. Mencionava, por exemplo, o fato de a colônia italiana abranger aqui cerca de 2 milhões de habitantes, sendo que metade deles se concentrava no estado de São Paulo, a região mais rica e industrializada do país.

Além disso, a grande imprensa no Brasil colaborava para que esse movimento de direita se propagasse aqui: divulgava discursos e êxitos do governo de Mussolini e censurava críticas a seu respeito. Paralelamente, a retórica exacerbada, as incongruências e a demagogia desse ditador foram incorporadas pelo governo provisório de Getúlio Vargas (1930–1935), aliado das oligarquias e dos tenentes. Como historiadores discutiram mais recentemente, este buscou fortalecer-se enquanto movimentos de esquerda emergiam, desafiando a coerção e as perseguições policiais e a Assembléia Nacional Constituinte era estabelecida em 15 de novembro de 1933. Promulgada em 14 de julho do ano seguinte, a Constituição se revelou conservadora. Implantou o mandado de segurança e submeteu as relações de trabalho a um maior controle legal, instituindo o salário mínimo e o órgão ministerial da Justiça do Trabalho¹⁶³. Enquanto essas medidas eram formuladas, Maria Lacerda denunciou a aproximação entre o governo no Brasil e a ditadura fascista:

*“Itália está sendo nosso modelo. Haja vista os discursos inflamados dos últimos tres meses de revolução (o golpe de 30)...”*¹⁶⁴

Junto com a retórica demagógica e a política corporativista, a aliança entre o Estado e a Igreja Católica no fascismo foi reproduzida pelo governo de

¹⁶² *id. ibidem*. p. 71.

¹⁶³ CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise 1930–1945*. São Paulo, Ática, 1991, p. 103–115; DULLES, John W. F. 1977, *op. cit.* p. 405–431 e PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1991, *op. cit.* p. 246–281.

¹⁶⁴ MOURA, Maria Lacerda de. 1936, *op. cit.* p. 88.

exceção de Getúlio Vargas¹⁶⁵. Como observou Scott Mainwaring ao discutir as relações históricas em ambas as instituições, elas mantinham uma “*proximidade excepcional*” nesse período. De acordo com Maria Lacerda, essa conexão foi fundada não só nos privilégios concedidos pelo governo, mas também nos valores de direita que ele e o clero pregavam: “*ordem*”, “*patriotismo*” e “*anti-comunismo*”¹⁶⁶.

Nacionalismo e o desenvolvimento do capital também justificaram vínculos entre o clero e o Estado fascista, conforme assinalou a ativista. Os dois ampliaram o campo onde valores de obediência e domínio eram incorporados enquanto se fundamentavam no “*obscurantismo*” e na “*deformação das consciências*” sob o conformismo de idéias feitas e de discriminações. Privilegiando questões ideológicas ao condenar a “*exploração de todo o genero humano*”¹⁶⁷, a libertária advertiu que a inconsistência de valores contribuía para preservar hierarquias.

Por exemplo, depois de perder os amplos poderes da época da Contra-Reforma durante os séculos XVI e XVII, a Igreja procurou recuperar o domínio anterior, associando-se às diferentes formas de Estado vigentes. Adaptou seus ideário às sucessivas mudanças deste e adquiriu a maleabilidade das “*variações do camaleão*”¹⁶⁸. Consolidando a aliança entre clero e governo, a imprecisão ideológica do primeiro se baseava em contrastes entre discurso e prática. Embora reivindicasse o amor ao próximo e o desapego a bens materiais e ao poder, em nome dos últimos o Papado silenciou a respeito das contínuas violações fascistas de direitos humanos. A Igreja tampouco se manifestou contra os assassinatos e torturas impostos aos dissidentes e se calou igualmente diante do ódio e do terror, alimentados com a prática da espionagem e da delação nesse regime.

Paradoxos e incongruências ideológicas caracterizavam este último. Por exemplo, à primeira vista, as prioridades do Estado abriam espaço para a expressão pessoal, conforme transparecia na frase de Mussolini, transcrita por seu biógrafo Emil Ludwig:

“*O interesse público é uma coisa dramática. Servindo-o, multiplico minha vida.*”¹⁶⁹

O destaque ao indivíduo resumia-o única e exclusivamente a si próprio: o *Duce*. Ele dominava as massas enquanto desdenhava sua docilidade que as transformava em um “*rebanho de ovelhas*”. Promoveu, porém, sua submissão,

¹⁶⁵ Incorporamos as observações do cientista político Paulo Sérgio Pinheiro que criticou a “*enorme leniência por muitos historiadores*” ao discutirem o arbítrio e a violência contra a rebeldia e o inconformismo de diferentes políticos nos anos 20 e 30: “*a revolução de 30, no que diz respeito à violência ilegal do Estado (especialmente no trato com as dissidências) inaugura uma fase de aperfeiçoamento do arbítrio do Estado que os governos seguintes jamais abdicarão. Mesmo depois do final dos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1934.*” PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1991, *op. cit.* p. 270.

¹⁶⁶ MAINWARING, Scott. 1989, *op. cit.* p. 47.

¹⁶⁷ MOURA, Maria Lacerda de. 1936, *op. cit.* p. 161.

¹⁶⁸ *id. ibidem*, p. 160.

¹⁶⁹ *id. ibidem*, p. 128.

atraindo seu *"entusiasmo e interesse"* e atordoando seu raciocínio e reflexão com expressões teatrais e frases grandiloqüentes. Mas, irradiando vínculos de opressão e obediência, várias características semelhantes aproximavam o *Duce* e as massas, como Maria Lacerda observou. Entre essas ligações, ela enumerou a ignorância, o interesse pelas aparências ao invés da coerência, o apego às tradições e estereótipos, mais os empecilhos ao auto-domínio e à capacidade de inovar. Não à toa Mussolini preocupava-se portanto em colecionar frases célebres e conhecimentos superficiais através da leitura rápida de jornais e revistas: visava impressionar as multidões a fim de assegurar seu domínio ao liberá-las da responsabilidade de pensar e *"dirigir a si mesmas"*¹⁷⁰. Confessou a Ludwig a simbiose entre ele e as massas, selada por superstições e noções hegemônicas que eles compartilhavam:

*"Quando penetro na crença da massa ou me confundo com esta, sinto-me parte de um todo."*¹⁷¹

Por sua vez, em suma, Maria Lacerda concentrou-se na luta contra a uniformização de idéias, manifestando seu individualismo ao criticar o movimento fascista nesse livro. Ao identificá-lo com o arbítrio e a crueldade, reivindicava às pessoas se recusarem a perpetuá-lo, deixando de interiorizar seus valores. Desse modo, elas iriam alterar radicalmente as relações humanas, substituindo a violência dos conflitos pela "suprema resistência" — o desenvolvimento da liberdade de idéias *"de todo nosso ser consciente contra a ferocidade organizada"*¹⁷².

Aprofundando a coerência com que condenava a imposição de idéias e postulados, a libertária defendeu o protesto contra a censura e as atrocidades instituídas. De acordo com Miriam Moreira Leite, ela formulava suas propostas de emancipação humana de modo vago e impreciso em sua *"recusa crescente à convivência"* com verdades estabelecidas¹⁷³. É de se pensar se Maria Lacerda não abriu assim maiores possibilidades para que os indivíduos afirmassem a si próprios ao expressarem sua solidariedade na ação direta não-violenta, valorizando-lhes a decisão pessoal, ao propor

*"Protestar contra as monstruosidades do regime fascista, protestar contra o crime de lesa liberdade individual, de lesa consciencia, protestar contra as crueldades sádicas de essa nova e feroz Inquisição, protestar contra esses delitos infames de lesa humanidade, que causam horror e indignação justa e sacodem as mais belas fibras de nossa nobreza, da generosidade, da altivez, é dever humano."*¹⁷⁴

¹⁷⁰ *id. ibidem*. p. 112.

¹⁷¹ *id. ibidem*. p. 115.

¹⁷² *id. ibidem*. p. 167.

¹⁷³ LEITE, Miriam Moreira. 1984, *op. cit.* p. 138.

¹⁷⁴ MOURA, Maria Lacerda de. 1936, *op. cit.* p. 166.

3. Convergências e diferenças: reflexões preliminares sobre a militância de Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura

“O problema que nós confrontamos hoje, e que o futuro mais próximo deve resolver, é como ser si mesmo e apesar disso, em unidade com outros, sentir-se profundamente com todos os seres humanos e ainda assim reter suas próprias qualidades e características”.

Emma Goldman — *Anarchism and other essays*.

“Criar individualismos altruístas, cultivar rebeldias para o advento de uma sociedade melhor — eis as bases de uma organização social mais alevantada”.

Maria Lacerda de Moura — *Renascença*

Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura: ativistas, libertárias, feministas. Semelhanças várias se mostram entre suas propostas: ambas lutaram para transformar as relações humanas, destacando a necessidade de mudança de valores para construir uma sociedade igualitária e descentralizada. As pessoas iriam realizar sua própria independência e cooperar entre si de maneira voluntária ao reconquistarem amor-próprio e valorizarem a individualidade do outro. Revertiam assim preconceitos e discriminações além de combaterem o autoritarismo e a violência que os mantêm, desenvolvendo auto-estima e respeitando o direito dos outros ao manifestarem livre e espontaneamente suas vontades e deliberações. Paralelamente, enquanto reivindicavam a liberdade de expressão, as duas ativistas também ampliaram o campo de busca por relações mais justas e igualitárias, difundindo ideais anarquistas entre diversos grupos sociais, ao reunirem operários e intelectuais de classe média.

Diferenças tampouco faltaram entre os valores e formulações destas ativistas: Goldman se envolveu em dois atentados terroristas, justificando a violência política como uma resposta às violências sociais. Por sua vez, Maria Lacerda propôs a não-violência e a “suprema resistência” aos poderes estabelecidos. Discordava da idéia de estabelecer relações de autonomia e entrosamento fundadas na brutalidade e na desconsideração dos indivíduos de forma semelhante à utilizada ao reprimi-los.

A questão da violência revolucionária envolvia outras, como repressão governamental, liberdade de consciência e solidariedade. Ao menos em sua juventude, Emma Goldman encarava a “propaganda pela ação” como um meio de as

classes dominadas denunciarem e reagirem ao domínio político e econômico. Amplamente divulgado pela imprensa, o “martírio de Chicago” revelou a iniquidade instituída pelas leis, punindo-se oito trabalhadores inocentes pelo atentado à bomba às forças policiais que reprimiam uma mobilização de protesto em Haymarket. A injustiça legitimada e o altruísmo dos condenados, que morriam em defesa da igualdade social e autonomia de idéias, mobilizaram a revolta e a solidariedade de intelectuais de classe média e trabalhadores manuais.

Inspirada pelo idealismo dos trabalhadores executados e presos em Chicago, a militância de Goldman foi marcada também pelo companheirismo e a união entre trabalhadores que os revigoraram ao enfrentarem a miséria e a repressão. Por isso, os atentados em que ela se envolveu dividiram o movimento anarquista. Por exemplo, quando o companheiro de Goldman, Alexander Berkman, recorreu à “propaganda pela ação” para protestar contra a violência imposta aos trabalhadores da Siderúrgica Carnegie Steel Corporation, recebeu duras condenações dos grupos liderados por Johann Most, que também disputava o amor de Goldman. Acusaram Berkman de enfraquecer o movimento, provocando o acirramento da repressão. Em contrapartida, outros grupos de esquerda valorizaram esse ato como expressão de revolta diante do massacre legitimado. Entre eles, Goldman enumerava o núcleo socialista *Volkszeitung* e as associações libertárias, como a influenciada por Joseph Peukert e as comunidades de judeus em Nova York.

Ao defender a independência intelectual, por sua vez, Goldman ampliou seus contatos revolucionários, reunindo diversas tendências ideológicas contestadoras na Associação de Defesa de Alexander Berkman, que reivindicava a comutação de sua pena. Desse modo, recuperou seu ativismo, ampliando os canais em que defendia a liberdade de expressão. Após mais ou menos dois anos de isolamento, liderou a criação da *Free Speech League*, em protesto contra a prisão e a ordem de deportação do anarco-sindicalista inglês John Turner, enquanto realizava uma palestra. Em 1904, engajou-se em apoio aos movimentos grevistas de mineiros e trabalhadores têxteis e, revigorando sua militância a partir de então, reforçou as campanhas pela liberdade de expressão da I. W. W. entre 1909 e 1912.

Em 1901, porém, Goldman havia deixado de militar ao ser acusada de ter inspirado León Czolgosz a atirar contra o presidente dos Estados Unidos, William McKinley, em 6 de setembro. Escolheu isolar-se nessa época. Pouco influenciou nesta decisão o fato de ter sido perseguida e presa logo depois do atentado. Na verdade, a anarquista desiludiu-se profundamente com outros libertários. Ressentida, em suas memórias a ativista condenou os grupos anarquistas de origem norte-americana ou judia pelo fato de a excluírem e a Czolgosz. Desse modo, contradiziam os ideais anarquistas de solidariedade e auto-despreendimento ao invés de se unirem de forma organizada, fortalecendo-se para melhor resistirem às perseguições, ataques e prisões.

Em outras palavras, ela não reconheceu diferenças entre seu próprio conceito de solidariedade e coesão libertária e os dos demais militantes. De sua parte, estes realçavam o compartilhamento de interesses de classe ao lutarem contra os opressores para que as relações entre as pessoas fossem radicalmente modificadas. Mas, junto com a experiência de companheirismo em meio a conflitos econômicos, Goldman também reivindicava a crítica de valores. Dessa forma, as relações de domínio seriam revertidas, criando-se harmonia e interesses comuns entre as pessoas enquanto questionavam as justificativas ideológicas da opressão.

Isto é, assinalando a política imperialista e repressiva dos Estados Unidos, Goldman considerou o atentado cometido por Czolgosz como um protesto contra os mecanismos autoritários personificados pelo presidente. A “propaganda pela ação” contra os representantes institucionais expressava, em suma, a revolta contra as injustiças e atrocidades legitimadas pelo poder. Como a anarquista explicou em 1917, ao ser julgada por propor a violência e o não-alistamento militar:

“Um ato de violência política é, no fundo, o resultado culminante da violência organizada acima. É o resultado da violência que se expressa na guerra, que se expressa na punição capital, que se expressa nas côrtes, que se expressa nas prisões, que se expressa em chutar e perseguir pessoas pelo único crime de que elas são culpados: o de terem nascido pobres”.

Ao criticar a violência das autoridades diante do Tribunal nesse instante, Goldman destacou um grupo que Maria Lacerda de Moura também iria apoiar nos anos 30 sobretudo: os “objetores de consciência”. Mas, se a contestação destes às brutalidades legitimadas foi defendida por ambas as ativistas, elas já revelavam diferenças em suas formulações. Por exemplo, Goldman combateu a violência imposta pelo Estado em sua campanha anti-militarista pelo não-alistamento. A violência política manifestava a violência social, ocorrendo mesmo entre os indianos, que viviam na “na mais maravilhosa civilização”, baseada na “resistência passiva”¹⁷⁵. Indicava, portanto, justificar a contestação social da “propaganda pela ação” como elemento de denúncia.

De sua parte, Maria Lacerda preferiu a reflexão individual não-violenta para transformar. Por isso, apresentou o “objeto de consciência” Georges Chevé como um exemplo para questionar e eliminar mecanismos ideológicos e institucionais de poder. Devido à experiência de observar a barbárie da Primeira Guerra, ele recusara participar de esquadrões de violência organizada e prestar serviço militar,

*“sem se alistar em fileira alguma, sem invocar outra coisa a não ser a sua consciencia (...) para poder amar o proximo como a si mesmo”*¹⁷⁶.

Maria Lacerda propôs confrontar a violência instituída com a conscientização e a conquista de independência intelectual. Na verdade, reivindicando a tolerância ideológica, ela reforçava a aliança entre trabalhadores e intelectuais anarquistas e comunistas junto com políticos de oposição. Colaborando para uma maior coesão entre eles nesse momento, a libertária impulsionava a resistência, enquanto organizações católicas e nacionalistas se fortaleciam e se intensificava a política repressiva do Estado, já na presidência de Washington Luís (1926–1930) e, em seguida, no governo provisório de Getúlio Vargas.

Em outras palavras, esta ativista destacava a coerência entre ação e pensamento ao propor a não-violência e o desenvolvimento intelectual a partir do amor-próprio. Dessa maneira, fortaleceu o potencial revolucionário da emancipação de pensamento, possibilitando mobilizar um número maior de grupos de esquerda, reunindo-os para enfrentarem as forças de direita. Ao defenderem a liberdade de

¹⁷⁵ Emma Goldmann (citada por Leonard Abbot. “The Trial and convictions of Emma Goldman and Alexander Berkman”. *Mother Earth*, Nova York, 07/1917, vol. XII, nº 5, p. 154.

¹⁷⁶ MOURA, Maria Lacerda de. *O Combate*. “Guerra à Guerra”, São Paulo, 19/11/1927

expressão, as propostas de Maria Lacerda ampliaram-lhe assim espaços e contatos em sua militância. Contrastavam também com o isolamento e a exclusão impostos a Goldman enquanto esta reivindicava a solidariedade e a compreensão mais abrangente entre as perspectivas e atitudes de outros ativistas libertários diante das perseguições intensificadas pelos atentados cometidos por Berkman e Czórgosz.

Ao explicar a violência política como expressão da violência da exploração econômica e do Estado, Goldman incorporou a defesa dos protestos terroristas contra as autoridades e injustiças na Europa, durante a segunda metade do século XIX. Além disso, é de se pensar se Goldman não manifestou sua condição de operária ao longo de sua militância, também em outros aspectos. Ao escrever sua auto-biografia, enfatizou o testemunho de seu ativismo como exemplo revolucionário, tendo vivido a experiência de compartilhar objetivos e criar laços de solidariedade com outras pessoas que, junto com ela, enfrentavam péssimas condições durante longas jornadas de produção.

Aliás, a valorização da experiência se mostrava um critério de diferenciação entre as concepções revolucionárias de Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura, ligando-se à condição social e cultural das duas militantes. Operária, a primeira sofreu diretamente a crueza da exploração no trabalho. Desde o início da adolescência na Rússia, produzia luvas em uma fábrica de São Petersburgo, sob condições aviltantes¹⁷⁷. Ao emigrar para os Estados Unidos, enfrentou ainda uma maior rigidez de disciplina, sendo continuamente observada junto com as outras operárias ao trabalharem por longos períodos nas fábricas de tecidos.

Além disso, a origem russa de Goldman também explicou as suas ligações com a violência política para combater a violência das desigualdades sociais nos Estados Unidos. Ao mudar para Nova York, em 1889, integrou-se às comunidades de trabalhadores anarquistas e imigrantes criadas por colonos italianos, alemães como Johann Most ou judeus russos como ela e Alexander Berkman. De acordo com os historiadores Paul Avrich e Alice Wexler¹⁷⁸, essas comunidades incorporaram a prática de atentados que se difundiram na Europa nos 70 e 80 do século passado. Igualmente, nos Estados Unidos, a ação direta violenta ofereceu aos trabalhadores a possibilidade de auto-defesa diante de perseguições e da severa crise governamental. Estas se abateram violentamente sobre as manifestações e a própria organização dos movimentos de trabalhadores diante do desemprego e da depressão econômica nesse período. Consolidou-lhes assim a descrença em reformas institucionais para conquistarem melhores condições de vida. Daí optarem pelo sacrifício pessoal a fim de denunciar o massacre de trabalhadores na propaganda política, como a praticada por Berkman e Goldman.

Enquanto conflitos de trabalho motivaram a mobilização revolucionária desta última, Maria Lacerda avançou na sua consciência social especialmente a partir de questões ideológicas. Pertencendo à classe média sem recursos, enfrentou hostilidades e discriminações ao fazer parte de uma família anti-clerical que

¹⁷⁷ Aos treze anos, ela já trabalhava em uma fábrica de luvas — “escura”, “sufocante” e “mal-cheirosa” — em São Petersburgo. Em 1886, empregou-se em uma fábrica de roupas em Rochester, trabalhando durante longas horas sob vigilância constante e uma disciplina rígida. Cf. Emma Goldman. 1970. *op. cit.* p. 15-16.

¹⁷⁸ AVRICH, Paul. 1984. *op. cit.* p.64 e WEXLER, Alice. 1984. *op. cit.* p. 160-177.

contrastava com o conservadorismo católico do interior de Minas Gerais, na passagem do século. Lecionava desde os 17 anos, vindo a reconhecer seu trabalho — o ensino — como terreno para as pessoas se valorizarem e criarem relacionamentos de respeito mútuo. Ainda em fins da década de 10, seus livros *Em torno da Educação* (1918) e *Renovação* (1919) divulgavam as propostas educacionais que o movimento "Escola Nova" lhe inspirou. Mesmo postulando ideais patrióticos sob influência deste, passou a reivindicar desde então o aprimoramento da capacidade crítica e interpretativa dos alunos ao observarem e refletirem sobre acontecimentos e experiências¹⁷⁹. Ligada ao movimento libertário a partir de 1921, ela propôs desenvolver a consciência pessoal e social, unindo companheirismo e auto-estima. Ao ampliarem a própria percepção crítica, os indivíduos questionavam os postulados de obediência e competitividade, veiculados pela Igreja e pelo Estado, para justificar a exploração humana sob o capital.

Maria Lacerda propôs combater relações coercitivas e degradantes com a difusão de princípios de igualdade e solidariedade, destacando o papel educacional revolucionário de intelectuais e artistas em conjunto com as mulheres. A fim de conscientizar, os primeiros iriam disseminar o amor-próprio, estimulando a auto-confiança e o uso independente do raciocínio ao criticarem e combaterem dogmas e instituições. Por sua vez, os artistas se encarregavam de recuperar a sensibilidade das pessoas, incentivando a concretização de ideais de fraternidade e autonomia ao serem inspirados por mulheres que enfrentavam discriminações e injustiças, a começar pela própria inferiorização.

Justamente porque valorizava a função educacional das mulheres, Maria Lacerda destacou a necessidade de elas se mobilizarem na conquista de emancipação humana. Difundindo coesão social e valorização pessoal ao influírem na formação dos indivíduos, as mulheres questionavam a função de reproduzir e *domesticar* desde a infância os futuros trabalhadores, ao lhes transmitirem valores de subordinação a organizações de poder. Em paralelo, revertiam também estereótipos de ignorância e passividade femininas, manifestando sua vontade e deliberação pessoal, ao adquirirem conhecimento e um maior domínio sobre sua própria fecundidade.

Contestação e rebeldia conviviam com resíduos de estereótipos e idéias pré-concebidas. No primeiro caso, por exemplo, ao decidirem quando reproduzirem, as mulheres reafirmavam seu poder individual, contrariando os interesses das classes dominantes e dos aparelhos governamentais e religiosos ao negarem fornecer trabalhadores para os mecanismos de violência organizada que asseguravam o controle e a autoridade.

De outro modo, ao enfatizar o papel educativo das mulheres para reverter antagonismos e coações, Maria Lacerda, à primeira vista, não deixou de reproduzir a divisão sexual de trabalho em vigor, associando-a à maternidade. Circunscreveu a possibilidade feminina de deliberar quanto às próprias funções e valores, sem questionar por que haveria de *necessariamente* implicar em cuidar do crescimento dos filhos. Isto é, traçou limites à capacidade de escolha das mulheres ao legitimar sua independência intelectual, associando-a à educação e à maternidade voluntária. Por outro lado, também promoveu sua integridade como seres humanos,

¹⁷⁹ Cf. Miriam Lifchitz Moreira Leite. 1984, *op. cit.* p. 8.

conjugando o desenvolvimento do raciocínio e da reflexão pessoal à realização do potencial afetivo, de criação e generosidade, para estabelecer relações mais justas e igualitárias em que as mulheres exercessem sua

*'clarividência moral para benefício da sociedade humana em busca do bem estar para todos'*¹⁸⁰.

Indicavam-se assim os fundamentos individualistas de seu ativismo social. Em contraste com Goldman, Maria Lacerda condenou revidar a violência social vigente com a violência política revolucionária. Reivindicava *educar para transformar*, conscientizando ao invés de reagir aos poderes incorporando-lhes os métodos destrutivos. Por isso, reivindicava o exemplo pessoal de *resistência passiva* e *solidariedade na ação direta*, indicando a *objeção de consciência* e a *maternidade voluntária*. Condenava a oferta de mão-de-obra em relações de extrema desvalorização humana marcadas pelo embotamento da sensibilidade do indivíduo, explorado no trabalho e submetido ao genocídio e às atrocidades nas guerras.

Desse modo, assim como Goldman, a libertária no Brasil privilegiava a educação racionalista para reverter desigualdades. Diferenciava-se daquela, porém, quanto aos espaços de militância além das influências de sua formação social e cultural, pois como sua biógrafa ressaltou, Maria Lacerda *"transferiu sempre a ação revolucionária para o nível verbal"*¹⁸¹. Na verdade, a libertária chegou a publicar cerca de 15 livros além de vários artigos em diferentes jornais e revistas. Destacava aprimorar a sensibilidade para as pessoas evoluírem, liberando-se de relações impositivas e inferiorizantes. Desse modo, a humanidade se emancipava ao refletir introspectivamente sobre seus atos e atitudes, desenvolvendo um maior despreendimento pessoal e domínio próprio. A ativista justificou a introspecção ao propor uma educação libertária no livro *Lições de Pedagogia* (1925):

*"(...) todas as invenções, as mais bellas obras de arte, de literatura, tudo quanto tem saído dos gabinetes dos sabios — absolutamente tudo é feito no silencio, na vida introspectiva, na solidão de si mesmo."*¹⁸²

Mais do que em aglomerados de manifestações e conferências nas ruas, praças e salões, a militante mobilizou-se divulgando no Brasil princípios libertários diretamente aos alunos assim como aos leitores de suas obras. Enfatizando o potencial transformador da produção intelectual, Maria Lacerda revelava não só seu individualismo libertário mas também as influências de sua origem social. Afinal, exercendo o magistério desde a adolescência, ela havia se formado entre a classe média com poucos recursos que priorizava a instrução a fim de ascender socialmente. Para este grupo, a prática produtiva perdia um tanto de sua dimensão desumanizante, unindo disciplina e uso do discernimento.

Em contrapartida, a exploração mostrava-se de modo mais abrupto nas longas jornadas produtivas realizadas por Goldman. Ao experimentar como operária a tensão de um controle contínuo e rígido mais a insegurança e o mal-estar entre as

¹⁸⁰ MOURA, Maria Lacerda de. 1932, *op. cit.* p. 102.

¹⁸¹ *id.* 1932, *op. cit.* p. 34.

¹⁸² *id.* *Lições de Pedagogia*. São Paulo, Typ. Paulista, 1925, p. 139.

condições precárias nas fábricas, ela se revoltara contra a brutalização no trabalho, renunciando sua futura atuação na América do Norte e na Europa até morrer na cidade de Toronto, no Canadá, em 1940.

Por sua vez, ao defender a ação direta, Goldman somava ideais igualitaristas e individualistas. Ao lutar pela liberdade de expressão, ela abria campo para as pessoas se emanciparem no presente, atraindo tanto operários brutalmente explorados quanto intelectuais de classe média sufocados por uma severa educação protestante. Ao procurarem satisfazer suas próprias capacidades e escolhas, homens e mulheres rompiam tabus, combatendo hierarquias e autoritarismos não só nas relações de classe ou com o reforço dos aparelhos de Estado e de ensino, mas também na privacidade do lar, entre pais e filhos, cônjuges ou amantes. Em comícios, manifestações e salões repletos, suas palestras aglomeravam feministas, artistas e intelectuais de classe média assim como trabalhadores revolucionários, debatendo, por exemplo, os temas "A Psicologia da Violência Política", "Francisco Ferrer e a escola moderna" ou "Casamento e Amor".

Ao reunirem multidões, os discursos de Goldman reforçavam a movimentação revolucionária, manifestando a difusão e o crescente interesse pelas questões libertárias. Concluídas com debates, essas conferências colocavam em prática o ideal da liberdade de expressão. Abrindo-se ao diálogo com o público nas conferências, Emma Goldman indicava diferenças ideológicas com Maria Lacerda em suas militâncias. Ao contrário da agitadora brasileira, ela priorizava o *contato direto* para divulgar suas propostas. Usava a mordacidade e o sarcasmo ferino, ridicularizando seus oponentes ou respondia com paciência e entendimento aos seus interlocutores, consolidando a solidariedade e o compartilhamento de objetivos revolucionários.

Em suma, foram indicadas aqui as características mais gerais de Emma Goldman e Maria Lacerda ao atuarem. A última destacou mudanças ideológicas associadas à distribuição de propriedade para criar relações eqüitativas. Propôs aos indivíduos desenvolverem amor-próprio e solidariedade ao confrontarem padrões e parâmetros estabelecidos refletindo sobre suas experiências no amor e na educação.

Por sua vez, Goldman colocou em prática sua defesa do exemplo pessoal e da experiência para propagar mudanças de comportamento e novos ideais. Multiplicou caminhos para superar idéias e tradições cristalizadas, criando a escola racionalista e o centro cultural *Associação Ferrer*, em Nova York. Transformando sua vida em exemplo de constância e coerência pessoal na busca da emancipação sexual, não hesitou em discutir seus vários relacionamentos amorosos em suas memórias, como alternativas ao modelo de relações monogâmicas e duradouras.

Formuladas em um período marcado pela Revolução Russa e duas grandes Guerras mundiais, as propostas das duas ativistas contestavam incisivamente as várias ramificações instituídas do poder. Além de combaterem o fortalecimento do Estado e suas investidas armadas, elas também lutavam contra o reforço às imagens tradicionais. Entre elas, destacavam-se a castidade e a maternidade das mulheres ou o amor a Deus e à Pátria, pregados por feministas sufragistas e organizações religiosas. Ao enfrentarem a crescente influência política desses grupos, como estas libertárias catalisaram multidões lutando por uma educação libertária e pela emancipação sexual feminina? Os capítulos 2 e 3 desta dissertação tratam justamente de responder a esta, entre outras questões.

II - Anarquismo, sexualidade e feminismo: contradições e conexões.

1. Emma Goldman: crítica ao feminismo liberal e comunista

"Já que o maior infortúnio da mulher foi ser olhada como anjo ou demônio, sua verdadeira salvação consiste em ser colocada na terra; precisamente, em ser considerada humana e assim sujeita a todas as loucuras e erros humanos"

Emma Goldman

A partir da segunda metade do século XIX nos Estados Unidos, o crescimento industrial incorporava massivamente o trabalho das mulheres, diversificando-lhes o campo de atuação¹. Em greves, comícios e passeatas, em livros e artigos que escreviam, nas ruas onde circulavam em busca de mercadorias ou indo ao trabalho, as mulheres multiplicavam seus meios de expressão e visibilidade nos anos anteriores à Primeira Guerra. O número de trabalhadoras duplicou, de 4 milhões em 1890 para quase oito milhões em 1910. No inverno de 1909-10, a União Internacional de Tecelãs e Costureiras impulsionou a greve dessas trabalhadoras em Nova York. Entre 1912 e 1913, as mulheres participaram ativamente das greves lideradas pela Industrial Workers of The World nas cidades de Lawrence e Paterson. E, paralelamente, o movimento sufragista — liderado pela National American Women's Suffrage Association — intensificava sua organização e mobilização, garantindo a ratificação do sufrágio feminino em 1920².

Em meio ao radicalismo cultural e social durante a Primeira Guerra e antes desta, a mobilização feminista difundiu-se e pluralizou suas propostas: nesse período, em *A Nova Mulher e a Moral Sexual*³, a militante comunista Alexandra Kollontai discutia o amor plural e a moral sexual como fundamento da emancipação das mulheres na sociedade comunista; já em 1905, as feministas conservadoras Christabel Pankhurst e Annie Kenney na Inglaterra passavam a utilizar táticas de confrontação e pressão sobre o governo, como greves de fome e conflitos com a polícia⁴; nos Estados Unidos, em 1917, as sufragistas organizadas na Congressional

¹ Cf. Alice Wexler. 1984, *op. cit.*; Margaret S. Marsh. 1981, *op. cit.*; Salvatore, Salerno. 1989, *op. cit.*

² Cf. Linda Gordon. 1990, *op. cit.*

³ KOLLONTAI, Alexandra. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. 1.^a ed. 1919, São Paulo, Global Editora e Distribuidora, 1978.

⁴ O'NEILL, William. *The Woman Movement: Feminism in The United States and England*. 2.^a ed., Chicago, Quadrangle Books, 1969.

Suffrage Union atraíam a opinião pública, chegando a incluir a greve de fome em sua mobilização; e já no ano anterior a anarquista Emma Goldman mobilizava multidões em palestras e comícios ao discutir “a demanda dominante da sociedade no momento de agora”⁵: o controle reprodutivo onde as mulheres afirmavam sua autonomia imediata decidindo o momento da reprodução num momento em que o conhecimento e o controle sobre os próprios corpos subvertiam leis — como em 1873 com a proibição legal de divulgação e debates sobre questões sexuais pelos estatutos de Anthony Comstock, agente plenipotenciário dos Correios dos Estados Unidos e da Sociedade de Proibição ao Vício em Nova York⁶.

Mas quais as diferenças e semelhanças entre essas concepções diversificadas de emancipação feminina? Concentrei-me nos Estados Unidos, pólo industrial marcado pela agitação social. A incorporação diversificada das mulheres ao mercado de trabalho multiplicara aí suas áreas de atuação, difundindo o ideal de emancipação feminina entre diversas classes nas primeiras décadas deste século. Incorporadas massivamente à indústria, trabalhadoras desafiavam ativamente normas e convenções feitas à imagem da passividade feminina: questionavam valores e padrões instituídos nas relações entre os sexos, como a inferiorização feminina, escrevendo artigos e livros ou participando em manifestações, comícios e greves. Lideraram aí conflitos trabalhistas — como as greves organizadas por Elizabeth Gurley Flynn, militante da associação libertária Industrial Workers of The World (I.W.W.)⁷, nas indústrias têxteis de Lawrence, Massachusetts, 1912, ou engajaram-se em campanhas como as do controle da natalidade e da liberdade de expressão, cuja defesa Emma Goldman intensificou nos anos de 1916 e 1917, respectivamente, realizando jornadas de palestras ao longo do país ou manifestações que concentravam multidões, como em Harley River Casino (18/5, 14/6 e 15/6 de 1917) em Nova York.

Por outro lado, a pluralização da demanda por mão-de-obra feminina — seja em serviços burocráticos governamentais, seja em profissões liberais — reforçou a expansão da participação pública de mulheres de elite e classe média, já estabelecida em associações religiosas-assistencialistas e abolicionistas. Valores liberais e puritanos misturavam-se, portanto, em suas reivindicações de equiparação de benefícios reservados aos companheiros de sua classe pela ideologia liberal: poder político-institucional e oportunidades educacionais — isto é, acesso aos centros de decisão e de influência na sociedade. Legitimavam-se invocando a idéia de um poder moralizador feminino, que procuravam manifestar em campanhas contra a prostituição e o alcoolismo.

Entre as diferentes táticas e tendências ideológicas envolvidas nas campanhas pelo voto feminino, a posição conservadora se acentuou, na última década do século XIX e na primeira década do século XX. Fusão entre organizações feministas, tendências radicais e conservadoras — a National Woman Suffrage Association (1868-90) e a American Woman Suffrage Association (1869-90)

⁵ Emma Goldman. citada por Harold Titus. *Mother Earth* “The Carnegie Hall Meeting”, N.Y., 4/1916, vol. XI, n.º 2, p. 485.

⁶ DRINNON, Richard. 1961, p. 134.

⁷ ROWBOTHAM, Sheila. *Woman Resistance and Revolution*. 1.ª ed., Nova York, Pelican Books, 1974 (3.ª ed., Nova York, Penguin Books, 1980), p.110.

respectivamente —, a National American Woman's Suffrage Association (NAWSA) empregava estratégias pragmáticas para fortalecer-se alertando contra o perigo do voto imigrante. As integrantes dessa organização tentavam convencer seus companheiros de classe — homens brancos de elite e classe média — do reforço que o voto delas oferecia à representação político-institucional da classe, cujos objetivos se achavam ameaçados pela concessão de sufrágio a negros e trabalhadores imigrantes.

Divergindo da visão tradicionalista da NAWSA, destacaram-se duas organizações sufragistas: a Women's Political Union, fundada em 1907, e a Congressional Suffrage Union, cinco anos mais tarde. Ambas congregavam mulheres de várias classes sociais, aproximando-se de operárias. A primeira mobilizou-se especialmente pela obtenção do sufrágio feminino, pressionando o Congresso dos Estados Unidos com petições, passeatas e piquetes. Por outro lado, a Women's Political Union conjugava diversas táticas e propostas ideológicas incluindo militantes socialistas, como Kate O'Hare e Charlotte Perkins Gilman.

Esta sobressaiu valorizando a independência econômica feminina, com a transferência do serviço doméstico à responsabilidade governamental. Centrando a emancipação das mulheres na esfera pública, condenava a incontinência sexual e o pluralismo amoroso: no livro *Sex and Race Progress* (1929), fundamentou a opressão sobre as mulheres nos excessos sexuais masculinos, assinalando benefícios das primeiras com a restauração social do pudor e da caridade. No livro *The Man made world* (1911), assim como as feministas-liberais, ela associava esses valores aos da família e da maternidade, acentuando as críticas à supremacia masculina na vida privada:

*"O que o homem tem feito à família, falando claramente, é colocá-la a seu próprio serviço, desconsiderando os interesses da criança ao transformá-la num veículo de seu próprio conforto, poder e orgulho"*⁸.

Por sua vez, a militante libertária Emma Goldman contestava a adesão das mulheres à repressão sexual e a sua incorporação às relações de dominação através do voto e do trabalho. Em lugar da adequação tática aos preceitos e normas existentes que fortaleciam desigualdades entre os sexos, Goldman fundamentou a conquista imediata da independência das mulheres na aliança entre conscientização social e pessoal, com a valorização integral da individualidade. Por isso, defendeu a expressão desta na diversificação de experiências femininas — destacando-se as amorosas e a livre escolha sobre o momento da reprodução.

Na verdade, justamente porque reconhecia diferenças na formação subjetiva de homens e mulheres — aqueles, circulando sobretudo na formalidade do espaço público; estas, responsáveis pela administração e organização da vida privada —, atribuiu a elas um maior potencial transformador: o tradicional papel doméstico feminino implicava no reconhecimento das necessidades da família, em aspectos tanto físicos quanto emocionais. Diferentemente da masculina, a socialização das mulheres incentivava a associação entre questões objetivas e subjetivas. Ampliaram-se, assim, as repercussões emocionais e intelectuais da conscientização e atuação revolucionária feminina.

⁸ GILMAN, Charlotte Perkins. *The Man-made world*. In MARSH, Margaret. 1981, *op. cit.*

Não à toa, portanto, intitulou *Mother Earth* a revista mensal que lançou em 1906 e manteve até 1918⁹. Referia-se à figura da deusa-mãe da fertilidade, personificação feminina tanto da possibilidade de liberação nas relações sexuais quanto da idéia de pureza e inocência atribuída aos impulsos sexuais em sua origem. Indicava assim também o objetivo de desafiar os estatutos de Anthony Comstock que proscreviam discussões públicas relativas à sexualidade e a reprodução, acusando-as de obscenidade e imoralidade.

Mother Earth revelou-se um meio de reforço à movimentação social, abrindo espaço para a livre expressão com a discussão de temas culturais e sociais controversos num período especialmente turbulento: multiplicavam-se dispositivos repressores — como as leis de imigração em 1903, que instituíam a exclusão e deportação de anarquistas e radicais estrangeiros — diante da irrupção de conflitos sociais e organizações revolucionárias, como nas manifestações lideradas pela associação trabalhista Industrial Workers of the World (1908-1919) em Spokane e Missoula, 1909; e a associação Womens Trade Union criada em 1903 e o revigoramento do partido socialista, dois anos antes¹⁰.

Com a imagem edênica de um casal livre de roupas e grilhões saudando a aurora, a capa do primeiro número de *Mother Earth* indicava também o propósito sexualmente transgressor desta revista¹¹. Entre 1906 e 1918, ela discutia questões variadas — de conflitos sociais, econômicos e políticos, à produção cultural e à crise no relacionamento entre homens e mulheres. Mobilizando cerca de 3.500 a 10.000 leitores¹², integrava esses problemas na crítica anti-institucional enquanto alimentava a efervescência cultural da década de 10. Solicitava, por exemplo, apoio tanto às greves de Lawrence e Paterson, ou à campanha pela liberdade de expressão, impulsionada pelos Wobblies entre 1909 e 1912, quanto à campanha pelo controle da natalidade, que Goldman liderou entre 1915 e 16. Publicando artigos, difundindo princípios anarquistas enquanto esclarecia e comentava a respeito das manifestações e movimentos revolucionários, *Mother Earth* manteve

⁹ Criada 3 anos após a implantação das leis nacionais anti-anarquistas, *Mother Earth* passou a ser publicada de março de 1906 até agosto de 1917, quando foi impedida sua circulação postal. Desafiando a censura e a histeria conservadora no pós-guerra, Goldman e companheiros começaram a publicar um periódico alternativo de oito páginas, *The Mother Earth Bulletin*, a partir de outubro de 1917. Em maio seguinte, porém, sua distribuição também foi proibida. DRINNON, Richard. Introdução. *Mother Earth Bulletin: 1906-1907*. Nova York, Greenwood Reprint Corporation, série 1, volume 1, 1968; GOLDMAN, Emma. *Living my life*. p. 657; MORTON, Marian J. 1992, *op. cit.* p. 92; RAYBACK, Joseph G. 1974, *op. cit.* p. 280-3; e WEXLER, Alice. 1984, *op. cit.* p. 239-40.

¹⁰ Sobre as barreiras legais à imigração de anarquistas nos Estados Unidos, ver: Marian J. Morton. 1992, *op. cit.* p. 41 e Alice Wexler. 1984, *op. cit.* p. 116. A respeito dos conflitos entre Wobblies e as autoridades, ver: Salvatore Salerno. *Red November, Black November: culture and community in the Industrial Workers of the World*. Nova York, State University of New York Press, 1989, p. 126-128. 128-132. Sobre a Associação Women's Trade Union, ver: Linda Gordon. *Woman's body, woman's right: birth control in America*. 1ª ed. 1974. Middlesex, Penguin Books, 1990, p. 194.; e Alice Wexler. *Emma Goldman: an intimate life*. p. 118. Quanto à organização do partido socialista, ver: Salvatore Salerno. 1989, *op. cit.* p. 52, 72-73; e Marian J. Morton. 1992. *op. cit.* p. 44.

¹¹ Ver gravura próxima página.

¹² Cf. *Mother Earth Bulletin*. 1968, *op. cit.*

MOTHER EARTH



Rompendo grilhões de preconceitos, um jovem casal saúda a aurora de uma nova era em uma cena paradisíaca na capa do primeiro volume da revista *Mother Earth*.

nos Estados Unidos, de acordo com Alice Wexler,

*"uma tradição dissidente radical alerta aos riscos de centralização, burocratização e censura — dentro da esquerda assim como da sociedade em geral — que enriqueceu o diálogo radical daquele tempo"*¹³.

Ao privilegiar a propaganda e a polêmica ideológicas, a revista acabava subordinando a discussão das inovações estéticas à causa da revolução social. De modo semelhante à Maria Lacerda em relação à arte das duas décadas seguintes, Goldman criticava as vanguardas culturais nos anos 10. Sem deixar de defender a liberdade de expressão, ela priorizava a crítica social de autores realistas do século passado ao invés dos experimentos de estilo daquele momento.

Com maior facilidade, chamava assim também a atenção da classe média intelectualizada, que absorvia valores anarquistas. Profissionais liberais, como os médicos Edward Bond Foote e William J. Robinson, e artistas, como o surrealista Man Ray (1890–1976) e o cartunista Robert Minor, participavam em suas páginas, por exemplo. Seus trabalhos intercalavam poemas do norte-americano Walt Whitman (1819–1892), assim como textos do educador inglês Henry David Thoreau (1817–1862) ou citações do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844–1900), entre outros autores. Na verdade, todas essas obras se reuniam em torno das propostas de teóricos anarquistas, como os franceses Pierre-Joseph Proudhon (1809–1865) e o geógrafo Elisée Reclus, mais o ativista italiano Enrico Malatesta (1850–1932) e Kropotkin, consistindo no eixo de *Mother Earth*.

Emma Goldman iniciou a publicação de *Mother Earth*, discutindo propostas de independência feminina no artigo *"The Tragedy of Woman's Emancipation"*¹⁴, transcrito quatro anos mais tarde no livro *Anarchism and other essays*¹⁵. Criticava as contradições das sufragistas que se sujeitavam aos pressupostos do senso comum apegando-se à manutenção de uma aparência digna e adequada. Essa estratégia de legitimação puritana mostrou-se, porém, contraditória: postulando a liberação das mulheres, não reconhecia as oportunidades para concretizá-la na vida pessoal:

"A emancipação feminina, como entendida pela maioria de seus defensores, é de um âmbito reduzido demais, para permitir a alegria e êxtase ilimitados contidos na profunda emoção da verdadeira mulher, amante, mãe, na liberdade".¹⁶

Goldman questionava igualmente o poder purificador atribuído às mulheres como justificativa para sua obtenção do direito do sufrágio. Para ela, desconsiderava-se que a corrupção institucional envolvia não princípios éticos, mas, sim, interesses econômicos concretos. Por outro lado, a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho tampouco equivalia à sua emancipação: ao contrário, impunha uma maior exploração mesmo quando especializado, como no caso das profissionais liberais.

¹³ WEXLER, Alice. 1984. *op. cit.* p. 124.

¹⁴ Goldman, Emma. 1970, *op. cit.*

¹⁵ *id. ibidem.* 1969, *op. cit.* p. 227–239.

¹⁶ *id. ibidem.* p. 228.

MOTHER EARTH

VOL. I.

MAY, 1913

No. 3



A cover of the "distinguished gadfly."
Robert Minor scoured the strenuous
life in a revivalist setting.

(Capa de Robert Minor satirizando o pastor Billy Sunday ao
mostrá-lo num tango com Jesus recém-tirado da Cruz para mais
um dos sermões apelativos de Sunday)

Devido à divisão e disciplinarização no trabalho, o despojamento da criação e inovação pessoal nessa atividade o transformava numa tarefa desmotivante. Por isso mesmo, as jovens trabalhadoras preferiam abandoná-lo e depender do marido ao se casarem. Ao contrário de muitas profissionais liberais, evitavam assim limitar suas vidas ao espaço de produção. Nele degradavam-se sob a imposição de disciplina e controle alheios enquanto também constataavam sua propalada "*autonomia*" reduzida à possibilidade de pagarem as próprias despesas de consumo. Por sua vez, ao reconhecerem aí o caráter desumanizante da atividade produtiva, elas mantinham uma posição "*mais humana e natural*"¹⁷ que as profissionais liberais à procura de liberação e crescimento pessoal. Enquanto priorizavam o trabalho entre as demais atividades, acabavam limitando mais ainda suas próprias experiências: em sua recusa a quaisquer empecilhos à sua ascensão profissional, optavam pelo isolamento pessoal, encarando-o como um reforço à sua autonomia sem considerarem a possibilidade de concretizá-la em diferentes momentos de sua vida pessoal.

Valorizando a complexidade e a diversificação destes, Goldman contestava as reivindicações feministas centradas em "*tiranias externas*"¹⁸, como os obstáculos à participação político institucional e econômica feminina. Em seu lugar, defendeu o questionamento consciente das mulheres às convenções éticas e sociais. Somente desligando-se de ordens e costumes tradicionais instituídos ao reconhecerem a responsabilidade pessoal por seus atos, poderiam emancipar-se, desafiando a diferenciação polarizada e o antagonismo entre os sexos em uniões amorosas livres.

Quatro anos após a primeira publicação de *Mother Earth* — isto é, já então em 1910 —, Goldman destacou a discussão da condição feminina e da sexualidade entre os temas abordados no livro *Anarchism and other essays*. Além de incluir nesse livro "*The Tragedy of Woman's Emancipation*", artigo que havia publicado em *Mother Earth*, aprofundava a crítica aos pressupostos ideológicos do feminismo liberal. Iniciou o ensaio "*Woman Suffrage*"¹⁹ criticando a defesa pelas mulheres dos meios de sua própria subordinação: a religião, a guerra e o lar. Valorizando a idéia de pureza e bondade naturais das mulheres, as sufragistas justificavam o voto feminino alegando que iria fortalecer o poder institucional:

"Pode-se pensar que já que a mulher reconhece o preço horrível que é obrigada a pagar à Igreja, ao Estado e ao lar, ela quer o sufrágio para libertar-se. Isso pode ser verdade para algumas, a maioria das sufragistas repudia inteiramente tal blasfêmia. Ao contrário, elas insistem sempre que é o sufrágio da mulher que irá torná-la uma melhor Cristã e dona-de-casa, uma cidadã leal ao Estado. Assim o sufrágio é somente um meio de fortalecer os próprios Deuses que a mulher tem

¹⁷ *Id. ibidem.* p. 238.

¹⁸ *Id. ibidem.* p. 236.

¹⁹ GOLDMAN, Emma. *Mother Earth*. "The Woman Suffrage Chameleon", Nova York, 5/1917, vol. XII, n.º 3, p. 80.

*servido há tempos*²⁰.

Sentir e decidir espontaneamente: amor livre x casamento

Em *Mother Earth*, Goldman reivindicava a independência de idéias, ressaltando o auto controle e a liberdade de escolha para realizar a autonomia em todos os momentos da vida, especialmente nas relações amorosas e sexuais. A partir desses princípios, o primeiro número discutia a comunidade de amor livre estabelecida por Edward Ruedebusch na cidade norte-americana de Mayville. A revista condenava as autoridades por reforçarem o controle, procurando suprimir *"toda expressão livre no amor e no casamento"*. Mas, justamente por priorizar a espontaneidade para abolir hierarquias sexuais, *Mother Earth* também questionava os métodos de Ruedebusch *"cheios de formalidade"* ao buscarem eliminar os *"grilhões opressivos de uma moral claudicante"* que submeteu *"toda emoção humana ao plano da utilidade e do propósito"*²¹.

Valorizando a dimensão liberadora da criação e da expressão pessoal, Goldman opôs a legitimação conjugal das relações entre os sexos à sinceridade da experiência amorosa no ensaio *"Marriage and Love"*²² do mesmo livro. Ela indicava esse sentimento como *"desafiador de todas as leis, de todas as convenções"* ao expressar a natureza de uma *"força toda envolvente"*²³. Multiplicando as potencialidades dos indivíduos sem impedir o desenvolvimento de cada um, ele iria implicar na independência e em igualdade de condições entre os parceiros.

Em contraste com a espontaneidade e inspiração vividas nas relações amorosas, o casamento consistia em um *"arranjo econômico"*. Produzia a inferiorização e dominação pessoal das mulheres, aprofundando sua sujeição, que contrastava com a masculina, ocorrida sobretudo no espaço público e *exterior* das relações econômicas:

*"o contrato de casamento condena a mulher à dependência duradoura, ao parasitismo, à completa inutilidade, tanto individual quanto social. O homem também paga seu preço, mas como sua esfera é maior, o casamento não o limita tanto quanto à mulher. Ele sente suas cadeias mais no senso econômico"*²⁴.

Junto com a dessensibilização das mulheres alimentada cotidianamente por serviços domésticos repetitivos e pela condição dependente, o casamento

²⁰ *id. ibidem*. p. 198-9.

²¹ *Mother Earth*. "Observations and Comments", Nova York, Emma Goldman Publisher, 03/1906, vol. 1, nº1, p. 8 (In: *Mother Earth Bulletin*. 1968, *op. cit.*).

²² *id.* "Marriage and love". 1969, *op. cit.* p. 236.

²³ *id. ibidem*. p. 204.

²⁴ *id. ibidem*. p.

reduzia-lhes o campo de experiências. Sanções institucionais, da Igreja e do Estado, revertiam na discriminação e marginalização das mulheres que ousavam desafiar o ideal de virgindade e a condenação pública aos filhos ilegítimos. As normas e os preceitos que envolviam o casamento o opunham ao amor livre, meio de contentamento e crescimento pessoal, misto de *"espontaneidade"*²⁵, *"companheirismo e inspiração"*²⁶, com a eliminação de hierarquias, dependências e imposições:

*"Amor, o mais forte e profundo elemento em toda a vida; o percurso da esperança, da alegria, do êxtase; amor, o desafiador de todas as leis, de todas as convenções; amor, o mais livre, o mais poderoso formador do destino humano; como pode essa força impulsionadora ser sinônima à pobrezinha daquela semente, cultivada pelo Estado e pela Igreja, o casamento?"*²⁷

Por isso mesmo, Goldman enfatizou a valorização da experiência pessoal feminina para a concretizar a autonomia, sem intermediários:

*"Desde que o maior infortúnio tem sido considerar a mulher anjo ou demônio, sua verdadeira salvação é ser situada na terra; propriamente, em ser considerada humana, e portanto sujeita a todas loucuras e erros humanos"*²⁸.

Isto é, as mulheres tinham o direito de se desenvolver plenamente, satisfazendo seus desejos e impulsos inclusive, em lugar de obedecerem às razões e aos preconceitos do senso comum. Ao amarem espontaneamente afrontando a opinião pública, elas davam exemplo de liberdade individual e abriam campo para criar um mundo de *"harmonia e companheirismo verdadeiros"* baseado no *"amor"* e não no *"casamento"*²⁹.

Na sociedade industrial e judaico-cristã, ele implicava na desigualdade entre homens e mulheres, em que elas perdiam seu valor humano, reduzidas a meio de reprodução e prazer sexual. Pagando seu *"direito de existir com favores sexuais"* não era de admirar se prostituíssem *"a um homem, dentro ou fora do casamento, ou a muitos homens"*.

Prostituição: exploração sócio-econômica e a dupla moral

Ao regular a atividade sexual artificialmente e frustrar impulsos sexuais saudáveis, a moral puritana alimentou o desenvolvimento da prostituição. Legitimava a *"inferioridade social e econômica"*³⁰ feminina no mundo do capital,

²⁵ *id. ibidem.* p. 228.

²⁶ *id. ibidem.* p. 238.

²⁷ *id. ibidem.* p. 236.

²⁸ *id. ibidem.* p. 198-9.

²⁹ *id. ibidem.* p. 239.

³⁰ *id. ibidem.* p. 179.

conforme Goldman assinalou no ensaio "Tráfico de Mulheres". Neste sistema econômico marcado por uma baixíssima remuneração de trabalho e por critérios sexuais discriminatórios, as mulheres acabavam forçadas ao meretrício. A exploração do sexo se associava à da sociedade e da economia:

*"Qual a causa real do tráfico de mulheres? Não apenas mulheres brancas, mas também amarelas e negras. Exploração, claro; o Moloch impiedoso do capitalismo que engorda com trabalho não pago, levando assim milhares de mulheres e garotas à prostituição. Naturalmente, nossos reformadores (no poder) nada dizem sobre esta causa. Eles sabem disso bastante mas não ajuda em nada falar sobre ela. É muito mais lucrativo bancar o Fariseu, fingir uma indignação moral, do que ir ao fundo das coisas."*³¹

Fatores psicológicos reforçavam os fundamentos econômicos da prostituição. Diante das extensas jornadas produtivas sob más condições e de um lar também desagradável depois do trabalho, as jovens operárias passavam a ver "a rua ou qualquer lugar com diversão barata" como um "meio de esquecer sua rotina diária."³²

Nas fábricas, o contato com o sexo oposto aumentava o desejo das operárias aceso para compensar a excitação e tensão provocadas pela rígida disciplina de trabalho. Sob a dupla moral sexual, as jovens que deixassem de ser virgens sem as bênçãos matrimoniais pagavam um preço caro por sua ousadia: marginalizadas como "depravadas e caídas", encontravam as "portas do lar e da sociedade fechadas na sua cara".³³ Como o "homem mais mesquinho, depravado e decrépito ainda se considera bom demais para tomar como esposa a mulher cuja graça ele estava muito mais preferindo comprar", as jovens desvirginadas descobriam-se forçadas à prostituição, onde eram mais desvalorizadas e perseguidas pela "sociedade que cria as vítimas de que tenta em vão se livrar mais tarde".³⁴

Por outro lado, ao invés de reverter os mecanismos de inferiorização das mulheres reproduzidos no cotidiano, o movimento feminista os reforçava. Entre eles, por exemplo, as defensoras da emancipação feminina apoiaram abertamente a opressão armada durante a Primeira Guerra Mundial³⁵.

³¹ *id. ibidem.* p. 178.

³² *id. ibidem.* p. 184.

³³ *id. ibidem.* p. 187.

³⁴ *id. ibidem.* p. 188.

³⁵ Para uma visão mais abrangente das estratégias femininas liberais, que incluíam a defesa do militarismo nos Estados Unidos, ver Nancy Cott. F. *Roots of Bitterness: Documents of The Social History of American Woman*. Nova Iorque, E.P. Dutton & Co. Inc., 1972; Eleanor Flexner. *Century of Struggle: The woman's rights movement in The United States*. 2.^a ed., Nova Iorque, Atheneum, 1979; Aileen Kraditor. *The Ideas of The Woman's Suffrage Movement. 1890-1920*, 2.^a ed., Nova Iorque, Anchor Books, 1971.

Crítica ao sufragismo militarista: Emma Goldman x apoio feminista à Primeira Guerra

Com a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra mundial em 6 de abril de 1917, a defesa patriótica de interesses de Estado alimentava a recuperação do feminismo conservador, após o marasmo que se seguiu à formação da NAWSA. Legitima-se conjugando postulados puritanos e a colaboração ativa nos serviços assistenciais na Europa devastada pelo conflito. A NAWSA financiou, por exemplo, a construção de um hospital na França. Além disso, uma das integrantes desta organização, Anne H. Shaw, presidiu o Comitê Feminino do Conselho de Defesa Nacional nos Estados Unidos. Por sua vez, consolidada com o apoio à participação norte-americana no conflito, a respeitabilidade pública do sufragismo assegurou a conquista do direito ao voto feminino em 1920, enquanto recrudesciam a repressão e o pânico anti-revolucionário diante das tensões e antagonismos sociais no pós-guerra.

Pouco antes de ser presa em 15 de junho de 1917 e condenada à deportação dois anos mais tarde, Goldman já apontava as inconsistências ideológicas que o sufragismo manifestava em seu apoio à inclusão dos Estados Unidos no conflito. Na edição de maio de 1917, *Mother Earth* ressaltou que a defesa do voto aí reproduzia as táticas do movimento na Inglaterra: lá também, as sufragistas defenderam a participação militar, desmentindo na prática os argumentos de superioridade moral das mulheres, fundados na idéia de sua natureza pacífica.

Estimulado pelo êxito no Parlamento inglês, o sufragismo nos Estados Unidos aderiu à febre militarista antes mesmo da incorporação desse país à guerra. Apelava-se aí para um dos fundamentos ideológicos do dualismo entre os sexos: as feministas contradisseram a anterior defesa do voto para libertar as mulheres da necessidade de sedução, utilizando este último como recurso estratégico ao participarem das campanhas de recrutamento. Desconsideraram aí o próprio reforço à maior opressão imposta as mulheres durante conflitos bélicos, quando, conforme Goldman ressalva,

*"embora horrível, o preço pago pelo homem não é nada em comparação com as crueldades, brutalidades, e afrontas que a mulher é submetida pela guerra"*³⁶.

Acirradas nesse momento a subjugação e desvalorização social femininas explicavam a ênfase de Goldman na importância da liberação das mulheres em combater relações opressivas. Ao baseá-la na consideração e valorização individual, Goldman a dissociou da intervenção e de reforços institucionais. Durante o período em que permaneceu na Rússia revolucionária (1920-21), ela recusou, por isso, o convite de Alexandra Kollontai, teórica que também criticava o feminismo liberal e era a única mulher do Comitê Central do Partido Comunista, para que colaborasse

³⁶ *id. ibidem*, p. 198.

com serviços de assistência às mulheres no Comissariado do Bem-Estar Público que ela, Kollontai, chefiava.

Goldman não o aceitou ao reconhecer a pequena área de atuação revolucionária aí representada. Em sua autobiografia, *Living my life* (1931), ela revelou sua revolta com a indiferença e frieza de Kollontai diante das atrocidades do governo revolucionário russo que ela lhe denunciava, como o uso de violência armada na cobrança de impostos e a perseguição de intelectuais, anarquistas e demais ativistas dissidentes:

"Nós realmente temos alguns pontos negros e sombrios em nosso vívido quadro revolucionário", ela (Kollontai) disse quando eu terminei (o relato das denúncias). "Eles são inevitáveis num país tão atrasado, com um povo tão ignorante e um experimento social desta magnitude, combatido pelo mundo inteiro (...). Eles irão desaparecer quando nós tivermos liquidado nossas frentes militares e quando possamos levantar o nível mental de nossas massas". Eu poderia ajudar nisso, ela continuou. Eu poderia trabalhar entre as mulheres; elas eram ignorantes dos mais simples princípios de vida, físico e outros, ignorantes de suas próprias funções como mães e cidadãs. Eu tinha feito um trabalho tão bom deste tipo na América e ela podia garantir-me um campo muito mais fértil na Rússia. "Por que não se aliar à mim e parar com suas cismas sobre uns poucos pontos negros e sombrios?"

*Pessoas perseguidas, presas e fuziladas por suas idéias! Os velhos e os jovens mantidos como reféns, todo protesto amordaçado, iniquidade e favoritismo desenfreados, os melhores valores humanos traídos, o próprio espírito da revolução crucificado diariamente — não eram nada senão "negros, sombrios pontos". Eu me espantava! Senti-me enregelada até a medula*³⁷.

Na atuação política de Kollontai, a valorização do estado revolucionário acima dos interesses — isto é, da própria existência — dos indivíduos apenas de forma aparente entrava em contradição com a ênfase nos aspectos psicológicos que essa autora assinalou ao associar a emancipação feminina à transformação coletiva em sua proposta, priorizando interesses públicos. Razões econômicas respondiam por mudanças na mentalidade das mulheres: a maior exploração no trabalho ampliara o potencial revolucionário das operárias, aliando a conscientização sobre seus próprios interesses e suas personalidades à formação do sentimento de companheirismo e solidariedade. A ideologia de classe impregnava a psicologia das trabalhadoras, subordinando o desenvolvimento de sua autonomia individual ao bem-estar da coletividade e da classe que impulsionam o seu engajamento:

"A classe operária necessita para a realização da sua missão social de mulheres que não sejam escravas. Não quer mulheres sem personalidade, no matrimônio e no seio da família, nem mulheres que possuam as virtudes femininas de passividade e submissão. Necessita de companheiras com uma individualidade capaz de protestar contra qualquer servidão, que possam ser consideradas como

³⁷ *id.* 1970, *op. cit.* p. 757.

*um membro ativo, em pleno exercício dos seus direitos, e, conseqüentemente, que sirvam a coletividade e à sua classe*³⁸.

Na obra de Kollontai, em suma, a rejeição à possessividade egoísta cultuada pela moral burguesa decorria da superioridade da atividade social, *externa*, em relação a questões subjetivas, psicológicas. Daí a sua desconsideração do enriquecimento da sensibilidade no pluralismo amoroso: em lugar da exclusividade amorosa duradoura, por toda a vida, decretada pelo matrimônio na ideologia burguesa, a teórica comunista não só prescreveu a *"monogamia sucessiva"*³⁹, mas também valorizou o amor-camaradagem unicamente como fundamento da solidariedade e da coesão social. Despiu-o de nuances psicológicas em favor dos interesses da coletividade:

"O proletariado sente-se indiferente diante dos delicados tons do complexo amoroso, diante das incendiárias cores da paixão ou diante da harmonia do espírito. O que lhe interessa é que, em todas as manifestações e sentimentos de amor, existam os elementos psíquicos que desenvolvem o sentimento de camaradagem.

*O ideal de amor-camaradagem, forjado pela ideologia proletária para substituir o absorvente e exclusivo amor conjugal da moral burguesa, está fundado no reconhecimento dos direitos recíprocos, na arte de saber respeitar, inclusive no amor, a personalidade do outro, num firme apoio mútuo e na comunidade de aspirações coletivas*⁴⁰.

*"(...) ainda que a ideologia da classe operária proclame os direitos do amor, subordina, ao mesmo tempo, o sentimento que os membros da coletividade trabalhadora sentem entre si a um outro mundo muito mais poderoso, o do dever para com a coletividade. Por maior que seja o amor que une dois indivíduos de sexos diferentes, por muitos que sejam os vínculos que unem os seus corações e as suas almas, os laços que os unem à coletividade têm que ser muito mais fortes, mais numerosos e orgânicos. Tudo para o homem amado, proclamava a moral burguesa. Tudo para a coletividade, estabelece a moral proletária*⁴¹.

Diferentemente desta e de outros militantes de esquerda, Goldman associava o compromisso com a revolução social à ênfase em questões psicológicas, culturais e sexuais para a conquista de independência individual. Num período em que a maioria da esquerda vinculava a concretização da liberação das mulheres à derrubada de relações capitalistas, propôs reverter hierarquias sexuais com o desenvolvimento da consciência e da sensibilidade. Estas se ampliavam com o reconhecimento feminino da responsabilidade sobre os rumos da vida pessoal e

³⁸ KOLLONTAI, Alexandra. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*, p. 19-20.

³⁹ *id. ibidem*, p. 38.

⁴⁰ *id. ibidem*, p. 126-7.

⁴¹ *id. ibidem*, p. 122.

amorosa — que abrangiam decidir o momento e a ocasião de reproduzir, assumindo o controle sobre a própria vida. Desse modo, entre 1915 e 1916, Goldman procurou educar sexualmente as mulheres na campanha pelo controle da natalidade. Como veremos no próximo capítulo, ela defendeu o direito feminino ao reconhecimento e controle de suas funções reprodutivas enquanto difundia métodos contraceptivos.

O caráter inovador de sua movimentação foi compartilhado pelas propostas revolucionárias de Maria Lacerda no Brasil durante o mesmo período: a singularidade provém aqui da relação que estas estabeleceram entre o problema da emancipação feminina e a luta pela emancipação da pessoa no capitalismo industrial. Entretanto, apesar das várias convergências no ativismo de ambas, elas divergiram quanto à coesão ideológica. A militância de Goldman foi marcada em diferentes momentos pela ligação entre questionamento político e valorização do indivíduo, como em sua mobilização trabalhista, em suas campanhas pelo controle da natalidade e pela liberdade de expressão nos Estados Unidos entre 1890 e 1918, e sua participação na revolução russa (1920–1) e espanhola (1936–9). Já a atuação de Maria Lacerda conjugou isolamento e ecletismo. Procurava manter um certo distanciamento dentro dos diferentes grupos e momentos de que se aproximou, muitas vezes ao mesmo tempo, mantendo uma rede diversificada de conexões. Na associação com feministas sufragistas entre 1918 e 1923, na intensificação de seu engajamento revolucionário, reprimido com a perseguição aguçada no Estado Novo em 1937 e no paralelo aprofundamento esotérico de seu individualismo até sua morte em 1945, transpareceu em Maria Lacerda, porém, uma característica comum em sua conjugação simultânea e sucessiva de pontos de vista: a recusa pessoal às verdades organizadas em termos sociais e políticos. Mas como contextualizá-la e analisá-la?

2. Maria Lacerda de Moura: diversidade e experiências feministas

"Não há emancipação feminina sem emancipação humana"

Maria Lacerda de Moura

Assim como nos Estados Unidos, diferenciações ideológicas marcaram a mobilização sufragista de mulheres no Brasil⁴²: nas grandes cidades, a baixa remuneração da mão-de-obra feminina incentivava a sua incorporação em larga escala às indústrias em formação⁴³. Aderindo ao movimento libertário, difundido entre os trabalhadores das primeiras décadas deste século, elas questionaram a subordinação social e feminina instituída. Trabalhadoras como Sofia Garrido, Angelina Soares e Isabel Cerruti escreveram artigos na imprensa libertária, participaram e lideraram manifestações, comícios e greves, chamando atenção nas metrópoles.

O trabalho associativo e organizado de operárias anarquistas contrastava então com a relativa reclusão e os valores tradicionais predominantes entre mulheres de elite que, herdados da vida colonial, mantinham-se em meio à urbanização tardia. Interesses classistas e conservadores se manifestaram nas associações religiosas e filantrópicas onde elas se reuniam. Ao invés de questionarem as dificuldades da condição feminina nas camadas de baixa renda ou o problema da prostituição aguçado pela miséria, dedicavam-se a obras assistenciais.

Procuraram expressar atributos naturais de feminilidade, como o altruísmo e a caridade. Desse modo, consolidaram o papel moralizador das mulheres que justificava a diversificação de sua atuação pública. Aliás, a ênfase na educação das mulheres pelo movimento feminista-sufragista fundamentava-se em suas repercussões ideológicas: a instrução feminina assegurava independência

⁴² Ver June E. Hahner. *Emancipating The Female Sex: The Struggle for Women's Rights in Brazil: 1850-1940*. Durham, Duke University Press, 1990; *id.* *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Margareth Rago. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; *id.* 1991, *op. cit.*; Helleith Saffioti. *Mulher brasileira: opressão e exploração*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1984; *id.* *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. São Paulo, Quatro Artes, 1969.

⁴³ Ver Maria Valéria Junho Pena. 1981, *op. cit.*; Margareth Rago. *A Experiência Feminina do Anarquismo*. Depto. de História — UNICAMP, 1994; Jessita Martins Rodrigues. *A mulher operária. Um estudo sobre tecelãs*. São Paulo, Editora Hucitec, 1979; Helleith Saffioti. *Do artesanal ao industrial. A exploração da mulher: Um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo, Editora Hucitec, 1981

econômica às mulheres, evitando a prostituição caso faltasse um arrimo financeiro, mas também as tornava responsáveis de modo considerável pela difusão pública de valores civis e morais na formação de futuros cidadãos.

Associadas ao ideário biologizante da maternidade, virtudes inatas, como a generosidade e a dedicação, eram atribuídas às mulheres nas reivindicações por sua participação político-institucional formuladas por associações como a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher em 1919 e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entre 1922 e 1937, ambas lideradas pela advogada e bióloga Bertha Lutz (1894-1976), a ênfase na capacidade feminina de moralização institucional reforçava a argumentação das sufragistas: em sua maioria integrantes da elite e da classe média e sem força numérica, elas articularam a incorporação feminina aos mecanismos de Estado em reuniões sociais com autoridades, congressistas e homens da classe dominante com influência política durante o período de instabilidade e crise no governo provisório de Getúlio Vargas entre 1931 e 1932.

Não à toa, o voto feminino foi promulgado durante as reformas eleitorais nesse ano, enquanto as facções oligárquicas e tenentes aliavam-se ao governo, reprimindo violentamente manifestações políticas da classe média e do proletariado — acentuadas com a crise econômica no início da década de 30, o que motivou, por exemplo, os protestos de desempregados em Marchas da Fome no Rio de Janeiro e São Paulo, em 1931, e as greves organizadas por sindicatos em São Paulo, em 1932. A defesa da participação eleitoral feminina se justificava, então, como um instrumento de mobilização de forças que permitiria atuar mais amplamente em termos políticos e jurídicos, para a legitimação e proteção dos interesses das mulheres, especialmente das mais carentes, as trabalhadoras, oferecendo-lhes um respaldo ideológico conservador.

Por outro lado, o caráter protetor das medidas legislativas sobre o trabalho feminino, instituídas em 1932, reforçou o sexo como critério para o preenchimento de certas ocupações do sistema fabril. Em razão de problemas de saúde específicos, as trabalhadoras passaram a ser excluídas do treinamento industrial, concentrando-se quase exclusivamente no desempenho de tarefas de rotina e consideradas não-qualificadas — por prescindirem de treinamento — pela gerência administrativa. Em outras palavras, a preocupação com a saúde e o bem-estar da mão-de-obra feminina legitimava mantê-la nas tarefas mais rotineiras e nos níveis mais baixos da hierarquia fabril, enquanto a ausência de qualificação justificava pagar-lhe salários inferiores aos masculinos.

Embora declarassem apoiar reivindicações e a organização de trabalhadoras, as sufragistas mantinham-se distantes diante da mobilização das primeiras. Não as aceitavam em seu meio, nem questionavam de modo mais abrangente relações de desigualdade e contradições implícitas na divisão sexual de papéis dentro e fora do âmbito público. Sob uma ótica reformista, reclamavam a responsabilidade social do Estado em fornecer assistência às trabalhadoras, desconsiderando a possibilidade de estas realizarem seus interesses de modo autônomo.

Uma vez alcançado o objetivo principal, o sufragismo esvaziou-se, extinguindo-se com o golpe de estado impetrado por Getúlio Vargas (10/11/1937), que iniciou o período chamado de Estado Novo (1937-45). Circunscrito nas fronteiras do pensamento liberal, o sufragismo havia visado, em primeiro lugar, a ampliação jurídica da participação social feminina através do voto, não postulando

outras mudanças senão as da ordem jurídico-burocrática.

Integrando uma família de classe média sem muitos recursos, Maria Lacerda de Moura incorporou muitos dos princípios dessa tendência feminista ao começar sua mobilização entre o ambiente conservador do interior de Minas Gerais. Aí nasceu em 1887 e permaneceu até 1920, cedo se engajando em atividades assistenciais entre a população pobre da região, onde lecionava em 1908. Colaborou também com a associação de mulheres que organizou a construção de casas para a população favelada de Barbacena, a "*Vila Dom Viçoso*"⁴⁴. Questionando a condição "*parasitária*" e "*dependente*" da mulher brasileira em seus primeiros livros *Em torno da educação* (1918) e *Renovação* (1919), incluiu referências positivas à formação da Liga pela Emancipação da Mulher por Bertha Lutz e à Associação da Mulher Brasileira presidida por Selda Potocka no Rio de Janeiro, em 1919⁴⁵.

Porém *Renovação* já revelava contradições com o ideário feminista conservador. É verdade que este se manifestou claramente em várias passagens como as que valorizavam a prestação feminina de serviços médicos e armados em guerras e conflito, o apego à maternidade e a assistência moral das mulheres ricas às operárias, evitando que se prostituíssem ao se esforçarem por educá-las. Além disso, Maria Lacerda legitimava a diversificação das esferas de atuação das mulheres, traçando um histórico de seus êxitos profissionais, políticos e militares na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil.

Tornou-se claro então o endosso de Maria Lacerda a valores estabelecidos em apoio ao sufragismo liberal. Maria Lacerda não questionava, por exemplo, os critérios de classe e moral nos projetos da Assembléia Geral Constituinte e no Congresso que reivindicavam a integração das mulheres ao governo republicano recém-instituído, reservando o voto às "*diplomadas com títulos científicos*", "*professoras*", "*casadas*" e "*as que possuíssem bens*"⁴⁶.

Ideais patrióticos eram também invocados por Maria Lacerda ao reivindicar a equiparação de direitos jurídicos entre homens e mulheres, devido à maior facilidade destas em difundir responsabilidades cívicas ao contribuírem para a formação dos indivíduos como mães e como parte considerável do professorado primário. Ela ressaltava que, embora sem acesso ao controle de dispositivos jurídicos, as mulheres eram submetidas às "*mesmas leis que julgam os crimes dos homens*" e se ocupavam da educação das "*crianças, no lar e na escola, (...) preparando os cidadãos*"⁴⁷. Ora, Maria Lacerda concluiu,

"Não é claro que tendo a mulher um direito, melhor o fará compreender?"⁴⁸

É de se notar que, mesmo reivindicando o sufrágio das mulheres, Maria

⁴⁵ Cf. Edgar Rodrigues. 1976, *op. cit.*

⁴⁶ *id. ibidem*, p. 218.

⁴⁷ MOURA, Maria Lacerda de. 1919, *op. cit.* p. 100.

⁴⁸ *id. ibidem*. p.110.

Lacerda não o via como fundamento exclusivo para sua liberação. Encarava o voto das mulheres somente como *"um dos meios para o Fim"* representando *"mais uma alavanca para o ressaltado vigoroso da acção emancipadora"*⁴⁹. O questionamento social entremeava assim a defesa de mecanismos institucionais para a emancipação das mulheres: a futura libertária assinalava que *"enquanto houver propriedade haverá o preconceito de classe, a escravidão da mulher"* e pregava *"a liberdade de acção e a igualdade econômica"*⁵⁰. De outra parte, Maria Lacerda justificou a revolução social, destacando a vitimação do operário tanto pela exploração econômica quanto pela *"amargura"* de ver a *"filha deshonrada pelo patrão ou pelo filho"*⁵¹. No entanto, longe de construir uma imagem idealizada dos trabalhadores, Maria Lacerda também indicou as consequências da dominação que eles exerciam nas relações familiares e domésticas, transformando em vítima principalmente *"a mulher proletária"*. Sucumbida pelo *"imenso amor ao seu homem"*⁵², era explorada pelo *"marido ou pae, quem mais deseja o miserável ordenado, quem mais anseia pela nomeação e quem vae á collectoria receber o dinheiro e... ás vezes quem o distribúe"*⁵³.

Dessa maneira, a figura feminina mostrava-se impregnada de romantismo absoluto, com a desconsideração de condições sociais e psicológicas em favor de critérios sexuais. Sem levar em conta a conquista de autonomia pelas próprias trabalhadoras, em que elas excluiriam desigualdades e dependência em relação a mediadores, Maria Lacerda propôs às mulheres mais ricas oferecerem amparo, educação e respeito às trabalhadoras, recuperando o *"seu valor, o nosso valor"*.

"Mostremos aos homens que somos solidárias com ella (a mulher trabalhadora) e que as protegeremos.

*Cumpriremos apenas um dever para com irmãs que têm sido desprezadas por nós mesmas só porque ao nosso espírito ignorante e rotineiro não ocorreu ainda a idéia de que a mulher nasceu para proteger os fracos, os indefesos: — as mulheres e as crianças estão portanto em primeiro lugar"*⁵⁴.

Mudando-se para São Paulo em 1921, Maria Lacerda diversificou seu campo de atuação social: engajou-se na movimentação de trabalhadores anarquistas, colaborando em sua produção cultural ao mesmo tempo em que criou

⁴⁹ *id. ibidem.* p. 110.

⁵⁰ *id. ibidem.* p. 80.

⁵¹ *id. ibidem.* p. 190.

⁵² *id. ibidem.* p. 190.

⁵³ *id. ibidem.* p. 218.

⁵⁴ *id. ibidem.* p. 46.

a Federação Internacional Feminina em São Paulo e Santos, de tendência liberal. Mas como observou a pioneira em estudos historiográficos sobre Maria Lacerda de Moura, Míriam Moreira Leite, *"A partir de 1921, Maria Lacerda de Moura se desinteressou da luta pelo sufrágio feminino que reivindicava direito político de voto"*⁵⁵. Por que, então?

Moreira Leite apontou a crescente mobilização social de Maria Lacerda como razão para seu afastamento da movimentação feminista liberal dirigida por Bertha Lutz: chama atenção para o fato de a anarquista delegar a esta última a representação da Federação Internacional Feminina na Conferência Pan-Americana de Mulheres em Baltimore, no ano de 1922. De sua parte, Bertha Lutz procurou corroborar a aura de respeitabilidade do movimento que chefia, evitando incluir a militante Maria Lacerda entre as autoridades convidadas, como o vice-presidente da república, Estácio Coimbra, para o Primeiro Congresso Brasileiro de Mulheres que organizou no Rio de Janeiro no mesmo ano.

Em 1923, a revista *Renascença*, liderada por Maria Lacerda, expressava um feminismo híbrido, misturando questões da esquerda e do feminismo liberal. Informações sobre a movimentação operária e libertária na seção *"Pelo Mundo Proletário"* e artigos do recém-comunista e ex-anarquista Octávio Brandão conviviam com a divulgação da presença da presidente da NAWSA, Carrie Chapman Catt, no Congresso Brasileiro de Mulheres e a preocupação em justificar a impossibilidade de

*"dar notícias das festas realizadas pela 'Liga Paulista' (Liga Paulista pelo Progresso Feminino), um dos ramos da 'Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino' fundada por Bertha Lutz" em homenagem á Sr.^a Catt e ás demais delegadas estrangeiras, no "Congresso Brasileiro de Mulheres" quando em visita a São Paulo — pelo facto de nos terem vindo os originaes e as descrições de passeios e festas quando a nossa revista já estava no prelo"*⁵⁶.

Em 1924, as críticas de Maria Lacerda ao sufrágismo tornaram-se mais nítidas. No livro *A mulher é uma degenerada*, publicado nesse ano, condenou postulados do feminismo conservador, como a filantropia — cuja desigualdade na concessão de benefícios considerava uma *"caridade humilhante"* — e a reversão institucional das relações de sujeição e repressão das mulheres, pois

*"De que vale a igualdade de direitos jurídicos e políticos para meia duzia de privilegiadas tiradas da própria casta dominante, si a maioria feminina continua vegetando na miseria da escravidão milenar?"*⁵⁷.

⁵⁵ LEITE, Míriam Moreira. 1984. *op. cit.* p. 22.

⁵⁶ MOURA, Maria Lacerda de. 1923, *op. cit.*

⁵⁷ Em *Renovação*, Maria Lacerda justifica a incorporação político-institucional das mulheres a partir do ideal de solidariedade social: *"É preciso que a mulher se emancipe e só queira servir á Justiça, só trabalhe para o futuro, só vise um interesse: — o interesse colectivo, só tenha uma ambição, só reconheça na carreira política um partido: o partido dos escravos modernos, dos oprimidos, dos*

Mas como entendermos a transformação de seu pensamento? Podemos vê-la como o desenvolvimento da afirmação e liberação pessoal da própria Maria Lacerda em meio à violência repressiva da crise de sustentação da ordem oligárquica. Maria Lacerda militou pela liberação das mulheres, destacando a dimensão individual de mudanças coletivas. Sugeriu-lhes questionarem no cotidiano os vários mecanismos do poder instituído enquanto recrudesciam medidas autoritárias repressivas que combatiam as várias manifestações e movimentos de revolta. Nessa época, por sinal, o estado de sítio chegou a ser implantado em 5 de julho de 1922 e novamente nesta data, dois anos mais tarde.

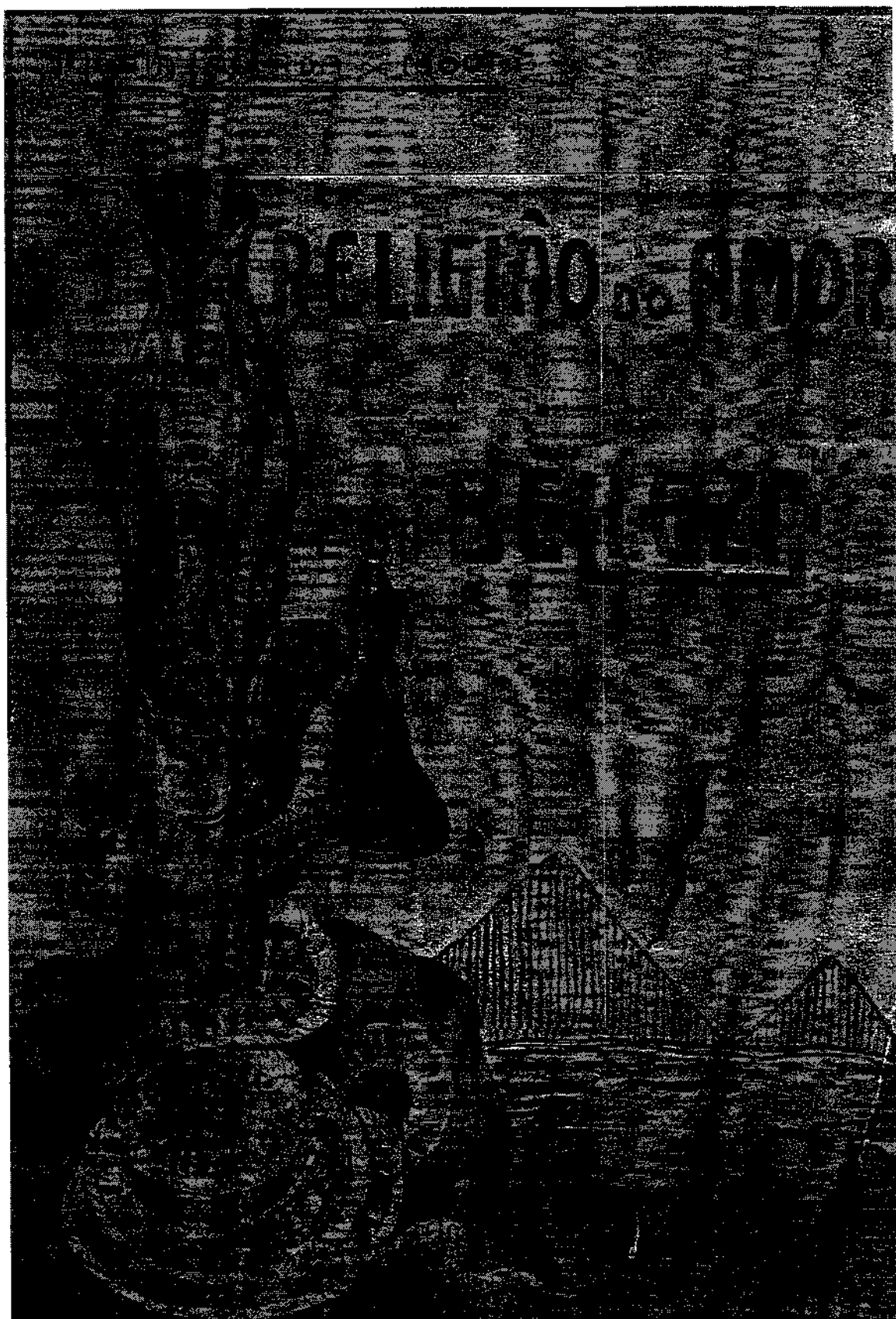
Desse modo, será que as brutais perseguições e prisões de operários militantes e grevistas nas docas de Santos e Rio de Janeiro em 1921 pelo governo de Epitácio Pessoa (1918-1922) não teriam desiludido Maria Lacerda quanto à possibilidade de aparelhos políticos reforçarem a atuação social emancipadora de mulheres? Não seria isso que iria contribuir para seu afastamento do feminismo liberal a ponto de convidar Bertha Lutz a substituí-la representando a Federação Internacional Feminina na Conferência Pan-Americana de Mulheres, que reunia líderes sufragistas internacionais em Baltimore, no ano de 1922? Aliás, seria por acaso que a maior contundência em seus questionamentos às propostas ideológicas desse grupo manifestou-se a partir de 1924? Nesse período a aliança revoltosa entre civis, dissidências liberais e grupos trabalhistas — incluindo-se o apoio moral de anarquistas ao movimento — foi duramente esmagada na presidência de Arthur Bernardes (1922-1926). Elevava-se assim a escalada da repressão do Estado com o acirramento da censura, de prisões e desterros para campos de internamento como os de Cleveland, Oiapoque, sob a lei anti-subversiva Adolfo Gordo, renovada junto com a lei Arnolfo Azevedo que, também instituída em 1921, decretava a expulsão de estrangeiros.

Nesse quadro de opressão instituída, Maria Lacerda propôs, com maior força e vigor, a crítica ideológica e a iniciativa individual para a independência de homens e mulheres. Em 1926, lançou o livro *Religião do amor e da beleza*, condenando a dupla moral sexual. Ela perpetuava desigualdades, trazendo consequências negativas às mulheres: vinculava sua sexualidade ao casamento ou, caso contrário, condenava-as à prostituição e ao suicídio. Em qualquer circunstância, um denominador comum: a extrema desvalorização pessoal e a perda da atuação social feminina.

Dualismo sexual: "dois pesos, duas medidas" para o mesmo ato de homens e mulheres

Em *Religião do amor e da beleza*, a libertária condenou desigualdades sociais e sexuais, legitimadas por uma moral *"muito commodata para o sexo forte e muito bem organizada para o prazer de todos os que estão bem instalados na*

fracos e indefesos, o partido que clama implorando simplesmente o direito de igualdade". MOURA, Maria Lacerda de. 1919, *op. cit.* p. 71.



Capa da 3ª edição do livro *Religião do Amor e da Beleza*

vida".⁵⁸ Propôs às mulheres começarem por romper a dominação e o servilismo difundidos, solidarizando-se com os que compartilhavam a condição inferiorizada consigo para melhor combatê-la. Elas iriam colaborar na erradicação de hierarquias sociais apenas ao darem exemplos de luta pelos próprios direitos, combatendo o "dogma da obediência e meiguice"⁵⁹ femininas e manifestando amor próprio:

*"Si a mulher fosse menos piégas, menos servil, menos commodista, si tivesse um pouquinho de character, mais brio, si se resolvesse a se bastar a si mesma, e se armasse para a defesa propria ao abandonar, de cabeça erguida, qualquer (homem) 'irresistivel', — que progresso moral dentro mesmo deste seculo do barba-azul."*⁶⁰

Isto é, abrangendo tanto a vida social quanto sexual, a maior inferiorização das mulheres impulsionava sua maior força contestatória e revolucionária. Desafiando a dupla moral sexual, elas desenvolviam auto-estima e seu poder de agir e sentir. Confrontavam assim a os valores dominantes.

Esta desvinculava as experiências sexuais masculinas do matrimônio, incentivando multiplicá-las independentemente da sanção legal e religiosa. No caso das mulheres, ao contrário, sua sexualidade dependia da bênção conjugal para ser legitimada. Fora do casamento, ela passava a ser marginalizada e associada à prostituição, justificando a desvalorização das mulheres que tivessem outras relações fora do casamento.

Nessas circunstâncias, os homens contavam com uma maior experiência em vários relacionamentos amorosos-sexuais que lhe permitia recuperar-se depois de uma decepção. Por sua vez, as mulheres se deparavam com a censura da sociedade junto com o próprio abalo emocional nas relações clandestinas:

"O homem sae resfolegando a vaidade da conquista, sacode o pó das vestes e está inteiro, incolume, valendo tanto ou mais, talvez — defendendo-se galhardamente dentro da moral convencional da 'boa-sociedade' e do capitalismo de patrões e assalariados."

A mulher está irremediavelmente 'perdida' e, si não lavar a propria honra (agora a honra é a della mesma) com o suicidio, — só se levantará si o homem quizer estender-lhe a mão, casar-se com ella, dar-lhe o braço protector de 'marido', dentro da lei."

*O ato que a deprime não é o mesmo que elle practica e repete constantemente, consciente ou inconscientemente, satisfeito de se espojar na mesma 'lama'?"*⁶¹

Como "a mulher tem sido corpo apenas"⁶², não era de admirar que a prostituição reproduzisse a dupla moral sexual. Garantia até o casamento a

⁵⁸ *id. Religião do amor e da beleza*. São Paulo, Typografia Condor, 1926, p. 151.

⁵⁹ *id. ibidem*. p. 190.

⁶⁰ *id. ibidem*. p. 137.

⁶¹ *id. ibidem*. p. 160.

⁶² *id. ibidem*. p. 51.

castidade das filhas e irmãs de famílias tradicionalistas, representando uma “*necessidade social*”⁶³.

Em 1932, Maria Lacerda intensificou e pluralizou sua militância social e feminista diante do fortalecimento de movimentos totalitários em vários países, incluindo o Brasil. Acontecimentos marcantes preencheram esse ano: o sufrágio feminino foi decretado em fevereiro (Decreto 21.076, de 24/2/1932); oposições oligárquicas e grupos da classe média se uniram reivindicando o retorno constitucional em confronto, entre julho e setembro, com facções oligárquicas e tenentes no governo provisório — estado de exceção que se sucedeu à derrubada do governo de Washington Luís após a revolução de 1930 e foi presidido por Getúlio Vargas; em outubro, sob inspiração fascista, foi fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB).

Nesse período de crise política, ela publicou o livro *Amai e... não vos multipliqueis* (1932). Contestava a subordinação da atuação feminina aos interesses institucionais, postulada tanto pela visão conservadora e elitista do feminismo sufragista quanto pela política de incentivo à reprodução no expansionismo fascista. Criticando a vertente feminista do liberalismo, Maria Lacerda baseava a associação entre emancipação social e feminina no desenvolvimento da conscientização do indivíduo que se “*colóca fóra da lei, fóra dos prejuízos, dos dogmas, dos preconceitos religiosos e sociais*”, pois

“*Quem pode falar em emancipação feminina, em emancipação humana dentro da lei, dentro da ordem social?*”⁶⁴.

Daí a necessidade de as mulheres se valorizarem como pessoas, desafiando o dualismo de poderes entre os sexos, cujos fundamentos ideológicos se ramificavam no dia-a-dia. Condenava então os valores morais dominantes defendidos pelas correntes conservadoras do feminismo, que havia apoiado quatorze anos antes: enquanto em *Renovação* destacava que “*O feminismo em vez de destruir os lares deve consolidá-los*”⁶⁵, agora assinalava que, como modelo tradicional de convívio doméstico, a “*instituição da família*” significava “*servilismo, ignorância, escravidão, exploração da mulher*”⁶⁶.

Nessa época, a crítica à exploração e dominação entre as classes impregnou a defesa da solidariedade entre as mulheres por Maria Lacerda. Contrapôs-se então aos postulados do livro *Renovação*, em que mulheres instruídas manifestavam e legitimavam sua independência, cuidando da educação de mulheres pobres ao objetivarem a “*instrução e emancipação de todas as mulheres*”⁶⁷. Por sua vez, em *Amai e... não vos multipliqueis*, a caridade surgia aliada à prostituição, ambas produzidas pela exploração generalizada — “*do homem pelo homem*”, “*da*

⁶³ *id. ibidem*, p. 61.

⁶⁴ *id. Amai e ... não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932, p. 39.

⁶⁵ *id.* 1919. *op. cit.* p. 83.

⁶⁶ *id.* 1932. *op. cit.* 69.

⁶⁷ *id.* 1919, *op. cit.* p. 36.

mulher pelo homem" e da *"mulher proletaria pela mulher parasita"*⁶⁸. Enquanto a filantropia representava uma tentativa de *"alívio de consciencia"* diante de desigualdades e injustiças — isto é, uma fuga à conscientização dessas questões — difundida entre mulheres abonadas, apegadas à sua condição de *"escrava, hipocritamente honesta e estupidamente servil"*⁶⁹ o meretrício garantia a manutenção da ordem vigente, constituindo o *"exército de salvação da moral"*⁷⁰.

Na verdade, *"A virtude da família exige a rameira"*⁷¹: inconsciente e *"duplamente escrava e servil, hipocritamente emancipada e estupidamente supersticiosa"*⁷². Desse modo, as mulheres só podiam liberar-se efetivamente se abandonassem as justificativas morais de sua inferioridade que interiorizavam com a *"mais poderosa das forças reacionárias, a arma do Móloc da Rotina"*⁷³.

Prostituição: sentimentos e corpos vendidos

Criticado por Emma Goldman, o tráfico de mulheres também foi abordado por Maria Lacerda de Moura. Em *Religião do amor e da beleza*, ela se referiu ao mercado internacional de prostitutas⁷⁴. Denominou um de seus capítulos "Tráfico das Brancas", de maneira algo semelhante ao título do ensaio "Tráfico de mulheres" em *Anarchism and other essays* de Emma Goldman. Entretanto, a libertária brasileira não chegou a se aprofundar em discutir as dimensões internacionais do circuito mercantil do meretrício.

A partir da prostituição, Maria Lacerda denunciou a hipocrisia e ambigüidade moral dos aparelhos instituídos de poder. Condenou os critérios sexuais e sociais nas propostas de regulamentação da prostituição. Visando controlá-la a fim de prevenir doenças venéreas, essas medidas incidiam unicamente sobre as prostitutas, resguardando seus clientes da vigilância médico-legal. Nesse sentido, a ausência de fundamentos profiláticos efetivos contradizia os propósitos eugenistas das propostas de regulamentação:

"Regulamenta-se a prostituição feminina, mas o homem? Porventura não transmite elle tambem a avariose?"

E a alta prostituição, não está livre das 'fichas' e da polícia de costumes?"

⁶⁸ *id.* 1932. *op. cit.* p. 73.

⁶⁹ *id. ibidem.* p. 100.

⁷⁰ *id. ibidem.* p. 98.

⁷¹ *id. ibidem.* p. 97.

⁷² *id. ibidem.* p. 99.

⁷³ *id. ibidem.* p. 109.

⁷⁴ A respeito das medidas médicas para regulamentar a prostituição, ver: ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1989, p. 103-135. Sobre o movimento eugenista e os médicos, ver: MARQUES, Vera Regina Beltrão. 1994, *op. cit.*; e RAGO, Margareth. 1991, *op. cit.* p. 141-164.

*As leis são feitas apenas para as fracas indefesas mulheres do povo.
O dinheiro pôs o mundanismo elegante acoberto dos 'bons costumes'...
Quem pensa na eugenia, na preservação da raça?"⁷⁵*

Diferenças sexuais e sociais se entrecruzavam no tráfico de mulheres. Enquanto aparentemente este era perseguido pela polícia, na verdade recebia sua proteção — canalizada especialmente para seus organizadores e clientes. Afinal, os lucros desse comércio também beneficiavam o Estado, que cobrava *"impóostos das pensões chics, das casas de tolerância, dos cabarets e dos casinos."*⁷⁶

Por outro lado, a repressão do Estado atingia sobretudo as meretrizes de origem mais pobre: a *"mulher que trabalha"*, como *"a costureirinha seduzida pelo moço bonito, filho-família ou pelo burguês apatacado e imbecilizado pelos vícios e pelas e pelas conservas"*, ou a *"criadinha ludibriada"*⁷⁷. Revelando um certo puritanismo, a anarquista condenava a *"concorrência desleal"*⁷⁸ das mulheres mais ricas. Impelidas pelo *"despudor, pela ambição desmedida ou até obedecendo aos preceitos da moda"* em seu meio, elas se entregavam às ligações adúlteras e promíscuas, propaganda *"syphilis"* e *"imoralidade"*⁷⁹ enquanto dessensibilizavam. Em todas as classes, as mulheres eram subjugadas em relações de inferiorização e desumanização:

*"A mais alta e a mais baixa prostituição, a mulher dominando ou sendo vencida — ambas oprimidas, ambas vítimas da organização de castas e privilegios, (...) fazendo descer o homem á mais vil degradação moral: ellas, vítimas do homem, collocam-no mais abaixo de si mesmas."*⁸⁰

A venda dos próprios corpos no casamento e na prostituição era combatida pelas mulheres ao usarem sua consciência e reflexão em suas relações afetivas. Ao amarem espontaneamente e reproduzirem apenas quando o desejassem, elas incitavam a humanidade a se emancipar, recuperando a sensibilidade e o entrosamento.

Liberdade sexual das mulheres: sentimentos e pensamentos livres no amor e na reprodução

Na obra de Maria Lacerda, a liberdade humana corresponde em primeiro lugar à liberdade de pensamento, mais do que a condicionantes econômicas, como a distribuição de propriedades. No livro *Han Ryner e o amor plural* — livro lançado

⁷⁵ MOURA, Maria Lacerda de. 1932, *op. cit.* p. 165.

⁷⁶ *id. ibidem.* p. 191.

⁷⁷ *id. ibidem.* p. 166.

⁷⁸ *id. ibidem.* p. 171.

⁷⁹ *id. ibidem.* p. 171-172.

⁸⁰ *id. ibidem.* p. 168.

um ano após a instalação da ditadura de Stálin na União Soviética em 1927 — Maria Lacerda discutia a proposta de emancipação feminina pela teórica e Comissária da Saúde à época no governo soviético, Alexandra Kollontai. Inspirada no estudo psico-sociológico de Grete Meisel-Hess, *A crise sexual*, esta defendia a liberação das mulheres através da “*amizade-amorosa*”, do “*amor-camaradagem*” e do “*amor-plural*”, ou seja, de relações sucessivas e não-monogâmicas entre homens e mulheres, como observou Maria Lacerda.

Kollontai negava-lhes ao mesmo tempo o caráter emancipador: subordinava-as ao controle e à organização pelo partido comunista. Justificou-se atribuindo o “*autoritarismo da posse do homem para a mulher amada ou vice-versa*” ao “*privilégio da propriedade privada*”.

Em contraste com a ênfase econômica de Kollontai, Maria Lacerda destacou fatores subjetivos ao investigar a divisão de poderes entre homens e mulheres. Questões instintivas explicavam a apropriação masculina das mulheres, assegurando a subjugação através da “*força e do poder*”. Embora lembrasse que “*as ideologias proletárias (não apenas uma ideologia única) vem abrindo caminho para maior e mais ampla liberdade de amar*”⁸¹. Maria Lacerda recusava o enquadramento deste sentimento em uma ideologia de classe. Ao invés disso, propôs “*a transformação psicológica de homens e mulheres para a transformação de Eros*”⁸².

Considerando aspectos concretos e subjetivos ao priorizar a integridade do indivíduo em sua defesa da emancipação feminina, Maria Lacerda a diferenciava em relação às formulações de outros militantes libertários, como Edgar Armand e a espanhola Federica Montseny (1872–1953). Em *Han Ryner e o Amor Plural*, condenou as cooperativas amorosas concebidas pelo primeiro para combater o “*ciúme*”, o “*exclusivismo sexual*”, o “*proprietarismo amoroso*”, que recaíam principalmente sobre as mulheres. A valorização exclusiva do erotismo e dos “*instintos puramente animais*” condenava as mulheres à posição de “*vítima da sua passividade de escrava de harém*”⁸³, negando-lhes “*a liberdade absoluta de eleger espontaneamente*”⁸⁴.

Por sua vez, em *Amai e... não vos multipliqueis* (1932), Maria Lacerda não deixou de criticar a imagem ascética de mulher emancipada que fora traçada por Federica Montseny, militante anarquista que se tornara ministra do governo republicano espanhol em 1936. Montseny construiu uma figura idealizada de militante que em nome da “*voz da consciencia clarividente*”, acabava “*mutuada das necessidades orgânicas, vivendo inteiramente entregue á solução dos problemas humanos, sem sofrer as conseqüências da castidade no sentido absoluto*”⁸⁵. Em outras palavras, a atuação revolucionária reduzia-lhe a diversidade de espaços para

⁸¹ *id.* 1928. *op. cit.* p. 81.

⁸² *id.* 1928. *op. cit.* p. 120.

⁸³ *id.* 1928. *op. cit.* p. 81.

⁸⁴ *id. ibidem.* p. 82.

⁸⁵ *id.* 1932. *op. cit.* p. 151.

a concretização de sua autonomia, ao invés de expandi-los⁸⁶.

Ao contrário, Maria Lacerda lutava pela independência das mulheres nos diferentes momentos de suas vidas, destacando-se as relações sexuais e amorosas. Em *Renovação*, de 1919, já valorizava o amor como expressão do fim das desigualdades entre homens e mulheres. Apresentou-o como única justificativa moral para sua união, conjugando ao fim da propriedade no combate ao adultério e a prostituição. Porém, ao alertar as mulheres quanto aos riscos de exploração sexual em uniões sem a proteção de medidas legais, projetava o amor livre para um futuro utópico, não considerando suas repercussões morais para a mudança da condição feminina no presente:

"Eu não prego o amor livre.

Cuidado, caras brasileiras, com as cantigas dos homens quaisquer que sejam.

A sociedade os auxilia.

As leis, por ora, apesar de tudo, nos servem de salvaguarda.

Hoje a escravidão — porque o espírito não está emancipado.

Amanhã...

*O futuro nos dirá..."*⁸⁷.

Mais tarde, entretanto, Maria Lacerda passou a condenar a necessidade de o Estado intervir e de que ocorressem mudanças econômicas para eliminar a condição subordinada das mulheres. Às vésperas da revolução de 30, em meio à intensificação de medidas repressivas enquanto militares e a classe média se mobilizavam, criticou o fato de as mulheres dependerem de leis concedidas pelo Estado ou de uma revolução econômica, com o fim da propriedade, para reverterem sua condição oprimida. No prefácio do livro de Julio Barcos, *Liberdade Sexual das mulheres*, — que traduziu — propôs a elas assumirem a responsabilidade pela própria liberação, enfatizando a expressão sexual da valorização individual:

"parodiando Marx: a emancipação da mulher é obra da própria mulher. E

⁸⁶ En *La Revista Blanca* (1923–1936), Montseny publicava artigos de diversas tendências libertárias, ampliando sua divulgação. Em maio do mesmo ano, Federica Montseny reivindicava a espontaneidade no amor, livre de qualquer ordem e restrição moral: *"O que é necesario é que limpemos a alma de restos atávicos, é que nos purifiquemos a mente com idéias amplas, é que aprendamos a viver nossa vida que há de ser só nossa e a que devemos procurar que nada manche nem coaja. E o amor não há de significar, não pode nem deve significar, nem escravidão, nem adaptação, nem tão somente transigencia, porque pôr sobre o amor uma cadeia, ainda que seja de flores, é matá-lo; porque pôr sobre a vida uma condição, um limite, assinar-lhe uma causa, indicar-lhe um caminho, encaixá-la dentro de tal ou qual moral, de tal ou qual necessidade, ainda que seja a mesma necessidade da vida, é embrutecê-la, é degradá-la, é humilhá-la, é tirar toda a beleza, é despojá-la de todo valor."* Nesse sentido, de que forma pensarmos sua defesa de uma imagem feminina assexualizada que Maria Lacerda critica? Ver: MONTSENY, Federica. *La Revista Blanca*. "En defensa de Clara", Barcelona, 1/05/1925 (citada por Maria de los Angeles Garcia-Maroto. *La mujer en la prensa anarquista: España, 1900–1936*. Madri, Fundação de Estudos Libertários Anselmo Lorenzo, 1996, p. 146). Ver ainda: MONTSENY, Federica. *Mis primeros cuarenta años*. Barcelona, Plaza e Janes Editores, 1987.

⁸⁷ *id.* 1919, *op. cit.* p. 210–1.

essa emancipação, em que pese a todos os moraliteístas de bécca, sotalina, espada ou casaca, é a emancipação sexual."

O pluralismo amoroso iria reverter relações de coisificação e desumanização de homens e mulheres. Ele significava tolerar e valorizar as características específicas de cada novo parceiro, reconhecendo-se seus potenciais e dificuldades. Chegava-se então

"à superioridade estoica de (os companheiros sexuais) se amarem mutuamente, profundamente, dois a dois, nas suas qualidades e nos seus defeitos, sem pretenderem modelar-se, simultaneamente, pelos seus próprios defeitos ou pelas respectivas qualidades."

No amor plural, a aceitação de uma *"harmonia diversa da nossa harmonia"* eliminava oposições e diferenças entre os sexos. Realizando o amor plural *"consciente ou inconscientemente"*, os homens ficavam *"mais perto de sua libertação"*. Sofriam menos nas separações amorosas, fortalecendo sua autoconfiança e segurança ao multiplicarem suas experiências amorosas. Com seus próprios exemplos, eles indicavam meios de as mulheres superarem a *"tragedia feminina"*, fundada na *"falsidade do dogma de um só grande amor"*.

Ao se emanciparem intelectual e sexualmente, as mulheres promoviam a liberação humana, abalando a *"ignorância cultivada"* pelos dogmas religiosos e transformando suas vidas em exemplos de independência econômica e sexual feminina, para

*"Que as nossas filhas descubram os erros e os crimes de lesa-felicidade própria, em nome do Amor, e não succumbam nas tragédias de todas nós, mulheres enganadas miseravelmente, massacrados os nossos mais belos sonhos, pendurados os nossos santos ideais nos harpéus com que o amor único arpoou os nossos sentimentos delicados"*⁸⁸.

No livro *Han Ryner e o amor plural*, a libertária se aprofundou ao discutir a emancipação sexual feminina, indicando as repercussões sociais da conduta amorosa formuladas pelo anarquista-individualista Han Ryner (1861-1938). Este defendia a mudança das relações humanas a partir do desenvolvimento da consciência e da sensibilidade nas relações amorosas. Ao contrastar com o imediatismo da violência revolucionária, elas envolviam a expressão espontânea da generosidade e o uso da razão para que esta se concretizasse através do autocontrole, servindo de exemplo e de espaço para reverter sentimentos de posse e de exclusivismo. Dessa forma, eliminando-se preconceitos de ordem sexual, os indivíduos poderiam valorizar a si mesmos e aos outros, eliminando-se desigualdades entre homens e mulheres e promovendo seu desenvolvimento:

"Só é possível admitir o Amor plural, sob a primordial condição de se respeitar a liberdade integral de outros seres e de se fazer respeitar na sua dignidade de ser livre, cujo coração tem direito à plenitude afetiva e cujo cérebro tem o dever de ser razoável e considerar a inversão

⁸⁸ BARCOS, Julio R. *Liberdade sexual das mulheres*. Trad. e pref. de Maria Lacerda de Moura. 4ª ed. São Paulo, editorial Paulista, s/d.

*teórica dos sexos, considerar a mulher com os mesmos direitos orgânicos do homem, e a sua necessidade afetiva, sentimental; e ainda o direito à evolução mental, através de todas as experiências da vida*⁸⁹.

Na maternidade consciente, os filhos personificavam a liberdade de escolha e o respeito mútuo entre homens e mulheres que se amavam livremente. Confrontando o integralismo emergente mais a moral católica e tradicionalista na ditadura Vargas, Maria Lacerda discutia a maternidade voluntária no livro neo-maltusiano *Amai e ... não vos multipliqueis*, de 1932.

Maternidade consciente

Ao difundir o controle da natalidade, a anarquista priorizava o terreno ideológico em lugar do econômico para eliminar a exploração e a desigualdade humanas. Em 1923, na edição de abril de *Renascença*, ela já apoiava a crítica da libertária Kytta ao tradicional papel doméstico e reprodutivo feminino. Ao propor à mulher em geral atuar como "*pensadora consciente*" que abarcasse "*os altos problemas inerentes à maternidade e à vida social*"⁹⁰ ela insinuava defender a decisão pessoal e o controle racional feminino sobre as funções reprodutivas.

Nove anos mais tarde, ampliou a discussão da maternidade voluntária, ressaltando sua importância para mudanças sociais. Ao longo do livro *Amai e ... não vos multipliqueis*, alertou que "*O problema humano no seu caráter social é um problema sexual*"⁹¹. Ao incorporar a concepção neo-maltusiana sobre o aumento da população e o de produtos, podendo a primeira superá-los em virtude de problemas ambientais ou biológicos, ela desconsiderava fatores econômicos, como a distribuição de propriedades, ou sociais, como a hierarquia de classes. Associando problemas sócio-econômicos como a miséria a fatores de origem biológica, como o aumento da população, Maria Lacerda revelava enfatizar sobretudo a liberdade individual. Decidindo quando ter filhos, uma mulher colaborava para criar um mundo mais igualitário. Citando o neo-maltusiano Georges Drysdale, esclarecia:

"O pauperismo e a prostituição só serão extirpados no dia em que as mulheres compreenderem que só a liberdade do amor pôde pôr termo a todos os flagelos sociais, e aqueles que, em vão, procuram remediar a pobreza pelos meios usuais da instrução, da emigração, da caridade ou das mudanças políticas, não refletem que o problema não é somente suprimir a pobreza existente, mas também, a continência (das solteironas) e a prostituição; porque, si não se fizer isso, e não para uma geração só, mas para sempre, o mesmo estado de excesso de população será constantemente mantido pela expansão da potencia reprodutora. A pobreza é uma questão sexual e

⁸⁹ *id.* 1933, *op. cit.* p. 72.

⁹⁰ *id.* *Renascença*. "Nota da redacção ao artigo 'Iniciação à maternidade' de Kytta". São Paulo, 04/1923, nº 3.

⁹¹ *id.* 1932, *op. cit.* p. 131.

*não uma questão de política ou de caridade; e não se lhe póde dar remedio senão por meios sexuais.*⁹²

⁹² DRYSDALE, Georges. *Elementos da Ciência Social*, apud MOURA, Maria Lacerda de. 1932, *op. cit.*, p. 130.

3. Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura: emancipação sexual feminina — independência de ser e amar sem intermediários nem interferência.

Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura destacaram a questão do amor livre e plural para as mulheres conquistarem a independência. Contrastavam, portanto, com outras correntes feministas nesse período, como as sufragistas e comunistas. Nos Estados Unidos, a primeira englobava diferentes tendências ideológicas, conjugando posturas liberais conservadoras, radicais e socialistas. Junto com diferentes táticas — como piquetes, passeatas, e o acordo pessoal com autoridades — incorporaram diferentes grupos sociais, incluindo trabalhadoras entre uma maioria de profissionais liberais, mulheres de classe média e de elite.

Aliando valores puritanos assistencialistas, militaristas e patrióticos, procuravam obter a adesão pública e de autoridades masculinas, concentrando-se na obtenção do direito ao voto. Desse modo, o sufrágio feminino foi implantado em 1920, paralelamente à perseguição e repressão dos movimentos sociais e culturais em meados da década de 10 e da década de 20.

Invocada pelas sufragistas nos Estados Unidos, a idéia de superioridade moral das mulheres foi absorvida aqui pelo feminismo conservador. Coesão ideológica, estratégica e classista caracterizou a movimentação pelo voto no Brasil: formado quase que exclusivamente por mulheres abastadas e de classe média — que contavam, portanto, com um maior acesso a círculos governamentais —, o sufrágismo evitava aprofundar-se aqui em questões polêmicas, como os papéis sexuais instituídos e exploração no trabalho.

Empregava, desse modo, estratégias semelhantes a das organizações sufragistas dominantes nos Estados Unidos, descartando manifestações públicas ao privilegiarem acordos pessoais com autoridades e políticos influentes. Obtiveram êxito, assim, na rearticulação de forças políticas, durante a extinção de medidas de exceção no governo varguista (1932–5).

Nota-se uma convergência entre feministas liberais, socialistas e comunistas: a ênfase no âmbito público. O primeiro grupo, por exemplo, pregava a incorporação integral das mulheres à ordem política e econômica existente, através do sufrágio e do livre acesso ao mercado de trabalho. Por sua vez, as feministas socialistas e comunistas condicionavam o fim da subordinação feminina às modificações econômicas sob a direção do partido revolucionário.

Entre os comunistas, integrantes do comitê central russo, Alexandra Kollontai enfatizou a liberação sexual das mulheres ao propor a moral proletária aliando abordagem de questões psicológicas à valorização de razões econômicas. No livro *A Nova Mulher e a Moral Sexual* (1919), ressaltava a superioridade do potencial transformador das operárias em relação às demais mulheres pois o acirramento da exploração e dominação no trabalho estimulava a consciência crítica e a solidariedade de classe entre elas.

Defendia, assim, a afirmação da individualidade feminina em múltiplas áreas, condenando a dependência emocional cultivada pelo individualismo burguês. Por outro lado, embora propusesse a multiplicação de experiências femininas, desconsiderava suas facetas psicológicas: propõe “a subordinação das aventuras do amor a um lugar secundário na vida”, através de relações monogâmicas sucessivas no amor-camaradagem. Valorizava neste, em primeiro lugar, o reforço ideológico à solidariedade coletiva, ignorando o aguçamento da sensibilidade e da reflexão promovido pela pluralização de experiências e relações.

Em contraste, Emma Goldman e Maria Lacerda associaram a busca de emancipação social e feminina às repercussões ideológicas da valorização do indivíduo. Daí atribuírem especial importância às transformações nas relações entre os sexos: contrapuseram, assim, a exploração nas relações sociais e econômicas existentes à intensificação do sentimento amoroso como campo para a expressão das potencialidades no relacionamento com outros indivíduos.

Em sua valorização da expressão pessoal revolucionária, Goldman enfatizou a discussão da condição feminina na revista *Mother Earth* (1906-18) e no livro *Anarchism and other essays* (1910). No primeiro caso, enfatizava essa questão em conjunto com a movimentação social nos Estados Unidos e em vários países, paralelamente à publicação de trechos de autores anarquistas e obras literárias. Por sua vez, Goldman dedicou a maioria dos artigos reunidos em *Anarchism and other essays* à discussão dos papéis e das relações entre os sexos, enfatizando a responsabilidade pessoal das mulheres para a eliminação das desigualdades.

Criticava, então, a limitação das experiências femininas pelo sufrágismo. Este movimento vinculava conquista de autonomia feminina à intervenção governamental e à introdução no mercado de trabalho, sem um questionamento mais amplo do domínio e da exploração aí envolvidos. Goldman assinalou, então, que, apegado a valores tradicionais, o sufrágismo tampouco questionava a dependência e a coisificação das mulheres no casamento. Condenando relações entre os sexos fundadas em interesses econômicos e sociais, opôs a união legitimada à pluralização das relações amorosas espontâneas. A ligação entre companheirismo e valorização do indivíduo abria campo para a expressão conjunta da reflexão, criação e inovação.

Ao contrário de Goldman — que enfatizava a experiência em seus múltiplos aspectos, inclusive os psicológicos, desde o início de sua militância, em 1889 —, Maria Lacerda conjugou diversas tendências ideológicas em suas propostas. A singularidade destas foi alimentada pela ênfase na experiência individual, opondo-se à emergência de movimentos totalitários e aos interesses da opinião pública.

Por exemplo, em *Renovação* (1919), distanciou-se da tendência liberal — aliás, a predominante — do sufrágismo no Brasil: baseava a liberação das mulheres tanto em garantias institucionais, como a participação eleitoral, quanto na extinção da propriedade privada. Posteriormente, ela se diferenciou em sua atuação libertária, inovando ao condenar tanto sistemas mais amplos de poder político e econômico quanto relações repressivas impostas às mulheres e crianças em pequenos grupos, como a família nuclear.

E, por fim, a investigação documental indica-nos que Maria Lacerda

misturou elementos ideológicos e concretos ao valorizar a experiência. É de se pensar se o seu afastamento do movimento sufragista, a partir de 1922, e o aprofundamento de suas ligações com o movimento libertário não teriam resultado do fato de observar a crescente violência repressiva a partir de 1921. Convenceu-se, assim, quanto à inviabilidade de mecanismos institucionais que garantissem a independência das mulheres. Multiplicou as áreas para que esta última se realizasse, propondo o fim da valorização da posse nas relações entre os sexos e a concretização do amor-livre a partir da prática de princípios, como a conscientização e a solidariedade, que tanto ela quanto Goldman compartilhavam.

III - EDUCAÇÃO ANARQUISTA E FEMINISMO

1. Emma Goldman: independência de idéias e revolução social entre as vanguardas nas primeiras décadas do século

"O esforço de cada educador verdadeiro deveria ser estimular os impulsos da criança e despertar as melhores e mais nobres tendências. Que maior recompensa pode existir para aquele cujo projeto de vida é cuidar do crescimento da semente humana, do que vê-lo desabrochar suas pétalas e observá-lo desenvolver em uma verdadeira individualidade?"

Emma Goldman — *Living my life* — 1931

Experiência e liberdade — "La Ruche" (A Colméia) e Centro Francisco Ferrer

Em 1907, Goldman chegava a essa conclusão diante dos resultados do trabalho do educador libertário Sébastien Faure. Na antiga cidade francesa de Rambouillet, ele mantinha na comunidade *"La Ruche"* mais de vinte e quatro crianças que havia encontrado nas ruas e em locais miseráveis. Elas recebiam um amplo estímulo à imaginação e à escolha independente trabalhando nas hortas comunitárias ou reunindo-se livremente em torno dos professores nas salas decoradas com a vida das plantas e dos animais.

Desenvolvendo e reforçando as possibilidades das crianças enquanto respeitava a personalidade de cada uma, *"La Ruche"* oferecia um contraste claro diante das escolas públicas¹, marcadas pela ordem e a obediência.

¹ Deportada para a Rússia, Goldmann descobriu o interesse do Comissário da Educação do Povo, Anatol Lunatcharsky, pelo modelo norte-americano de escolas públicas ao conhecê-lo em 1920. Desconhecendo seus *"métodos antiquados"* de educar, segundo Goldman, Lunatcharsky pretendia usá-lo como fonte de inspiração para mudar valores e noções, reforçando a cultura proletária instituída com a revolução. Ver: GOLDMANN, Emma. 1970, *op. cit.* p. 758-9; e STRADA, Vittorio. "Da revolução cultural ao realismo socialista". In: VVAA. *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia*. Org. por Eric J. Hobsbawn. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 109-146.

Pouco antes de visitar a comunidade criada por Faure, aliás, Goldman havia criticado o papel disciplinador dos estabelecimentos de ensino, na conferência do Segundo Congresso Anarquista, em Amsterdã. Reivindicando a *"organização não-autoritária de interesses comuns"*, ela denunciava a reprodução da ordem pela escola. Longe de desenvolver o intelecto, a instituição do saber se revelava

*"um verdadeiro quartel, onde a mente humana é adestrada e manipulada até a submissão a vários fantasmas sociais e morais e assim, adequada a continuar nosso sistema de exploração e opressão"*².

Goldman combatia a educação tradicional opressiva desde 1900. Nesse ano, ela visitou a comunidade do educador libertário Paul Robin, chamada Cempuis. No ano de 1906, a anarquista publicava o artigo "Instrução Libertária" de um dos discípulos de Robin, Émile Janvion, em *Mother Earth*. Identificando-a como uma *"consequência natural da educação"*, Janvion defendia uma instrução *"integral, racional e mista"* que abrisse *"a mente à crítica"*³.

Indicava, assim, formas de desenvolver e liberar as *"características inatas e espontâneas"*⁴ do aluno, conforme reivindicava Goldman no segundo número da revista *Mother Earth*. Em vários artigos nessa revista, ela discutiu a questão educacional ao lado de outros educadores libertários, como Harry Kelly e Leonard Abbott. Os dois iriam colaborar decisivamente com Goldman ao criar o Centro Cultural Anarquista e a escola moderna Associação Francisco Ferrer em 3 de junho de 1910 em Nova York⁵.

Na verdade, junto com outros revolucionários, a militante buscava homenagear o trabalho do educador espanhol Francisco Ferrer y Guardia, continuando a prática de seus ideais libertários. Menos de um mês depois de seu fuzilamento, em 13 de outubro de 1909, Goldman difundia suas propostas educacionais, realizando a conferência "Ferrer e a Escola Moderna". A seguir, incluía-a em suas jornadas de conferências ao longo dos Estados Unidos, além de publicá-la no livro *Anarchism and other essays*, de 1910.

Conforme o testemunho de Kelly, inspirada na concepção de escola moderna de Ferrer, a anarquista *"vitalizou"*⁶ a formação da Escola Ferrer em Nova

² GOLDMANN, Emma. 1969, *op. cit.* p. 35.

³ Neste artigo, Janvion ressaltava a dimensão revolucionária da instrução. Identificava-a como uma *"consequência natural"* da educação. Envolvendo o trabalho manual e artístico, a instrução devia ser *"integral, racional e mista"*. Cf. Émile Janvion. *Mother Earth*. "Libertarian Instruction", Nova York, 06/1906. vol. 1, nº 4, p. 14-15.

⁴ GOLDMAN, Emma. *Mother Earth*. "The child and its enemies", Nova York, Emma Goldman Publisher, 04/1906, vol. 1, nº 2, p. 9.

⁵ A respeito da participação de Leonard Abbott no movimento Ferrer e na escola moderna em Nova York, ver: Paul Avrich. 1980, *op. cit.* p. 63, 68, 73, 69-72, 74, 84, 90-92, 98, 107-110, 112, 116, 118, 131, 139-140, 170-172, 209, 212-13, 215. Quanto a Harry Kelly, ver: *id. ibidem.* p. 41, 69-72, 84, 90-93, 108, 110-12, 115-16, 131, 212 e 215.

⁶ A respeito do empenho de Goldman na abertura da Escola Moderna, ver: "The Organization of the American Ferrer Association", Abbott, ed. *Francisco Ferrer: His life, Work and Martyrdom*. Nova York, Associação Francisco Ferrer, 1910; panfleto da Associação Francisco Ferrer, 06/1910, Ramus Archive;

York. No edifício velho e espaçoso aberto em 13 de outubro de 1911 em meio às cerimônias de aniversário da morte de Ferrer, as crianças adquiriam conhecimentos ao diversificarem atividades. Incorporando propostas educacionais anarquistas, formuladas por Bakunin, Kropotkin e o próprio Ferrer, entre outros pensadores libertários, elas se ocupavam em trabalhos com a mente e com as mãos. Consultavam, por exemplo, microscópios e mapas, discutiam em conjunto questões de história, geografia e do momento presente, produziam trabalhos em carpintaria ou encenavam peças de teatro. Em suma, ao invés de reproduzirem ideais e noções pré-pré-formuladas, elas se instruíam observando e pensando por si mesmas diante da experiência direta⁷.

A mesma alimentava também a aprendizagem dos adultos na Escola e no Centro Francisco Ferrer. Nas tardes de domingo, eles agitavam os debates de Goldman e vários outros militantes sobre questões sociais e morais. Ao longo da semana, o drama, as artes, a música, a literatura, a fisiologia, o esperanto, o inglês e a economia também ocupavam suas mentes em trocas de idéias e informações nas aulas noturnas.

No Centro Ferrer de Nova York, trabalhadores de ambos os sexos se conscientizavam e se incorporavam às vanguardas artísticas e revolucionárias entre aulas diversas, festivais de música e dança, peças teatrais e polêmicas ardentes sobre assuntos daquele momento, como o sindicalismo e a liberdade sexual. Ponto de encontro entre anarquistas, socialistas e sindicalistas, o Centro Francisco Ferrer reforçava a esquerda nos Estados Unidos. Revolucionários de várias tendências ideológicas nele atuavam sem exclusivismos ou intransigências, unidos na luta contra valores hipócritas e a ordem de classes existente⁸.

Manifestavam a rebeldia e a tolerância moral para transformar, conforme reivindicava Goldman. Instruída até o ensino secundário — a *Realschule* da capital prussiana, Königsberg⁹ —, ela não chegou a estudar pedagogia, aperfeiçoando seus conhecimentos como enfermeira obstetra somente mais tarde, em Viena, aos 26 anos. Em suma, esta ativista preferia difundir princípios educacionais libertários através da ação direta. Ela disseminava a auto-consciência e a solidariedade impulsionando a efervescência de idéias e o ativismo do centro cultural e escola Francisco Ferrer ou abordando questões sociais e sexuais em desafio a medidas governamentais de perseguição e proibição, como a lei anti-anarquista de 1903 ou a lei Anthony Comstock, imposta trinta anos antes. Na verdade, Goldman se reconhecia implicitamente incluída entre aqueles que, como Sébastien Faure, eram *"pedagogos, não pela mera graça de um diploma universitário, mas inatamente, nascidos com o dom de criar como o poeta ou artista"*¹⁰. Mas que princípios e meios ela defendia para multiplicar esse dom com a aprendizagem?

Kelly, "A Short History of the Francisco Ferrer Association" (citados por Paul Avrich. 1980, *op. cit.* p. 37).

⁷ Cf. Paul Avrich. 1980, *op. cit.* p. 74, 88 e 89.

⁸ *id. ibidem.* p. 128-164.

⁹ GOLDMAN, Emma. 1970, *op. cit.* p. 116-117.

¹⁰ GOLDMAN, Emma. 1970, *op. cit.* p. 409.

Ativismo social e renovação de ideais: conferências, Mother Earth e "Francisco Ferrer: a escola moderna"

"Todo o valor da educação depende do respeito pela escolha física, intelectual e moral da criança. Assim como na ciência nenhuma demonstração é possível a não ser por fatos, da mesma forma não há educação real senão a isenta de todo o dogmatismo, que deixa à própria criança a direção de seu esforço, e se limita ao apoio de seu esforço."

Francisco Ferrer

Entre fins de 1909 e início de 1910, a ativista revigorava as polêmicas culturais das vanguardas revolucionárias. Cortava os Estados Unidos de leste a oeste em conferências que concentravam multidões. Discutia o movimento dos Wobblies, a liberdade de expressão na movimentação dos trabalhadores nas artes, na educação e na vida sexual. Nas palavras de Wexler, ela unia intelectuais e trabalhadores de esquerda em uma *"explosão de experimento e fermento intelectual"* em rebeldia, reforçando um *"assalto arrasador contra todas as ortodoxias do século XIX"*¹¹ antes da primeira guerra.

Em meio à efervescência de valores, a questão educacional tornava-se decisiva. Nessas circunstâncias, Goldman podia registrar em suas memórias que sua conferência sobre Francisco Ferrer *"trouxe a maior audiência e levantou o maior interesse"*¹² na cidade de Madison. Na Universidade de Michigan, a anarquista discutiu também a questão do ensino. Reverteu a hostilidade inicial de uma massa de 500 estudantes, levando-os a refletir sobre as razões desta atitude. Como Goldman analisou, esse comportamento indisciplinado destes jovens manifestava as relações de poder e suas justificativas. No emaranhado de verdades e conceitos absolutos, o indivíduo não podia raciocinar livremente e conquistar a auto-estima enquanto apoiava também outras pessoas, reconhecendo-lhes qualidades. Ao contrário, a disciplina do regime escolar motivava os estudantes a agredirem ou censurarem, pois, sem exemplos ou novas experiências,

*"como vocês podem saber o significado da liberdade de pensamento e discurso? Como vocês podem sentir respeito pelos outros ou serem gentis e amigáveis para um estranho em seu meio?"*¹³

Alimentando a competitividade e a uniformização de idéias, o sistema

¹¹ WEXLER, Alice. 1984, *op. cit.* p. 188.

¹² GOLDMAN, Emma. 1970, *op. cit.* p. 464.

¹³ *Id. ibidem.* p. 466.

educacional reforçava o código de valores e as instituições do Estado e da família, como Goldman já havia denunciado no segundo número de *Mother Earth*, em abril de 1906. O ensino instituído atacava o *"inimigo mortal"* das organizações de poder: a autonomia da *"personalidade forte e decidida"*¹⁴. Em lugar de um *"ser original, bem equilibrado, completo"*, a pedagogia dominante produzia *"autômatos de carne e osso, para melhor adequá-los à rotina da sociedade e ao vazio e à apatia de nossas vidas"*¹⁵. Martelando uma *"dose tremenda de idéias, legadas de gerações passadas"*, os professores impediam as crianças de adquirir a *"verdadeira compreensão da alma humana e de seu lugar no mundo"*. Nas escolas, em suma,

"Instrutores e professores, com almas mortas, operam com valores mortos".

Enquanto sufocavam suas *"características espontâneas e inatas"* sob informações massivas, os estudantes tornavam-se passivos. Eles aprendiam a não se responsabilizar por seus atos e vontades. Ao invés de assumirem os riscos envolvidos na questão do saber, atribuíam suas decisões às deliberações do poder em última instância. A obediência aos valores e às leis instituídas era garantida pela noção de superioridade inscrita em um *"patriotismo vazio, obtuso, prêso às suas próprias limitações"*¹⁶ reproduzido nas escolas.

De sua parte, as aulas de história reforçavam a submissão e a inércia igualmente. Transformavam os acontecimentos passados em *"um show barato de fantoches"*, desenvolvido segundo o arbítrio de uns *"poucos manipuladores de títeres"*. O ensino amortecia o *"desenvolvimento mental independente"*, esmagando a iniciativa da crítica e criação pessoal sob o peso das idéias prontas e dos valores absolutos apregoados. Ironizando as barreiras ao questionamento nas escolas, Goldman lhes sugeria anunciarem *"comida pré-digerida"*. Ao menos, iriam atrair os que se satisfizessem com uma *"grande quantidade de conchas (de idéias) triviais e vazias"* enquanto afastavam os que preferissem preservar *"suas próprias personalidades e seu senso original de julgamento"*, não chegando a atingir e minar sua liberdade de escolha.

Mecanismos repressivos atingiam os indivíduos não só em termos intelectuais, mas também emocionais. Desde a infância, eles se confrontavam com o *"uso interno e externo da força"*. A família sufocava-lhes a sensibilidade com uma série de *"imperativos categóricos"*¹⁷ e regras de conduta. Os pais especialmente procuravam modelá-los conforme seus próprios ideais pessoais. Controlavam e limitavam suas atividades, impedindo criar e desafiar em novas e desconhecidas experiências. Submetida a essas restrições, a criança se assemelhava a

"uma jovem árvore delicada, que é aparada e cortada pelo jardineiro para

¹⁴ GOLDMAN, Emma. 04/1906, *op. cit.* p. 7.

¹⁵ *id. ibidem.* p. 8.

¹⁶ *id. ibidem.* p. 9.

¹⁷ *id. ibidem.* p. 10.

*lhe dar uma forma artificial (e que) nunca vai alcançar a altura majestosa e a beleza como ao lhe permitirem crescer em liberdade e natureza*¹⁸.

Na adolescência, as pessoas se deparavam com um maior número de interdições e normas. Além dos modelos de conduta e hierarquia no lar e na escola, elas deviam sufocar seus impulsos sexuais obedecendo ao código de prescrições e proibições. Condenado pela moral, o desejo de amor e sexo perdia sua conotação mais sensível e emotiva. Passava a ser considerado *"vulgar e grosseiro"*, justificando-se condenar seus *"mais belos aspectos"* como um *"grande pecado que não ousa enfrentar a luz"*.

O pleno desenvolvimento das potencialidades pessoais — inclusive as envolvidas no relacionamento amoroso-sexual — envolvia erradicar completamente as justificativas do poder e da propriedade. Como estas se encontravam profundamente arraigadas no cotidiano, revelava-se mais difícil a coerência entre os ideais libertários e a sua prática. Por exemplo, mesmo os pais revolucionários incorporavam a concepção de proprietários de seus filhos e exerciam sua autoridade, impondo-lhes valores. Em outras palavras, embora se opusessem aos organismos instituídos do Estado, da Igreja e da família, os militantes de esquerda reproduziam ainda as condições hierárquicas que condenavam.

Reagindo a essa atitude contraditória, os filhos reafirmavam suas diferenças de escolha e sua individualidade. Aderiam aos valores dominantes, combatidos por seus pais revolucionários. Buscavam, dessa forma,

"novas sensações, pois não importa quão inferior e vazia seja a nova experiência, a mente humana não pode suportar mesmice e monotonia".

A anarquista não os censurava por apoiarem organizações de poder. Ao contrário: compreendia os filhos direitistas de revolucionários como produtos do *"treinamento e da disciplina de rebanho na educação"*¹⁹. Ao menos, eles procuravam preservar dessa forma sua *"independência mental"*, defendida por Goldman para resistir à *"toda força externa e estrangeira exercida sobre a cabeça e o coração humanos"*²⁰. Provavam que não bastava disseminar ideais de solidariedade para despertar o engajamento revolucionário e construir uma sociedade mais justa.

Criticando a discrepância entre valores e atos na engrenagem do ensino, Goldman defendia a luta de classes a partir de uma perspectiva individualista. Conquistar amor-próprio e respeitar a vontade alheia implicavam em realizar o *"livre crescimento e desenvolvimento das tendências e forças inatas"* na formação pessoal. Somente assim a sensibilidade e o entrosamento social iriam se expandir, criando

*"o indivíduo livre e (...) a comunidade livre, que tornam impossíveis a interferência e a coerção do crescimento humano"*²¹.

A autonomia humana envolvia refletir sobre as experiências. Estas

¹⁸ *id. ibidem*, p. 11.

¹⁹ *id. ibidem*, p. 13.

²⁰ *id. ibidem*, p. 13.

²¹ *id. ibidem*, p. 13-14.

constituíam a *"melhor escola da vida"*²², de acordo com Goldman no ensaio "Francisco Ferrer and the Modern School". Publicado em *Anarchism and other essays*, ele transcrevia a conferência do mesmo nome com que a libertária passou a homenagear o educador espanhol, poucas semanas depois de ele ser executado.

O texto descrevia como Ferrer difundiu as escolas modernas na Espanha, criticando os dogmas religiosos e os axiomas políticos enraizados. Ele se inspirava especialmente nas propostas educacionais dos libertários franceses Paul Robin e Louise Michel. Esta última associava seu intenso ativismo social à busca pioneira para criar novos valores através da educação. Além de atuar decisivamente na Comuna de Paris (1848), ela criou uma das primeiras escolas libertárias em Paris. Conforme Goldman assinalou, Louise

*"sentia há muito tempo que o futuro pertence à geração jovem; que, a menos que o jovem seja resgatado daquela instituição destruidora e mesquinha, a escola burguesa, os males sociais continuarão a existir"*²³.

Robin sobressaiu igualmente entre os educadores anarquistas. Criou, por exemplo, uma *"escola moderna"*²⁴, como a anarquista ressaltou, no bairro de Montmartre em Paris, denominando-a Cempuis. Priorizando a experiência como meio de reflexão e revolução, este libertário criticava o determinismo eugenista por justificar as injustiças sociais. Ele propunha reverter a violência das relações opressivas a partir de mudanças nas relações humanas — não só em termos sociais e econômicos, mas também em função de idéias e valores transmitidos através da aprendizagem.

Robin colocou-os em prática na comunidade educacional libertária de Cempuis, onde reuniu crianças órfãs e abandonadas. Praticando exercícios físicos ao ar livre na *"liberdade da natureza"* e encontrando *"amor"*, *"simpatia"* e *"sobretudo, uma profunda compreensão"* por suas necessidades, elas se emancipavam, crescendo como *"homens e mulheres auto-confiantes, amigos da liberdade"*²⁵. Fechado por realizar a co-educação²⁶, Cempuis representou um espaço anti-disciplinar pioneiro, consistindo, de acordo com Goldman, em

*"um ímpeto para os métodos modernos de educação, que estão lenta mas inevitavelmente minando o presente sistema"*²⁷.

Em suas memórias, a anarquista revelou pensar de modo algo diferente. Tendo visitado Cempuis em 1900, criticou seu criador justamente por se manter *"algo atado às velhas brochuras sobre educação"*. Novas experiências e a criação imediata seriam intensificadas, por sua vez, em *La Ruche*. Em meio à vegetação florescente e às representações da vida de animais e plantas decorando as paredes,

²² GOLDMAN, Emma. 1969, *op. cit.* p. 145.

²³ *id. ibidem.* p. 148.

²⁴ *id. ibidem.* p. 148.

²⁵ *id. ibidem.* p. 150

²⁶ Cf. Silvio Gallo. *Educação Anarquista: por uma pedagogia do risco*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Faculdade de Educação, 1990, p. 180-181.

²⁷ GOLDMAN, Emma. 1969, *op. cit.* p. 150.

*"A livre reunião das crianças em torno de seus professores, ouvindo alguma estória ou procurando explicação para pensamentos desconcertantes, superam amplamente a ausência de instrução antiquada"*²⁸.

As idéias das escolas livres francesas foram aplicadas por Ferrer assim que ele retornou à Espanha em 1901. Em nove de setembro, criou a primeira escola moderna em Barcelona. Como Avrich indicou, ela inspirou o centro cultural organizado por Goldman em Nova York. Consistia em um *"centro de propaganda e agitação, um território de treinamento para a atividade revolucionária"* em Barcelona²⁹.

A escola oferecia diariamente aulas para crianças e, no domingo, reunia adultos em conferências. Motivava-os a se integrarem ao funcionamento da escola e a militarem. Suas conferências de domingo atraíam trabalhadores que, nas palavras de Ferrer, *"estavam ansiosos para aprender"*³⁰ a ponto de justificarem a abertura de aulas noturnas, além das conferências.

Crescendo rapidamente³¹, a escola moderna alcançou um êxito ameaçador para as autoridades. Passaram a perseguir e vigiar seu criador, transformando-o em um *"homem marcado"*³². Em 1906, o governo prendeu Francisco Ferrer e fechou a escola moderna. Alegava o envolvimento do educador no atentado ao rei da Espanha, Alfonso XII. Sem provas conclusivas, contudo, a monarquia foi obrigada a soltá-lo.

Diante da impossibilidade de reabrir a escola moderna de Barcelona, Ferrer passou a lutar pelos ideais libertários de educação por outros meios. Como assinalou Avrich, ele revigorou a Editora Racionalista que mantinha, ampliando suas publicações e paralelamente impulsionou em 1907 o lançamento do jornal *Solidariedade Obrera* pela federação sindicalista de mesmo nome³³. No ano seguinte, Ferrer iniciou uma campanha em defesa da educação libertária ao longo da Europa. Em abril de 1908, criou em Paris a Liga Internacional pela Educação Racional das Crianças, unindo livre-pensadores e ativistas.

Formada por revolucionários do calibre do escritor francês Anatole France e de Sébastien Faure, a Liga difundiu as propostas educacionais de Ferrer por toda Europa. Durante seu primeiro ano em vigor, antes da execução de Ferrer, esta associação impulsionou a formação de escolas libertárias nas cidades de Amsterdã, Bruxelas e Milão, por exemplo³⁴.

²⁸ *id.* 1970, *op. cit.* p. 409.

²⁹ AVRICH, Paul. 1980, *op. cit.* p. 23.

³⁰ FERRER, Francisco. *The Origin and Ideals of Modern School*. London, Watts, 1933, p. 71-72 (citado por Paul Avrich. 1980, *op. cit.* p. 23).

³¹ Conforme Avrich registrou, *"As inscrições cresciam continuamente, de 70 meninos e meninas ao final do primeiro ano a 114 em 1904 e 126 em 1905. O número estava ainda crescendo quando a escola foi fechada pelas autoridades."* AVRICH, Paul. 1980, *op. cit.* p. 20. Ver ainda: Francisco Ferrer. 1933, *op. cit.* p. 87, e William Archer. *The Life, Trial and Death of Francisco Ferrer*. Londres, s/ed., 1911, p. 60.

³² GOLDMAN, Emma. 1970, *op. cit.* p. 15.

³³ Cf. Paul Avrich. 1980, *op. cit.* p. 29.

³⁴ *id. ibidem.* p. 30.

Entre vinte e cinco e vinte e seis de julho, os militantes da Liga, assim como outros professores, iriam participar da conferência a que Ferrer também iria assistir. Na mesma data, porém, irrompeu espontaneamente uma revolta anti-militarista na região da Catalunha, condenando a ocupação espanhola do Marrocos. Em trinta e um de agosto, Ferrer foi preso sob a acusação de liderá-la e, meses depois, fuzilaram-no na prisão de Montjuich.

De forma semelhante aos anarquistas de Haymarket, Ferrer foi identificado pela anarquista como mártir revolucionário, denunciando a inconsistência da acusação. Transparecia a injustiça o poder: era temporalmente impossível ele participar do levante anti-bélico em Barcelona, marcado por uma consciência revolucionária limitada e, ao mesmo tempo, organizar a conferência da Liga Internacional. Na verdade, a Igreja Católica e o Estado atacavam-no devido não ao seu ativismo social mas, sim, à sua crítica ideológica no combate aos mecanismos de poder. Ao silenciarem seu discurso contestador, as organizações de poder acabavam também por levantar a indignação moral, revigorando a divulgação de ideais libertários:

"Em vista da emergência tempestuosa de indignação universal: Itália nomeando ruas na memória de Francisco Ferrer; Bélgica inaugurando um movimento para erigir um memorial; França chamando à luta seus homens mais ilustres para retomarem a herança de seu mártir; Inglaterra sendo a primeira a publicar uma biografia; todos os países unindo-se em perpetuar o grande trabalho de Francisco Ferrer; a América mesmo, sempre tardia em idéias progressistas, dando luz a uma Associação Francisco Ferrer, seu objetivo sendo o de publicar a vida completa de Ferrer e de organizar Escolas Modernas por todo o país, — em face dessa onda revolucionária internacional, quem pode dizer que Ferrer morreu em vão?"³⁵

Concretizadas nas escolas racionalistas criadas por Ferrer, a crítica aos preconceitos e a defesa da reflexão sobre as experiências justificaram igualmente as propostas de Goldman sobre educação sexual, difundidas em conferências e na campanha pelo controle da natalidade. As mulheres diversificavam oportunidades de prazer e regozijo sexual, reconhecendo seu próprio desejo e dominando suas funções sexuais. Rompendo a *"ignorância criminosa nas questões sexuais"* considerada *"uma grande virtude"*³⁶, elas rompiam também o dualismo sexual que lhes limitava a existência.

³⁵ *id. ibidem*, p. 166.

³⁶ *id. ibidem*, p. 231.

Prazer, saber e prática: educação sexual feminina x dupla moral

"É um fato conhecido que a mulher tem sido criada como uma comodidade sexual, e ainda assim ela é mantida na ignorância absoluta do significado e da importância do sexo"

Emma Goldman — *Anarchism and other essays*
— 1910.

Apresentada por Gordon como *"a mais notória (militante) por sua clareza em questões sexuais"*³⁷, Goldman ultrapassou barreiras morais dentro da própria esquerda. Enquanto na década de 10, o partido Socialista norte-americano se apegava à *"divisão de trabalho e a papéis sexuais tradicionais"*³⁸, a ativista reivindicava a liberação sexual, marcando, entre outras questões, *"uma vitória distinta para os defensores da anticoncepção-concepção"*, como registrou a crítica de suas conferências em Chicago. Só nessa cidade, oitocentas pessoas — incluindo médicos e estudantes de medicina, junto com donas-de-casa e trabalhadores — reuniram-se para ouvi-la na conferência "Controle da Natalidade"³⁹, uma entre as várias discussões sexuais de Goldman que atraíam multidões.

Pouco tempo depois de começar a militar, a anarquista se interessou pela educação sexual feminina. Em meados dos anos 90 do século passado, ela começou a trabalhar como parteira nos bairros operários de Nova York. Goldman se impressionou então com a *"luta cega, feroz"* das mulheres pobres contra a gravidez. Com baixíssima auto-estima e sem quaisquer conhecimentos de anticoncepcionais, elas se submetiam *"desamparadamente"*⁴⁰ aos desejos sexuais dos maridos. Desesperadas ao se descobrirem grávidas mais tarde, tentavam abortar *"saltando de mesas, rolando no chão, massageando o estômago, bebendo poções nauseantes e usando instrumentos cegos"*.

Imploravam à anarquista para realizar abortos *"em nome dos pobrezinhos já nascidos aqui"*. Embora Goldman as alertasse para os riscos nessa cirurgia, elas declaravam que

"preferiam morrer (...) a cidade (o governo municipal?) iria certamente cuidar de seus órfãos, e eles ficariam melhor".

Diante do drama dessas mulheres, Goldman lamentava não conhecer

³⁷ GORDON, Linda. 1990, *op. cit.* p. 209.

³⁸ *id. ibidem.* p. 209.

³⁹ MANDELL, Ben. *Mother Earth*. "Two weeks enlightenment for Chicago", Nova York, 16/01/1916, nº 1, vol. X, p. 373-5.

⁴⁰ GOLDMAN, Emma. 1931, *op. cit.* p. 185.

"métodos para impedir a concepção"⁴¹. Em 1900, ela iria descobri-los. Ajudada por dois empresários simpatizantes do anarquismo, ela viajou nesse ano para a Europa a fim de continuar os estudos em medicina e integrar um Congresso Anarquista em Paris. Nessa mesma cidade, participou da Conferência Neo-maltusiana. Na clandestinidade e perseguida pela polícia, o defensor da limitação da família, o dr. Drysdale, sua irmã e Paul Robin, entre outros participantes libertários, demonstraram "métodos preventivos", discutindo esta "questão delicada tão francamente e de uma maneira não ofensiva". Forneceram livros e métodos de anticoncepção para o "futuro trabalho"⁴² de Goldman ao difundir a anticoncepção nos Estados Unidos.

Ao retornar da Conferência Neo-maltusiana, em dezembro de 1900, Goldman passou a incluir "o assunto do controle da natalidade nas minhas séries de palestras"⁴³ nos Estados Unidos, como declarou em suas memórias. Sob a lei proibitiva de Comstock, a ativista preferia não discutir ainda em público métodos anticoncepcionais. Evitar prejudicar sua militância em outros conflitos, como iria acontecer caso fosse presa. Afinal, em suas memórias ela própria confessou que

"a limitação das famílias representava em minha estimativa só um aspecto da luta social"⁴⁴.

Nos primeiros anos do século, Goldman preferia informar com maiores detalhes o uso dos meios contraceptivos só quando "procurada particularmente"⁴⁵. Em paralelo, ela mobilizava multidões reivindicando o direito feminino à educação sexual entre outras questões abordadas em suas conferências e manifestações.

Como sua biógrafa Candace Falk observou, a libertária revigorava as vanguardas de boêmios e intelectuais enquanto disseminava a crítica às justificativas do poder e à opinião pública, atraindo indivíduos que "não eram necessariamente anarquistas". Buscando mudanças sociais e políticas ao lutar pelo controle da natalidade, Goldman abria espaço para discutir o amor e a sexualidade na família. Satisfazia uma "necessidade popular" ao tocar um "profundo sentido pessoal" com estas questões.

Na maioria dos ensaios publicados em *Anarchism and other essays*, Goldman discutiu conflitos das mulheres e da sexualidade, reconhecendo-os como "centro da rebelião cultural no pré-guerra"⁴⁶, na análise de Wexler. No ensaio "A Hipocrisia do Puritanismo", a anarquista condenou as conseqüências morais e físicas da "tirania puritana"⁴⁷. Sob a censura do "autocrata da moral americana"⁴⁸, Anthony Comstock, reprimiam-se "nossos melhores impulsos", inclusive os sexuais,

⁴¹ *id. ibidem*. p. 186.

⁴² *id. ibidem*. p. 273.

⁴³ GORDON, Linda, 1990, *op. cit.* p. 205.

⁴⁴ GOLDMAN, Emma. 1931, *op. cit.* p. 552.

⁴⁵ *id. ibidem*. p. 553.

⁴⁶ WEXLER, Alice. 1984, *op. cit.* p. 193.

⁴⁷ GOLDMAN, Emma. 1910, *op. cit.* p. 172.

⁴⁸ *id. ibidem*. p. 169.

restringindo a *"expressão pessoal"*⁴⁹.

O bloqueio às relações e experiências humanas recaía especialmente sobre as mulheres. Reprimindo a sexualidade sob valores tradicionais, elas ignoravam o funcionamento reprodutivo e sufocavam impulsos sexuais, reforçando sua própria inferiorização nesse sentido. Condenavam-se ao *"celibato, ou à procriação indiscriminada de uma raça doente, ou à prostituição"*⁵⁰.

Impedindo a difusão do conhecimento de métodos anticoncepcionais, o puritanismo subordinava as mulheres à procriação sucessiva, acarretando uma *"condição física enfraquecida ou a incapacidade econômica para criar uma grande família"*⁵¹. Nessas circunstâncias, aumentava o número de abortos. Como estes se encontravam cercados de segredo e conseqüentemente *"negligência e ineficiência profissional"*, Goldman ressaltava o perigo de morte, concluindo que o

*"Puritanismo continuamente arranca milhares de vítimas de sua própria estupidez e hipocrisia"*⁵².

Além disso, a repressão sexual multiplicava o crescimento e a disseminação das doenças venéreas, com *"métodos de obscurecimento, engano e ocultamento"* a respeito de sua cura e de outras questões sexuais, como a prostituição. No ensaio "O tráfico de mulheres", a libertária apontava esta última como um produto da ignorância sexual e do auto-menosprezo, pois se a garota não pode

*"saber como cuidar de si mesma, não saber a função da parte mais importante de sua vida, (...) ela se torna (assim) uma presa fácil para a prostituição, ou para qualquer outra forma de relacionamento que a degrada à posição de um objeto para mera gratificação sexual"*⁵³.

Junto com a miséria econômica, a dupla moral sexual reproduzia a prostituição. As experiências sexuais dos homens conquistavam um alto conceito como *"atributos de seu desenvolvimento geral"*. Por sua vez, as experiências sexuais femininas fora do casamento recebiam a condenação social, representando *"uma calamidade terrível, uma perda da honra e de tudo que é bom e nobre em um ser humano"*⁵⁴.

Defendendo a liberdade sexual em desafio à censura da vontade e das idéias, Goldman passou a defender o controle da natalidade na primavera de 1915. Em janeiro desse ano, o socialista William Sanger havia sido preso por distribuir panfletos em que sua esposa, Margaret Sanger, explicava com detalhes o uso de métodos anticoncepcionais.

Lutando pela liberdade de expressão, a anarquista reconheceu que

⁴⁹ *id. ibidem.* p. 170.

⁵⁰ *id. ibidem.* p. 171.

⁵¹ *id. ibidem.* p. 172.

⁵² *id. ibidem.* p. 173.

⁵³ *id. ibidem.* p. 184.

⁵⁴ *id. ibidem.* p. 185-6.

"precisava compartilhar com eles as conseqüências da questão do controle da natalidade"⁵⁵. Começou a confrontar pessoalmente as forças repressivas em suas conferências, difundindo informações específicas sobre o uso de anticoncepcionais. Nesses momentos, ela e Benjamin Lewis Reitman (1878-1942) distribuíam, entre outros, o panfleto de Margaret Sanger, "Limitação da Família", e o do próprio Reitman, "Como e porque os pobres não devem ter muitas crianças", que ensinava a utilizar preservativos, diafragmas e duchas. A revista *Mother Earth* também ampliava a circulação de informações sobre contraceptivos, comentando e vendendo estas publicações junto com outras sobre o mesmo tema. Entre elas, destacavam-se o panfleto de Margaret Sanger, "O que toda garota deve saber", e o livro do Dr. W. M. T. Robinson, *Limitação da Prole*⁵⁶.

Mother Earth possibilitou a Goldman ampliar as atenções canalizadas para a campanha do controle da natalidade. Reforçou a divulgação do movimento, publicando o discurso da militante diante do júri por infringir a lei de Comstock e denunciando a condenação de outros ativistas na campanha. Incorporando a imagem de martírio pessoal na luta por valores revolucionários, Goldman declarou, na edição de junho, pouco tempo depois de ser solta:

*"minha prisão adiantou nossa causa como nada que eu pudesse ter feito tivesse ido de cima a baixo do país realizando conferências para grandes audiências por um ano inteiro"*⁵⁷.

Razões neo-maltusianas legitimavam também a ativista ao defender o controle da natalidade. Contando com o apoio do Dr. William J. Morrison e do Dr. Charles Andrews, ela assinalou diante do júri que divulgava métodos anticoncepcionais a fim de trazer "*luz e conhecimento e oportunidade*" para as mulheres gerarem "*crianças de qualidade para a raça*"⁵⁸.

Elas reproduziam o amor mútuo e o respeito ao livre arbítrio de seus pais, expressando a criação de um mundo mais justo entre homens e mulheres conscientes. No artigo "Os aspectos sociais do controle da natalidade", Goldman reivindicava a independência intelectual feminina em decidir o momento, o número de filhos e com que parceiros concebê-los. A igualdade e a união entre homens e mulheres se concretizavam na escolha de reproduzir ou não. Os homens, "*especialmente os trabalhadores*", reconheciam que, ao sustentarem uma grande família, eles limitavam suas possibilidades de atuação revolucionária sob a ameaça

⁵⁵ *id.* 1931. *op. cit.* p. 553.

⁵⁶ Aliás, todos os nove números de *Mother Earth* de 1916 recolhidos no AEL (Arquivo Edgar Leuenroth — UNICAMP) vendiam publicações ligadas à discussão do relacionamento entre homens e mulheres, enfatizando o controle da natalidade. Em 20/04/1916 Emma Goldman foi julgada por defender o controle da natalidade e condenada a 15 dias de prisão. Na edição desse mês do julgamento, anunciava-se "Uma reivindicação da Sociedade Natural", do cientista Edmund Burke, e *A Questão Sexual*, do anarquista August Forel. Cf. *Mother Earth*. Nova York, 04/1916, vol. XI, nº 2.

⁵⁷ GOLDMAN, Emma. *Mother Earth*. "To my friends, old and new", Nova York, 06/1916, nº 4, p. 516.

⁵⁸ *Mother Earth*. "Emma Goldman before the bar: the people of the State of New York against Emma Goldman. April 20, 1916". Nova York, Emma Goldman publisher, 05/1916, vol. XI, nº 3, p. 496 e 500. Maiores informações sobre o dr. William J. Robinson e sua militância no movimento pelo controle da natalidade, ver: GORDON, Linda. 1990, *op. cit.* p. 170-175.

de desemprego. Daí a importância do controle da natalidade para "*massas de trabalhadores*" se liberarem do "*fardo terrível (da maternidade sucessiva)*", possibilitando-lhes "*fazer algo por aqueles (filhos) já existentes ao impedirem mais crianças de chegar ao mundo*". Derrubando hierarquias e fortalecendo laços de amor e amizade entre os sexos, o controle da natalidade conscientizava os homens de que mesmo

*"se todo macho fosse emancipado das superstições do passado nada poderia ser transformado ainda na estrutura social se a mulher não tivesse assumido seu lugar junto com ele na grande luta social. Vagarosa mas certamente esses homens aprenderam que se a mulher consome sua substância em gravidezes perenes, partos e lavagens de fraldas, ela tem pouco tempo para qualquer coisa mais. Menos tempo ainda ela tem para as questões que absorvem e estimulam o pai de seus filhos. Em sua exaustão física e tensão nervosa, ela se torna o obstáculo no caminho do homem e freqüentemente sua inimiga mais amarga. É então para sua própria proteção e também para sua necessidade do companheirismo e amizade da mulher que ele(s) ama(m) que uma grande quantidade de homens deseja aliviá-la da terrível imposição de reprodução constante de vida, que eles estão portanto em favor do Controle da Natalidade"*⁵⁹.

⁵⁹ GOLDMAN, Emma. *Mother Earth*. "The Social Aspects of Birth Control", Nova York, 04/1916, vol. XI, nº 2, p. 470-471.

2. Maria Lacerda de Moura: individualismo e educação — conservadorismo nacionalista e revolução libertária

*"Tutte le victorie e tutto il progresso umano
riposano sulla forza interiore"*

Maria Montessori

Brasil, primeiras décadas do século 20: a visão individualista-libertária de Maria Lacerda de Moura entre as propostas educacionais de diferentes movimentos — nacionalistas, católicos e operários

Principalmente nos últimos anos da década de 20, o problema educacional concentrou as atenções no Brasil, onde a presença de 80% de analfabetos em 1922 negava concretamente o ideal republicano de democratização das oportunidades. Em paralelo, desde meados da década de 10, novos padrões de pensamento e de regras de conduta acompanharam a emergência da burguesia industrial e a formação do operariado, fermentando tensões nas cidades que se industrializavam. Símbolo do atraso nacional, a ignorância popular passou, então, a ser combatida por uma aliança entre autoridades, intelectuais e educadores, que priorizavam difundir o ensino para regenerar a sociedade⁶⁰.

Num momento em que o debate pedagógico e a prática escolar se mostravam ainda profissionalmente limitados, diferentes organizações, tendências e movimentos enfatizaram suas repercussões políticas, baseando as mudanças sociais na formação moral do indivíduo. Na movimentação revolucionária, trabalhadores libertários destacaram a educação como meio de engajamento e contestação às desigualdades sociais, estimulando a conscientização e o questionamento das relações humanas a partir da valorização individual do educando.

Dai a ênfase na liberdade de pensamento das "escolas racionalistas" e "modernas" por eles criadas. Por exemplo, o jornal anti-clerical *A Lanterna* (1909–19) condenava a "*preguiça intelectual*" alimentada pelos dogmas e fórmulas do ensino oficial e religioso. Em seu lugar, defendia o desenvolvimento da sensibilidade e do raciocínio do educando para sua criação e afirmação pessoal, a partir do momento em que percebe a vida concreta, valorizando-se os sentidos. Ou seja, ressaltava-se o que é "*verificável*" pela criança como terreno do que "*ela pode por si*

⁶⁰ Cf. Jorge Nagle. 1976, *op. cit.* p. 112; e Diana Gonçalves Vidal. Educação Sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930. In: VVAA. *História da Educação: processos, práticas e saberes*.

*mesma descobrir ou desenvolver”, em contraste com “todas as divagações metafísicas ou filosóficas, e todas as afirmações impostas pela autoridade do pedante (professor)”*⁶¹.

Por sua vez, nesse período, a pregação escolar de valores dominantes era postulada por nacionalistas e católicos, como a *Liga Nacionalista de São Paulo* (1917) ou a *Ação Social Nacionalista* (1920). A primeira organização sobressaiu ressaltando a necessidade de se universalizar a alfabetização para a conquista de progresso nacional com claros objetivos políticos: em seu relatório de 1919, advertia que

*“A Constituição Federal no seu art. 70, § 2º, impede que o analfabeto tenha vontade política”*⁶².

Representando a intelectualidade católica, a *Ação Social Nacionalista* (1920) também invocava ideais patrióticos na cruzada contra a laicização do ensino e o liberalismo do regime republicano que havia instituído a separação entre a Igreja Católica e o Estado. Em publicações como os *12 Marcos de Gil Blas* (1920), um dos integrantes dessa organização, Alcibiades Delamare, reivindicava o ensino obrigatório da língua vernácula e a história do Brasil, enquanto fundamentava o desenvolvimento do sentimento patriótico na valorização da religião católica: *“o nacionalismo dominará o Brasil, no dia em que todos se convencerem que o Catolicismo é a única força capaz de dirigir e governar o Brasil”*⁶³. Por outro lado, a aliança entre patriotismo e religião consolidou doutrinas autoritárias, destacando-se o fascismo, surgido já em 1919 na Itália⁶⁴.

A idéia de progresso do país motivava igualmente entre democratas liberais a visão do ensino como meio difusor das justificativas do Estado como garantia institucional dos cidadãos. Por exemplo, durante as três primeiras décadas do século, as sufragistas reivindicaram a escolarização das mulheres para, através do voto, *moralizarem* a corrupção política e social, legitimando suas reivindicações de autonomia. Isto é, ao ampliarem seus espaços de atuação, exercendo uma profissão e se instruindo, as mulheres adquiriam maiores conhecimentos e melhores condições de inculcarem valores morais e cívicos entre os cidadãos. Diluindo-se os limites entre o mundo público e privado, a *“extensão de suas*

⁶¹ *A Lanterna*. “A Escola Moderna em São Paulo”, São Paulo, 26/02/1910.

⁶² *A Ação da Liga Nacionalista*, relatório apresentado pelo Secretário Geral Dr. Thomaz Lessa ao Sr. Presidente e demais membros do Conselho Deliberativo da Liga Nacionalista, na sessão de 5 de junho de 1919, apud NAGLE, Jorge. 1976, *op. cit.* p. 103.

⁶³ DELAMARE, Alcibiades. *As Duas Bandeiras (Catolicismo e Brasilidade)*. Coleção Eduardo Prado, Série A, Editoras Centro D. Vital, Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1924, p. 113–116 apud NAGLE, Jorge. 1976, *op. cit.* p. 314.

⁶⁴ Cf. Martin Blinkham. *Mussolini and Fascist Italy*. London, Routledge, 1984, 1991, 5ª reimpressão. Para abordagens mais aprofundadas sobre as relações entre as mulheres em um dos movimentos que mais incorporou a ideologia fascista no Brasil, ver Emma Grant. *Feminism in Fascism: a study of Brazil's Integralist Movement*. New London, Connecticut, 05/1996 e Scott Mainwaring. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916–1985*. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

atividades administrativas domésticas", de mãe e esposa, legitimava-se a incorporação das mulheres aos órgãos decisórios do governo:

*"Exercer a mulher suas funções de ecônoma e distribuidora de energias, no seio de um conselho municipal, o que é, senão um ampliamiento dessas mesmas funções por ela exercidas no ambiente de seu lar?"*⁶⁵.

Enquanto marcava diferenças com essas propostas, Maria Lacerda mostrou-se inovadora em sua obra educacional. Ao valorizar crescentemente o indivíduo, deixou de subordinar aos interesses do Estado seu desenvolvimento intelectual e físico através do ensino, reconhecendo-o como condição para a liberação pessoal e social. Apesar das ligações sucessivas e simultâneas com diferentes grupos ideológicos — como o comunista, o anarquista e o espiritualista teosófico —, ela manteve coerência e continuidade em diferentes momentos ao reivindicar certos princípios. Ao longo de sua participação nas campanhas patrióticas de alfabetização lideradas por Olavo Bilac (1865–1918), no feminismo sufragista e na movimentação comunista e anarquista, Maria Lacerda defendeu a auto-disciplina, o amor-próprio, a tolerância e a solidariedade. Identificando sua expressão e possibilidades de difusão na educação materna, lutou pelo desenvolvimento e pela emancipação intelectual das mulheres através da co-educação e da educação sexual, isto é, da aquisição de conhecimento e controle sobre as funções reprodutivas, entre outras questões. Adquirindo o controle racional sobre seus atos e emoções, elas impulsionavam a moralização e a transformação da sociedade ao aumentarem e diversificarem seus espaços de atuação. Mas como ela propunha mudar as relações humanas a partir da independência de pensamento e da ênfase educacional no indivíduo?

Observação da experiência e idealismo: auto-educação, nacionalismo e Proletcultura

Primeiro livro publicado de Maria Lacerda, *Em torno da Educação*, foi lançado em 1918, em um período de extrema tensão e agitação social no Brasil e no mundo. Neste, políticas repressivas se abateram sobre os movimentos operários em democracias liberais, como os Estados Unidos, enquanto conflitos expansionistas levavam a guerra à Europa e manifestações internacionais multiplicavam-se inspiradas pela revolução russa de fevereiro de 1917⁶⁶. Aqui, as greves de julho de 17 no Rio de Janeiro e São Paulo ainda repercutiam, incentivando tanto perseguições

⁶⁵ *Revista Feminina*. São Paulo, 05/1923.

⁶⁶ Cf. James Joll. 1970, *op. cit.*; George Woodcock. *Anarchism: a history of libertarian ideas and movements*. Nova York, The World Publishing Company, 1962. Como introdução aos estudos sobre a revolução russa e suas repercussões internacionais, ver: Carr, E. H. *A Revolução Russa de Lenin a Stalin (1917–1929)*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979. A respeito dos anarquistas e suas relações com o movimento bolchevique, ver também: Avrich, Paul. *The Russian Anarchists*. Princeton, Princeton University Press, 1967; e *id.* *Kronstadt, 1921*. 1ª ed. 1970. Nova York, Norton Library, 1974.

e ataques da polícia quanto uma maior organização do operariado⁶⁷.

Por outro lado, cresciam igualmente os grupos autoritários: em 1916, a emergência da mobilização conservadora das agremiações católicas foi marcada pela *Carta Pastoral* de D. Sebastião Leme, Arcebispo de Olinda, onde pregava o combate à “*descrença que assola e devasta a organização da Pátria*”⁶⁸. Nesse mesmo ano, o poeta parnasiano Olavo Bilac e o deputado Miguel Calmon (1879–1935) fundavam a organização patriótica *Liga de Defesa Nacional*. Iniciava-se assim a formação de uma série de Ligas Nacionalistas. Estas reforçavam as campanhas de alfabetização lideradas por Bilac defendendo o ensino cívico-patriótico, impregnado de sentido disciplinador⁶⁹.

Valores nacionalistas e a defesa cientificista do saber empírico legitimaram a proposta da autonomia feminina através do desenvolvimento intelectual em *Em torno da Educação*, uma das obras pioneiras na divulgação do feminismo liberal no Brasil. O progresso do país era impulsionado principalmente pela conquista de independência de pensamento pelas mulheres de elite e de classe média ao expandirem suas atividades educacionais. Maria Lacerda as priorizava ao propor às mulheres reforçarem o desenvolvimento da energia moral e da vontade de atuação pessoal entre os brasileiros, veiculando o auto-controle e a tolerância, manifestos no “*respeito às leis e às instituições*” e na “*liberdade religiosa*”⁷⁰.

A defesa das instituições educacionais para a emancipação nacional e individual indicava a influência da corrente pedagógica liberal Escola Nova. Introduzida no Brasil desde fins do século passado, a divulgação desta cresceu a partir dos anos 10, desenvolvendo-se principalmente na década seguinte. associava a defesa dos mecanismos de poder e da reformulação de valores e de comportamentos do indivíduo diante das tentativas de consolidação do governo em meio aos desajustes entre os grupos agrários dominantes e a emergência de classes urbano-industriais. Não é de se admirar, portanto, que o Estado se interessasse em incorporar e instituir esse movimento que visava a regeneração social, como assinalou o educador Jorge Nagle:

“*aqui, as primeiras iniciativas (de implantação da Escola Nova) foram de caráter público, pois apareceram com o movimento reformista da instrução pública que se deu nos Estados e no Distrito Federal, enquanto nas origens e na dimensão universal as primeiras iniciativas foram de caráter privado*”⁷¹.

Em nome do Estado, a “Escola Nova” valorizava a experiência concreta, estimulando-se a observação do aluno em atividades multiplicadas. Através da reflexão pessoal sobre diferentes impressões, operava-se a “*educação pela ação*” ao mesmo tempo em que a investigação psicológica sobre o aluno racionalizava a

⁶⁷ Cf. John W. Foster Dulles. 1977, *op. cit.*; Boris Fausto. *Pequenos ensaios de história da República (1889–1945)*. São Paulo, CEBRAP, nº 10, 1972 e 1977, *op. cit.*; e Paulo Sérgio Pinheiro. 1977, *op. cit.* p. 135–178.

⁶⁸ *Carta Pastoral de S. Em. Sr. Cardeal D. Leme*. Quando Arcebispo de Olinda, Saudando os seus diocesanos, Coleção “Sal Terra, Luz Mundi” para o Clero, Petrópolis, Editora Vozes, p. 66.

⁶⁹ Cf. Jorge Nagle. 1976, *op. cit.* p. 44–64, 97–124 e 1977, *op. cit.* p. 259–291.

⁷⁰ MOURA, Maria Lacerda de. *Em Torno da Educação*. São Paulo, Teixeira, 1918, p. 28.

⁷¹ Cf. NAGLE, Jorge. 1976, *op. cit.* p. 241.

escolarização, ampliando o conhecimento e a orientação do professor sobre ele. Reconhecida como *auto-educação*, a aquisição de conhecimentos passou a depender em grande parte das próprias aptidões físicas e mentais do educando⁷².

A discussão da questão educacional em *Em Torno da Educação* mostrou-se ambígua. Aliava a incorporação dos pressupostos patrióticos da Escola Nova e as concepções da *"futura rebelde"*⁷³, Maria Lacerda de Moura, conforme a identificava, então, o anarquista José Oiticica. Ela propunha o processo de ensino individualizado cujas repercussões psicológicas destacava, assinalando o registro inconsciente de informações e sensações percebidas primeiramente de maneira objetiva. Reivindicando a transformação do professor em intermediário ao invés de interventor, vinculava o progresso do país ao desenvolvimento pleno do indivíduo, considerado em sua dimensão consciente e inconsciente através da auto-educação, baseada na iniciativa pessoal para aprender, mostrando-se

*"cousa mais fácil do que se supõe e quanto mais o indivíduo quer — mais alcança, porque as energias da vontade são as forças que não se gastam nunca e se multiplicam sempre"*⁷⁴.

O desenvolvimento das aptidões individuais favorecia os mecanismos de poder. Fortalecia-os ao subordinar os ideais de solidariedade, como o amor e a proteção às crianças e aos mais velhos, à valorização da obediência à ordem e aos interesses públicos, alimentando o *"sentimento da colectividade nacional"*⁷⁵. Por sua vez, a idéia da educação como instrumento de ação coletiva e da percepção concreta do mundo como método de aprendizagem, inspirada nos postulados da Escola Nova, favorecia a aproximação entre Maria Lacerda e os anarquistas. Ao defenderem atividades físicas e intelectuais para que ampliassem a percepção das experiências e o trabalho de observá-las e analisá-las, eles buscavam desenvolver o sentimento de solidariedade a partir da experiência concreta, valorizando-se a capacidade das crianças em se relacionar com o mundo exterior ao invés de ideais abstratos, como a "Pátria". Ainda assim, conforme assinalou a biógrafa dessa ativista no Brasil, Miriam Moreira Leite, eles se mostraram precursores na concretização das propostas da Escola Nova, já que

*"muitos dos métodos ativos e da utilização da experiência de vida preconizados pela Escola Nova, dos reformadores do ensino, na década anterior, foram aplicados pelas escolas modernas, difundidas pelos anarquistas na década anterior"*⁷⁶.

O segundo livro de Maria Lacerda, *Renovação*, foi lançado em maio de

⁷² MOURA, Maria Lacerda de. 1918, *op. cit.* p. 141.

⁷³ No artigo "Autobiografia", publicado no jornal *O Combate*, em agosto de 1929, Maria Lacerda conta que, reconhecendo suas possibilidades de conscientização libertária, José Oiticica passou a se corresponder com ela e a fornecer-lhe livros revolucionários. Cf. Maria Lacerda de Moura. *O Combate*, "Autobiografia", São Paulo, 03/08/1929, nº 5.

⁷⁴ *id.* 1918, *op. cit.* p. 20.

⁷⁵ *id. ibidem.* p. 23.

⁷⁶ LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo Editora Ática, 1984, p. 84.

1919. A agitação social e as reivindicações sufragistas das mulheres de elite marcaram esse período: nesse mês, disseminaram-se as greves em São Paulo e no Rio de Janeiro, antecedendo o recrudescimento repressivo em setembro seguinte, ao passo que também se iniciava a militância da líder sufragista, a bióloga Bertha Lutz (1894–1976) no mesmo ano⁷⁷.

Inscrito nessa conjuntura, *Renovação* revelou a transição entre o ideário feminista liberal e o crescente engajamento revolucionário de sua autora. Ela reivindicava que as mulheres se emancipassem através da representatividade eleitoral, legitimando-se ao encarnarem a pureza e a generosidade materna. Mas o ideal de maternidade se dissociava da assistência filantrópica postulada pelas sufragistas: baseada na solidariedade, Maria Lacerda questionava injustiças e desigualdades sexuais e sociais aproximando mulheres e operários ao defender-lhes a luta contra a opressão. Enfocava então o papel emancipador do ensino científico nas obras educacionais de Maria Montessori (1870–1952), médica espiritualista italiana, e de Francisco Ferrer, professor espanhol.

A discussão da concepção educacional racionalista foi aprofundada ao longo da militância de Maria Lacerda. Com sua mudança para a metrópole industrial de São Paulo em 1921, reforçaram-se suas ligações com a movimentação dos trabalhadores, iniciadas dois anos antes com a apresentação da conferência *Porque vence o porvir?* na Liga dos Homens do Trabalho, em Barbacena. Nos bairros operários do Bexiga, Brás, Belenzinho e Moóca em São Paulo, ela realizou conferências e publicações, engajando-se na articulação de resistência cultural chamada Proletcultura. Em agosto desse ano, discutiu-a no artigo “O Problema da Educação” do jornal *A Tribuna* (28/08/1921), em correspondência com poeta e pintor Angelo Guido, autor de artigos sobre a Proletcultura nesse jornal.

A libertária assinalava, então, a liberação e renovação intelectual promovidas por esse movimento, ligando-se mudanças de valores, riquezas e poderes na Revolução Soviética. Embora fosse presidido pelo Comissário da Instrução Pública, o poeta e dramaturgo Anatole Lunatcharsky, o Comitê Executivo da Cultura Proletária indicava uma certa autonomia em relação ao Estado comunista russo, reunindo membros de diversos países, como o italiano R. Bombacci e o suíço Jules Humbert-Droz responsável pela Internacional Comunista nos países latino-americanos. No manifesto transcrito nesse artigo, a valorização da “*independência cultural*”⁷⁸, em relação a partidos hegemônicos, postulada por Bogdanov, teórico da Proletkult, transpareceu na vinculação da conquista de “*bem-estar material*” à “*alegria da criação espiritual*”, cuja difusão dependia da “*libertação política e econômica*”⁷⁹ das massas.

Defendendo a emancipação coletiva e individual, Maria Lacerda aderiu à Proletcultura. Iniciou o texto destacando a comunidade educacional “*A Colméia*”. A partir da observação e da experiência, o aprimoramento das aptidões pessoais e o

⁷⁷ Cf. Branca Moreira Alves. 1980, *op. cit.*; June E. Hahner. 1990, *op. cit.* e Heleieth Saffiotti. 1969, *op. cit.*

⁷⁸ BOGDANOV. O proletakoi Kulture. 1904–1924. Moscou Leningrado, 1925, p. 102 (transcreve Vittorio Strada. 1987, *op. cit.* p. 129)

⁷⁹ MOURA, Maria Lacerda de. *A Tribuna*. “O Problema da Educação”, Santos, 28/08/1921.

cultivo da solidariedade aí se conjugavam no desenvolvimento da “*verdadeira individualidade*”, como Emma Goldman registrara em sua visita a esta comunidade em 1907⁸⁰.

Identificando a valorização da liberdade pessoal e social na Proletcultura, Maria Lacerda a reconhecia como um fator de multiplicação de condições para o aperfeiçoamento da sensibilidade, fundado na aquisição de “*consciência da própria individualidade para a conquista de si mesmo*”. Condenava, portanto, a rígida contestação dos libertários aos mecanismos institucionais de mudanças sociais na União Soviética. Ao invés disso, sugeriu-lhes fortalecer a esquerda revolucionária, apoiando o igualitarismo bolchevista, em solidariedade aos “*camaradas trabalhadores dessas idéias regeneradoras*”⁸¹.

Isto é, fundamentava a consolidação de mudanças sociais em sua articulação com a inovação e liberação cultural impulsionada por esse movimento. Contrastava, assim, com as polêmicas dos grupos comunistas quanto à organização institucional de poderes. Entre elas, sobressaíam as concepções dos líderes soviéticos Vladimir Ilitch Ulanov (1870–1924), com o pseudônimo Lênin, e Leo (Leão) Davidovitch Bronstein (1877–1940), conhecido por Leo Trotski. Defendiam a intervenção do partido sobre a cultura revolucionária, postulando que os trabalhadores concentrassem suas energias primeiramente em transformar a sociedade.

Ao analisar a história da “revolução cultural” soviética, Vittorio Strada destacou a oposição de Lênin à criação *imediata* de uma cultura operária, divorciada da “*hegemonia do partido político*”⁸². Em contrapartida, no livro *Literatura e Revolução* (1922), Trotski condenava esta subordinação às decisões do Estado, criticando a sistematização proselitista de idéias e sentimentos. Em seu lugar, reivindicava a difusão da mudança ideológica através da educação das massas, enfatizando a dimensão coletiva da formação de uma “*cultura da humanidade*”, “*baseada na solidariedade*”, ao invés da manutenção de um “*caráter de classe*”⁸³, como fator de heterogeneidade.

A valorização da multiplicidade, aliás, justificava o incentivo à *arte e cultura proletária* pelo Comissariado da Educação e das Artes na União Soviética, sob o comando do poeta e dramaturgo Anatole Vassilievitch Lunatcharsky entre 1918 e 1929. Desse modo, conviviam a livre expressão pessoal e a estética utilitarista do crítico russo Tchernichevski, em que os objetivos revolucionários justificavam o trabalho artístico e cultural.

Criação pessoal e companheirismo se desenvolveram na multiplicidade de tendências e polêmicas abrangidas pela Proletcultura na União Soviética nos anos 20. Contando com o respaldo do governo soviético, a elaboração destas conjugava solidariedade, companheirismo e inovação ao integrar a capacidade de trabalhar de técnicos e artesãos à genialidade do artista, como nas esculturas de Gabo (1890–

⁸⁰ GOLDMAN, Emma. 1970, *op. cit.* p. 409.

⁸¹ MOURA, Maria Lacerda de. 28/08/1921, *op. cit.*

⁸² STRADA, Vittorio. 1987, *op. cit.* p. 129.

⁸³ TROTSKI, Leon. *Literatura e Revolução*. 1ª ed. 1923. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969, p. 162, 169.

1977) e Rodchenko (1891-1956), expoentes do construtivismo. Indicando uma fusão entre várias propostas e formas de expressão, as idéias e métodos desse movimento foram incorporados ao teatro da Proletcultura, liderado por Meierhold, cujas encenações exibiam cenografias construtivistas e um gestuário “*biomecânico*”, executado por atores com macacões de mecânicos⁸⁴.

A conexão entre conscientização e arte já era realizada de forma pioneira pelo teatro operário aqui desde os primeiros anos do século. Como instrumento pedagógico, reforçava a aglutinação de classe incluindo-se entre as várias atividades das festas libertárias: conferências, quermesses, declamações de poemas e bailes. Aliava conscientização e diversão, compromisso e riso, “*estabelecendo a síntese entre o lazer da música e a utilidade da conferência*”⁸⁵, como observaram Mariângela Alves de Lima e Maria Thereza Vargas na pesquisa *Teatro Operário em São Paulo* (1980).

Junto com isso, nos bairros operários do Brás, Moóca, Bom Retiro e Barra Funda, a convivência entre atores não-profissionais e o público possibilitava uma maior participação do espectador. Alimentada pela concretização da solidariedade e de um espírito comunitário nas festas, a preocupação com o conteúdo ideológico prevalecia sobre a construção dramática. Independentemente dos recursos de estilo, a exposição de conflitos pessoais estimulava a revolta contra injustiças e desigualdades de classe e sexo ao promover a identificação com os personagens. Suas condutas e crises emotivas promoviam o esclarecimento e a reflexão dos espectadores.

*“Em vez de ataques aos desmandos dos governos e aos partidos políticos — se cuidassem de estender as mãos para os camaradas trabalhadores dessas idéias regeneradoras — não fariam obra mais duradoura?”*⁸⁶

Por exemplo, no prefácio do drama *Bandeira Proletária*, de Marino Spagnolo, que foi encenado em São Paulo, entre meados de 1922 e 23, Maria Lacerda observava que o eixo desta obra consistia na problematização da condição feminina devido à maior carga de paixões e crises emotivas aí envolvidas. A contestação e combate social do herói Paulo eram motivados por sua revolta com a sedução de sua companheira por um industrial. Em outras palavras, a natureza universal dos sentimentos justificava e impulsionava sua conscientização e luta, pois “*a alma dos párias do sonho da redenção social tem reagido assim, em todos os séculos, diante de todas as tiranias*”⁸⁷.

De modo semelhante a este prefácio, o questionamento da opressão em termos sociais e sexuais igualmente inspirou a revista mensal *Renascença*,

⁸⁴ WILLET, John. In: VVAA. História do Marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia. Org. por Eric Hobsbawn. *Arte e Revolução*, V. IX, 1987, p. 77-108.

⁸⁵ LIMA, Mariângela Alves de & VARGAS, Maria Thereza. In: VVAA. *Libertários no Brasil*. org. por Antonio Arnoni Prado. “Teatro Operário em São Paulo”, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 162-250.

⁸⁶ MOURA, Maria Lacerda de. 28/08/1921, *op. cit.*

⁸⁷ SPAGNOLO, Marino. *Bandeira Proletária* (texto teatral). Encenado em 23/09/1922 e 24/07/1923. Pref. Maria Lacerda de Moura apud VARGAS, Maria Thereza e Mariângela Alves Lima. 1980, *op. cit.* p. 162-250.

publicada por Maria Lacerda em 1923. Seções sobre moda ou artesanato aí conviviam com discussões sobre a mobilização revolucionária em diferentes artigos e na seção “Pelo Mundo Proletário”. Revelava-se, então, o interesse em promover a crítica social entre grupos mais refratários, conquistando a adesão de donas de casa, mulheres de classe média e mais abastadas. No entanto, pode-se questionar a respeito da profundidade e coerência com que se buscava difundir ideais revolucionários: em seu estudo sobre as imagens de mulher divulgadas em jornais e revistas, Dulcília Buitoni nos advertiu que uma certa ambigüidade ideológica é indicada pela impressão da seção de questões operárias no final e em papel inferior ao das demais, sugerindo discriminações sociais com “*critérios de classe*”⁸⁸.

Na verdade, a revista criticava rivalidades e rígidas demarcações ideológicas dentre os intelectuais da pequena burguesia e em relação aos contestadores da ordem burguesa, os trabalhadores, alimentadas pela competitividade capitalista. Dessa forma, essa publicação abriu espaço para a convergência de diferentes tendências de pensamento que apontavam o desenvolvimento do intelecto e da sensibilidade como principal alternativa de resistência à sistematização e intensificação da violência instituída. No primeiro número, convidava-se a participarem na revista

*“artistas, pensadores, higienistas, educadores, homens e mulheres, proletários e intelectuaes, todos os que têm uma alma ansiosa, um anelo de perfeição, uma sede intensa de saber, um imenso amor no fundo de si mesmos”*⁸⁹.

Valorizando a concretização desses ideais através da escolarização, *Renascença* aproximava-se do “entusiasmo pela educação”, resultante em grande parte da desilusão entre os que haviam idealizado a República diante daquela que então vigorava, como recordou o historiador Jorge Nagle⁹⁰. É interessante lembrar que três décadas depois da implantação deste regime em 1889, a insatisfação popular foi intensificada por uma situação financeira precária, aumentando a inflação e reduzindo as exportações. A oligarquia paulista cafeeira e o Estado por ela influenciado entraram em crise então. O último tentou consolidar-se impondo uma série de medidas autoritárias: entre 1920 — ano do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, de federações trabalhistas sob influência libertária — e 1926 — último ano do governo Artur Bernardes (1922–1926) — sucederam-se a decretação das leis repressivas Arnolfo Azevedo (06/01/1921) e Adolfo Gordo (17/01/1921), a Lei da Imprensa (31/10/1923), que ampliava a censura; e dois estados de sítio (05/07/1922 — 23/12/1923; e 05/07/1924 — 31/12/1926), após os levantes militares de 22 e 24⁹¹.

Maria Lacerda desafiava a censura e a perseguição, defendendo uma educação revolucionária. Ao discuti-la no segundo número da revista, citava educadores associados à Escola Nova como o iluminista Johann Heinrich Pestalozzi (1746–1827) e o liberal Gustave Le Bon (1841–1931). Este último ressaltava o poder e a competitividade do indivíduo, condenando as propostas de revolução social por

⁸⁸ BUITONI, Dulcília. *Mulher de papel: representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo, Editora Loyola, 1981, p. 60.

⁸⁹ *Renascença*. “Renascença”. São Paulo, A Inovadora, 02/1923, nº 1.

⁹⁰ Cf. Jorge Nagle. 1976, *op. cit.* p. 95–124.

⁹¹ Cf. Boris Fausto. 1972, *op. cit.* e 1977, *op. cit.*

seu misticismo e atraso. O ponto-de-vista de Le Bon foi criticado, por isso, por Maria Lacerda em *Renovação*. É verdade que, quatro anos após a publicação deste livro, a autora revelou manter ainda certos postulados da Escola Nova, como sugeria nessa revista, realçando o crescimento pessoal com a valorização da consciência e do inconsciente através da diversificação de experiências na aprendizagem.

Em contrapartida, porém, a partir desse momento e ao longo da década de 20, quando a remodelação da instrução governamental incorporou o ideário dessa corrente pedagógica, cresceram as críticas dessa ativista à sua fundamentação liberal e conservadora. De acordo com Maria Lacerda, a busca de progresso nacional justificava a valorização do não-constrangimento e do aprimoramento pessoal no processo de ensino, que se desligava paralelamente de contextos histórico-sociais sob a pregação de soluções metodológicas para a problemática educacional. Por sua vez, a disseminação de preceitos nacionalistas e religiosos através do ensino era combatida por Maria Lacerda no artigo "Que é educação?" (*Renascença* 03/1923, nº 2). Ao invés de promover a sujeição do indivíduo à autoridade do Estado e da Igreja, a educação consistia em um meio para a valorização da humanidade, associando a defesa dos demais indivíduos e a conquista de amor próprio na realização dos princípios universais da "*moral natural*", como

"os deveres dos pais de família, as leis do amor ao próximo, de respeito aos homens, de tolerância recíproca, de hospitalidade, de benevolência, de amparo aos fracos".

Por isso, aliava a defesa do "ideal da escola nova", o desenvolvimento integral das faculdades mentais e físicas do educando a um conjunto geral de concepções anarquistas e socialistas de aprendizagem. Estas valorizavam a coletividade e a pessoa em uma "*acepção muito vasta*" por objetivar "*a felicidade colectiva, o bem-estar individual e geral*", que reivindicava

*"(nem) patrias nem fronteiras, nem bandeiras nem autocracias nem riquezas acumuladas em uma só mão, nem fidalguias, nem religiões distintas em luctas fraticidas, nem guerras, nem força armada"*⁹².

Mas, ao discutir as últimas propostas, Maria Lacerda não se aprofundou a ponto de diferenciá-las em termos ideológicos, ressaltando apenas a defesa conjunta da solidariedade por anarquistas e socialistas. A ausência de abordagem a estas especificidades se mostrou tanto mais significativa se considerarmos a discussão das propostas educacionais de Ferrer, em *Renovação*, publicado quatro anos antes, ou a valorização do pensador libertário Piotr Kropotkin, no livro *A mulher é uma degenerada?*, de 1924. Na verdade, não é de se admirar que, no mesmo ano em que lançou este artigo em *Renascença*, Maria Lacerda declarasse seu apoio ao regime soviético, concluindo a conferência "Os conformados e os rebeldes", com a exortação "*Paz entre nós (revolucionários), guerra aos exploradores do Homem*"⁹³, conforme registrou o comentário crítico de Isabel Silva

⁹² MOURA, Maria Lacerda de. *Renascença*. "Que é educação?". São Paulo, A Inovadora, 03/1923, nº 2.

⁹³ SILVA, Isabel. A Plebe. *Ponderando*, ano VI, 10/10/1923, n. 222, p. 2, parte II.

no jornal anarquista *A Plebe*. Reivindicando a tolerância às divergências ideológicas, Maria Lacerda sugeria aos anarquistas e comunistas uma estratégia imediata de coesão e resistência em relação ao crescimento das forças coercitivas de direita. Dessa maneira, associava a valorização pessoal à mistura entre “*ecletismo*” e “*isolamento*” que Miriam Moreira Leite identificou na “*rebeldia manifestada na vida/obra*”⁹⁴ dessa ativista: jamais aderiu completamente aos diferentes grupos de que participou, mantendo um certo distanciamento associado à coerência com seus próprios princípios, reforçados pela interpretação pessoal das múltiplas tendências culturais que entrelaçou de maneira assistemática.

Ao propor a coalizão das esquerdas, Maria Lacerda desafiou o autoritarismo entre estas e o fortalecimento de grupos tradicionalistas em meio à onda de censura e perseguição. Em 1923, prosseguiu a escalada da repressão sob a presidência de Epitácio Pessoa (1919–1922), intensificada com a decretação de estado de sítio no ano anterior. Dessa maneira, reforçava-se a articulação das classes no poder, mesclando-se, por sinal, o autoritarismo dos movimentos nacionalistas e católicos com a fundação nesse momento da Confederação Católica e do Centro D. Vital, órgãos do laicato católico liderados pelo jurista e jornalista Jackson de Figueiredo (1891–1928)⁹⁵.

Por sua vez, a formação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em março de 1922, marcou o aprofundamento das divisões no movimento operário. Em conjunto com a ascensão das alas mais conservadoras da burguesia à direção política nas potências ocidentais, a ampliação do controle soviético sobre as seções internacionais do partido comunista consolidou a ruptura aqui entre seus membros e os anarco-sindicalistas. Em obediência às decisões do IV Congresso da Internacional Comunista (IC) de novembro desse ano, os comunistas enfatizavam a transferência dos conflitos de classe para a área político-governamental, ao lutarem pela liderança entre as diversas tendências ideológicas na mobilização dos trabalhadores, visando a direção de uma *frente única* que os congregasse⁹⁶.

Acompanhando essa trajetória, a questão do governo proletário sobressaiu no debate de princípios e métodos entre as esquerdas. Ainda em setembro de 1922, *A Plebe* reforçava as polêmicas entre os jornais operários, incluindo as críticas de Goldmann ao sufocamento da autonomia de expressão pelo regime bolchevique, apontando-o como um exemplo de que “*todos os governos, qualquer que seja a sua forma e seu programa, não são senão um peso morto que paralisa o espírito livre e a iniciativa das massas*”⁹⁷.

Por sua vez, ao associar reivindicações trabalhistas e o questionamento de padrões de conduta e valores sexuais em vigor, *Renascença* pôde concretizar o ideal de independência de pensamento, discutindo e publicando autores ligados a diferentes tendências ideológicas — como o comunista Otávio Brandão, o higienista

⁹⁴ Cf. Míriam Moreira Leite. 1984, *op. cit.* p. 137.

⁹⁵ Ver: MOURA, Sérgio Lobo de. *A Igreja na Primeira República*. In: Boris Fausto (org.) 1977, *op. cit.* 123–142; e NAGLE, Jorge. 1976, *op. cit.*

⁹⁶ Ver DULLES, John W. F. 1977, *op. cit.*; e PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1991, *op. cit.*

⁹⁷ GOLDMAN, Emma. *A Plebe*. “Como o bolchevismo matou a revolução russa”, São Paulo, n. 191, 23/09/1922, p. 5.

e pedagogo A. Carneiro Leão e o espiritualista Angelo Guido. Pode-se pensar igualmente que, ligada à problematização do ensino, a defesa da liberdade de opinião contribuiu para a diversificação dos espaços de circulação de sua obra.

Em suma, o livro *A mulher é uma degenerada?* foi lançado em 1924, portanto, em meio às discussões para a reformulação do ensino, que seria instituída em 1925, no Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, dirigido por João Luís Alves⁹⁸. Em 1924, intensificaram-se as articulações favoráveis ao ensino nacionalista, paralelamente. Por exemplo, os militares revoltosos que invadiram São Paulo em 5 de julho manifestavam, em seu projeto de “*Constituição*”, a incorporação de postulados cívicos de escolarização pela Liga Nacionalista de São Paulo, que os apoiava. Reclamavam a difusão da instrução primária como principal meio de aceleração do progresso nacional, comprometendo-se à criação de “*escolas em número suficiente, de modo a atingir, no menor prazo possível, a alfabetização do povo brasileiro*”⁹⁹.

Por sua vez, emendas religiosas eram defendidas durante a revisão da Constituição de 1891. Diante da insatisfação e da rebeldia compartilhadas por vários setores sociais, o presidente Artur Bernardes convocou a reforma constitucional no ano seguinte à cisão interna dos aparelhos de Estado, manifesta pelo levante militar em 1922. Impuseram-se então várias medidas autoritárias como a limitação de direitos individuais, incluindo o representado pelo *habeas-corpus*¹⁰⁰. Organizações católicas reforçaram as justificativas patrióticas para a ampliação dos poderes governamentais, alegando exprimir a “*legítima vontade da alma nacional*”, ao reivindicarem a implantação constitucional do “*ensino religioso facultativo*”, com o reconhecimento do catolicismo como a “*religião do povo brasileiro*”¹⁰¹.

Nesse momento, a evolução do Brasil também era vinculada à proposta de disseminação da educação escolar pelas feministas-sufragistas. Em sua maioria integrantes das camadas mais abastadas, elas se concentravam em reivindicar a participação político-governamental feminina, sem questionarem as relações de poder no interior das famílias e do trabalho. Atribuindo às mulheres honestidade e generosidade superiores, justificavam-lhes a instrução e equiparação intelectual ao sexo masculino a fim de se incumbirem da formação moral dos cidadãos do futuro. Além disso, a escolarização significava também a integração do contingente feminino ao mercado de trabalho e a obtenção do direito ao voto¹⁰².

Entre outras questões, como o trabalho feminino e os cuidados com as

⁹⁸ Ciro Costa e Eurico Góes. *Sob a Metralha* (Histórico da Revolta em São Paulo, de 5 de julho de 1924), Narrativas, Documentos, Comentários, Ilustrações, 1º milheiro, Cia. Gráfico — Editora Monteiro Lobato, São Paulo, 1924, p. 383-4 (citado por Jorge Nagle.1976, *op. cit.* p. 103).

⁹⁹ Cf. Jorge Nagle.1976, *op. cit.* p. 140-162.

¹⁰⁰ Cf. Paulo Sérgio Pinheiro. 1991, *op. cit.* p. 203.

¹⁰¹ Cf. *Documentos Parlamentares, Revisão Constitucional*. Emendas nº 9 e nº 10, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, de Rodrigues e Cia., Rio de Janeiro, 1927-1928, p. 390-391 (citado por Jorge Nagle.1976, *op. cit.* p. 60-1).

¹⁰² Cf. Branca Moreira Alves. 1980, *op. cit.*; June E. Hahner. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981; e 1990, *op. cit.* Margareth Rago. 1991, *op. cit.*

crianças, a educação era privilegiada, desse modo, por uma das principais associações sufragistas no Brasil — a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), liderada pela bióloga Bertha Lutz. O desenvolvimento intelectual feminino sobressaía, em suma, entre as discussões da Conferência pelo Progresso Feminino, organizada por esta instituição. Ao mesmo tempo, a FBPF também se aplicava na campanha pela admissão de alunas no colégio de elite D. Pedro II, no Rio de Janeiro¹⁰³.

Em suma, as feministas liberais integravam também os grupos dominantes aliados no *"entusiasmo pela educação"*, discutido pelo historiador Jorge Nagle. De modo semelhante aos católicos, elas reivindicavam o apoio das escolas à defesa das instituições para o país progredir.

A educação como fator para emancipar as mulheres igualmente polarizou *A mulher é uma degenerada?*. Mas a perspectiva libertária deste livro diferenciava-o das demais obras educacionais do período. Ressaltava o aperfeiçoamento intelectual feminino na crítica ideológica e no combate efetivo às desigualdades de classes e entre homens e mulheres. Como o título indicava, questionando a afirmação do psiquiatra português Miguel Bombarda, o livro contestava a inferiorização física e intelectual feminina através de justificativas biologizantes¹⁰⁴. Em meio à multiplicação de conflitos sociais nas cidades que cresciam e se industrializavam, estas concepções acenavam com técnicas racionais de *domínio e superação da luta de classes*, baseando-se no princípio da hereditariedade. De acordo com as teorias da *degenerescência da espécie*, a maior debilidade corporal e mental das mulheres explicava o controle e proteção masculinos a fim de se garantir a evolução humana. Junto com a dependência e uma menor capacidade de criação intelectual — o que não impedia a transmissão de conhecimentos e noções —, uma maior afetividade era atribuída às mulheres, identificadas com a maternidade e a família. Não à toa, portanto, sua missão educacional era enfaticamente postulada por diversas correntes ideológicas nos anos 20.

Por exemplo, os positivistas propunham o ensino de assuntos idênticos para meninos e meninas, diferenciando-se a abordagem em função das vocações naturais próprias a cada sexo. Influenciados pela teoria da *complementaridade entre os sexos*, suas formulações educacionais visavam atingir a evolução da espécie, desenvolvendo as particularidades físicas e mentais de homens e mulheres. Fatores biológicos e valores altruístas legitimavam a liderança das últimas sobre a formação dos indivíduos. Em contraste com o maior instinto sexual e poder masculino para transformar o meio, para atuar em público, elas revelavam sua superioridade moral ao se incumbirem de funções educacionais no recesso do lar onde recebiam a

¹⁰³ Cf. June E. Hahner. 1990, *op. cit.* p. 167.

¹⁰⁴ Miguel Bombarda reivindicou o combate ao feminismo, advertindo contra a *degenerescência da espécie* que este movimento acarretava. Conforme Maria Lacerda transcreveu, assinalava, entre outras formulações que: *"É muito do interesse das raças e da sua pureza combater a todo transe a invasão das sociedades por esses modernos barbaros (as mulheres), dos homens tão queridos."* *"É necessário uma contra propaganda, como uma defesa das posições tomadas."* *"Toda tolerância neste campo é um erro que nossos filhos terão de pagar."* MOURA, Maria Lacerda de. *A mulher é uma degenerada?*. São Paulo, Typ. Paulista, 1924, p. 19-20.

proteção necessária à sua maior fragilidade física e mental. Associavam bondade e generosidade na expressão do instinto materno e ao modelarem moralmente o caráter do marido.

No entanto, a efetivação da desvalorização feminina transparecia na proposta positivista de culto à Mulher. A última se tornava abstrata, sacralizando-se como representante das qualidades humanas. De sua parte, o reconhecimento da sexualidade masculina diversificava a valorização da personalidade do indivíduo, ampliando possibilidades para sua concretização. Em contrapartida, postulava-se a subordinação feminina aos interesses alheios nas relações conjugais e familiares, fundamentando-se na desconsideração pessoal das mulheres, em sua anulação como *"ser autônomo voltado para o crescimento individual"*¹⁰⁵, na análise da historiadora Rachel Soihet.

A mulher é uma degenerada? diferenciou-se em sua concepção, valorizando o desenvolvimento feminino de características pessoais, como o discernimento e a percepção, na luta contra hierarquias sexuais e sociais. Daí o contraste inovador em relação à defesa da sujeição das mulheres, formulada em termos universalizantes, por um contingente majoritariamente masculino de teóricos, médicos, juristas e políticos. Por sua vez, eram assinaladas razões históricas e neo-malthusianas, com a transmissão genética de características adquiridas. Recorrendo ao trabalho de autoridades como o dr. Tito Lívio de Castro, autor de *A Mulher e a Sociogenia*, *A mulher é uma degenerada?* o livro destacou que a dependência e a proteção sobre as mulheres implicaram na perda de sua atividade intelectual e na atrofia de seu cérebro¹⁰⁶.

Por isso, *A mulher é uma degenerada?* reivindicava às mulheres reverterem sua condição inferiorizada ao se educarem e conscientizarem. Conquistando amor-próprio, as mulheres revertiam relações de domínio e inferiorização, difundindo auto-estima e a solidariedade entre as crianças no lar e na escola. Concretizada na multiplicação de atividades manuais e intelectuais, a valorização da ação efetiva impulsionou nesse livro a proposta de liberação através da aprendizagem. Mereceram, críticas, portanto, não só as instituições estatais e religiosas de ensino, mas igualmente a pregação liberal por acadêmicos: em condições de miséria e repressão, os ideais de *"liberdade, igualdade, fraternidade"* revelam-se

*"emblemas gastos e rotos e vilipendiados pelos próceres da mesma justiça e da mesma 'ordem social' a qual se couraceia de indiferença e comodismo"*¹⁰⁷.

Emergia a discussão da neutralidade escolar, que dez anos mais tarde seria aprofundada no trabalho Ferrer, *o Clero Romano e a Educação Laica* (1934). Enquanto Maria Lacerda defendia uma pedagogia moderna, racionalista, fundada na valorização de si e da sociedade, combatia a difusão escolar de valores religiosos ou político-governamentais. Esses ideais eram recuperados e divulgados, alegando-se

¹⁰⁵ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989, p. 113.

¹⁰⁶ Cf. Maria Lacerda de Moura. 1924, *op. cit.* p. 45.

¹⁰⁷ *id. ibidem*, p. 180.

a necessidade de investigá-los de maneira científica, isenta.

É interessante notar então que a educação dita imparcial, neutra, mobilizava a condenação tanto por libertários quanto por católicos nesse período: pouco antes do início das discussões pela reforma educacional em 1923, a implantação de um ensino objetivo, não-doutrinário, era combatida na campanha pela escolarização movida por duas organizações católicas — a revista *A Ordem* (1921) e o Centro D. Vital (1922) —, que reivindicavam o ensino religioso¹⁰⁸.

Em 13 de janeiro de 1925, instituiu-se a reforma de ensino João Luís Alves, caracterizada pelo aumento da intervenção do Estado nas escolas oficiais e também particulares¹⁰⁹. No mesmo ano, Maria Lacerda publicou o livro *Lições de Pedagogia*, propondo a transformação da escola em um espaço de formação integral, onde se desenvolvessem todas as potencialidades do ser, inclusive as relativas à vida social e profissional. Incluindo trechos já publicados em *Renascença* e *A Plebe*, entre 1923 e 1924, ela revelava ter incorporado valores universais defendidos pela pedagogia revolucionária, como a solidariedade humana e a liberdade do indivíduo. Referia-se, por exemplo, às concepções pedagógicas libertárias de Ferrer e de Sébastien Faure, criador da comunidade educacional “A Colméia”, já visitada por Emma Goldman, em 1907. Sugeriram-se então referências análogas na abordagem da aprendizagem por esta libertária no Brasil e Emma Goldman, no exterior: além de entrar em contato diretamente com Faure em *La Ruche*, em Paris, a última coordenava a editora Mother Earth que traduziu e publicou o trabalho de Ferrer, *The Modern School*, em Nova York, 1909. Semelhanças também transpareceram nas propostas deste e de Faure; em *La Ruche* e na *Escuela Moderna*, em Barcelona, os dois educadores defendiam a substituição da organização disciplinar de ensino pelo desenvolvimento do cooperativismo e das faculdades mentais e físicas da criança, baseando-se a realização conjunta do trabalho intelectual e braçal na experiência e na solidariedade¹¹⁰.

Motivada por essas concepções educacionais, Maria Lacerda enfatizou a discussão da “*formação da individualidade*”¹¹¹, associando-a à concretização da “*renovação social*”¹¹² através da aprendizagem. Chamava atenção para o significado

¹⁰⁸ Cf. Jorge Nagle. 1976, *op. cit.* p. 106.

¹⁰⁹ *id. ibidem.* p. 287.

¹¹⁰ Para a discussão abrangente da obra desses anarquistas, ver: AVRICH, Paul. 1980, *op. cit.* A respeito das propostas educacionais de Emma Goldman, ver ainda: GOLDMAN, Emma. 04/1906, *op. cit.* p. 7–14. *id.* “Francisco Ferrer and the Modern School”. 1969, *op. cit.* p. 145–166. A respeito da visita de Goldman à comunidade educacional libertária “La Ruche”, criada pelo educador libertário Sébastien Faure, ver o relato autobiográfico dessa libertária, 1970, *op. cit.* p. 408–9. De sua parte, a coletânea *Educação Libertária* inclui o artigo de Sébastien Faure em *Encyclopédie Anarchiste*, onde descreveu a fusão entre solidariedade e o respeito à vontade pessoal na prática educacional da comunidade *La Ruche*: FAURE, Sébastien. In: VVAA. *Educação Libertária*, org. por F.G.Moriyón. Trad. por José Cláudio de Almeida Abreu. *La Ruche*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas Sul, 1989, p. 110/144.

¹¹¹ MOURA, Maria Lacerda de. *Lições de Pedagogia*. São Paulo, Typografia Paulista, 1925, p. 44.

¹¹² *id. ibidem.* p. 47.

moral da experiência pessoal, que envolvia a *"técnica da ação humana em sociedade"*¹¹³, conforme esclareceu em *A mulher é uma degenerada?* Incorporando a Pedagogia Científica formulada por Maria Montessori, propôs o aprofundamento da observação e análise de múltiplos acontecimentos. Para isso, ela reivindicava aprimorar o raciocínio e o saber na instrução e ampliar a capacidade perceptiva em jogos, exercícios físicos e práticas de estímulo à acuidade dos sentidos a partir do exame antropométrico e psicométrico do educando.

De sua parte, assumindo a função orientadora, o professor devia exercer uma constante auto-vigilância e tolerância, transformando-se em exemplo ao promover o controle pessoal do educando. Oferecendo-lhe em conjunto meios e incentivos às associações mentais e à reflexão individual, o educador abria campo assim para o desenvolvimento de sua *"disciplina interior"* e de seu *"domínio próprio"* para a realização de sua liberdade, em suma, através da auto-educação de seu aluno.

1934: a aliança Estado e Igreja é contestada por Maria Lacerda em Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica.

A aprendizagem livre incluiu-se entre as outras várias questões educacionais retomadas por Maria Lacerda na atmosfera inquietante de 1934. Após o recrudescimento da repressão durante o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), o regime constitucional que o sucedeu não implicou em abrandamento político: ao contrário, perseguições e prisões foram amplamente utilizadas pelo governo para sufocar tensões sociais acirradas pelo impacto da inflação e do desemprego com a queda nas exportações de café¹¹⁴. Nessas circunstâncias, diante das ameaças de expansão do Partido Comunista no Brasil — onde chegou a contar com aproximadamente cinco mil militantes no final do ano¹¹⁵ —, o acordo entre Estado e a Igreja foi reafirmado pela constituição editada em 16 de julho, estabelecendo o ensino religioso e subsídios governamentais para as escolas católicas¹¹⁶. O caráter desafiador da obra de Maria Lacerda de Moura se manifestou então: o lançamento de seu livro *Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica* nesse ano confrontava autoridades políticas e religiosas discutindo as

¹¹³ *Id.* 1924, *op. cit.* p. 225.

¹¹⁴ Em seu livro *Estratégias da ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil — 1922-1935*, Paulo Sérgio Pinheiro observou que *"a revolução de 30, no que diz respeito à violência ilegal do Estado (especialmente no trato com as dissidências), inaugura uma fase de aperfeiçoamento do arbítrio do Estado que os governos seguintes jamais abdicarão. Mesmo depois do final dos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1934"*. E este arbítrio autoritário cresceu frente à insatisfação e rebeldia alimentadas pela precária situação econômica da época, conforme indicou Edgar Carone, em seu trabalho de 1975 aqui citado. Ver assim CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil Contemporâneo: 1922/1938*. São Paulo, Difel, 1975, p. 122 e PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1991, *op. cit.* p. 270.

¹¹⁵ Cf. John W. Foster Dulles. 1977, *op. cit.* p. 419.

¹¹⁶ Cf. Scott Mainwaring. 1989, *op. cit.* p. 35.

concepções libertárias de Francisco Ferrer, executado em 1909 pela monarquia espanhola com o respaldo da Igreja Católica.

Intensificando a valorização do indivíduo, a libertária reviu, nesse trabalho, os princípios que antes havia defendido, tendo aderido inicialmente ao movimento da Escola Nova e enfatizado a obra de Ferrer. Criticou os pressupostos nacionalistas do escolanovismo, centrando foco em um de seus expoentes principais, o sociólogo e pedagogo Émile Durkheim (1858–1917). No trabalho *Educação e Sociologia* (1906), este autor incorporava o princípio da escola-comunidade que difundia a valorização das relações sociais e de domínio existentes com a disciplinarização coordenada nas atividades cooperativas. Em favor desses objetivos, pregava a “*socialização da criança*”, vinculando a formação de sua individualidade à supervisão e domínio do Estado, transformando-a em “*instrumento das suas ambições políticas ou sociais*”¹¹⁷, conforme afirmava no trecho citado por Maria Lacerda.

As formulações pedagógicas de Durkheim contrastavam, portanto, com as de Ferrer — identificado, aliás, por ela como um dos precursores da Escola Nova, devido ao seu compartilhamento de princípios educacionais como a valorização do indivíduo e da observação da experiência e do exemplo. Por outro lado, as propostas desse educador divergiam das defendidas por esse movimento, também chamado escolanovismo: sua crítica ao ensino institucional não se restringia à memorização de conceitos e dogmas religiosos, mas também significava condenar a subordinação do desenvolvimento do indivíduo aos interesses governamentais.

No entanto, concentrando-se o combate aos organismos educacionais do Estado e da Igreja, Ferrer desconsiderava a reprodução de valores dominantes em múltiplas relações cotidianas e pessoais, de acordo com Maria Lacerda. Os entraves da opinião pública e da censura social à criatividade intelectual repercutiam na expressão pessoal da consciência que impulsionava o desenvolvimento e a transformação social.

“*Porque a imbecilidade e a covardia impedem a evolução em linha reta sempre para a frente*”¹¹⁸.

De acordo com a ativista, a própria derrocada da organização capitalista resultava de contradições entre poderes nacionais repressivos e a necessidade de mão-de-obra qualificada “*capaz de produzir inteligentemente*”. Em outras palavras, a autora de *Ferrer, o Clero... canalizava os conflitos sociais para a esfera ideológica, desligando-se de aspectos econômicos e políticos. Desse modo, ao questionar o ideal de “ciência” de Ferrer, ressaltando unicamente o caráter militarista e destrutivo do saber, Maria Lacerda desconsiderava o aumento de produtividade e possibilidades de mudança promovido pela sofisticação tecnológica. É de se pensar se o apego à moral e a interiorização individualista dessa militante não significaram igualmente uma descontextualização de sua análise, que abrangia generalizações antagônicas à “Sociedade” e ao “Estado” ou à “Autoridade” e à “Igreja”*¹¹⁹.

¹¹⁷ MOURA, Maria Lacerda de. *Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica*. São Paulo, Editora Paulista, 1934, p. 31.

¹¹⁸ *id. ibidem*, p. 52.

¹¹⁹ *id. ibidem*, p. 52.

Em suma, o individualismo de Maria Lacerda de Moura revelava-se em sua ênfase na liberação intelectual, na superação de idéias pré-concebidas como condição para que se efetivassem ideais de igualitarismo sócio-econômico. Propunha o cultivo da sensibilidade pela aprendizagem, destacando a percepção e a observação da experiência concreta. Por sua vez, a contestação às justificativas dogmáticas de arbítrio e inferiorização envolvia o esclarecimento intelectual das mulheres. Estas desmentiam a menor capacidade de raciocínio e auto-controle que lhes era atribuída ao concretizarem a solidariedade junto com as suas próprias potencialidades no ensino compartilhado com outro sexo e no exercício da auto-deliberação sobre a vida sexual e reprodutiva.

Emancipação e determinismo: co-educação e educação sexual das mulheres

Maria Lacerda lutava para *moralizar a sociedade*, enfatizando a necessidade de as mulheres se educarem para difundirem a auto-estima. No seu contato diário com as crianças e alunos, elas podiam difundir a ruptura com padrões e modelos vigentes, promovendo mudanças nas relações humanas ao disseminarem a valorização da liberdade individual ao lado da tolerância, da auto-responsabilidade e do altruísmo.

No início da atuação desta feminista, estes valores assumiram conotações filantrópicas e assistencialistas, compartilhadas pelo sufragismo liberal no Brasil¹²⁰. Ainda no interior de Minas Gerais — onde nasceu e morou até os 34 anos —, Maria Lacerda lutava pela escolarização e pela assistência a mulheres e crianças: ingressando em uma associação feminina em Barbacena no ano de 1908, participou da criação de um lactário e da Liga contra o Analfabetismo em 1912¹²¹.

Seis anos depois, lançou *Em Torno da Educação*. Mostrou-se pioneira na difusão de reivindicações de voto feminino no Brasil: em 1918, — isto é, antes de a feminista liberal Bertha Lutz reivindicar o exercício feminino de “*responsabilidades políticas*” em dezembro desse ano na *Revista da Semana*¹²² —, Maria Lacerda reiterava várias concepções sufragistas como a profissionalização, a contribuição educacional à evolução do país e as atividades educacionais femininas. Pressupostos patrióticos justificavam a diversificação da atuação das mulheres, ampliando sua responsabilidade pela formação dos indivíduos para além dos limites domésticos, pois “*É do lar, bem o sabeis, é da escola, é do regaço da mulher que saem os cidadãos*”¹²³.

Diante da eventualidade de o Brasil aderir à Primeira Guerra Mundial (1914–1918), Maria Lacerda incorporou a legitimação militarista pela ala mais

¹²⁰ HAHNER, June E. 1990, *op. cit.* p. 163.

¹²¹ Cf. Edgar Rodrigues. 1976, *op. cit.* p.50; e Míriam Moreira Leite. 1984, *op. cit.* p. 158; e Maria Aparecida Lima Dias. *Maria Lacerda de Moura: por que Barbacena?*

¹²² LUTZ, Bertha. *Revista da Semana*. “Women’s Letter”, São Paulo, 23/12/1918 apud June E. Hahner. 1990, *op. cit.* p. 224.

¹²³ MOURA, Maria Lacerda de. 1918, *op. cit.* p.33.

conservadora do sufrágio nos Estados Unidos, a organização *National American Suffrage Association* (NAWSA), criada em 1890. Em 1917, sob a liderança de Carrie Chapman Catt, a NAWSA integrou a campanha militarista visando a aprovação do projeto de emenda constitucional favorável ao sufrágio, que foi ratificado em 1920¹²⁴. Essa aliança entre os grupos defensores da guerra e o feminismo liberal nos Estados Unidos foi apontada em *Em Torno da Educação* como um exemplo de conduta civil a ser reproduzido pelas brasileiras, devendo-se honrar “as tradições históricas dos nossos gloriosos e queridos antepassados”, “Se o nosso país se vir na dura contingência de tomar parte na guerra”¹²⁵.

No entanto, nesse livro já se insinuavam diferenças em relação ao sufrágio que se acentuaram em 1923, levando ao rompimento com esse movimento. Buscando respeitabilidade e apoio de autoridades, ele evitava questionamentos anti-clericais, além de reunir uma maioria de fiéis católicas entre suas integrantes¹²⁶. Por sua vez, a devoção religiosa já recebia críticas de Maria Lacerda em 1918: neste seu primeiro livro, publicado no mesmo ano, apresentava-a como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento intelectual, à consciência de si mesmo e à coesão entre as mulheres, promovida pela aceitação de diferentes credos, pela “tolerância religiosa que deve abranger até os negócios, a vida política”.

Crítérios sexuais-reprodutivos justificavam essa atitude feminina porque “o coração materno perdoa sempre”¹²⁷. Devido à sua generosidade natural, as mulheres deviam moralizar a sociedade, combatendo as “moléstias da vontade”¹²⁸ e buscando a “modificação do carácter brasileiro”¹²⁹ em suas funções de mães e professoras. Ao desenvolverem o intelecto através da educação, ganhavam maior autonomia, diversificando experiências e cultivando o questionamento de arbitrariedades.

Por outro lado, tampouco podiam desconsiderar o respaldo masculino aos seus objetivos cívicos: deviam promover o reconhecimento dos homens a seus interesses, enquanto se responsabilizavam pela formação dos cidadãos. Dessa forma, garantiam a obtenção do sufrágio para as mulheres, propagando a “necessidade de conquistar-lhes mais direitos”¹³⁰ entre os homens, insinuando uma certa dependência quanto à intervenção destes, devido à sua maior experiência nos mecanismos políticos institucionais.

Por sua vez, a abordagem da questão educacional em *Renovação* indicava transformações ideológicas em 1919. Ampliaram-se as divergências com o sufrágio, embora a autora se aliasse à Bertha Lutz no ano seguinte, criando a Liga para a Emancipação Intellectual da Mulher¹³¹. Por exemplo, enquanto

¹²⁴ Cf. Branca Moreira Alves. 1980, *op. cit.* e 1979, *op. cit.*

¹²⁵ MOURA, Maria Lacerda de. 1918, *op. cit.* p. 75.

¹²⁶ Cf. June E. Hahner. 1990, *op. cit.* p. 155.

¹²⁷ MOURA, Maria Lacerda de. 1918, *op. cit.* p. 87.

¹²⁸ *id. ibidem.* p. 133.

¹²⁹ *id. ibidem.* p.138.

¹³⁰ *id. ibidem.* p. 34.

¹³¹ Cf. June E. Hahner.1990, *op. cit.* p. 136.

sufragistas aceitavam valores católicos ao serem educadas em escolas femininas de elite, dirigidas por freiras, Maria Lacerda defendia a co-educação, já empregada em estabelecimentos protestantes de ensino, como a Escola Americana em São Paulo desde a década de 80 do século passado¹³². Em sua contestação anti-autoritária, a ativista propôs o rompimento de estereótipos ao se concretizar a espontaneidade, a auto-estima e o respeito mútuo na experiência de convívio com outro sexo, durante o processo de aprendizagem. Dessa maneira, regenerava-se a sociedade, com a moralização das relações entre homens e mulheres, evitando-se seduções, baseadas na exploração da inexperiência feminina, assim como frustrações e desencantos com as incompatibilidades entre os parceiros reveladas em seu cotidiano.

Paralelamente, porque evitava questionar desigualdades sociais, a educação de mulheres de camadas mais ricas igualmente recebeu suas críticas. Conjugando-a à crença na evolução humana, Maria Lacerda defendia a transformação moralizadora da conduta das mulheres. Seu crescimento intelectual era justificado destinando-se à luta contra injustiças e misérias sociais ao invés de se resumir a um acúmulo de conhecimentos sem quaisquer conotações morais, pois *"Falar línguas ou banalidades como um papagaio é inútil para a grande renovação"*¹³³.

Cinco anos depois do lançamento de *Renovação*, a abordagem da questão educacional abriu novos espaços de circulação e divulgação dos trabalhos dessa escritora e militante. Enfatizando a importância do desenvolvimento intelectual para a emancipação feminina, o livro *A mulher é uma degenerada?* (1924) recebeu críticas favoráveis de publicações de tendências diversas. Incluíram-se desde a espiritualista *O Pensamento*, a maçônica *O Templário*, até o apoio de autoridades no órgão governamental *"Diário Oficial"*, onde Dr. Basílio de Magalhães elogiou sua *"coragem da verdade"*¹³⁴. Superando-se diferenças ideológicas, ampliaram-se e reforçaram-se também as ligações entre Maria Lacerda e movimentos revolucionários, cuja imprensa divulgava parte da obra desta militante.

No trecho de *A mulher é uma degenerada?* publicado em *O Internacional*, destacou-se a necessidade do desenvolvimento da razão feminina através da educação sexual e da co-educação na luta contra desigualdades instituídas. A complementaridade entre homens e mulheres se concretizava através da *"educação científica, racional para ambos os sexos"*, fundamentando-se no crescimento integral da personalidade. A livre expressão desta justificava, por sua vez, a ênfase

¹³² Sugeriu-se assim a defesa da independência de pensamento que polarizava a trajetória dessa ativista. Dando continuidade ao combate à difusão de valores repressivos pelas forças católicas, realizou conferência em defesa da liberdade intelectual e manifestou seu apoio à Liga Anti-clerical no livro *Clero e Estado*, lançado em 1931. Ver: HAHNER, June. 1990, *op. cit.*; LEITE, Miriam L. Moreira Leite. 1984, *op. cit.* e Antonio Arnoni Prado (org.) 1986, *op. cit.*; MOURA, Maria Lacerda de. *Clero e Estado*. Rio de Janeiro, Liga Anti-clerical, 1931 e SAFFIOTTI, Helleieth. 1969, *op. cit.*

¹³³ MOURA, Maria Lacerda de. 1919, *op. cit.* p. 245.

¹³⁴ *O Pensamento*. "A mulher é uma degenerada?", São Paulo, 11/1924; *O Templário*. Pelotas, 11/1924; MAGALHÃES, Dr. Basílio de. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, 12/1924, *apud* Maria Lacerda de Moura. 1925, *op. cit.* p. XIII, XIV, XVIII.

no debate sobre a reprodução e a convivência doméstica para a educação de ambos os sexos. Dessa maneira, a independência de pensamento rompeu as justificativas biologizantes para as diferenças sociais entre homens e mulheres, revertendo a separação das esferas de sua valorização — relacionada ao êxito pessoal masculino na vida profissional e social, assim como a fatores reprodutivos vinculados em primeira instância à espécie e não aos interesses individuais, no caso das mulheres.

Mas as repercussões revolucionárias da educação feminina não se restringiram à ruptura de estereótipos e padrões de comportamento na esfera social: incluíam o auto-domínio. Isto é, sob influência neo-malthusiana, Maria Lacerda valorizava o controle reprodutivo como uma das condições para mudanças sociais mais amplas, defendendo a aquisição pelas mulheres de conhecimento e decisão sobre seus corpos. Dessa maneira, iriam realizar sua autonomia, desafiando normas e preconceitos como o pudor atribuído à condição sexual feminina, enquanto promoviam a diversificação de suas experiências. Ou seja, a decisão sobre o momento da reprodução não visava impedir a maternidade, mas sim revigorar sua valorização, buscando o nascimento de filhos mais saudáveis em melhores condições de vida, quando *"haverá mais hygiene (...), menos mortalidade infantil, mais amor de mãe (em lugar do) accrescimo de população"*¹³⁵.

A valorização da vivência e do exemplo explicava a importância revolucionária da educação das mulheres no livro *Lições de Pedagogia*, divulgado no ano seguinte. Na família e na escola — *"a continuação do lar"*¹³⁶ — a proximidade feminina com as crianças aumentava-lhes o poder de transformação ideológica na diversidade do dia-a-dia: inspiradas pelos valores e condutas das mulheres, as crianças adquiriam *"mais força moral"*¹³⁷ para constituírem a *"verdadeira civilização"*¹³⁸, assumindo a responsabilidade pela instrução, saúde e difusão dos princípios de fraternidade e amor-próprio. Dessa maneira, as mulheres contribuíam decisivamente para evitar a reversão desses valores pela barbárie e pelo irracionalismo autoritário.

Aliás, a defesa da atuação pacifista feminina era instigada pelo testemunho da violência armada. Em 5 de julho de 1924, a cidade de São Paulo foi tomada por tropas dissidentes à presidência de Artur Bernardes (1922-1926), chefiadas pelo tenente Joaquim Távora e pelo general Isidoro Dias Lopes¹³⁹. Comentando os conflitos, Maria Lacerda responsabilizava as mães dos militares em luta por haverem perpetuado as justificativas ideológicas ao uso da violência ao criarem seus filhos. Sem que lhes tivesse sido cultivada a conscientização dos próprios interesses associando-se aos da coletividade, eles iriam retornar à instintividade e à selvageria incitadas pela competitividade moderna. Ao invés de terem aprendido a reconhecer e valorizar a marca da civilização — *"a*

¹³⁵ MOURA, Maria Lacerda de. *O Internacional: Organização dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Bares, Cafés e Classes Anexas*. "Das vantagens da educação intellectual e profissional da mulher na vida prática das sociedades", São Paulo, 15/05/1924, p. 1.

¹³⁶ MOURA, Maria Lacerda de. 1925, *op. cit.* p. 47.

¹³⁷ *Id. ibidem.* p. 40.

¹³⁸ *Id. ibidem.* p. 39.

¹³⁹ Cf. John W. F. 1977, *op. cit.* e Paulo Sérgio Pinheiro. 1991, *op. cit.*

individualidade consciente” —, voltavam a ser “o troglodita das cavernas nas trincheiras causadas pelos preconceitos, pelas ambições e pelo egoísmo sórdido”¹⁴⁰.

Em contrapartida, a função educacional das mulheres lhes ampliava o poder de difundir a contestação aos valores e relações de dominação existentes. Acrescida de razões biológicas, essa crítica contava com o respaldo do cientificismo neo-malthusiano. Desse modo, ela valorizava a conduta pessoal, ressaltando suas repercussões sociais e hereditárias, já que “a vida humana é o concurso de múltiplas e complexas ações modificadoras de condições pré-estabelecidas pela hereditariedade”¹⁴¹. Cuidando das crianças desde seu nascimento, as mulheres podiam mais facilmente reverter características geneticamente determinadas. Além disso, através da diversificação e repetição de atividades na educação, podiam promover igualmente o desenvolvimento de novas aptidões e tendências que iriam se reproduzir em gerações futuras.

Mas até onde rótulos e imposições eram rompidos pelas mulheres na formação dos indivíduos? Afinal, papéis sexuais determinados não eram preservados quando elas se responsabilizavam pelo desenvolvimento físico e emocional das crianças — por sua “saúde”, “alegria” ou por “uma existência de torturas de infelicidade compartilhada por muitos outros”¹⁴², como se advertia neste livro? Ao mesmo tempo em que não se discutia a função do educador referindo-se à condição sexual masculina, atribuía-se a liderança na educação revolucionária às mulheres. No combate às hierarquias e à exploração, valorizava-se a expressão de sua solidariedade através da “assistência à infância”¹⁴³, aos filhos de operários. É de se perguntar, portanto, até onde as relações de poder eram questionadas por Maria Lacerda: o auxílio, que pregava, não envolvia uma atitude protetora e condescendente, não muito diferente da que condenava nas sufragistas, mesmo se justificada pelos ideais de equidade e solidariedade? Além disso, as possibilidades de liberação pessoal não se reduziam assim ao se descartar a possível recusa feminina à função reprodutiva em favor de outras alternativas?

Um ano antes de acordos entre sufragistas e políticos resultarem na implantação do direito ao voto feminino em 1927 no Estado do Rio Grande do Norte¹⁴⁴, o livro *Religião do Amor e da Belleza* propôs a conquista da emancipação feminina e coletiva no terreno imediato da criação intelectual e subjetiva. Nessa obra, Maria Lacerda destacava a Maternidade Espiritual para o surgimento de uma sociedade igualitária, justificada por uma nova moral: ao obterem o reconhecimento e a valorização de sua sensibilidade e generosidade, as mulheres tornavam-se “inspiradoras de mais altos destinos sociais”¹⁴⁵.

Multiplicadas com a revolta diante do domínio masculino, a sensibilidade, a generosidade e a consciência feminina alimentavam a expressão de novos ideais entre os rebeldes, marginalizados pela opinião pública: trabalhadores, artistas,

¹⁴⁰ MOURA, Maria Lacerda de. 1925, *op. cit.* p. 120

¹⁴¹ *id. ibidem.* p. 47.

¹⁴² *id. ibidem.* p. 119.

¹⁴³ Cf. Branca Moreira Alves. 1980, *op. cit.* p. 121 e June E. Hahner. 1990, *op. cit.* p. 156.

¹⁴⁴ MOURA, Maria Lacerda de. *Religião do Amor e da Belleza*. São Paulo, Typ. Condor, 1926, p. 252

¹⁴⁵ *id. ibidem.* p. 199.

poetas. É interessante notar que, procurando ressaltar a superioridade moral das mulheres, Maria Lacerda preferiu citar a influência de musas inspiradoras como Frinéa e Aspásia na Antiguidade, ou Eleonora Duse (1858-1924) na época moderna, sem chegar a valorizar propriamente a expressão feminina revolucionária através da discussão teórico-acadêmica de valores, predominantemente realizada por homens.

A educação feminina incitava o questionamento à família existente, conscientizando-a de seus interesses e das injustiças e desigualdades nessa instituição e na sociedade. Reafirmando seu papel moralizador na sociedade, a co-educação e a educação sexual feminina foram novamente discutidas. Com a incorporação das meninas à escola, o convívio entre os dois sexos desmanchava, na prática, proibições e rótulos. Desse modo, eliminava curiosidade e acalmava "*os sentidos em vez de os exaltar*"¹⁴⁶. Por sua vez, a quebra de convenções e hierarquias era favorecida também pela aquisição feminina de conhecimentos sobre a vida sexual, permitindo escolher o momento e com quem reproduzir, expressando o amor em lugar de "*dogmas da religião ou nas leis do casamento*"¹⁴⁷.

Após o golpe militar de 1930, a defesa de esclarecimento intelectual feminino foi acentuada por Maria Lacerda. Ao propor a não-violência, desafiava a política repressiva do governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), destacando a liberdade de consciência como uma das principais formas de se resistir ao recrudescimento da censura, das perseguições e das prisões, que marcaram a década de 30. Daí, intensificar a ênfase na função educacional das mulheres: ao se responsabilizarem pela formação das crianças, realizavam o poder de lhes construir a individualidade, cuja valorização efetiva significava contestar o controle autoritário do Estado e da Igreja que marcou esse período.

A valorização da educação inspirou também outras imagens de emancipação das mulheres formuladas no circuito literário feminino da época. Ao pesquisá-lo¹⁴⁸, Margareth Rago revelou a ligação nele de questões sociais e nacionais e as julgadas inscritas na esfera privada como o amor, a sexualidade, o prazer, o casamento e a prostituição. Desde fins da década de 20, romancistas como Ercília Nogueira Cobra e Lola de Oliveira reivindicaram mudanças na educação para o aprimoramento do conhecimento e raciocínio entre as mulheres. A ênfase na razão se aliava ao ideal de progresso, justificando-lhes a autonomia: ao mesmo tempo em que alimentava a auto-estima e a confiança a partir do reconhecimento das faculdades pessoais, o auto-controle racional permitia-lhes realizar múltiplas atividades concentradas nas metrópoles, integrando-as à valorização da modernidade e do avanço nacional.

As mulheres modernas lideraram a efetivação destes ideais, ocupando-se de atividades educacionais e se encarregando do crescimento de seus filhos desde o nascimento. No livro *Passadismo e Modernismo* (1931), Lola de Oliveira apresentou uma "*nova mulher*". Ela conjugava a conquista de independência e a de auto-valorização, agindo em vários campos sociais: trabalhava, mostrava-se dinâmica no

¹⁴⁶ *id. ibidem*, p. 189.

¹⁴⁷ MOURA, Maria Lacerda de. 15/05/1924, *op. cit.* p. 1.

¹⁴⁸ Ver RAGO, Margareth. *Revista Brasileira de História — ANPUH: Espaço Plural*. "A sexualidade feminina entre o desejo e a norma: moral sexual e a cultura literária feminina no Brasil, 1900-1932", São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 14, nº 28, 1994, p. 28-44.

dia-a-dia, praticava esportes e cuidava de sua saúde física e mental valorizando “*mens sana in corpore sano*”¹⁴⁹. Em suma, tornava-se apta para cuidar do desenvolvimento integral de seus filhos, transformando-os em uma “*raça vigorosa*”¹⁵⁰ que defenderá a glória da pátria munindo-se apenas da criação intelectual e artística — *armas pacíficas e benfeitorias*¹⁵¹ e não letais.

A associação entre a condenação ao militarismo e a ênfase na educação foi impulsionada por Maria Lacerda principalmente a partir de 1928. Mas diferenciava-se das demais ao criticar a divulgação escolar de justificativas para o expansionismo armado a serviço de interesses econômicos em nome dos ideais de progresso e nação. Em lugar destes, reivindicava a integração dos sábios aos movimentos pacifistas internacionais, que iriam fortalecer-se, conciliando suas diferentes tendências ao ampliarem a valorização da solidariedade e de liberdade de pensamento.

Dessa maneira, pouco tempo depois de o Congresso Nacional Operário mobilizar os movimentos trabalhistas entre abril e maio de 1929¹⁵², ela manifestou o apoio da Liga Anti-Imperialista, das delegações estudantis e das organizações operárias no Brasil à movimentação anti-bélica e anti-fascista na Argentina. Influenciadas sobretudo pelo comunismo, estas aderiam à tática de “frente única”: a ligação entre o Partido Comunista do Brasil e outros movimentos de esquerda, anarquistas e socialistas, como fundamento para a conquista pelo primeiro de liderança sobre as “massas populares”.

A relativa liberdade de pensamento nessa convergência de esquerdas transpareceu no artigo de Maria Lacerda “Aos estudantes de São Paulo”, do jornal de grande circulação *O Combate*, em junho desse ano. Ela declarava representar esses grupos mas divergia de sua ênfase em questões infraestruturais na luta contra a ordem capitalista. Inspirando-se na obra do sociólogo argentino José Ingenieros, a anarquista priorizava, por sua vez, modificações de concepções e atitudes a fim de se eliminarem massacres e injustiças alimentadas pela competitividade econômica:

*“Ou o gênero humano tem de mudar de caminho e pensar numa transformação de energias para altas conquistas de uma ética mais alta ou a humanidade se suicidará; em breve, através de guerras científicas, organizadas pelo vampirismo industrial-capitalista”*¹⁵³.

Maria Lacerda atribuiu essa mudança ideológica sobretudo às mulheres, partindo de critérios biologizantes à primeira vista. Valorizava a maternidade como terreno de formação de mentalidades, assemelhando-se nesse ponto às formulações autoritárias de direita entre os positivistas e o reformismo mantenedor

¹⁴⁹ OLIVEIRA, Lola de. *Passadismo e Modernismo*. 2ª ed. São Paulo, Estab. Graphico Rossolillo, 1932, p. 48 (citada por Margareth Rago. *op. cit.* p. 40).

¹⁵⁰ *id. ibidem*. p. 59.

¹⁵¹ *id. ibidem* p. 61.

¹⁵² Cf. John W. F. Dulles. 1977, *op. cit.* p. 310-12; e CARONE, Edgar. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo, ed. Ática, 1991.

¹⁵³ MOURA, Maria Lacerda de. *O Combate*. “Aos estudantes de São Paulo”, São Paulo, 14 jun. 1929.

da ordem entre as feministas liberais¹⁵⁴. Mas, em contraste com esses grupos, a libertária enfatizava a importância da independência de pensamento entre as mulheres para que se humanizassem as relações coletivas. Combatendo formas de exploração e opressão, elas deixavam de perpetuar justificativas da competitividade capitalista, que impulsionavam sectarismos nacionalistas e religiosos. Em seu lugar, as mulheres cultivavam a concretização da solidariedade e da liberdade dos indivíduos, estimulando-os a pensar e deliberar por si mesmos. Dessa maneira, combatiam a emergência de autoritarismos de Estado e da Igreja na década de 30, condenando a difusão de idéias prontas e de conflitos armados que os asseguravam.

Na luta contra o militarismo, a valorização da conscientização feminina por Maria Lacerda justificou o seu lançamento do livro *Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!*, em 1933. Nele, criticava a diferenciação sexual da educação, ainda que se padronizassem os objetivos de classe ou partido. As instituições superiores de ensino visavam o aperfeiçoamento intelectual do homem a fim de melhor integrá-lo às relações de poder e ascender socialmente. Em contrapartida, as mulheres eram educadas exaltando-se a emotividade. Isto é, limitava-se sua consciência, acirrando seu apego a laços pessoais e valores instituídos, nacionalistas ou religiosos, que fortaleciam a competitividade e conflitos violentos, levando-as à “crueldade”, ao “indiferentismo” e à “ferocidade contra aqueles que podem prejudicar os seus ou contra os que pensam de maneira diversa”¹⁵⁵.

Como o título sugeria, esta publicação respondeu à proposta de mobilização militar da população — incluindo as mulheres — reclamada pelo General Góes Monteiro e por um anteprojeto da constituição brasileira que seria instituída em 16/07/1934. Postulava-se a integração das mulheres ao serviço assistencial e administrativo das forças armadas, ampliando-se sua participação em órgãos do governo¹⁵⁶.

Por sua vez, a justificativa do serviço militar das mulheres como prova de reconhecimento público de seus direitos foi combatida por Maria Lacerda. Criticou as reivindicações de participação militar feminina formuladas por esse anteprojeto, pela comunista Alexandra Kollontai (1872–1953) e pelo fascismo na Itália, ressaltando a expansão da violência instituída compartilhada por essas propostas ideologicamente divergentes:

*“proletárias comunistas, burguesas fascistas, burguesas democratas — a mulher deve estar contente! Dentro da lei, póde furar os olhos do inimigo!”*¹⁵⁷.

¹⁵⁴ A respeito do enfoque positivista sobre as mulheres, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 75–96; RAGO, Margareth. 1991, *op. cit.* p. 148–151. Em relação às propostas educacionais no feminismo liberal, consultar: *id. ibidem* p. 46–80; HAHNER, June E. 1990, *op. cit.*; e SAFFIOTTI, Helleieth. 1969, *op. cit.*

¹⁵⁵ MOURA, Maria Lacerda de. *Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-me! Denuncio!* São Paulo, Editorial A Sementeira, 1933, p. 17.

¹⁵⁶ Cf. Scott Mainwaring. 1989, *op. cit.* p. 48 e June E. Hahner. 1990, *op. cit.* p. 178.

¹⁵⁷ MOURA, Maria Lacerda de. 1933, *op. cit.* p. 19.

Em sua retórica panfletária, a ativista não se deteve em uma análise mais atenta dos movimentos autoritários — seja os de direita, seja os de esquerda. Ao discutir a vida e a atuação política de Laura Brandão — poeta e fundadora, em 1928, do BOC (Bloco Operário e Camponês), expressão partidária dos grupos de esquerda —, Maria Helena Bernardes destacou o papel periférico das mulheres no Partido Comunista Brasileiro. Seus membros não registravam a militância feminina, “*nem priorizavam, em seus discursos, suas reivindicações específicas*”¹⁵⁸. Pode-se pensar, portanto, na pequena repercussão aqui da obra feminista da Comissária da Saúde no governo soviético, Alexandra Kollontai.

Por sua vez, o trabalho da comissária soviética, *La Voix des Femmes* (1922)¹⁵⁹, recebeu críticas severas de Maria Lacerda devido à sua proposta de engajamento político-militar feminino. Sem reconhecer o papel do indivíduo na reprodução das hierarquias estabelecidas, a autora soviética priorizava o respaldo e a intervenção governamental para combatê-las. Desse modo, associando a emancipação feminina à obtenção de domínio e força, defendia a integração das mulheres às forças armadas a fim de manifestar-se seu reconhecimento como “*membro do Estado igual ao homem em direito e valor*”.

De outra parte, aqui tampouco as feministas liberais e as integralistas ligadas ao fascismo reivindicaram efetivamente o engajamento militar das mulheres. Ao contrário: em 1934, as primeiras condenaram a emenda constitucional que vinculava o voto ao serviço militar e as últimas aderiram à defesa integralista da reclusão doméstica feminina, reformulando-a apenas ao reclamarem a dedicação às atividades assistenciais ou de alfabetização, como “*extensões da esfera privada*”¹⁶⁰.

Na verdade, Maria Lacerda criticou sobretudo o sufocamento da consciência individual em favor da conscientização coletiva, difundida pelas autoridades políticas. Dentre as diferentes linhas ideológicas, opôs-se sobretudo ao fascismo, cujas ameaças à liberdade julgava mais próximas. Reconheceu-o aqui na intensificação do controle do Estado sobre as organizações de trabalhadores, como a Lei de Sindicalização, instituída em 19 de março de 1931¹⁶¹. Além disso, associando-a à promulgação do sufrágio para ambos os sexos pelo Código Eleitoral de 1932 (Decreto lei 21.076 de 24/03/1932)¹⁶², a libertária condenava a instituição de “*serviço militar obrigatório total*”¹⁶³, de homens e mulheres, que identificava ao imperialismo fascista na Itália.

Dessa forma, ela reafirmou a urgência da educação das mulheres: o combate ao militarismo exigia reverter “*sua inconsciência carinhosamente cultivada*”

¹⁵⁸ Cf. Maria Helena Bernardes. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. Dissertação (mestrado em História). Departamento de História, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995, p. 77.

¹⁵⁹ KOLLONTAI, Alexandra. *La Voix des Femmes*. 16/03/1922 *apud* Maria Lacerda de Moura. 1933, *op. cit.* p.19.

¹⁶⁰ Cf. Branca Moreira Alves. 1980, *op. cit.* p. 126.

¹⁶¹ DULLES, John W. Foster. 1977, *op. cit.* p. 374.

¹⁶² Cf. Branca Moreira Alves. 1980, *op. cit.* p. 126.

¹⁶³ MOURA, Maria Lacerda de. 1933, *op. cit.* p. 5.

por sua passividade mental¹⁶⁴ que explicava a adesão e o estímulo das mulheres à violência organizada. Em outras palavras, as mulheres contradiziam, portanto, sua própria condição orgânico-reprodutiva que, aliada à sujeição sexual e social, impulsionava valores libertários, levando

*“a mulher, a tutelada milenar desta civilização unisexual, a criadora de vida, a sensibilidade trucidada pela prepotência masculina, (a) protesta(r) contra a organização sistemática dos meios de destruição do trabalho e dos meios de morte na juventude”*¹⁶⁵.

Em 1934, as contradições entre fundamentos biológicos-sexuais de conduta e a valorização do livre arbítrio acirraram o desafio na luta pelo esclarecimento feminino. Nesse ano, a Liga Eleitoral Católica (1932–37) manifestou sua influência: o divórcio foi proibido enquanto o casamento religioso conquistou reconhecimento oficial. Paralelamente, o ensino católico passou a ser ministrado nas escolas e as próprias instituições católicas de ensino receberam subsídios governamentais¹⁶⁶. Difundida pela Igreja Católica, a imagem da esposa dependente, administradora doméstica, devotada aos cuidados domésticos com os filhos e o marido, contrastava com a figura feminina que emergia em Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica ao se discutir o trabalho desse educador: anti-clerical e anti-autoritária, uma mulher crítica e coerente ao reivindicar direitos pessoais na prática e no pensamento.

Daí a necessidade da educação racional das mulheres: com o seu questionamento de preceitos religiosos, elas superavam a barreira entre inteligência e vontade ao criarem os filhos, estimulando-os à ação. Associadas ao terreno das relações pessoais, elas impulsionavam a evolução humana através do *“matriarcado moral”*¹⁶⁷, somando a valorização da emotividade à conquista da ciência¹⁶⁸.

Restam dúvidas, portanto: atribuindo às mulheres a *“energia conservadora dos sentimentos”* em uma *“aceitação acrítica e integral dos mestres”*¹⁶⁹, como Ferrer — na observação de Míriam Moreira Leite —, será que Maria Lacerda não reforçou a imagem da mulher pouco racional e atrelada ao mundo privado? Ou, ao contrário: será que não valorizou justamente o maior reconhecimento feminino de fatores subjetivos na atuação dos indivíduos, diversificando as experiências sobre as quais incide a consciência e, assim, ampliando e aprofundando a crítica e a transformação?

¹⁶⁴ MOURA, Maria Lacerda. 1933, *op. cit.* p. 39.

¹⁶⁵ *id. ibidem.* p. 11.

¹⁶⁶ MAINWARING, Scott. 1989, *op. cit.* p. 48.

¹⁶⁷ MOURA, Maria Lacerda de. 1934, *op. cit.* p. 72.

¹⁶⁸ *id. ibidem.* p. 79.

¹⁶⁹ LEITE, Míriam Moreira. 1984, *op. cit.* p. 139.

CONCLUSÃO

Feminismo e Anarquia: respeito às diferenças de homens e mulheres, crítica às desigualdades de classe, sexo e poder

Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura: duas militantes feministas-libertárias com um mesmo objetivo: eliminar toda hierarquia e ordem, abrindo espaço para a expansão do potencial do indivíduo com a tolerância e a solidariedade revolucionária. Nas propostas revolucionárias de Goldman e Maria Lacerda, as mulheres se libertavam nos diversos momentos de suas vidas, incluindo seus relacionamentos amorosos e sexuais. Ampliavam suas oportunidades de criar e atuar no espaço social e cultural, não vinculando a conquista de sua independência à participação no reduto político-institucional ou às mudanças de classes no governo e de distribuição de propriedades.

Ao priorizarem o crescimento individual das mulheres, as propostas feministas de Goldman e Maria Lacerda contrastavam com o feminismo liberal e de esquerda. O primeiro legitimava o acesso das mulheres aos organismos do Estado e ao mercado de trabalho, reforçando a imagem dominante das mulheres. Identificadas tradicionalmente aos ideais de abnegação, pureza e honestidade, elas iriam purificar o governo, eliminando a corrupção política instaurada, de acordo com as feministas liberais e sufragistas.

Entre as autoras feministas comunistas, Kollontai ressaltou o terreno amoroso para reverter a possessividade e a competição alimentadas pela moral capitalista. Dessa forma, mesmo quando ela defendeu multiplicar experiências e relacionamentos amorosos, subordinou o desenvolvimento das uniões amorosas aos objetivos da coletividade.

Por sua vez, reconhecida como mecanismo de repressão e obediência, a uniformização dos interesses e vontades entre as massas foi severamente questionada por Goldman e Moura. Para reverter a carga de preconceitos e normas inferiorizantes, as duas defendiam o exemplo revolucionário da militância e conscientização das mulheres, eliminando sua tradicional submissão e passividade. Ou seja, enquanto as feministas sufragistas-liberais e esquerdistas vinculavam a conquista da emancipação feminina à *exterioridade do espaço público* do Estado e do trabalho, estas anarquistas a associavam à *interioridade* do mundo privado, psicológica, com o questionamento e a recusa de valores rígidos e autoritários em vigor.

Desse modo, suas propostas de emancipação feminina incidiam em um dos espaços com maior carga de convenções e condenações sobre as mulheres: a sexualidade. Contestavam a dupla moral sexual por valorizar a multiplicação de experiências sexuais somente entre os homens enquanto as restringia ao casamento, no caso das mulheres. Além da união matrimonial, só lhes restavam as alternativas do celibato ou da prostituição.

Em contrapartida, Goldman e Maria Lacerda lutaram para as mulheres

manifestarem suas escolhas e seus desejos nas experiências amorosas, diversificando-as em lugar de subordiná-las à moral e à ordem instituída. Defendendo a espontaneidade e a igualdade entre homens e mulheres no amor livre, as libertárias baseavam o desenvolvimento da personalidade na expressão integral dos indivíduos em seus relacionamentos amorosos-sexuais. Opunham-se firmemente a enquadrá-los na dependência econômica e na repressão de impulsos legitimadas pelo modelo matrimonial.

Além do abandono de preconceitos religiosos, políticos e sociais, elas reivindicavam que as mulheres conhecessem e controlassem suas próprias funções reprodutivas para conquistarem autonomia. Protegendo-se da gravidez indesejada, elas evitavam consumir suas energias físicas e mentais em reproduções sucessivas, canalizando-as para o ativismo revolucionário. Reivindicando o controle da natalidade e a liberdade sexual, elas inovavam, introduzindo questões que seriam retomadas pelas feministas no Brasil a partir dos anos 70¹.

Diferenças ideológicas impregnam as formas com que estas anarquistas defendiam o controle da natalidade. Goldman ensinava como usar anticoncepcionais para as multidões reunidas em suas jornadas de conferências e manifestações em todos os Estados Unidos. Indicava meios práticos para as mulheres manifestarem sua liberdade de escolha quanto ao momento de conceberem filhos, sem precisarem necessariamente recorrer à abstinência sexual para evitá-los.

Uma sugestão de abstinência se insinua nos textos de Maria Lacerda de Moura. Ao contrário de Goldman, ela não mencionava métodos e técnicas contraceptivas em seus livros de inspiração neo-maltusiana. Na verdade, ao enfatizar a consciência e o auto-domínio feminino em suas publicações, Maria Lacerda sugeria às mulheres reconhecerem seus próprios impulsos e desejos para melhor geri-los, escolhendo entre satisfazê-los em desafio ao senso comum ou sublimá-los na produção intelectual. Defendendo a *Maternidade Consciente*, a libertária indicava inspirar-se então nas propostas de maternidade voluntária. Difundida entre feministas no século XIX², ela implicava no reconhecimento das decisões e escolhas das mulheres ao recusarem as demandas sexuais dos parceiros, visando evitar a concepção.

Na verdade, Maria Lacerda militava por mudanças sociais e culturais, privilegiando a independência de pensamento como ponto de partida. Destacando o exemplo revolucionário da solidariedade social e da não-violência, *"converteu a educação (em suas diferentes modalidades) em seu processo de luta social"*³ e militância, como observou Miriam Moreira Leite.

A anarquista brasileira ressaltou a força transformadora das mulheres na educação ao defender formas alternativas em conferências, jornais operários e livros, além de colocá-la em prática na escola da comunidade de "objetores de consciência" em Guararema. Associando-a à difusão de princípios anti-institucionais, ela reformulava a imagem feminina de *mãe* e *educadora*, apregoada pelo sufragismo. Começara a militar nesse movimento, movida pela crítica às

¹ "Até os anos 70 as questões do aborto ou controle da natalidade não iriam gerar discussões públicas entre feministas de classe média". HAHNER, June. 1990. *op. cit.* p. 150.

² Cf. Linda Gordon. 1990. *op. cit.* p. 101.

³ LEITE, Miriam Moreira. 1984. *op. cit.*

desigualdades sexuais. Nascida na classe média e exercendo o magistério, ela sofria com menor intensidade a exploração social em seu trabalho, enfrentando a discriminação e a censura, junto com outras medidas moralizadoras. Assim, somente ao se mudar para São Paulo, ela fortaleceu seu engajamento libertário ao ampliar o contato direto com as misérias e injustiças impostas ao operariado.

Comparando Maria Lacerda com Emma Goldman, pode-se concluir que o primeiro momento de consciência revolucionária marcou os meios de militância destas libertárias. Enquanto médicos e positivistas, por exemplo, reafirmavam a debilidade física e intelectual das mulheres, Maria Lacerda defendia a equivalência da capacidade de pensar entre os sexos, logo no início de sua militância com o livro *Em torno da Educação*. Reivindicava que as mulheres desenvolvessem seu potencial de refletir e atuar, contestando sua inferiorização intelectual. Ela mesma tornava-se um exemplo de emancipação de pensamento, defendendo suas próprias idéias e opiniões em confronto com a crescente intervenção e repressão governamental no Brasil das décadas de 20 e 30.

Emma Goldman também lançou várias publicações como meio de contestação. Preferia, no entanto, trocar idéias com os espectadores em manifestações e conferências. Isto é, ela privilegiava divulgar valores libertários no contato imediato com as multidões mobilizadas. Ao priorizar o espaço social para protestar e conscientizar, ela divergia de Maria Lacerda em seu ativismo, que destacava a produção intelectual para reverter prerrogativas dominantes.

Na verdade, essas diferenças consistiam sobretudo na intensidade de ênfases. Em artigos como "Minorias e Maiorias", Goldman condenava a homogeneidade de pensamento entre as massas por barrar mudanças sociais. Lutando pelo fim das desigualdades de classe assim como pela independência intelectual, a revolucionária fundiu individualismo e concepções coletivistas para criar uma nova sociedade. Daí, aliás, a importância assumida pelo episódio de Haymarket, referido várias vezes em sua auto-biografia: provocado pela violenta repressão policial a uma manifestação pacífica de trabalhadores, ele representou o "*despertar de minha consciência social*"⁴ para Goldman, como ela mesma declarou.

Em toda sua vida e militância, Goldman procurou difundir sua própria imagem como exemplo não só de ativismo social mas também de contestação às convenções de comportamento feminino. Inovava, defendendo a satisfação feminina de interesses e desejos individuais fora dos limites do casamento e da maternidade compulsória sob a lei.

Convergindo em muitas questões com Emma Goldman, Maria Lacerda também reivindicou que as mulheres amassem e decidissem quando ter filhos, questionando a dupla moral sexual. De forma semelhante a Emma Goldman, ela atuou incisivamente para multiplicar as expressões de rebeldia sexual, social e cultural, reconhecendo ligações entre os "*sistemas repressivos da mulher e da criança, nos pequenos grupos, e os sistemas mais amplos de poder político e econômico*"⁵, conforme Miriam Moreira Leite apontou. Com seu pioneirismo instigante, essas duas libertárias revelam-se exemplos de luta e questionamentos hoje retomados por movimentos feministas e organizações não-institucionais.

⁴ Goldman para Samuel Klaus, 7/2/1930, Arquivo Nettlau (citada por Paul Avrich. 1984. *op. cit.*, p. 434).

⁵ LEITE, Miriam Moreira. 1984. *op. cit.*, p. 143.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes pesquisadas

LIVROS

- BAKUNIN, Michel. "A educação integral". In: *Educação Libertária*. Org. F.G. Moriyón. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1989, p.35–49.
- BARCOS, Júlio S. *Liberdade sexual das mulheres*. 4ª. ed. São Paulo, Editorial Paulista, s/d.
- BARRANCOS, Dora. *Anarquismo, educación y costumbres en la Argentina de principios de siglo*. Buenos Aires, Editorial Contraponto, 1990.
- BESANT, Annie. *Autobiografia*. Trad. J. Gervásio de Figueiredo. São Paulo, Ed. Pensamento.
- BITTNER, Dulcília Helen Schroeder. *Mulher de papel: A representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo, Edições Loyola, 1981.
- FAURE, Sébastien. "La ruche (a colméia)". In: *Educação...* p.110–144.
- GOLDMAN, Emma. *Mother Earth Bulletin: series 1, volume 1, 1906–1907*. Introdução de Richard Drinnon. Nova York, Greenwood Reprint Corporation, 1968.
- _____. *Anarchism and Other Essays*, 1ª. ed. 1910. Republicação: Nova York, Dover Publications, 1969.
- _____. *My Disillusionment in Russia*, 1ª. ed. 1922. Republicação: Nova York, ed. Thomas Crowell, 1970.
- _____. "My Further Disillusionment in Russia", 1924, in: VVAA, *The Anarchist Reader's org.* George Woodcock, 1977 (trad. port. de Julia Tettamanzi e Betina Beckerl. *Os grandes escritos Anarquistas*. Porto Alegre, L & PM, 1981, p.140–149.
- _____. *Living my life*. 1ª. ed. 1931. Republicação: Nova York, Dover Publications, 1969.
- KROPOTKIN, Piotr. "Trabalho cerebral e braçal". In: *Educação...* p.51–67.
- MONTSENY, Federica. *Mis primeros cuarenta años*. Barcelona, Plaza e Janes Editores, 1987.
- MOURA, Maria Lacerda de. *Em torno da educação*. São Paulo, Teixeira, 1918.
- _____. *Renovação*. Belo Horizonte, Typ. Athene, 1919.
- _____. *A mulher é uma degenerada?* 1ª. ed. 1924, republicação: Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932.
- _____. *Lições de pedagogia*. São Paulo, Typ. Paulista, 1925.
- _____. *Religião do amor e da beleza*. São Paulo, Condor, 1926.

- "Oração", 1932. In: VVAA, *Contos Anarquistas: Antologia da prosa Libertária no Brasil (1901-35)*. Org. Antonio Arnoni Prado e Francisco Foot Hardman. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- *Amai e... não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932.
- *Han Ryner e o amor plural*. São Paulo, Unitas, 1933.
- *Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-me! Denuncio!* São Paulo, A Sementeira, 1933.
- *Fascismo... filho dilecto da Igreja e do capital*. São Paulo, Editorial Paulista, s/d.
- *Ferrer: o clero romano e a educação laica*. São Paulo, Editorial Paulista, 1934.
- PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Tradução e apêndice de Maria Lacerda de Moura. Rio de Janeiro, Coleção Universidade, Editora Tecnoprint, s/d.
- ZETKIN, Clara. *La cuestión femenina y la lucha contra el reformismo*. Barcelona, Ed. Anagrama, 1976.

JORNAIS

- O Internacional: Organização dos empregados em hotéis, restaurantes, confeitarias, bares, cafés e classes anexas*. São Paulo, 1924.
- A Plebe*. São Paulo, 1917-24, 1932-35.
- A Tribuna*. Santos, 1921.
- O Combate*. São Paulo, 1927-9.
- A Lanterna*. São Paulo, 1933-35.

REVISTAS

- Mother Earth*. Nova York, 1906-18.
- Renascença*. São Paulo, 1923.
- Vida Moderna*. São Paulo, 1924-27.
- Estudios*. Valencia, 1934-36.
- La Revista Blanca* — 1ª época: Madri, 1898-1905; 2ª época: Barcelona, 1923-1936.
- La Voz de la Mujer* — "periódico comunista-anárquico", Buenos Aires, 1897/8; Rosário, 1906.

CONFERÊNCIAS

MOURA, Maria Lacerda de. *O individualismo neo-estóico de Han Ryner; estudo*. Feira Literária, 11:59-104, nov. 1929.

TRADUÇÕES E PREFÁCIOS

SPAGNOLO, Marino. *Bandeira proletária (texto teatral)*. Encenado em 23/9/1922 e 24/7/1923. Pref. Maria Lacerda de Moura apud VARGAS, Maria Teresa e LIMA, Maria Alves de. "Teatro operário em São Paulo". *Libertários no Brasil: memórias, lutas, cultura*. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986, p. 249-50.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Trad. e pref. Maria Lacerda de Moura. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1971.

ARTIGOS

ARMAND, Émile. *Novos Tempos: revista anarquista mensal*. "Os crimes passionais e o tartufismo sexual", São Paulo, editoria Imaginário, 10/98, nº 1, p. 69-70.

2. Referências bibliográficas

LIVROS

ACKELSBURG, Martha. *Free Women of Spain: Anarchism and The Struggle for The Emancipation of Women*. Bloomington e Indianopolis, Indiana University Press, 1991.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.

AVRICH, Paul. *The Russian Anarchists*. Princeton, Princeton University Press, 1967.

_____. *Kronstadt 1921*. Nova York, W.W. Norton & Company, 1974.

_____. *The Haymarket Tragedy*. Princeton, Princeton University Press, 1984.

BARROS, Mônica Siqueira Leite de. *As mulheres trabalhadoras e o Anarquismo no Brasil*. Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH, UNICAMP, s/d.

BARROW, Logie. *Independent Spirits. Spiritualism and English Plebeians 1850-1910*.

- Londres, Routledge and Keagan Paul, 1986.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. Dissertação. Campinas, Universidade Estadual de Campinas – IFCH, 1995.
- BIAGINI, Fuori. *Nati Altrove: il movimento anarchico ebraico tra Mosca e New York*. Prefácio de Nathan Weinstock. Biblioteca di storia dell'anarchism. Pisa, Biblioteca Franco Serantini, 1998.
- BLINKHORN, Martin. *Mussolini and fascist Italy*. Londres, M. Routledge, 1984, 1991 4ª reimpressão.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)*. Trad. Nilo Odália. São Paulo, Ed. NESP, 1991.
- CAMPOS, Augusto de. *Patrícia Galvão: Pagú vida-obra*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CARONE, Edgar. *Brasil: anos de crise: 1930-1945*. Série Fundamentos, Editora Ática, 1991.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa, DIFEL, 1990.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1976.
- COTT, Nancy F. *Roots of Bitterness: Documents of the Social History of American Woman*. Nova York, E.P. Dunton & Co. Inc., 1972.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DOSSE, François. *História em Migalhas*. São Paulo, Ensaio, 1992.
- DRINNON, Richard. *Rebel in Paradise: A biography of Emma Goldman*. Chicago, The University of Chicago Press, 1961.
- DULLES, John W. *Anarquistas e Comunistas no Brasil: 1935*. Trad. César Parreiras Horta. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- ENGELS, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1989.
- FALK, Candace. *Love Anarchism and Emma Goldman*. Nova York, Holt, Rinchart and Winston, 1984.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: Historiografia e História*. 1ª. ed., 1970. 13ª. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1991.
- FLAX, Jane. "Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista" in Heloísa Buarque de Hollanda. *Pós-modernismo e política*. RJ, Rocco, 1991.
- FLEXNER, Eleanor. *Century of Struggles: the Woman rights movement in The United States*. Nova York, Atheneum, 1959, 1979 5ª. reimpressão.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis, Editora Vozes, 1971.
- *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal,

11ª ed., 1988.

----- *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 6ª ed., 1990.

----- *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1991.

FOX-GENOVESE, Elizabeth. *Feminism without illusions: a critique of individualism*. The University of North Carolina Press. 1991.

GALLO, Sílvio Donizetti de Oliveira. *Educação Anarquista: Por uma Pedagogia do Risco*. Dissertação. Campinas, Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, 1990.

----- *Autoridade e Construção da Liberdade: o Paradigma Anarquista em Educação*. Dissertação. Campinas, Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, 1993.

----- "O conceito de Epistêmê e Sua Arqueologia em Foucault". In: *Foucault e a destruição das evidências*. Org. por Márcio Mariguela. Piracicaba, Editora UNIMEP, 1995.

GARCÍA-MAROTO, Maria de los Angeles. *La Mujer en la prensa anarquista: España 1900-1936*. Madrid, Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1996.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo, Ed. UNESP, 1992.

GORDON, Eric Arthur. *Anarchism in Brazil: Theory and Practice, 1890-1920*. Michigan, University Microfilms International, 1987.

GORDON, Linda. *Woman's Body, Woman's Right: Birth Control in America*. 1ª. ed. Grossman Publishers 1976, 2ª. ed. Penguin Books, 1990, Nova York.

GRANT, Emma. *Feminism in Fascism: a study of Brazil's integralist movement*. New London, Connecticut, 1996.

GROSSMAN, Hadassa. *Arquivos do Centro Cultural Português*. "Family Life or Free Love? A study on Brazil's "Cecília" 1890-1894, vol. XXVIII, Lisboa-Paris, Calouste Goulbenkian.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas. 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

----- *Emancipating The Female Sex: The Struggle for Women's Rights in Brazil: 1850-1940*. Durham, Duke University Press, 1990.

----- *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria nem patrão: Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

----- & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 1ª. ed. 1982. 2ª. ed. São Paulo, Série Fundamentos, Editora Ática, 1991.

HOBBSBAWN, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. "Feminismo em tempos pós-modernos" In: *Tendências e Impasses: O Feminismo como crítica da cultura*. RJ, Rocco, 1994.
- JOLL, James. *Anarquistas e anarquismos*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1977.
- KOLLONTAI, Alexandra. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. 1ª. ed. 1919 (São Paulo, ed. Global, 1978).
- KRADITOR, Aileen S. *The Ideas of The Woman's Suffrage Movement: 1890-1920*. 2ª. ed. Nova York, Anchor Book, 1971.
- LAURETI, Teresa. "A tecnologia do Gênero". In: VVAA, *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Organizado por Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 206-42.
- LITVAK, Lily. *Musa Libertária: Arte literatura y vida cultural del anarquismo español (1880-1913)*. Barcelona, Antoni Bosh Editor, 1981.
- LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional - 1900/1920*. Dissertação, São Carlos, 1984.
- MAGNANI, Sílvia Lang. *O Movimento Anarquista em SP (1906-1917)*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. São Paulo, UNICAMP, 1994.
- MARSH, Margaret. *Anarchist Women: 1870-1920*. Filadélfia, Temple University Press, 1981.
- MCNAY, Lois. *Foucault and Feminism: Power, Gender and the Self*. Cambridge, Polity Press, 1994.
- MOREIRA LEITE, Míriam L. *Outra face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Ática, 1981.
- "Maria Lacerda de Moura e o anarquismo" In *Libertários no Brasil: memórias, lutas, cultura*. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo, Brasiliense, 1986, p.82-97.
- MUELLER, Helena. *Flores aos rebeldes que falharam: Giovanni Rossi e a utopia anarquista: colônia Cecília*. Tese de doutoramento apresentada junto ao Departamento de História — FFCH — USP. São Paulo, Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, 1989.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, 1974, 1976 reimpressão.
- "A Educação na Primeira República". In: VVAA. *O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro-São Paulo, Difel, 1977.
- O'NEILL, William. *The Woman Movement: Feminism in The United States and England*. 2ª. ed. Chicago, Quadrangle Books, 1969.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- _____. (Org.) *Une Histoire des Femmes est-elle Possible?* Paris, Rivages, 1984.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- _____. "O proletariado industrial na primeira república". In: *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. t. 3, vol. 2. Rio de Janeiro-São Paulo, Difel, 1977.
- _____. & HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil, 1889-1930: o movimento operário*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, v. I.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- _____. *Prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- _____. *As mulheres na Historiografia Brasileira*. Mimeografado. Uberlândia, Centro de Ciências Humanas e Artes, 1994. p.1-15.
- RODRIGUES, Jessica Martins. *A mulher operária: um estudo sobre tecelãs*. São Paulo, Editora Hucitec, 1979.
- ROUGEMONT, Denis de. *O Amor e o Ocidente*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1988.
- ROWBOTHAM, Sheila. *Women, Resistance and Revolution*. Bungay, Penguin Books, 1972.
- SAFFIOTI, Helleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- _____. *Mulher Brasileira: Opressão e Exploração*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the Politics of History*. Nova York/Oxford, Columbia University Press, 1988, p.6.
- _____. "A História das Mulheres". In: VVAA, *A Escrita da história: novas perspectivas*. Organizado por Peter Burke; traduzido por Magda Lopes - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-95.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- SHOWALTER, Elaine. *Anarquia Sexual: Sexo e Cultura no Fin de Siècle*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. "Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano". In: VVAA. *Uma questão de Gênero*. Organizado por Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini - Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 39-53.
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana: 1890-1920*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.
- _____. *Enfoques Feministas e a História: Desafios e Perspectivas*. Trabalho

- mimeografado. RJ, Universidade Federal Fluminense, 1993. p.1-30.
- STRADA, Vittorio. "Da 'revolução cultural' ao realismo socialista." In: VVAA. *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia*. Org. por Eric J. Hobsbawn. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, Luís Sérgio N. Henriques, Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 109-146.
- TAVARES, Ivan Gomes. "Moralidade e Ideologia Cientificista contra a Cultura." In: VVAA. *Foucault e a destruição das evidências*. Org. por Márcio Mariguela. Piracicaba, Editora UNIMEP, 1995.
- THOMPSON, E.P. *Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase*. Barcelona, Editorial Crítica, 1989.
- TRONCA, Italo. *Revolução de 30: a dominação oculta*. 1ª. ed., 1982. 2ª. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.
- TROTSKI, León. *Literatura e revolução*. 1ª ed. 1922. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.
- VVAA. *Brasil em Perspectiva*. Org. e introdução de Carlos Guilherme Mota. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.
- WEEDON, Chris. *Feminist and Practice and Poststructuralist Theory*. Cambridge, Blackwell Publishers, 1987.
- WEXLER, Alice. *Emma Goldman: an intimate life*. Nova York, Pantheon Books, 1984.
- *Emma Goldman in exile: from the Russian Revolution to the Spanish Civil War*. Boston, Beacon Press, 1989.
- WILLET, John. "Arte e Revolução". In: VVAA. *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia*. Org. por Eric J. Hobsbawn. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, Luís Sérgio N. Henriques, Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 109-146.
- WOODCOCK, Georg. *Anarchism: a History of Libetarian Ideas and Movements*. Nova York, New America Library, 1962.

TEXTOS E PUBLICAÇÕES

- KOFES, Suely. *Cadernos Pagú* "CATEGORIAS ANALÍTICA E EMPÍRICA: GÊNERO E MULHERES: Disjunções, conjunções e mediações". Campinas, Publicação Pagú - Núcleos de Estudos de Gênero, 1993, n° 1, p. 1930.
- LEITE, Míriam L. Moreira. *Mulher, mulheres*. Coord. Carmem Barbosa. "Maria Lacerda de Moura: imagem e reflexo". São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Cortez e Moraes, 1983.
- *Educação e Sociedade*. "Quem foi Maria Lacerda de Moura?", Campinas, 2:5-24, jan.
- *Mulherio*. "Eu, Maria Lacerda de Moura..." Rio de Janeiro, 03-04/1982, n° 6.
- *Mulher, mulheres*. Coord. Carmem Barbosa. "Maria Lacerda de Moura:

- imagem e reflexo". São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Cortez e Moraes, 1983.
- _____. *Utopias educacionais de Maria Lacerda de Moura*. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História. Seminário de "História e Utopias", ANPUH, 1996.
- LOBO, Elizabeth S. *"Usos de gênero"*, Seminário Relações de Sexo/Relações de G. (USP, Departamento de Sociologia, 1987).
- _____. *"Emma Goldman – Revolução e Desencanto: do Público ao Privado"*. Revista Brasileira de História: A Mulher e o Espaço Público. Org. por Maria Stella Bresciani. São Paulo, ANPUA/ed. Marco Zero, 1989, n° 18, p. 2941.
- RAGO, Margareth. *"As Mulheres na Histografia Brasileira"*. (Mimeo), 1992.
- _____. *"O Prazer no Casamento: Homem e Mulher no Leito Conjugal"*. (Mimeo), 1994.
- _____. *"A Experiência Feminina do Anarquismo"*. (Mimeo), 1994.
- REIS, Maria Cândida Delgado. *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. Cristina Bruschini e Bila Sorj (orgs.). "Guardiãs do Futuro: Imagens do Magistério de 1895 a 1920 em São Paulo". São Paulo, Marco Zero, 1994, p. 111–132.
- SOIHET, Rachel. *Enfoques Feministas e a História: Desafios e Perspectivas*. Trabalho mimeografado. RJ, Universidade Federal Fluminense, 1993, p. 1–30.
- SHULMAN, Alix Kates. *"Dancing in the Revolution: Emma Goldman's Feminism"* in Socialist Review. Oakland, Center of Social Research and Education, vol.14, n° 62, 1982, p. 31–44.

ERRATA

- P.03 – Onde se lê "Primeira Guerra Mundial (1914-1918), leia-se "Primeira Guerra Mundial".
- P. 04 Onde se lê "propõem", leia-se "propuseram".
- P. 05 Onde se lê "– as suas próprias propostas", leia-se "– as suas próprias propostas –"
- P. 23 e 24 Onde se lê "Negava que a constestação libertária às instituições tivesse estimulado Czolgosz a matar o presidente dos Estados Unidos". Leia-se "negava que apenas a constestação libertária às instituições tivesse estimulado Czolgosz a matar o presidente dos Estados Unidos".
- P. 30 Onde se lê "Guararema (1928-1935)", Leia-se "Guararema".
- P. 36 Onde se lê "Fábio Luz", leia-se "Fábio Luz (1864-1938)".
- P. 057 Onde se lê "inferiorização", leia-se "inferiorização sexual"
- P. 063 Onde se lê "Womens Trade Union", leia-se "Women's Trade Union".
- P. 066 Onde se lê "do mesmo livro", leia-se **Anarchism and other essays**
- P. 074 Onde se lê "a ênfase", leia-se ". A ênfase"
- P. 076 Onde se lê "Dessa maneira", leia-se "Encarnando a vítima"
- P. 077 Onde se lê "que chefia, leia-se "que chefiava".
- P. 078 Onde se lê "novamente nesta data, leia-se "novamente em 2 de julho"
- P. 078 Onde se lê "independência de homens e mulheres", leia-se "contestação ao poder, liberando homens e mulheres".
- P. 082 Onde se lê " e pelas e pelas conservas", leia-se "pelas conservas".
- P. 092 Onde se lê "reforçava", leia-se "mobilizava".
- P. 092 Onde se lê "nele atuavam", leia-se "agitavam nesse centro"
- P. 092 Onde se lê "propostas educacionais anarquistas", leia-se "propostas educacionais".
- P. 095 Onde se lê "extrangeira", leia-se "estrangeira"
- P. 098 Onde se lê " a injustiça o poder: , leia-se "a injustiça:"
- P. 099 Onde se lê **anticoncepção – concepção**, leia-se **anticoncepção**"
- P. 100 Onde se lê **profundo sentido pessoal com estas questões**", acrescentar nota (*), indicando: FALK, Candace. **Love, anarchy and Emma Goldman**. Nova York, Rinhart and Winston, 1984, p. 115
- P. 100 Onde se lê "defenso", leia-se "defensor"
- P. 100 Onde se lê "Evitar", leia-se "Evitava"
- P. 103 Onde se lê " gravidezes perenes", leia-se "gravidez perene".
- P. 107 Onde se lê " obras pioneiras na divulgação do feminismo liberal no Brasil", leia-se "obras de divulgação do feminismo liberal no Brasil".
- P. 107 Onde se lê "associava", leia-se ". Associava"

- P. 108 Onde se lê **da futura rebelde**, Maria Lacerda de Moura, conforme a identitiva, então, o anarquista José Otlicica", leia-se "da futura anarquista, Maria Lacerda de Moura"
- P. 113 Onde se lê "as últimas propostas", leia-se "propostas de esquerda"
- P. 119 Onde se lê "controle pessoal", leia-se "auto-controle"
- P. 119 Onde se lê "desenvolvimento de sua **disciplina interior** e de seu domínio próprio, para a realização de sua liberdade", leia-se "desenvolvimento da **disciplina interior**, e do domínio próprio para a realização da liberdade"
- P. 120 Onde se lê "promovido", leia-se "promovidos".
- P. 125 Onde se lê "inspiradoras de mais altos destinos sociaes", leia-se **inspiradoras de mais altos destinos sociais**.
- P. 125 Onde se lê "Religião do Amor e da Belleza", leia-se **Religião do Amor e da Belleza**
- P. 127 Onde se lê **armas pacíficas e benfazejas**, leia-se "armas pacíficas e benfazejas"
- P. 129 Onde se lê "conscientização coletiva", leia-se "adesão política das massas, difundida pelas autoridades no governo".